

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo docente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

ISSN: 1980 – 0339

História e Literatura

Ano V, n.º 2, Dezembro de 2010

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

ISSN: 1980 – 0339

Conselho Editorial

Dalton Sanches
Gabriel Conselheiro Antunes Campos
Gabriel Monteiro de Sousa
Giorgio de Lacerda Rosa
Lucas Sales Furtado
Pedro Telles da Silveira

Equipe de Revisores

Lídia Mendes dos Santos
Naybara Juliana A. P. Thiers Vieira
Pauline Freire

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Álvaro Antunes
Prof.^a Dr.^a Andréa Lisly Gonçalves
Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara
Prof. Dr. António Manuel Hespanha
Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria das Graças Chaves
Prof. Dr. Fábio Faversoni
Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi
Prof.^a Dr.^a Helena Miranda Mollo
Prof.^a Dr.^a Íris Kantor
Prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz
Prof. Dr. João Cezar de Castro Rocha
Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

Prof. José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima
Prof. Dr. Marco Antônio Silveira
Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus
Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata
Prof. Dr. Sidney Chalhoub
Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo
Prof.^a Dr.^a Virgínia Albuquerque de Castro
Buarque
Prof. Dr. Wlamir José da Silva

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

ISSN: 1980 – 0339

Contribuíram neste número como pareceristas *Ad hoc*

Adriano Toledo Paiva

Alexandre Agnolon

Álvaro Antunes

André Nunes de Azevedo

Andréa Lisly Gonçalves

Cláudia Maria das Graças Chaves

Durval Muniz de Albuquerque

Eduardo Santos Neumann

Elisabete Peiruque

Elzira Divina Perpétua

Emílio Carlos Roscoe Maciel

Enrique Serra Padrós

Fábio Faversani

Fernando Felizardo Nicolazzi

Flávio Weinstein Teixeira

Gabriel Santos da Silva

Henrique Costa Gaio

Humberto Fernandes Machado

João Fábio Bertonha

Kátia Brasilino Michelan

Lina Maria Brandão de Aras

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes

Luiz Gustavo Santos Cota

Magali Gouveia Engel

Paulo Elias Franchetti

Rebeca Gontijo Teixeira

Regina Célia Alegro

Ricardo de Oliveira

Rita Lenira de Freitas Bittencourt

Rodrigo Patto Sá Motta

Rogério Rosa Rodrigues

Ronaldo Pereira de Jesus

Sarah Lino Fernandes de Azevedo

Sérgio Ricardo da Matta

Sônia Regina Rebel de Araújo

Surama Conde Sá Pinto

Tania Maria Bessone

Valdeci Lopes de Araujo

Walter Lowande

Direção, Redação e Administração:

Revista Eletrônica Cadernos de História

www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria

cadernosdehistoria@yahoo.com.br

Rua do Seminário, s./n.o

Mariana - Minas Gerais

35420-000

Sumário

Seção Temática **História e Literatura**

Artigos:

- 7 *História e Literatura em diálogo: representações da escravidão em Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo*
Marcos Francisco Alves
- 27 *O olhar sobre o negro na literatura brasileira do pós-abolição. Uma análise no romance A intrusa de Júlia Lopes de Almeida*
Ingrid Silva de Oliveira
- 48 *Memórias Sacrílegas: Inquisição na Literatura de São João del-Rei no século XIX*
Mayara Amanda Januário
- 63 *Luíza Mahin: da carta autobiográfica de Luiz Gama ao romance histórico de Pedro Calmon*
Aline Najara da Silva Gonçalves
- 79 *Borboletas na Autopista: sobre a forma do conto na obra de Julio Cortázar*
Gustavo Naves Franco
- 95 *Literatura portuguesa de viagens: pensar, viajar e escrever no século XVI*
Daniel Vecchio
- 121 *“Livros para os leitores”: a atividade literária e editorial de Benjamim Costallat na década de 1920*
Patrícia França

REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

publicação do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

ISSN: 1980 – 0339

Seção Livre

Entrevista

- 142 *“Instituir a memória do passado para libertar a imaginação de um outro presente”*: uma conversa com Iris Kantor
Pedro Telles da Silveira

Resenha

- 151 *Os naturalistas e a nação: Heranças e contribuições*
Isabella Machado Fantini

Transcrições

- 155 *O excessivo de poder de ouvidores e juizes de fora nas Minas do ouro*
Thiago Enes
- 163 *Medicina tropical, tratamento e profilaxia contra a malária: controvérsias científicas no início do século XX*
André Vasques Vital
- 169 *Considerações de um Juiz de Direito sobre o sertão baiano oitocentista*
Rafael Sancho Carvalho da Silva

Artigos

Marcos Francisco Alves

História e Literatura em diálogo: representações da escravidão em Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo¹

Mestrando em História – UFG
E-mail: marrcos-alves-gyn@hotmail.com

Resumo: No presente artigo, pretendemos discutir como os literatos Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo trabalharam a escravidão em suas produções literárias. Entendendo a Literatura como um registro de possibilidades de vida em certo tempo e lugar, considerando o texto e o contexto dos autores, e tendo como base o conceito de representação, investigaremos como está representada a temática escravista nas obras de Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo. Buscaremos mostrar como os autores apresentam visões antagônicas acerca do escravo, da escravidão e do processo de abolição da escravatura em suas obras.

Palavras-chave: Escravidão, Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo

Abstract: In the present article, we aim at discussing how the writers Bernardo Guimarães and Joaquim Manuel of Macedo there conceived the slavery in his literary productions. Understanding the Literature like a register of o possibilities of life in a certain time and place, considering the text and the context of the author, and based on the concept of representation, we will investigate as the slavish theme is represented in works of Bernardo Guimarães and Joaquim Manuel of Macedo. Try to show how the authors present two opposing views about of slave, of slavery and the process of abolition of slavery in his writings.

Key-words: slavery, Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo

Enviado em 24 de junho de 2010 e
aprovado em 29 de setembro de 2010

¹ Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa financiado pela Capes e desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

As relações entre História e Literatura constituem um dos debates mais fecundos da historiografia atual, no qual se discute não só o uso de obras literárias como fonte para o historiador, mas também se a própria História não seria uma forma de Literatura, ou seja, uma narrativa portadora de ficção. Segundo Hayden White, as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”. (WHITE, 2001:98). Se a História está mais próxima da literatura do que das ciências, se tanto inventa quanto descobre fatos, é uma representação do social tal como a Literatura.

O historiador, na impossibilidade de reconstruir o passado em sua totalidade, precisa se valer de representações do passado, de possíveis caminhos para representar as práticas sociais. Segundo Roger Chartier, a partir de práticas sociais dos homens do passado, o historiador constrói a sua representação, a sua versão daquelas práticas. A representação deve ser entendida em relação à noção de prática: uma representação provém de uma prática social, de um registro social concreto. (CHARTIER, 1990).

Assim, a História é uma representação da realidade tal como a Literatura, que representa a realidade, mas de forma alegórica, sem a preocupação com fontes e método. Seria essa a diferença entre a representação do historiador e a representação do literato. Mas, segundo White, essa velha diferença, de que ficção é uma representação do imaginável, enquanto a história uma representação do verdadeiro, deve dar lugar ao “reconhecimento de que só podemos conhecer o real comparando-o ou equiparando-o ao imaginável.” (WHITE, 2001:115). A História, portanto, é uma representação, e está intimamente relacionada à ficção, tal como a Literatura. Em *História, ficção, literatura*, Luis Costa Lima nos esclarece que não conseguimos separar totalmente a escrita da História da ficção, isso porque, “optando por dizer a verdade do que foi, a história não se desvencilha, radicalmente, do que poderia ter sido.” (LIMA, 2006:385). A História não só descobre fatos, como também os inventa, o historiador só reconstrói o real a partir do imaginável, e assim dialoga com a Literatura, sendo ambas representações de práticas sociais vividas.

Se História e Literatura estão intimamente ligadas, e a História também se pauta no imaginável e no ficcional, obras literárias são fontes significativas para o historiador.

Ao fazer uso de obras literárias como fonte, o historiador deve inseri-las no contexto histórico, mostrando suas intenções e diálogos com os acontecimentos de sua época. Literatura é um produto histórico datado e contextualizado historicamente, e assim não é outra coisa senão fonte para o historiador. Roger Chartier chega inclusive a falar que quando textos literários são usados pelos historiadores “perdem a sua natureza literária para serem reconduzidos ao estatuto de documento, válidos porque mostrando, de um outro modo, o que a análise social estabeleceu pelos seus próprios processos”. (CHARTIER, 1990:62).

Portanto, ao usar Literatura como fonte, estamos lidando com documentos, não com meras narrativas ficcionais. Tendo em vista essa significância da Literatura enquanto fonte para o historiador, bem como da estreita relação entre História e Literatura, investigaremos a seguir como dois literatos brasileiros, Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo, trabalham a escravidão em suas obras, além de como teceram representações acerca do escravo e do modo de vida da sociedade escravista brasileira do século XIX. Tentaremos mostrar como as obras literárias dos autores trabalhados nos permitem discutir a escravidão no Brasil, ao dialogar com a historiografia do tema, estabelecendo assim o diálogo entre His-

tória e Literatura.

Duas visões antagônicas acerca da escravidão

Heróis ou vilões? Abolir a escravidão para beneficiar os escravos ou os próprios senhores? Estas são as principais inquietações que Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo tiveram e imprimiram em suas obras literárias no alvorecer do século XIX, quando os debates em torno do tema escravista tornaram-se decisivos, culminando na abolição da escravidão em 1888. Enquanto Bernardo Guimarães colocava o escravo como herói, o que se expressa na sua obra máxima *A Escrava Isaura*, Joaquim Manuel de Macedo o colocava como vilão, demonizando o escravo em sua obra *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. Para Bernardo Guimarães, a abolição significava uma medida humanitária que beneficiaria milhares de escravos. Para Macedo, era uma medida que beneficiaria a própria classe proprietária de escravos, que se veria livre de escravos devassos e cruéis.

A seguir, analisaremos como essas ideias foram desenvolvidas nas obras *A Escrava Isaura* e *Uma história de quilombolas* de Bernardo Guimarães, e na obra *As vítimas-algozes: quadros da escravidão* de Joaquim Manuel de Macedo, composta de três romances. Por questões didáticas dividiremos o trabalho em duas partes: na primeira, analisaremos as ideias de Bernardo Guimarães, a qual subdividiremos por temas de acordo com as duas obras utilizadas. Na segunda parte, subdividida de acordo com os três romances que compõem sua obra *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, analisaremos as ideias de Joaquim Manuel de Macedo.

Bernardo Guimarães: a visão humanitária acerca do escravo

O escritor mineiro Bernardo Guimarães ficou conhecido nacionalmente como o “romancista da abolição” pelo sucesso da obra *A Escrava Isaura*, publicada em 1875. Embora *A Escrava Isaura* seja considerada sua obra-prima, em *Uma história de quilombolas*, de 1871, o tema escravista, mais especificamente o quilombo, foi abordado de forma profunda e verossímil, talvez mais que do que em *A Escrava Isaura*.

A obra *Uma história de quilombolas* foi publicada em 1871, ano de aprovação da lei do Ventre Livre, e não por acaso, trazia como protagonista um mulato livre de nascimento. O romance, como esclarece o crítico Hélio de Seixas Guimarães, pode ser lido com muito proveito “com base no que a historiografia recente tem revelado sobre as formas de vida e organização dos quilombos oitocentistas, que constituem a matéria do conto”. (GUIMARÃES, H., 2006:18). Um renomado historiador da escravidão, Flávio dos Santos Gomes, já viu o potencial do romance de Bernardo Guimarães, pontuando que a obra “considerando narrativas e enredos, oferece ferramentas metodológicas para abordarmos as histórias dos quilombos no Brasil”. (GOMES, 2006:8).

O romance *A Escrava Isaura* data de 1875, e de imediato ganhou grande simpatia do público, tornando-se uma das obras literárias brasileiras de maior popularidade.² É considerado o romance abolicionista brasileiro, e, para tal intento, há indícios de que

2 Para se ter uma ideia do “fenômeno *Escrava Isaura*”, basta saber que a obra teve mais de cem edições só em português, sem contar os mais de 50 países onde o romance foi traduzido e publicado.

Bernardo Guimarães se inspirou no romance abolicionista norte americano *A Cabana de Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, que teve uma influência significativa no fim da escravidão nos Estados Unidos.

Pelas obras de Bernardo Guimarães, vemos como o autor vitimiza os escravos, alçando-os à condição de heróis. Além disso, há descrições preciosas em torno da escravidão, como aquelas sobre a vida e organização quilombola em *Uma história de quilombolas*, além dos comentários e críticas sutis em torno do sistema escravista presentes em *A Escrava Isaura*. A seguir, analisaremos suas obras, mostrando como o tema escravista está representado e como se percebe uma voz que enaltece o escravo como herói, ressaltando a necessidade de lhe conceder liberdade.

Uma história de quilombolas: *linguagens e religiosidade escrava*

Em *Uma história de quilombolas*, Bernardo Guimarães apresenta vários vocábulos de línguas africanas, sobretudo do quimbundo e do quicongo: *malungo, sambanga, elequara, mandinga, mondiá, caborje, pango, candonga, quizila, banzar, capiangan, ocaia*, etc.

A palavra *malungo*, por exemplo, muito citada no romance, significa “companheiro de sofrimento na travessia da kalunga (mar)”, era uma forma amigável dos escravos se tratarem, já que haviam partilhado a experiência de serem transportados para um novo continente (SLENES, 1991/92:53). Segundo Robert Slenes, o uso de tais termos pelos escravos também era uma forma de código, para que os brancos não soubessem o que estavam falando. Dessa forma, os cativos se tornaram bilíngues, possuíam a língua de origem bantu (macro grupo lingüístico africano) e a língua crioula baseada no português regional. (SLENES, 1991/92:60).

Dos nomes dos personagens, dois nos chamam atenção: Joaquim Cassange e Maria Conga. Os escravos recebiam um nome cristão e o sobrenome correspondia não à nação a que pertenciam, mas ao porto de embarque. Era uma forma dos colonizadores classificarem os escravos traficados, além do mais, foram eles que os dividiram em nações, pois entre os africanos não havia tal ideia. (SOUZA, 2002:140). Joaquim Cassange ainda era conhecido como “Zambi Cassange”, pois todo líder quilombola era chamado de “Zambi” ou “Zumbi”.

A religiosidade africana, considerada pelos brancos como feitiçaria, também é ressaltada na obra de Bernardo Guimarães quando Anselmo e Zambi Cassange fazem um juramento, pelo qual Zambi se comprometia a entregar Florinda e Anselmo se comprometia a não denunciar o quilombo. O juramento consistia numa incisão, da qual, com o sangue retirado foi feita uma cruz na testa de ambos, ou seja, um símbolo cristão:

Anselmo não se opôs. O negro abriu-lhe a camisa, e com a ponta da faca fez-lhe uma leve incisão no peito esquerdo, e com o sangue que saiu, fez com o dedo uma cruz em sua própria testa. Depois apresentou um braço ferido a Anselmo, e este, molhando o dedo no sangue de Zambi, fez também uma cruz na testa. (GUIMARÃES, B., 2006:109).

A historiografia confirma essa relação entre preceitos cristãos e religiões africanas, mas há uma divergência se isso constituiu sincretismo ou não. Arthur Ramos, por exemplo, nos seus primeiros estudos, achava que o sincretismo era uma troca harmoniosa e sem dominação, mas depois concluiu que houve dominação, porém não tão intensa. (RAMOS, 1942 *apud* FERRETI, 2001). Roger Bastide fala em pureza e não em mistura (sincretismo), e, se houve troca, o termo correto é reinterpretação e não sincretismo. (BASTIDE, 1985 *apud* FERRETI, 2001). A historiografia contemporânea não considera que houve sincretismo, mas sim que a religiosidade africana se manteve sob o manto do catolicismo.

A relação entre fé católica e religiosidade africana fica clara em outros momentos do romance de Bernardo Guimarães. Os escravos, ao mesmo tempo que fazem tais cerimônias de “feitiçaria”, evocam o nome de Cristo e o de Nossa Senhora do Rosário, tanto em momentos de louvação quanto em momentos de aflição, como nos seguintes:

- Entra, malungo, com Deus e Nossa Senhora do Rosário. [...]
- Por esta Nossa Senhora do Rosário, disse a negra beijando a imagem de seu rosário de ouro.[...]
- Esse moço é inocente, continuou Cassange a bradar, foi Deus e Nossa Senhora do Rosário que me trouxe aqui agora para não deixar correr sangue inocente, não é assim, meus parceiros? [...] (GUIMARÃES, B., 2006).

Tal devoção à Nossa Senhora do Rosário é comprovada pela historiografia. Marina de Mello e Souza comenta a lenda que deu origem a tal apego dos escravos pela santa. A lenda conta que a imagem de Nossa Senhora do Rosário aparecia a vários grupos sociais (brancos, caboclos e outros), todos levavam a imagem para o altar construído para ela, mas a imagem voltava para as águas, e os únicos que conseguiram mantê-la no altar foram os negros. A partir daí, os escravos passaram a remontar à santa com devoção, diziam que ela os tinha escolhido por serem pobres, humildes e espontâneos na forma de adoração. “Enviada de Deus, a santa só aderiu integralmente aos negros, que foram, portanto, os escolhidos para disseminar a sua palavra”. (SOUZA, 2002:310).

Emília Viotti da Costa também confirma a devoção especial que os escravos, de forma geral, mantinham por Nossa Senhora do Rosário. A autora completa que “a festa de Nossa Senhora do Rosário era de grande importância para os negros que, durante as celebrações, pareciam escapar momentaneamente à situação de oprimidos”. (COSTA, 1998:285).

Ressaltando tão bem a religiosidade africana e sua mistura com o catolicismo dos brancos, bem como da própria linguagem africana, Bernardo Guimarães fazia uma obra original, protagonizada por negros. Ainda que haja alguns deslocamentos e estereótipos em torno do escravo africano, o autor nos mostrou de forma significativa alguns aspectos da cultura afro-brasileira.

A Escrava Isaura: *a saga da heroína branca*

Romance publicado em 1875, *A Escrava Isaura* remonta aos anos 1840, “nos pri-

meiros anos do reinado do Sr. Pedro II”. Conta-nos o drama de Isaura, que luta contra os desejos libidinosos de seu algoz e sonha em se tornar livre. Isaura é descrita como branca, embora seja uma mulata, por ser filha de branco e negro, mas aparentemente ela é branca e Bernardo Guimarães faz questão de ressaltar sua brancura, como no trecho em que Malvina diz à Isaura: “És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano”. (GUIMARÃES, 2005:20).

Além de Isaura, tem destaque no romance a escrava Rosa, que tinha ódio mortal por Isaura. Ainda que apareça com essa perversidade, Rosa é bem lembrada no romance, o que não ocorre como outras escravas que aparecem apenas trabalhando, sem características peculiares. Aparecem no capítulo sete do romance, num grande salão destinado ao seu trabalho, onde fiavam e teciam lã e algodão. “Eram de vinte a trinta negras, crioulas e mulatas, com suas tenras crias ao colo ou pelo chão a brincarem em redor delas”. (GUIMARÃES, 2005:49).

Enquanto as cativas negras só serviam para trabalhar, as mulatas como Isaura e Rosa despertavam desejos sexuais e as brancas, como Malvina, serviam para casar, o que fica evidente à semelhança com o famoso ditado popular: “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”. Esse ditado é citado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, quando comenta a preferência nacional pelas mulatas, já que o gosto de casar com a mulher branca era uma repercussão das influências externas. (FREYRE, 1999:10).

O pai de Isaura, ex-feitor da fazenda, foge dos padrões da época. O português Miguel era um homem cordial, de bom coração, inclusive com os escravos. Mas o atual feitor da fazenda era um carrasco sem igual, fato muito ressaltado pela historiografia, do qual Bernardo Guimarães nos dá um testemunho importante:

O feitor é o ente mais detestado entre os escravos; um carrasco não carrega com tantos ódios. É abominado mais do que o senhor cruel, que o muniu do azorrague desapiedado para açoitá-los e acabrunhá-los de trabalhos. É assim que o paciente se esquece do juiz que lavrou a sentença para revoltar-se contra o algoz que a executa. (GUIMARÃES, 2005:53).

A crítica à figura do feitor é eminente na obra, mas a crítica em torno da escravidão do negro africano não. Bernardo Guimarães talvez tenha cometido um preconceito ao insinuar que Isaura, por ser educada, culta e branca não mereceria a condição de escrava, enquanto as demais escravas, “negras beiçudas e catingentas” deviam continuar no cativo.

Em *A Escrava Isaura*, Bernardo Guimarães, talvez implicitamente, acabava por mostrar que a escravidão é injusta apenas para um ente tão excepcional como Isaura, que por ser branca, bela e culta não mereceria a condição de cativa. Mas para os escravos negros, feios e iletrados, a escravidão lhes caía bem. Tirando Isaura, nenhum dos outros escravos, como Rosa, André ou tia Joaquina são redimidos, não merecem a liberdade, parece dizer o autor. Isaura carrega as virtudes que lhe torna injusta a condição de cativa, os outros não.

Vida e cotidiano quilombola

Em *Uma história de quilombolas* Bernardo Guimarães trabalha a questão do quilombo, as suas estratégias de defesa, suas relações com outros grupos sociais e as suas práticas culturais. Logo no início da narrativa, Bernardo Guimarães traça um mapa da distribuição dos quilombos na província de Minas Gerais, nos informando que “naqueles tempos, na província de Minas, desde a serra da Mantiqueira até os confins dos terrenos diamantinos, era uma série de quilombos, que eram o flagelo dos tropeiros e dos caminhantes, e o terror dos fazendeiros”. (GUIMARÃES, B., 2006:10).

Feita uma distribuição geral dos quilombos mineiros, o autor traça a localização do quilombo encenado na obra: o quilombo de Zambi Cassange. O quilombo, como era de praxe, ficava em um local de difícil acesso, a quatro léguas de Ouro Preto, perto da serra da Itatiaia, “em um vasto grotão sombrio e profundo, coberto de espessíssima floresta”. (GUIMARÃES, B., 2006:11). A dificuldade de acesso, por uma questão óbvia, era para tornar os quilombos mais difíceis de serem descobertos, e a historiografia confirma esse fato. Flávio dos Santos Gomes explica que “os quilombos mineiros situavam-se próximos a locais íngremes onde podiam colocar vigias para avisar seus habitantes de qualquer movimentação de tropas enviadas para destruí-los”. (GOMES, 1996:129). Daí que os quilombos ficavam em pontos estratégicos, próximos a estradas e, ao mesmo tempo, situados em locais de difícil acesso.

Mas a maior inovação do romance de Bernardo Guimarães foi mostrar os quilombolas de forma humanizada, como disse Flávio dos Santos Gomes. Salvo alguns estereótipos aqui e ali, o autor nos mostrou os quilombolas como sujeitos históricos com cultura e lógica de vida próprias. No trecho seguinte, isso se torna claro ao retratar os quilombolas como sujeitos com normas próprias, inclusive quanto às mulheres: “[...] a respeito de mulheres havia leis mui terminantes, próprias para reprimir excessos e devassidões, que em todas as sociedades são sempre um princípio de desorganização”. (GUIMARÃES, B., 2006:38). Mas dentro do quilombo havia outras regras, o que o tornava um verdadeiro mosteiro, como disse Bernardo Guimarães:

[...] Também não permitia, senão com muita reserva, as danças e folguedos, e coibia severamente o abuso do vinho e da aguardente. Assim aquele quilombo era uma espécie de mosteiro no meio das brenhas, onde, no meio dos trabalhos de uma vida áspera e fragueira, se mantinha a mais severa disciplina, e se desconheciam os regalos e prazeres que o amenizam. (GUIMARÃES, B., 2006:51).

Bernardo Guimarães define o quilombo de Zambi Cassange como uma “espécie de mosteiro”, ou seja, um local fechado e recluso? Ou um mosteiro, no sentido que ali havia leis rigorosas? A segunda proposição parece ser a mais correta, pois o quilombo não era um local fechado do mundo, havia mais comunicação entre quilombos e com o mundo dos que permaneciam escravos do que se imaginava até há pouco tempo, quando a historiografia se debruçou sobre o assunto.

Surgiram no Brasil duas correntes historiográficas que explicavam o aquilombamento dos escravos: a corrente culturalista de 1930, e a corrente materialista de 1960.

Tanto a corrente materialista como a culturalista entendiam que os escravos, ao se aquilombarem, não eram sujeitos históricos, e que o quilombo estava fora da sociedade escravista, pois esta “coisificava” o escravo e só no quilombo poderiam resistir (culturalmente e materialmente) à dominação. (GOMES, 2006). Mas vimos, pela obra de Bernardo Guimarães, que não era bem assim, pois os quilombolas liderados por Zambi Cassange preocupavam o governador mineiro D. Manuel e, portanto, estavam inseridos no sistema, principalmente pelo medo de aliciarem novos escravos. E não eram sujeitos históricos? O que dizer do sistema de normas criado por Zambi para seu quilombo, das suas formas de organização militar, da sua religiosidade, enfim, das práticas culturais que lhes eram próprias?

Os quilombolas, tal como retratados no romance de Bernardo Guimarães, eram sujeitos históricos e, enquanto sujeitos históricos, recriaram um mundo novo dentro dos variados mundos da escravidão. Por isso, no final dos anos 1980, uma nova corrente historiográfica surge, mostrando que o quilombo era uma forma de reorganizar a vida, a família, a sociedade e a cultura. Essa nova historiografia vai tentar recuperar o cativo como sujeito histórico, devolvendo-lhe a consciência histórica, mostrando seus valores a partir de sua própria cultura. Dentro dessa nova historiografia está Flávio dos Santos Gomes, que, não por acaso, citou a relevância do romance de Bernardo Guimarães em sua obra *Histórias de quilombolas*.

Uma das inovações da obra de Bernardo Guimarães foi mostrar que o mundo dos quilombolas não era uma realidade isolada, pois o mundo ilegal deles estava interligado à sociedade legalizada. Tal fato fica evidente no seguinte trecho:

É tempo perdido, senhor capitão. Há muita gente graúda que capeia esses malditos e se enriquece por meio deles. Não falta quem os avise, e nunca podem ser agarrados. Se nós mesmos não fizermos diligências e nos fiarmos no governo de Vila Rica, estamos aviados. (GUIMARÃES, B., 2006:18).

Bernardo Guimarães mostra que os quilombolas mantinham acordos com outros grupos sociais, que os acobertavam. Segundo Flávio dos Santos Gomes, esses outros grupos sociais eram formados por “taberneiros, indígenas, criminosos brancos, escravos, mineradores, entre outros”. (GOMES, 1996:124). Esses permanentes contatos, sobretudo com os escravos, preocupavam sobremaneira as autoridades, afinal podiam aliciá-los para o quilombo. Mas havia também pessoas da alta sociedade envolvidas com os quilombolas, os quais Bernardo Guimarães também faz questão de citar: “Os quilombolas tinham feito intermediários que especulavam com eles, e por meio dos quais faziam grandes transações de compra e venda, e esses intermediários, não poucas vezes, eram pessoas que gozavam de vantajosa posição na sociedade.” (GUIMARÃES, B., 2006:83).

Para além dos quilombolas não estarem isolados, eles ainda mantinham relações com vários grupos sociais, inclusive com pessoas da alta sociedade. Eram uma verdadeira sociedade com normas sociais, aspectos culturais e econômicos próprios. “Viviam da agricultura, da mineração e do roubo”. (GOMES, 1996:124). Este último aspecto é bem lembrado no romance de Bernardo Guimarães, quando Zambi Cassange ordena aos seus quilombolas: “Nosso vinho está acabando, carne e toucinho também, e a despesa

está precisando de sortimento. É preciso que vocês todos, hoje, vão para a estrada ver se fazem alguma colheita.” (GUIMARÃES, B., 2006:75). Ou seja, a “colheita” era feita nas estradas, quando os quilombolas saqueavam caravanas de viajantes e taberneiros em busca de tais mantimentos.

O quilombo era uma verdadeira fortaleza no meio da floresta, tal como era o de Zambi Cassange. Era um mundo interligado com o mundo legalizado dos brancos, o que fica claro no romance. E mais, “os variados mundos criados pelos aquilombados acabaram por transformar profundamente a vida e, conseqüentemente, o mundo daqueles que permaneciam escravos”. (GOMES, 2006:313). Assim é que os quilombolas acabaram por mudar a vida dos escravos Mateus e Florinda. Mas Bernardo Guimarães também faz questão de ressaltar a correspondência entre um quilombo com outro, assim é que ocorre entre o quilombo chefiado por Zambi Cassange e o chefiado por João Cara-seca: “Os dois chefes se correspondiam frequentemente, e davam aviso um ao outro de qualquer ocorrência que os pudesse interessar.” (GUIMARÃES, B., 2006:79).

Dessa forma, havia muita ligação entre quilombolas distintos, bem como com a sociedade dos brancos. Este último fato, só recentemente comprovado pela historiografia, já havia sido mostrado por Bernardo Guimarães em 1871, daí a importância da obra como testemunho histórico. Uma obra original, protagonizada por mestiços, ambientada num quilombo, que mostra os quilombolas tal como a nova historiografia da escravidão mostra: sujeitos históricos com cultura e lógica de vida próprias.

Abolicionismo e justiça social em A Escrava Isaura

Escrita em plena campanha abolicionista (1874) e ambientada na década de 1840, a obra *A Escrava Isaura* nos dá, bem sutilmente, um testemunho em torno da questão abolicionista. O autor coloca na fala de personagens como Álvaro e Dr. Geraldo algumas frases abolicionistas, comentários sobre o regime da escravidão, como a seguinte fala de Álvaro, jovem abolicionista:

- A escravidão em si mesma já é uma indignidade, uma úlcera hedionda na face da nação, que a tolera e protege. Por minha parte, nenhum motivo enxergo para levar a esse ponto o respeito por um preconceito absurdo, resultante de um abuso, que nos desonra aos olhos do mundo civilizado. Seja eu embora o primeiro a dar esse nobre exemplo, que talvez será imitado. Sirva ele ao menos de um protesto enérgico e solene contra uma bárbara e vergonhosa instituição. (GUIMARÃES, 2005:110).

Álvaro se refere ao “nobre exemplo” o fato de querer libertar Isaura dessa “úlcera hedionda” que é a escravidão. O “preconceito absurdo” talvez se refira ao fato de se escravizar o semelhante, só por ser negro, “resultante de um abuso”, ou seja, pela simples distinção de cor, retirar um ente de sua terra, em outro continente, como se fosse uma coisa qualquer, passível de exploração em um novo continente. Isso era uma “desonra aos olhos do mundo civilizado”, pois desde o final do século das luzes (XVIII), se pregava a liberdade. No Brasil ainda subsistia a escravidão, essa “bárbara e vergonho-

sa instituição”. O Brasil foi o último país a proclamar a abolição, já que para entrar na civilização, na modernidade, essa “úlceras hedionda” devia ser curada antes de se entrar no século XX, era do progresso e, assim, em 1888 extingue-se a escravidão. Álvaro repudiava totalmente essa instituição, por isso libertara Isaura para servir de exemplo, mas antes disso já tomara providências com os escravos da fazenda que herdara de seus pais, pois emancipara todos os escravos, organizando uma espécie de colônia para viverem e cultivarem a terra: “A fazenda lhes era dada para cultivar, a título de arrendamento, e eles, sujeitando-se a uma espécie de disciplina comum, não só preservavam-se de entregar-se à ociosidade, ao vício e ao crime, tinham segura a subsistência e podiam adquirir algum pecúlio” [...]. (GUIMARÃES, 2005:76).

Álvaro tinha consciência de que pouco adiantava libertar os escravos, se não lhes dessem instrução e um ofício para viver. Liberdade era bom, mas devia-se dar condições de viver em liberdade. Joaquim Nabuco também atentava para tal questão, explicando que “é preciso mais do que a cessação do sofrimento, ou da inflição do cativo, para converter o escravo e o senhor em homens animados de espírito de tolerância, de adesão aos princípios de justiça” [...]. (NABUCO, 2000:143). Só a liberdade não deixaria o escravo tornar-se um cidadão de um país livre. O abolicionista Joaquim Nabuco explicava que “eles [escravos] precisam, não somente de trabalho, certo e permanente, que o salário lhes pode achar, mas também de que a sua propriedade humana continue a ser permutável, isto é, a ter valor na carteira dos bancos e desconto nas praças do comércio”. (NABUCO, 2000:148). E na obra, Bernardo Guimarães citava essa alternativa de Álvaro, que fez uma espécie de colônia em sua fazenda para os escravos trabalharem remuneradamente. Os escravos poderiam ter um pecúlio para viver, inclusive para indenizar Álvaro pela emancipação que lhes dera, livrando-se de entregar ao ócio, ao vício e ao crime. Conquanto esse espírito humanitário, Álvaro era advertido por seu amigo Dr. Geraldo, renomado advogado de Recife, de que o discurso dominante, as leis, as convenções sociais, os obrigava a deixar as coisas como estavam:

[...] Álvaro, a vida social está toda juncada de forças caudinas, por debaixo das quais nos é forçoso curvar-nos, sob pena de abalroarmos a frente em algum obstáculo que nos faça cair. Quem não respeita as conveniências e até os preconceitos sociais, arrisca-se a cair no descrédito ou no ridículo. (GUIMARÃES, 2005:110).

Assim, as convenções sociais não permitiam que se mudasse a situação, mas Álvaro era rico, queria intervir ao menos para salvar sua amada Isaura. Miguel, o pai de Isaura, quando Leôncio se recusa a lhe vender Isaura, procura denunciar o caso às autoridades. Miguel estava no seu direito, pois o pai de Leôncio já há muito tempo havia fixado o preço de Isaura e Leôncio tinha obrigação por lei de vendê-la, já que se fazia o anúncio, justamente para que o senhor, na última hora, não mudasse o valor. Mas Leôncio infringe a lei, muda o preço para a exorbitante quantia de dez contos de réis, e em um ano, Miguel consegue tal valor e volta à fazenda. Ainda assim, Leôncio se recusava a vender Isaura. Por isso, Miguel pensou em denunciar o caso às autoridades, implorando a proteção das leis em favor da filha, “mas todos a quem consultava, respondiam-lhe a uma vez: – Não se meta em tal; é tempo perdido. As autoridades nada têm que ver com o que se passa no

interior da casa dos ricos”. (GUIMARÃES, 2005:83).

A escravidão acabava sendo um negócio fechado, dentro das próprias casas dos ricos e o Estado nada podia fazer para intervir. Deste modo, as tentativas de Miguel de denunciar o caso às autoridades se mostravam vãs, assim é que Álvaro se mostrava indignado com a instituição que maltratava sua amada Isaura, de não poder fazer nada para libertá-la. É por isso que Dr. Geraldo lhe diz, que Leôncio, na condição de dono de Isaura, tinha o “incontestável direito de reclamar e apreender a sua escrava onde quer que se acha” (GUIMARÃES, 2005:108), ao que replica Álvaro:

- Infame e cruel direito é esse, meu caro Geraldo. É já um escárnio dar-se o nome de direito a uma instituição bárbara, contra a qual protestam altamente a civilização, a moral e a religião. Porém, tolerar a sociedade que um senhor tirano e brutal, levado por motivos infames e vergonhosos, tenha o direito de torturar uma frágil e inocente criatura só porque teve a desdita de nascer escrava, é o requinte da celeradez e da abominação. (GUIMARÃES, 2005:108).

Era preciso que o Estado interviesse nos lares e se fizesse uma gradual emancipação dos escravos, para que o país se livrasse da “instituição bárbara” e entrasse na civilização. Mas tal empreendimento estatal estava atrelado à defesa dos interesses dos proprietários de escravos e desde aí começava o problema, como diz Dr. Geraldo:

[...] como poderá a justiça ou o poder público devassar o interior do lar doméstico e ingerir-se no governo da casa do cidadão? Que abomináveis e hediondos mistérios, a que a escravidão dá lugar, não se passam por esses engenhos e fazendas, sem que, já não digo a justiça, mas nem mesmo os vizinhos, deles tenham conhecimento? ... Enquanto houver escravidão, hão de se dar desses exemplos. Uma instituição má produz uma infinidade de abusos, que só poderão ser extintos cortando-se o mal pela raiz. (GUIMARÃES, 2005:109).

O personagem de Bernardo Guimarães tinha razão, era preciso cortar o mal pela raiz, mas como fazer isso? Como devassar o interior das casas e tornar os escravos uma preocupação pública? Dr. Geraldo explicava a Álvaro que “as leis civis, as convenções sociais, são obras do homem, imperfeitas, injustas, e muitas vezes cruéis”. (GUIMARÃES, 2005:109). A justiça estava subordinada ao arbítrio senhorial, ao clientelismo e às relações de compadrio. Leôncio, como senhor escravista, tinha influência no lugar, o que fica claro quando obriga o pai de Isaura a pagar todas as despesas e prejuízos que ele tivera com a fuga de Isaura, com o que havia gastado para encontrá-la, é quando o narrador nos explica: “Como Leôncio era rico, amigo dos ministros, e tinha grande influência no lugar, as autoridades locais prestaram-se de boa mente a todas estas perseguições”. (GUIMARÃES, 2005:133).

Leôncio era amigo do Ministro da Justiça, o qual lhe deu uma carta de recomendação, uma ordem para que o chefe de polícia de Pernambuco o auxiliasse no descobrimento e captura de Isaura. As “amizades” é que eram a verdadeira justiça, esta estava do lado do opressor e não do oprimido. É por isso que Dr. Geraldo diz a Álvaro:

A lei no escravo só vê a propriedade, e quase que prescinde nele inteiramente da natureza humana. O senhor tem direito absoluto de propriedade sobre o escravo, e só pode perdê-lo manumitindo-o ou alheando-o por qualquer maneira, ou por litígio provando-se liberdade, mas não por sevícias que cometa ou outro qualquer motivo análogo. (GUIMARÃES, 2005:109).

Quanto aos escravos, a lei só os via como propriedade, não como ser humano que tinha direito à liberdade. Com a abolição feita, iniciou-se outra polêmica: como esses ex-escravos se tornariam cidadãos plenos? Nem todos tiveram a mesma sorte de Isaura que, mesmo antes da liberdade, já era culta e letrada.

Mesmo que não tenha atacado a fundo o sistema escravista e tenha apenas algumas passagens que evocam a abolição, *A Escrava Isaura* nos faz ver algumas situações corriqueiras do sistema escravista e perceber as intenções do autor. Mesmo que tenha ressaltado a necessidade de liberdade para um ente tão excepcional como Isaura, que não merecia a condição de cativa, ao contrário dos outros escravos, a obra testemunha, com sinais bem sutis, a condenação do sistema escravista e a necessidade urgente da abolição. *A Escrava Isaura* abriu-nos algumas possibilidades de leitura do tema escravista e, neste artigo é esta a abordagem que nos interessa para o recorte proposto.

Joaquim Manuel da Macedo: a demonização do escravo

Joaquim Manuel de Macedo – médico, escritor, professor – não demonstra nenhuma simpatia para com o escravo. Literato da Corte, de família abastada, membro da elite imperial, Macedo estava lado a lado da ilustre família real. Além de lecionar História no aristocrático Colégio Pedro II, Macedo foi professor particular das princesas Isabel e Leopoldina, dando-lhes lições de história do Brasil. Dessa forma, analisou o escravo do seu ponto de vista de homem aristocrático, inculcando periculosidade e perversidade ao escravo, tentando resguardar os interesses da sua classe, de que era o escravo que lhes causava mal, e não eles que faziam mal para os escravos. Não por acaso, sua ilustra aluna, a Princesa Isabel, dará a sentença final, a abolição de 1888, que resguardou os interesses da classe proprietária de escravos, deixando milhares de escravos sem rumo e sem perspectivas. Em *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, Joaquim Manuel de Macedo carrega o escravo de periculosidade e perversidade, acabando por demonizá-lo e mostrá-lo como vilão.

Publicada em 1869, a obra *As vítimas-algozes: quadros da escravidão* é composta de três narrativas: *Simeão, o crioulo*, *Pai Raiol, o feiticeiro* e *Lucinda, a mucama*. Através desses três quadros da escravidão, Macedo elaborou sua tese acerca do sistema escravista no Brasil, a de que os escravos por serem vítimas de um sistema opressor acabam reagindo de forma violenta, tornando-se algozes, sendo, portanto, “vítimas-algozes”.

A obra *As vítimas-algozes*, sua propaganda antiescravista, não foi acatada pelo público. Macedo queria mostrar que o escravo era vítima de um sistema opressor, e por isso se comportava de forma violenta, tornando-se um algoz, mas acabou incitando o ódio pelo escravo, dada a perversidade que atribui a ele.

Robert Slenes, em sua obra *Na senzala, uma flor*, concebe que a obra *As vítimas-algozes* é um “tratado antiescravista, cujo tema é a influência maléfica da escravidão no seio da família branca”. (SLENES, 1999: 138). Slenes dá uma explicação plausível para essa visão pessimista de Macedo sobre o escravo, afirmando ser uma “manifestação extrema de um preconceito cultural que provavelmente era compartilhado pela maioria dos brasileiros e europeus bem-nascidos.” (SLENES, 1999:138).

Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis, historiador*, comenta que Joaquim Manuel de Macedo previa um cenário apocalíptico sobre uma possível emancipação imediata dos escravos. Segundo o autor, em *As vítimas-algozes* Macedo faz “desfile uma galeria medonha de escravos astuciosos, trapaceiros e devassos, sempre dispostos a ludibriar os senhores e ameaçar os valores e o bem-estar da família senhorial”. (CHALHOUB, 2003:158).

Cléria Botelho da Costa concebe que Macedo engendra um imaginário do medo. Segundo a autora, há em *As vítimas-algozes* “a intencionalidade de realçar a periculosidade, de inculcar o medo do escravo, sobretudo, aos senhores com o propósito de movê-los para a emancipação, antes que o escravo a fizesse.” (COSTA, www.cei.unir.br).

As vítimas-algozes de Joaquim Manuel de Macedo nos abre, portanto, fecundas possibilidades de pensar e analisar o tema escravista. A seguir, analisaremos os três romances que compõem a obra, os três quadros da escravidão.

Simeão, o crioulo: *o escravo-serpente*

Com a ideia de que “a escravidão degrada, deprava, e torna o homem capaz dos mais medonhos crimes”, e de que só “a liberdade moraliza, nobilita, e é capaz de fazer virtuoso o homem”, Macedo, na primeira narrativa de *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, intitulada *Simeão, o crioulo* nos conta a história de Simeão, o “escravo-serpente”, um crioulo que crescera sob o jugo da escravidão, a qual lhe tornou capaz de cometer medonhos crimes.

Macedo mostra que o fato de um escravo como Simeão tornar-se perverso e capaz dos mais medonhos crimes está intimamente ligado com a escravidão, e só pode acabar com o fim desta, daí que clama: “O negro escravo é assim. Se o não quereis assim, acabei com a escravidão.” (MACEDO, 2010:10). “Sementeira de venenosos espinhos, a escravidão não pode produzir flores inocentes”, completa o narrador.

Simeão mata a senhora Angélica, Florinda e seu esposo Hermano de Sales. Com a ajuda de Barbudo, homem branco e livre, e da mucama Eufêmia, são consumados os homicídios. Barbudo mata os dois senhores-moços, e Simeão mata Angélica, a mulher que o criara como filho:

Simeão aproximou-se do leito, e sem compaixão da fraqueza, sem lembrança dos benefícios, filho celerado da escravidão que é horror, demônio da ingratidão e da perversidade, levantou o machado, e descarregou-o sobre a cabeça de Angélica, que morreu sem expirar. O machado partira pelo meio a cabeça da protetora e segunda mãe do assassino. (MACEDO, 2010:36).

Essa é a cena mais chocante da narrativa, quando Simeão mata sua senhora e segunda mãe, partindo-lhe a cabeça com um machado. Mas aí vem a pergunta: por mais que seja chocante e repugnante, é exagero do autor? Emília Viotti da Costa nos confirma: “Durante todo o tempo em que vigorou o regime (escravista), eram correntes na zona cafeeira as notícias de crimes hediondos cometidos por escravos contra senhores e feitores”. (COSTA, 1998:366).

Em outra passagem do romance, Macedo nos informa que o dia de domingo era de descanso para os escravos: “Os escravos têm no domingo o seu dia de arremedo da liberdade; de manhã saem a vender o que têm colhido de suas pobres roças e o que têm furtado das roças do senhor; à noite vão aos fados e aos deboches da venda.” (MACEDO, 2010:34). Como o dia de domingo era santificado pela fé cristã, os senhores “extremamente devotos, impediam qualquer trabalho aos domingos e dias santificados.” (COSTA, 1998:296). Macedo comenta que eram raros os senhores no Brasil que não faziam isso:

Nunca em parte alguma do mundo houve senhores mais humanos complacentes do que no Brasil, onde são raros aqueles que nos domingos contêm presos no horizonte da fazenda os seus escravos; em regra, todos fecham os olhos ao gozo amplo do dia santificado. Por isso as fazendas são muito mais solitárias aos domingos. (MACEDO, 2010:34).

A complacência quanto ao dia de domingo é certa, mas é curioso que Macedo afirme que não houve no mundo senhores mais complacentes do que no Brasil. Essa polêmica ideia de que os senhores brasileiros eram benevolentes com os seus escravos já rendeu muitas discussões ao longo da história brasileira. Desde Gilberto Freyre, que criou o mito da democracia racial, de que brancos e negros viviam em plena harmonia no Brasil, essa questão vem sendo discutida. Emília Viotti da Costa confirma a existência de senhores benévolos que tratavam seus escravos com humanidade, bem como escravos tão submissos que chegava a parecer patético, mas isso constituía uma minoria, pois, de forma geral, “a instituição escravista propiciava os excessos, os crimes, a espoliação de um grupo pelo outro”. (COSTA, 1998:335). Portanto, havia no geral um embate entre os dois grupos, senhores cruéis para com seus escravos, como também casos de escravos que corrompiam, roubavam e matavam senhores, como Joaquim Manuel de Macedo nos mostra.

Para acabar com esse perigo eminente de que os escravos representavam aos seus senhores, Macedo dizia que a única solução era o fim da escravidão. Além da necessidade fundamental de dar liberdade, o escritor completa que: “cumpra completar o favor dos sentimentos com o favor da educação, inoculando no coração do pequeno escravo predileto as noções do dever, o ensino da religião, a virtude da paciência, a obrigação do trabalho que moraliza e nobilita o homem”. (MACEDO, 2010:32). Ou seja, a liberdade, completada pela educação, pelo ensino da religião, pelo trabalho dissiparia toda a perversão do escravo. Por isso, alertava: “eu vos digo que Simeão, se não fosse escravo, poderia não ter sido nem ingrato, nem perverso”. (MACEDO, 2010:37).

Ao final do romance, é exposta a solução: a necessidade de extinguir a escravidão no Brasil:

A escravidão multiplica os Simeões nas casas e fazendas onde há escravos. Este Simeão vos horroriza?... Pois eu vos juro que a força não o matou de uma vez; ele existe e existirá enquanto existir a escravidão no Brasil. Se quereis matar Simeão, acabar com Simeão, matai a mãe do crime, acabai com a escravidão. (MACEDO, 2010:272).

Macedo mostra que enquanto existir a escravidão no Brasil, existirão escravos perversos como Simeão. A solução, então, apontada por Macedo para acabar com os escravos ingratos e perversos como Simeão, é clara: acabar com a mãe do crime, a escravidão, e à civilização, caberia criar a lei que enforque para sempre a escravidão.

Pai-Raiol, o feiticeiro: a história do escravo-demônio

“O Pai-Raiol era o demônio do mal e do rancor”, “o demônio que matava de longe com os olhos”. (MACEDO, 2010:72). À semelhança da primeira narrativa, também temos agora em *Pai-Raiol, o feiticeiro*, a história de um escravo perverso, cruel e assassino, mas agora com outra característica: feiticeiro. Nesta segunda narrativa de *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, Macedo tece várias considerações acerca do que ele chama de “feitiçaria”. Segundo Macedo “o feitiço tem o seu pagode, seus sacerdotes, seu culto, suas cerimônias, seus mistérios; tudo porém grotesco, repugnante, e escandaloso”. (MACEDO, 2010:40). Como representante de uma elite escravista e abastada, Macedo só poderia descrever a religiosidade africana de forma estereotipada, como algo repugnante.

Macedo comenta que o escravo africano é o rei do feitiço. Segundo o autor, o escravo africano “o trouxe para o Brasil como o levou para quantas colônias o mandaram”. (MACEDO, 2010:39). Comenta que a figura do feiticeiro era mítica, pois, se por um lado, chegava a causar medo, por outro, era venerado e respeitado pelos demais escravos. De fato o feiticeiro gozava de prestígio perante os outros escravos. Emília Viotti da Costa nos comenta que o feiticeiro era “respeitado e temido por todos, curando males do corpo e do espírito, doenças e mal de amor”, e que “mesmo os brancos se serviam deles”. (COSTA, 1998:303). Mary Karasch também nos confirma que certamente tanto escravos quanto senhores que compartilhavam suas crenças consideravam os feiticeiros como “líderes religiosos poderosos e eficazes, capazes de manipular o sobrenatural e neutralizar o mal”. (KARASCH, 2000:351).

O protagonista do romance, Pai-Raiol, era um típico negro, “um dos últimos importados da África pelo tráfico nefando”, diz o narrador. Passa por 4 senhores e sofre pela condição de escravo: “experimentara por mais de uma vez as dolorosas solidões do tronco e os tormentos do açoite no poste horrível”, orelha mutilada por violência de castigo, rosto cravejado de “cicatrizes vultuosas de sarjaduras recebidas na infância”, “um golpe de azorrague lhe partira pelo meio o lábio superior, e a fenda resultante deixara a descoberto dois dentes brancos, alvejantes, pontudos, dentes caninos que pareciam ostentar-se ameaçadores”. (MACEDO, 2010:44).

Essa descrição de Pai-Raiol aponta, segundo Cléria Botelho, que Macedo “busca naturalizar as imagens físicas, biológicas do escravo negro africano como um ser não humano, um animal, com dentes afiados que poderia atacar o seu senhor a qualquer

momento, ser inferior na escala darwiniana”. (COSTA, www.cei.unir.br). Em outra passagem, Macedo descreve que “as inspirações da natureza má o tornavam fera; mas em sua ferocidade estava longe de ser leão, era leopardo”. (MACEDO, 2010:49). Ou seja, se assemelhava a um leopardo, o animal mais feroz na escala darwiniana. Tudo isso para engendrar o medo: uma fera que podia atacar a qualquer momento.

Além de Pai-Raiol, tem destaque no romance a escrava Esméria, que se amasiou com Paulo Borges, seu senhor, e dele teve um filho para tentar arrancar sua herança. Comentando essas relações entre escrava e senhor, Macedo faz a seguinte crítica: “O senhor que se degrada ao ponto de distinguir como mulher uma sua escrava é mais do que imoral, é um imprudente e desassisado que põe em desgoverno a própria casa, e levanta em trono de ignomínia a escrava corrupta elevada a senhora.” (MACEDO, 2010:57). E comentando ainda sobre esse amasiamento sexual entre senhor e escrava, Emília Viotti da Costa mostra que esse fato é socialmente explicável: “A organização da família patriarcal incitava os senhores a procurar satisfação sexual fora da órbita familiar, junto às escravas”. (COSTA, 1998:321).

Ao final do romance, Macedo chega à seguinte conclusão:

A asa negra da escravidão roçara por sobre a casa e a família de Paulo Borges, e espalhara nelas a desgraça, as ruínas e mortes violentas dos senhores. Pai-Raiol e Esméria, algozes pela escravidão, esses dois escravos assassinos não podem mais assassinar... A escravidão, porém, continua a existir no Brasil. E a escravidão, a mãe das vítimas-algozes, é prolífica. (MACEDO, 2010:89).

Depois que Pai-Raiol e Esméria, estas vítimas-algozes, arrasaram a vida de Paulo Borges, matando sua esposa e seus filhos ainda crianças, são então punidos: Esméria é presa, Pai-Raiol morre. Esses “algozes pela escravidão” não poderiam causar mais dano algum. Mas, como disse Macedo, a escravidão continuava a existir no Brasil, e como esta é prolífica, enquanto não fosse extinta, novos escravos como Pai-Raiol e Esméria devastariam o lar senhorial. A solução então era clara: era preciso acabar com a escravidão, “a mãe das vítimas-algozes”.

Lucinda, a mucama: luxúria e corrupção social

Lucinda, a mucama é a terceira e última narrativa de *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. Sem a sequência de mortes das duas primeiras histórias, sem, portanto, as agressões violentas que escravos perversos fazem contra seus senhores, em *Lucinda*, Macedo mostra outro tipo de violência: a violência moral. É a história de como uma mucama, escrava doméstica, que serve sua senhora em seus afazeres, corrompe a vida dessas senhoras e a família senhorial.

Macedo define *Lucinda* como “demônio da luxúria”, “uma escrava perversa e devassa como todas as escravas mais ou menos o são, comprometendo o nome e a reputação de uma donzela, sua senhora, para atrair um homem branco e satisfazer seu vício escandaloso”. (MACEDO, 2010:133). Foi assim que esse “demônio da luxúria” atraiu o criminoso francês que desonra sua senhorinha Cândida, e ainda por cima se tornou

amante do mancebo: “O sedutor e a escrava abraçados se associavam, e a escrava, em frenesi de libertinagem, prometia ao sedutor entregar-lhe a senhora... A vítima ia ser algoz”. (MACEDO, 2010:146). E de fato a vítima é algoz: Lucinda consegue desonrar sua jovem senhora. Lucinda é vítima de um sistema opressor, e ao mesmo tempo, torna-se algoz de sua senhora.

Mas Lucinda torna-se algoz e perversa porque é vítima de uma instituição nefanda, chamada escravidão. Macedo nos explica que “as escravas com quem convivera, algumas das quais muito mais velhas que ela, tinham-lhe dado as lições de sua corrupção, se seus costumes licenciosos, e a inoculação da imoralidade.” (MACEDO, 2010:97). Lucinda cresce “desde a primeira infância testemunhando torpezas de luxúria”. (MACEDO, 2010:103). Depois de contar a Cândida os segredos da puberdade e do sexo, sua senhorinha lhe pergunta como já sabia disso e Lucinda responde: “[...] porque sou negra escrava; com as escravas não precisa haver cuidados; nós não temos de casar-nos”. (MACEDO, 2010:100). E de fato geralmente não se casavam, pois “o sistema escravista impedia a vida familiar do escravo, favorecendo as uniões múltiplas e instáveis”. (COSTA, 1998:320). A perversão de Lucinda, pois, era explicável: “uma vítima da opressão social, [...] desse monstro desumanizador de criaturas humanas, que se chama escravidão”. (MACEDO, 2010:93).

Macedo realmente faz de Lucinda uma vítima, porque afirma que ela não é a culpada: “a maior criminosa é a sociedade cega e louca que põe a desmoralização junto da inexperiência, a escrava junto da menina donzela”. (MACEDO, 2010:162). A culpa está na sociedade escravagista, que desmoraliza a escrava, sendo esta, portanto, apenas uma vítima: “A escrava é o que a fazem ser: a sociedade escravagista se envenena com o veneno que prepara e impõe”. (MACEDO, 2010:162). Lucinda é, pois, uma vítima, mas o autor completa que: “Os escravos são vítimas; mas sabem ser vítimas-algozes. Lucinda, a mucama escrava, vítima porque era escrava, tinha sido algoz de sua senhora.” (MACEDO, 2010:190). Lucinda é uma vítima-algoz, e por ser algoz fora capaz de desonrar a vida de sua jovem senhora Cândida.

Em *Lucinda, a mucama*, ao contrário das duas primeiras narrativas, Macedo põe em prática sua tese de que a liberdade regenera, na medida em que, ao final, Lucinda recebe a liberdade, para então se regenerar socialmente: “a liberdade moraliza, nobilita, e é capaz de fazer virtuoso o homem” (MACEDO, 2010:191). A escravidão tornara Lucinda capaz dos mais medonhos crimes, e só a liberdade seria capaz de torná-la virtuosa, de se redimir, de deixar para sempre a devassidão que a instituição escravista lhe impusera. Macedo termina o romance com um apelo grandiloquente, pedindo o fim da escravidão:

Oh! Bani a escravidão!... “A escravidão é um crime da sociedade escravagista, e a escravidão se vinga desmoralizando, envenenando”, desonrando, empestando, assassinando seus opressores. Oh!... Bani a escravidão! Bani a escravidão! Bani a escravidão! (MACEDO, 2010:192).

Ao final do romance, o narrador se interroga como senhores se tornam senhores de homens que são homens como eles. E depois comenta como esses homens, infectados pela imundice da instituição escravista, lhes trazem danos, já que a escravidão se vingava trazendo o mal para seus opressores. Diante da desmoralização e do perigo que os

escravos representavam aos senhores, implora para banir a escravidão. A solução, apontada por Macedo não poderia ser outra, era banir a fonte da devassidão, da corrupção e de todos os males que os escravos traziam aos seus senhores: a escravidão.

Considerações finais

Analisando as obras dos dois literatos, percebemos o valor da obra literária enquanto documento e fonte para o historiador. Buscamos analisar as obras, comparando-as com a historiografia da escravidão, inclusive com as ideias de historiadores que já trabalharam tais obras e autores. O desafio colocado à historiografia da escravidão foi sempre a forma de abordar o escravo: vítima ou agressor, submisso ou rebelde, herói ou vilão? E os autores trabalhados também nos apontaram essa discrepância: enquanto Bernardo Guimarães vitimiza o escravo, alçando-o à condição de herói, Joaquim Manuel de Macedo mostra como de vítima o escravo se torna algoz, vilão, capaz de cometer terríveis crimes. São duas visões antagônicas da escravidão que nos dão possibilidades de pensar e discutir o tema. São duas representações distintas do escravo, tal como as diversas representações que a historiografia fez dele.

Seria o escravo submisso e o senhor benevolente tal como formulou Gilberto Freyre? Freyre foi o primeiro a nos dar uma primeira versão do escravo na história do Brasil, e a partir daí vieram outras definições. Na historiografia da década de 60, destacam-se os nomes de Arthur Ramos e Roger Bastide, autores que ressaltaram os atos de rebeldia dos escravos. Assim, o senhor benevolente e o escravo dócil de Freyre cedeu lugar ao binômio senhor cruel/ escravo rebelde. Nos anos 70, Décio Freitas reafirma o escravo como “coisa” e como “rebelde”. Até então não se via o escravo como sujeito, mas como coisa. Em 1988, com o Centenário da Abolição, essa visão se altera. A partir dessa data simbólica, os inúmeros estudos historiográficos procuraram mostrar o papel significativo do escravo na formação da nação e do povo brasileiro. O escravo se torna sujeito histórico, destacando-se os estudos sobre a cultura afro-brasileira, como os de Robert Slenes e José Carlos Reis.

José Carlos Reis dividiu as resistências escravas em ativas, como assassinatos e revoltas, e as resistências passivas, como o suicídio e a formação de quilombos. (REIS; SILVA, 1989). Portanto, não há dóceis nem rebeldes, não há heróis nem vilões: há escravos que reagiram com violência e outros que reagiram de forma mais branda. E assim fizeram nossos autores trabalhados: Bernardo Guimarães nos mostra escravos que, se aquilombando ou fugindo, reagiram passivamente, enquanto Joaquim Manuel de Macedo nos mostra escravos que mataram, torturaram, que reagiram ativamente ao sistema escravista. Embora tenham classificado o escravo como herói e vítima ou como algoz e vilão, à luz da historiografia atual constatamos formas de resistência ativas e passivas.

As diversas representações acerca do escravo na historiografia e na Literatura apontam a preocupação de historiadores e literatos em pensar e analisar o papel do escravo na história do Brasil. Afinal cada representação carrega em si uma intenção: abordar o escravo como vítima, tal como Bernardo Guimarães, que objetiva mostrar as injustiças vividas pelo escravo, tentando causar comoção pela sua causa e contra o sistema escravista. E trabalhar o escravo como vilão, como Joaquim Manuel de Macedo fez, que intenciona difundir a ideia de sua periculosidade, inculcando medo, repúdio e

necessidade de libertá-los não por fins humanitários, mas pensando no perigo iminente que representam. E nas representações historiográficas ocorre da mesma forma. Gilberto Freyre mostrou o escravo de forma submissa e dócil, intencionando mostrar a benevolência dos senhores de escravos no Brasil, a harmonia que haveria entre brancos e negros. E assim fizeram e continuam a fazer outros historiadores, com as suas diversas formas de representação do escravo.

Diversas representações estão, portanto, envoltas na forma de se abordar o escravo. E lembrando Roger Chartier, as representações não apenas são feitas a partir de práticas, como podem desencadear novas práticas. (CHARTIER, 1990). Essas diversas representações difundem imaginários, ideias e ideologias, podendo ocasionar reações no meio social, gerar novas práticas, daí o caráter de intenção por trás da noção de representação.

Joaquim Manuel de Macedo, ao abordar o escravo como vilão, cruel e assassino, causou indignação social, difundindo o medo pelo escravo. Bernardo Guimarães causou comoção social em prol da libertação dos escravos, sobretudo a partir dos sofrimentos de Isaura em *A Escrava Isaura*, romance de grande aclamação social. A partir da prática de vigência do sistema escravista e da condição de escravos no Brasil, os dois literatos criaram a sua representação, que por sua vez, gerou novas práticas. Através dessa noção, História e Literatura se aproximam, constituindo-se como duas formas de representação de práticas sociais, difundindo ideias e valores. Duas formas de representar a realidade e de apreensão do real, que, afinal, só adquire sentido enquanto representação.

Bibliografia:

- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- COSTA, Cléria Botelho da. *O imaginário do medo: a escravidão em Manuel Macedo*. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo102.html>. Acesso em: 23 jan. 2010.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- FERRETI, Sérgio F. Notas sobre o sincretismo religioso no Brasil - modelos, limitações, possibilidades. In: *Tempo 11*, vol. 6 - n. 1, julho 2001. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, 2001. p. 13-26.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GUIMARÃES, Bernardo. *A Escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

- _____. Uma história de quilombolas. In: _____ *Lendas e romances*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 5-141.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Introdução. Entre lendas e romances, o conto de Bernardo Guimarães. In: GUIMARÃES, Bernardo. *Lendas e romances*. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes: 2006. p. 09-40.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentistas. In: *Estudos Afro-asiáticos*, 29 de março de 1996. p. 113-142.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. “Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta no Brasil. In: *Revista USP*, n. 112, dez/jan/fev 1991-92. p. 48-67.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Reio Congo*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2002.
- WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____ *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 97 -116.

Ingrid Silva de Oliveira

O olhar sobre o negro na literatura brasileira do pós-abolição: uma análise no romance “A intrusa” de Júlia Lopes de Almeida.

Mestranda UFRJ
E-mail: ingrid_historia@yahoo.com.br

Resumo: Para o historiador interessado em tratar a literatura como fonte de pesquisa, cabe considerar que esse tipo de escrita é social em dois sentidos: depende do meio histórico no qual é produzida e age sobre este meio. A proposta deste artigo é discutir a representação do negro na literatura brasileira no início do século XX, com base na análise do romance *A intrusa*, escrito por Júlia Lopes de Almeida e publicado em 1905. Nossa questão central é a compreensão do papel de Júlia no que tange ao papel do negro naquela sociedade. Buscaremos compreender qual o posicionamento da autora, como membro de uma intelectualidade com referências europeias, defensora de direitos femininos e adepta do processo abolicionista, diante da tarefa de caracterizar o negro e pensar o lugar que esse ocuparia na sociedade brasileira como homem livre. Intencionamos também mostrar como o discurso de Júlia se assemelha ao da maioria dos escritores que produziram naquela época, no sentido de caracterizar o negro com uma perspectiva pessimista e reforçar, em seu texto, a dicotomia entre negro/perverso e branco/bondoso.

Palavras-chave: Júlia Lopes de Almeida; pós-abolição; representações do negro na literatura.

Abstract: The historian who is interested in treat the literature like a source of research needs to consider this kind of text as social in two senses: depends on the historic moment in which one is produced and its action in that. The proposal of this article is to discuss the Afro-American people's representation in Brazilian literature of the beginning of the 20th century, based on the analysis of the romance *A intrusa*, written by Júlia Lopes de Almeida and published in 1905. Our central question is to understand Julia's position about the place that the Afro-American people would have in that society. We'll try to understand the authoress' positioning, as a member of an intelligentsia with Europeans references, protectress of the women's rights and supporter of the abolition process and how she characterized and thought the Afro-American people and the place that they would have in Brazilian's society as a free men. We want to show how Julia's text is similar to the majority of writers who produced in that moment in an effort to describe the qualities of the Afro-American people with pessimism and reinforce the dichotomy of black/badness and white/goodness.

Enviado em 24 de junho de
2010 e aprovado em 9 de
outubro de 2010

Keywords: Júlia Lopes de Almeida; post-abolition; Afro-American people's representations in literature.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que o negro passou a ser retratado com mais frequência na produção literária brasileira, tendo sido atribuídos a ele estereótipos positivos e negativos. Na produção literária do século XX, após a abolição da escravidão, as atitudes com relação ao negro se transformaram de acordo com as novas prioridades socioculturais da intelectualidade brasileira. Apesar de ser retratado com mais destaque nas obras literárias, o negro passa a ser descrito como um “escravo fiel”, a exemplo das obras de Graça Aranha e Coelho Neto. Portanto, apesar de sua condição de liberto, era retratado como incapaz de contribuir para o desenvolvimento da nação por ser considerado apático e necessitar da vigilância constante do branco¹.

Júlia Lopes de Almeida lançou-se como escritora em 1881, num momento em que o ofício não era bem visto quando praticado por mulheres. Possui grande número de obras publicadas de naturezas diversas, como romances, contos, literatura infantil, peças teatrais, textos jornalísticos e crônicas.

Julia escreveu por mais de 30 anos como colunista no jornal *O Paiz*, onde teve oportunidade de abordar muitos assuntos e fazer campanhas a favor de uma maior liberdade social e cultural para a mulher brasileira. Tendo em vista que os romances de Júlia eram muito lidos à época de sua produção, acreditamos que suas representações ilustram o que a intelectualidade daquele tempo pensava sobre o negro e como contribuíram para construir uma concepção popular do que era ser negro. Apesar de um posicionamento e de idéias consideradas “modernas”, os textos de Júlia primam por um discurso conciliatório entre costumes e valores estabelecidos pela tradição da sociedade patriarcal e um outro, de cunho liberal e emancipatório. Dentre os ideais emancipatórios, Julia defendia a abolição da escravidão.

A forma como o negro foi representado na literatura brasileira está diretamente ligada aos momentos de criação das obras ficcionais. No momento em que Júlia produziu o romance que será analisado neste artigo, *A intrusa* (1905), a abolição dos escravos ainda era recente, mas o negro já era descrito de forma diferente daquela das obras produzidas anteriormente. Ele não era mais descrito como escravo, mas ainda era visto como inconstante, rude, desonesto, dentre outras características que o desqualificavam.

A questão central deste artigo é a compreensão da opinião de Júlia no que tange ao papel do negro naquela sociedade. Buscaremos compreender qual o posicionamento da autora, como membro de uma intelectualidade com referências européias, defensora de direitos femininos e adepta do processo abolicionista, diante da tarefa de caracterizar o negro e pensar o lugar que esse ocuparia na sociedade brasileira como homem livre. Intencionamos também mostrar como o discurso de Júlia se assemelha ao da maioria dos escritores que produziram naquela época, no sentido de caracterizar o negro com uma perspectiva pessimista e reforçar, em seu texto, a dicotomia entre negro/perverso e branco/bondoso.

A representação do negro na literatura brasileira na época da abolição da escravidão

Quando se observa a literatura brasileira nesse momento histórico, chama a atenção o número pequeno de personagens negros cuja atuação não se limite ao “abrir e

1 Sobre este aspecto Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

fechar de portas”, ou ao “servir e retirar os pratos da mesa”. Quase sempre suas falas e cenas se reduzem a situações de subserviência, na qual sua vida é totalmente ligada às tarefas da casa de seu senhor ou patrão.

Geralmente é na obediência e na reprodução do olhar e da fala do senhor que o negro vai construindo seu autoconceito, por meio de um processo de construção de uma verdadeira “máscara branca” que se cola em seu rosto, corpo e fala. Se considerarmos que as manifestações culturais negras são fundamentalmente orais e que o perfil do negro de que se dispõe é aquele que foi construído por uma história de ficções brancas, como seria possível buscar essa fala oprimida?

Segundo Flora Sussekind, é possível encontrar essa fala na própria fala do “senhor”:

Nesse sentido, o texto de ficção torna-se um terreno privilegiado para se reconstituir as representações que os senhores constroem de si mesmos e daqueles que se encontram ao seu serviço. Terreno privilegiado desde que se deseje observar a construção dessa máscara de que uma cultura senhorial se serve para caracterizar o seu Outro no campo das relações sociais. Nesse caso, um Outro negro, trabalhador e sem voz enquanto iletrado e sem acesso aos meios oficiais de produção cultural e ação política. (SUSSEKIND, 1982:17)

Ao analisarmos mais atentamente as representações do negro na literatura brasileira, é possível observar como seu papel foi modificado de acordo com o panorama político e econômico do país. Em momentos em que o trabalho escravo era necessário, era realizada uma apologia à força física do negro, que o levava a ocupar o papel daquele que realizaria todo o trabalho pesado da sociedade. Durante a abolição, época em que a escravidão era vista como um entrave para o desenvolvimento do país, era realizada uma apologia às raízes africanas e aos ideais de liberdade entre os homens. Após a abolição, observa-se o emprego das teorias raciais, que pregavam a idéia da superioridade da raça branca sobre a negra².

Nesse ínterim, é curioso observar como um elemento tão fundamental para a sociedade brasileira - desde a época em que o escravo negro era essencial para o funcionamento da economia até hoje, quando a maioria da população é negra ou afro-descendente - teve sempre seu papel bastante restrito na literatura ficcional produzida no país.

Ainda segundo Flora Sussekind, a representação do negro na época da abolição era a mais recalcada possível devido ao medo de uma “reviravolta” nas relações sociais:

Medo que fica claro mesmo em textos abolicionistas como os de Joaquim Nabuco: ‘A missão do governo é fazer pela lei o que a sociedade (o que ele mesmo) proíbe aos escravos que façam pela força’. E é essa força meio apavorante para a classe senhorial que se procurará transfigurar ficcionalmente, convertendo-se normalmente o negro em peça acessória na trama dramática, ou em personagem literária aculturada, cujo comportamento mais parece o de um nobre branco e europeu. (SUSSEKIND, 1982: 25).

2 Sobre as diversas diferenças de abordagem do negro na literatura brasileira Cf. BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

O estereótipo do negro construído nessa época é um rico material para o historiador. Aquele que é estereotipado materializa um mito, geralmente baseado num pré-julgamento de um indivíduo em relação a outro. Analisando a complexidade do ato de criar um estereótipo, David Brookshaw faz a seguinte análise:

[...] a afirmação do eu e a negação do outro, a dialética inerente ao preconceito, permanece intacta. Tampouco rompe a dicotomia o negro que é aceito, pois a personalidade preconceituosa vê nele uma exceção, um ‘negro com alma branca’, e assim preserva sua noção da categoria do outro. (BROOKSHAW, 1983: 12).

Indo ao encontro das idéias de Sussekind – que a representação dos negros na literatura mudou de acordo com os acontecimentos políticos e econômicos no Brasil –, Brookshaw defende que um mesmo grupo de pessoas pode ser estereotipado de várias formas ao longo do tempo. Um estereótipo anteriormente desfavorável poderia vir a assumir qualidades positivas.

Um momento marcante na mudança das formas como o negro era descrito na literatura brasileira foram as décadas que antecederam a abolição da escravidão. Aos poucos, a representação do negro passa a ter como eixo não mais a escravidão, mas sim a sua cor. Deixam de ser descritos como “escravos” para serem “negros”, “mulatos” e “pardos”.

Ainda assim, caso o negro fosse tomado como herói, caberia ao patrão branco o papel pouco interessante de vilão. O caso que foge a essa tendência é o romance *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães. Mesmo considerando o senhor como vilão, a escrava em questão é branca, e não negra. Apesar da condenação da escravidão como instituição e dos seus efeitos no plano social e humano, em nenhum momento observa-se o interesse pelo legado humano e cultural da África.

A piedade despertada nos leitores pela personagem Isaura decorria das injustiças que sofria como escrava porque ela tinha os aspectos físicos e morais de uma moça branca. O importante era seu estatuto, e não sua afro-descendência. Ao analisar a construção dessa personagem, o professor Jean-Yves Mérian diz que:

De certa forma, Isaura é uma ilustração dos aspectos positivos do branqueamento, da fusão-diluição do ‘elemento africano’, da limpeza do sangue que nada mais é que uma forma de aniquilar as referências à origem afro-brasileira pelo lado materno. A relação entre mito e literatura está perfeitamente ilustrada na elaboração desta personagem que no fim do romance, casa-se com um ‘branco de lei’, ilustrando assim o processo de integração-assimilação-branqueamento. (MÉRIAN, 2008: 52).

Toda essa preocupação acerca da questão racial esteve diretamente ligada às discussões sobre a identidade nacional e o conceito de nação que ocorria no fim do século XIX e perdurou até meados do XX. Essa época foi marcada pela preocupação dos escritores em ilustrar no campo cultural as teorias oriundas da Europa sobre a superioridade racial e cultural dos brancos em relação aos demais grupos étnicos.

De acordo com David Brookshaw, a criação do estereótipo pela literatura teve implicações amplas porque reforçou a “incompatibilidade básica entre as culturas euro-brasileira e afro-brasileira”, que seriam rivais candidatas a uma identidade cultural nacional. Uma verdadeira batalha entre duas tradições étnicas que acabou por ser uma luta entre duas morais. Tal como Brookshaw, é possível dizer que esta “incompatibilidade remonta ao simbolismo original inerente às cores, a equação branco-pureza e, portanto, moralidade versus preto-perversidade, logo, imoralidade”. (BROOKSHAW, 1983:17)

No início do século XX, tais pensamentos permeavam os escritores brancos, e também negros. Intelectuais como Raimundo Nina Rodrigues e Tobias Barreto apoiavam essas teses racistas da época e seus estudos muito contribuíram para fortalecer o mito da superioridade racial branca. Essa ideologia teve uma influência tão duradoura no discurso oficial e no inconsciente coletivo que acabou se transformando em algo que pouquíssimas pessoas questionavam.³

Os autores de destaque da época, como Machado de Assis, Graça Aranha e Euclides da Cunha, tinham o seu discurso marcado por essas idéias. Outros que produziram na mesma época, como Lima Barreto, defendiam idéias diferentes, mas tinham pouca repercussão nos meios mais intelectuais nas cidades⁴.

Segundo Jean-Yves Mérian, apenas no movimento modernista, a partir de 1920, é que existiu uma espécie de “reabilitação do negro” e um reconhecimento de sua contribuição no plano cultural para a construção da identidade brasileira. Porém, ressalta que ainda não existia espaço para a expressão e difusão da cultura dos afro-brasileiros, isso se daria apenas após a revolução de 1930 e com as idéias defendidas por Gilberto Freyre (FREYRE, 1992) de que o “mestiço” passa a se confundir com o nacional, através da valorização da miscigenação. Nesse momento, a democracia racial vira uma ideologia oficial e cresce a propaganda de que a originalidade da população brasileira estava, justamente, em sua miscigenação.

Júlia Lopes de Almeida e o momento histórico da produção do romance “A Intrusa” (1905)

Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida – nascida e falecida no Rio de Janeiro (1862-1934) – é autora de uma produção considerável, que passa pela literatura infantil, por matérias jornalísticas, romances, contos, crônicas, poemas e peças teatrais. Também realizou traduções de obras do francês para o português.

Júlia escreveu para diversos jornais e revistas no Rio de Janeiro e em São Paulo, tais como o *Correio de Campinas*, *Estado de São Paulo*, *Gazeta de Notícias* (1888-1894), *Ilustração Brasileira*, *Jornal do Commercio* e *A Semana*. Também escrevia para o jornal *O Paiz*, no qual possuía uma coluna chamada “Dois dedos de prosa”, espaço onde escreveu por 30 anos. A produção de Júlia voltada para o público infantil também foi significativa, numa época em que apenas se traduziam obras estrangeiras.

3 Sobre teses racistas em idéias de intelectuais negros Cf. MÉRIAN, JEAN-YVES. “O negro na literatura brasileira versus a literatura afro-brasileira: mito e literatura”. *Navegações*. v. 1. n.º 1. Porto Alegre, 2008. pp. 50-60.

4 Para o caso de Lima Barreto Cf. GOMES, Carlos Magno. “A identidade cultural enganada de Lima Barreto”. *Revista Fórum Identidades*. Ano 2, Vol. 3, 2008, pp. 47-55.

O que chama a atenção na qualidade e tamanho da produção literária de Júlia é que ela o fez num momento em que o mundo literário era quase exclusivamente masculino e à mulher cabia apenas a escrita de foro íntimo, como diários, poesias e pensamentos. Júlia, no entanto, foi estimulada pelo próprio pai a seguir a carreira literária e estreou em 1881, numa coluna publicada na *Gazeta de Campinas*. Foi casada com o poeta Filinto de Almeida, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, e sempre pertenceu às camadas abastadas da sociedade carioca.

Autora de vários romances, como *A família Medeiros*, *Memórias de Marta*, *A viúva Simões*, *A falência*, *Cruel amor*, *A intrusa* e *Correio da roça*, Júlia é mais conhecida como romancista do que como dramaturga, embora seus textos teatrais fossem considerados muito bons pelos críticos da época. Também escreveu diversos contos, compilados nos livros *Traços e iluminuras* e *Ânsia eterna*.

A autora alcançou notoriedade no Brasil e no exterior, tendo sido homenageada em Portugal, França, Argentina e Uruguai. Devido a esse grande sucesso, era seguidamente convidada a fazer palestras e conferências em vários lugares do Brasil e no exterior, acerca de assuntos relevantes de seu tempo. Dentre as várias atividades que desempenhou no Rio de Janeiro, Júlia participou das reuniões para a formação da Academia Brasileira de Letras, mas ficou de fora porque era mulher⁵.

Apesar disso, Júlia é um nome que ainda não teve a atenção merecida para sua obra. Projetada no início do século XX, foi praticamente esquecida pela crítica, que sempre preferiu voltar suas atenções aos escritores homens. Até os grandes manuais de história da literatura brasileira costumavam ignorar a autora. Foi com o trabalho de Lúcia Miguel-Pereira (MIGUEL PEREIRA, 1973) que Júlia Lopes de Almeida saiu do anonimato, enaltecendo-lhe a simplicidade dominante em sua escrita. À defesa de Lúcia, seguiram-se outros autores que buscaram evidenciar a necessidade do estudo da escritora, como Wilson Martins (1977), Temístocles Linhares (1987), Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1984).

Domício Proença Filho (FILHO, 1988), analisando a participação da literatura no processo abolicionista, destaca o romance *A família Medeiros*, de Júlia, como uma obra pró-abolição. Nesse livro, os personagens da família tratavam os escravos com humanidade e compreensão, oscilando entre o dever de justiça e a piedade. Apesar dos escravos não fugirem ao estereótipo de “escravo fiel e animalizado”, eles são descritos como portadores de sentimentos. O romance, segundo Domício, ressalta o lado cruel e desumano da escravidão.

Apesar desse estudo de Domício, raras são as análises que vão além do “estudo do gênero literário feminino” e do campo de pesquisa da literatura. Além disso, o romance *A intrusa*, apesar de ser um dos mais famosos, é pouco citado e contemplado pelas pesquisas que tratam da escritora. Nesse sentido, este estudo busca contribuir para um melhor conhecimento acerca da obra de Júlia e das representações do negro na literatura produzida no Brasil, nas décadas que sucederam a abolição.

5 CAMPELLO, Eliane. “‘A mulher e a arte’, na visão de Júlia Lopes de Almeida”. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/ELIANE%20TEREZINHA%20DO%20AMARAL%20CAMPELLO.pdf> – Acesso em 25 de jan. 2009.

Esse romance exemplifica duas vertentes de análise: de um lado, a preocupação com a elaboração de enredos morais em situações em que o negro é retratado como vilão; do outro lado, a utilização de recursos estilísticos e textuais como forma de compor a narrativa em sintonia com o papel ambíguo desempenhado pela autora. A mesma que era a favor da liberdade dos negros, tinha uma visão conservadora em relação ao papel do mesmo na “nova” sociedade brasileira.

Para a compreensão do momento histórico de produção desse romance, é preciso considerar, no mínimo, três fatores importantes: o caráter recente do Brasil governado como república, a recente abolição da escravidão e as influências das idéias européias para se pensar a sociedade e o desenvolvimento brasileiro. A complexidade do processo de tais fatores é muito grande, sendo impossível dar conta dele em breves páginas, mas uma breve análise é possível para nos ajudar a contemplar a análise do romance *A intrusa*.

A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, simbolizou a conquista legal da liberdade dos negros no Brasil e abriu caminho para uma redefinição do sistema de estratificação social. Se os escravos eram, anteriormente, a “base” da pirâmide social brasileira, agora essa categoria fora removida.

No entanto, a cor permaneceu como uma marca essencial no estabelecimento dos papéis sociais, mesmo considerando-se que todas as pessoas não-brancas eram juridicamente livres. O “topo” da pirâmide social continuava a ser ocupado pelos brancos, ainda que um número pequeno de afro-brasileiros (geralmente mulatos de pele bem clara) conseguissem alcançar uma alta posição social, como o engenheiro André Rebouças e o escritor Machado de Assis.

André Rebouças, por exemplo, era abolicionista e escreveu ampla literatura contra a escravidão. Porém, nem todos os abolicionistas se posicionavam politicamente a favor do negro por amor a ele, mas, na maior parte das vezes, por serem republicanos. Apesar de não ter existido, propriamente, um consenso entre os republicanos em torno da abolição, a maioria a defendia. Além disso, muitos desses escritores eram originados de uma burguesia em expansão, comprometida com os ideais de progresso e desenvolvimento econômico.

A influência cultural que a Europa exercia sobre o Brasil era forte e inegável. As idéias de progresso defendidas nessa época eram frutos dessas influências. Para pensar a “nova” sociedade brasileira, a intelectualidade e o governo brasileiro se apoiaram amplamente nas teorias científicas das desigualdades entre as raças humanas produzidas por intelectuais europeus, como o Positivismo e o Darwinismo Social.

O Darwinismo Social, de Herbert Spencer (1820-1903), aplicava as leis da evolução a todos os níveis da atividade humana. Spencer é considerado o “pai” do Darwinismo Social, embora jamais tenha utilizado o termo. Defendia a “*sobrevivência do mais apto*” e, como considerava a raça negra inferior à branca, dizia que se os negros fossem entregues a si próprios, sua raça desapareceria. Sob essa influência, a intelectualidade brasileira e o governo acreditavam que os negros eram incapazes de avanços intelectuais e de serem civilizados como os europeus. Esses eram os motivos pelos quais o negro foi

considerado um elemento subjugado na sociedade brasileira, no início do século XX⁶.

Como a maioria da população brasileira era composta por negros e mulatos, os governantes e intelectuais da época acreditavam que era preciso encontrar uma solução para tal fato, uma vez que o Brasil estaria “condenado” ao atraso econômico, industrial e cultural. Começou a ser estimulada, então, a imigração de europeus brancos para o Brasil, com a crença de que, com o passar do tempo, a miscigenação da população tornaria a população brasileira cada vez mais branca.

Nessa época, também foram feitos grandes esforços para “europeizar” a aparência das cidades brasileiras, principalmente a da capital federal, o Rio de Janeiro. Pereira Passos (prefeito da cidade nos anos de 1902 a 1906) dirigiu uma grande reconstrução do centro da cidade, destruindo cortiços e morros e inaugurando grandes avenidas e prédios com estilo europeu, como o Theatro Municipal do Rio de Janeiro⁷.

Portanto, observa-se que os republicanos não só tiveram uma grande preocupação em “apagar” o passado imperial do Brasil, mas também em pensar como o Brasil deveria unir-se aos outros países como parceiro econômico em igualdade. O Brasil tinha de mudar a imagem que apresentava ao mundo para alcançar respeito no exterior.

Considerando-se que Júlia Lopes de Almeida realizou um trabalho público relevante, devido sua notoriedade e posicionamentos relativos à vida e política nacionais do início do século XX, é mister verificar como ela pensava o papel do negro em sua sociedade.

Para melhor contextualizar a questão da raça na época da produção do romance *A intrusa*, podemos recorrer às idéias do historiador americano Thomas Skidmore (SKIDMORE, 1976). Considerando a questão da raça, após a abolição da escravidão, como uma das mais preocupantes, Skidmore analisa como a elite intelectual brasileira pensou e conviveu com ela nos anos iniciais do governo republicano e busca entender como essa elite pensou e formulou a nação brasileira.

Skidmore considera que as formulações do sistema político da república “recém nascida” foram, a princípio, plagiadas dos moldes estrangeiros e mostra como que, com o passar do tempo, essa elite intelectual defendeu a criação de um sistema alternativo e original para o Brasil.

O autor demonstra como a “elite” brasileira - minoria da população que tinha acesso à educação e que, na maioria das vezes, era de formação européia - tomou atitudes que afetaram a concepção popular de raça. Skidmore ressalta que, antes de 1888, a elite dava pouca atenção aos problemas da raça, assim como à relação entre as características raciais do país e seu desenvolvimento futuro. Como essa “elite” estava voltada para a Europa, as idéias do Velho Continente a influenciaram bastante. Idéias como as noções racistas de superioridade branca dominaram os estudos do fim do

6 STRAUSS, André; WAIZBORT, Ricardo. “Sob o signo de Darwin? Sobre o mau uso de uma quimera”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23. Nº 68. São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000300009&script=sci_arttext – Acesso em 20 de jan. 2009.

7 Sobre as transformações da cidade do Rio de Janeiro e o posicionamento de Júlia Lopes de Almeida diante dessas intervenções urbanísticas Cf. MOREIRA, Nadilza. “A crônica de Júlia Lopes de Almeida dialoga com o projeto de modernidade do Brasil republicano”. *Terceira Margem*. Nº 20, janeiro/julho 2009, pp. 176-188.

século XIX, momento em que aumentou a produção intelectual brasileira que tinha como objeto a idéia de raça.

É nesse contexto que se insere o romance *A Intrusa*, e a análise a seguir busca elaborar uma interpretação acerca do que a obra de Júlia pode contribuir para conhecermos como o negro era retratado nos anos que sucederam à abolição da escravidão no Brasil.

Para isso, verificaremos as estratégias utilizadas na construção do romance, buscando compreender como que ao mesmo tempo em que organizam textualmente a narrativa, favorecem a percepção de uma voz social que se posiciona sobre temas sociais de importância - dentre os quais, o papel do negro -, debatendo conflitos em que os desfechos são solucionados de forma “exemplar”, contribuindo para a elaboração de um estereótipo do negro.

O romance *A intrusa* foi publicado em folhetim no *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro durante o ano de 1905. No ano de 1908, ganhou sua primeira edição como livro. Em síntese, *A intrusa* conta a história de um viúvo chamado Argemiro, que prometeu à sua esposa em leito de morte que jamais se casaria novamente. Juntos, tiveram uma filha chamada Maria da Glória que, após a morte da mãe, foi morar com os avós paternos. Tendo sua casa entregue aos cuidados do criado negro Feliciano, Argemiro não está satisfeito com a forma com que ele administra sua casa. Além disso, quer ter a visita da filha de forma mais freqüente e isso o faz decidir colocar um anúncio no jornal pedindo uma governanta.

Respondendo ao anúncio, Alice se apresenta e se prontifica a cuidar da casa e da pequena Maria da Glória quando essa visitasse o pai. Para evitar possíveis mal entendidos, Argemiro impõe uma curiosa condição: não quer ver Alice em momento algum, em respeito à sua falecida esposa e para não surgir boatos de que ele estaria com outra mulher.

A avó materna de Maria da Glória, a baronesa, não aceita a idéia de ter outra mulher cuidando da casa que um dia fora de sua filha e defende essa posição diante do marido, de Argemiro e da própria neta. É ela quem classifica Alice como *a intrusa*. Feliciano, o criado negro de Argemiro, também a classifica como uma *intrusa*. Antes de sua chegada, ele tinha todo o controle sobre a casa, além de desfrutar de pequenas mordomias, como sentar na cadeira do patrão e fumar seus charutos.

Feliciano é o grande aliado da baronesa para colocar Alice fora da vida de Argemiro, mas ela cuida tão bem de sua filha e de sua casa, que ele passa a gostar cada vez mais de sentir a presença dela em sua casa. O padre Assunção, melhor amigo de Argemiro e confessor de sua falecida esposa, alerta-o para a possibilidade de estar se apaixonando e defende que ele deveria realmente se casar de novo.

Após observar que seus planos para tirar Alice da casa do genro não estão funcionando, a baronesa vai morar com o esposo na casa de Argemiro. Deixa claro para Alice que não gosta dela e que a acha uma oportunista. Com a ajuda de Feliciano, a baronesa faz da vida de Alice um verdadeiro inferno, as duas acabam brigando e a baronesa a expulsa de casa.

Ao voltar de viagem, Argemiro recebe a notícia de que Alice vai sair da sua casa. Ao pensar na possibilidade de voltar a ficar aos cuidados de Feliciano e sem Alice, Argemiro decide, por fim casar-se com ela, após descobrir sua origem e educação nobres

recebidas no exterior.

Representações do negro na obra “A Intrusa”

Feliciano é o criado de Argemiro. Ele é negro e foi bem-educado pela caridade dos pais de sua falecida esposa. Feliciano foi um presente dos pais dela para que ele ajudasse nas tarefas da casa. Porém, com a morte de sua patroa, Feliciano se apossou de todas as tarefas sem nenhuma supervisão, uma vez que Argemiro é descrito como um “homem de negócios” e não tinha tempo para tal.

Na construção do romance, Júlia cria uma idéia de que bastou Feliciano começar a trabalhar sem supervisão que passou a agir de forma desonesta e abusada, como se ele tivesse revelado sua “verdadeira natureza” na primeira oportunidade:

Houve uma pequena pausa no jogo; o Feliciano entrou com os cálices de Chartreuse. No abrir da porta ouviu-se o barulho da chuva batendo com força nos ladrilhos do terraço, e um arrepio de frio fez voltar-se o dr. Argemiro, que estava de costas para a entrada.

– Ó Argemiro, onde arranjaste tu este Feliciano? – perguntou Caldas, mirando o copeiro, um negro de trinta e poucos anos, **esgrouviado e bem vestido**.

– Na família da minha sogra... é filho da ama de minha mulher.

– Se não fosse relíquia de família, pedia-to para mim.

Feliciano, **servindo a todos como se não tivesse ouvido coisa nenhuma**, substituiu por outros os cinzeiros já repletos e tornou a sair, silenciosamente. (ALMEIDA, 2000/2002: 07).

Na narrativa acima, Júlia deixa claro que, diante da presença de Argemiro e de outros, Feliciano trabalha de forma exemplar, mas ao acrescentar o complemento “**como se não tivesse ouvido coisa nenhuma**”, deixa claro para o leitor sua personalidade dissimulada, traiçoeira. Como essa passagem se dá no início do romance, Júlia já aponta para uma idéia negativa do personagem e cria uma expectativa do que ele seria capaz de fazer ao longo da história.

Ela [Alice] levantou cuidadosamente o seu vestido de lã preta, para que se não molhasse no chão encharcado, e atravessou o vestíbulo em bicos de pés.

O rapazinho olhou e viu que ela levava as botinas esfoladas, tortas no calcanhar, e que tinha os tornozelos finos. Mal ela chegava à porta do fundo, **quando apareceu um negro muito empertigado**, com um **arzinho desdenhoso** e enfiado num dólman branco de impecável alvura. (ALMEIDA, 2000/2002: 10).

Nessa passagem, Júlia descreve Feliciano de forma negativa. Os termos “empertigado” e “arzinho desdenhoso” remetem a características negativas: presunçoso e orgulhoso. É a partir da chegada da personagem Alice, como governanta da casa

de Argemiro, que Feliciano começa a mostrar sua “verdadeira natureza”, devido ao seu descontentamento de se submeter à Alice, e ao fim de seus “privilégios”.

A princípio, o personagem Feliciano é quase como um elemento do cenário. Ele entra e sai dos ambientes a todo o momento, responde o que lhe é perguntado e obedece às ordens recebidas. Mas, ao longo da história, seu personagem fica mais evidente. Júlia o descreve como um sujeito, que tem emoções, pensamentos e atitudes. Porém, essas descrições são sempre negativas. Feliciano é descrito como invejoso, malicioso, desonesto e pouco submisso ao seu patrão.

Tais características são os motivos pelos quais Argemiro se sente incomodado com a presença do negro Feliciano. Em várias passagens, Júlia trata da antipatia de Argemiro por Feliciano:

– **Não posso mais aturar o Feliciano**; preciso de alguém que me ajude a suportá-lo. Mas a razão vocês sabem. Quero que minha filha não se crie completamente alheia à sua casa, preciso mesmo da sua companhia, ao menos uma vez por mês (...)

– Preciso de uma mulher em casa, **que não seja boçal como uma criada**, mas que não tenha pretensões a outra coisa. Saberei indicar-lhe o seu lugar. Nem quero vê-la, mas sentir-lhe apenas a influência na casa. É a minha primeira condição. (ALMEIDA, 2000/2002:09)

Feliciano trouxe os charutos e **Argemiro reconheceu que o negro se sor-tira abundantemente com os seus havanas. Sempre o mesmo abuso!** Olhando com atenção para o criado, viu que **ele ostentava cinicamente uma das suas camisas bordadas**; também não estava certo de lhe haver dado já aquela bonita gravata roxa de bolinhas pardas. Como o padre Assunção era considerado de casa, Feliciano, mesmo à vista dele, **apresentou ao amo as contas da semana.**

– A ode do desperdício! (ALMEIDA, 2000/2002: 15).

Segundo Flora Sussekind, após a abolição, o personagem negro ainda é concebido como aquele que acatava as decisões e os interesses da família na qual trabalhava. Apesar de submisso, ele seria sempre capaz de gestos imprudentes, como uma criança. A representação do negro liberto, portanto, oscila entre a “criança” e o “marginal”. Essa “infantilidade” do negro justifica a necessidade da dominação e vigilância constante do branco.

Isso pode ser observado nas duas passagens acima. Júlia deixa claro que Argemiro sabe que Feliciano fumava seus charutos, sentava em suas cadeiras e gastava em excesso seu dinheiro na administração da casa. Porém, por “piedade” e “consideração” aos seus sogros, que o haviam dado de presente, Argemiro não tem coragem de se desfazer do criado. Júlia, então, estabelece uma relação dicotômica entre o branco (Argemiro) bom e piedoso e o negro (Feliciano) mal e desonesto.

Quando a governanta branca Alice chega para tomar conta de sua casa, Argemiro sente-se aliviado com a nova situação de organização e economia e a compara com a época em que estava sob os cuidados de Feliciano. Em muitos momentos, Argemiro diz que Alice o havia “resgatado” da falta de organização e desonestidade do negro.

Essa ênfase na infantilidade do negro não é exclusiva da obra de Júlia. Segundo David Brookshaw, em qualquer situação literária, dessa época, na qual o negro estivesse em posição de

mostrar um grau de educação e integridade moral superior ao do branco, sua cor não era mencionada ou era descrita como quase branca.

Em praticamente todas as cenas em que Feliciano está presente, Júlia utiliza a palavra “negro” ou alguma outra expressão alusiva à cor de Feliciano. Representado insistentemente como imoral, invejoso, desleixado e desonesto, Feliciano sofre críticas permanentes de seu patrão e de outros personagens. Em vários momentos, ao pensar na sua vida sem a presença da governanta, Alice, Argemiro se entristece:

– Sim, com certeza! Abre-se a guerra. A moça sai. O **Feliciano readquire o perdido prestígio. Começa o desbarato dos charutos, das camisas engomadas e das gravatas. A mobília ficará com pó; a comida será atirada para os pratos como para os cães.**(...). (ALMEIDA, 2000/2002: 93).

– O Feliciano vai rejubilar-se! **Se me aparecer com a cara alegre, mato-o!**... Se não fossem certas considerações... Ah! os meus livros, tão bem arrumadinhos... Hás de crer? Depois que ela está lá em casa nunca achei uma falta e nem uma traça na minha biblioteca! Antes, era um desespero! O Feliciano tinha aquilo em uma desordem... Eu estava agora tão bem... tão bem... Que castigo! (ALMEIDA, 2000/2002: 95).

Retomei insensivelmente os meus atos de elegância, prejudicados com o abandono em que por tantos anos vivi nesta casa, dirigida por um preto ladino. (ALMEIDA, 2000/2002: 75).

Intolerável, o Feliciano, ao servir nessa tarde à mesa. Sem pronunciar uma única palavra e **mais empertigado ainda que de costume** nuns colarinhos que lhe roçavam as orelhas, percebia-se que no seu mutismo e seriedade ele sufocava de contentamento. Quando o olhar de Argemiro o lobrigava espigado aos cantos, esperando ordens, desviava-se com uma impressão esquisita e que não podia definir. **Durante todo o jantar, desgostou-o a figura limpa e correta do negro**, aproximando-se e afastando-se maciamente, conforme as exigências do serviço. (ALMEIDA, 2000/2002: 96).

É nítida a desaprovação de Argemiro com relação ao comportamento de Feliciano. Conversando com seu amigo padre Assunção, Argemiro diz acreditar que o mau caráter de Feliciano se deve ao excesso de bondade e generosidade com o qual seus sogros agiram com ele, quando pequeno:

O olhar de Argemiro acompanhou o vulto do negro, que se dirigia para a copa. Assunção argumentou:

– Está nas tuas mãos o remédio.

– Despedi-lo?

– Pois então?

– Acabo por fazer isso mesmo. Realmente, não há nada como a ignorância para certa gente. **Meu sogro fez de um moleque humilde,**

um homem ruim... Se em vez de o mandar para a escola, com bolsa a tiracolo e sapatinhos de botões, o deixassem na modéstia da cozinha ou da estrebaria, ele não teria agora nem a revolta da sua cor nem a da sua posição... O que o torna mau é a inveja e a sua ignorância mal desbastada.

– Ele não é tão mau assim!

– Defende-o agora! (ALMEIDA, 2000/2002: 98).

Com essa fala, Júlia dá ao leitor a justificativa das más atitudes de Feliciano. Ela constrói a idéia de que o negro só se tornou mau-caráter porque lhe foi oferecida uma educação a qual não lhe cabia. Ao tentar dar ao negro uma educação “de branco”, sua índole se deformou e sua revolta cresceu, ao perceber que por mais que estudasse, não alcançaria uma posição social elevada.

Júlia tem uma grande preocupação em estabelecer diferenças entre Alice e Feliciano, não apenas pelas comparações entre os dois, expressas nas frases de Argemiro, mas também nas caracterizações dos dois em sua narrativa. Já observamos que, ao longo do romance, a caracterização, com qualidades negativas, de Feliciano é crescente.

Em contrapartida, a autora caracteriza Alice como uma moça branca e jovem, não tão bela – “ela levava as botinas esfoladas, tortas no calcanhar, e que tinha os tornozelos finos”-, mas extremamente inteligente e habilidosa em todas as tarefas da casa e de tutora. Júlia narra como ela é capaz de governar a casa “pregando botões”, “enfeitando mesas” e “tomando conta das despesas”. Ou seja, após a chegada de Alice, nem todas as tarefas caberiam a Feliciano, que faria apenas as coisas mais árduas como servir as refeições, carregar embrulhos e levar recados.

É curioso observar a caracterização da personagem Alice como moça branca que se submete a esse tipo de trabalho, mas Júlia esclarece no final do romance que ela só se submeteu a esse tipo de situação devido a várias tragédias pessoais em sua vida: a perda dos pais quando pequena, às necessidades que passou na França (lugar onde estudava quando da morte de seus pais) e a volta ao Brasil, quando só tinha como próximos dois criados antigos de seus falecidos pais. Ou seja, fica claro que essa não é uma situação “natural”, mas sim excepcional. Júlia esclarece que o verdadeiro lugar de Alice, como moça branca e instruída, é uma família de boas condições sociais e financeiras, status ao qual retorna ao se casar com Argemiro no final do romance.

Nesse ínterim, é importante apontar a seguinte constatação: Feliciano jamais fumaria charutos caros e usaria roupas engomadas se não fosse por seu “abuso” em utilizar as coisas de seu patrão. Ao estabelecer essa condição, Júlia deixa claro qual o papel do negro naquela sociedade: a eles caberiam os serviços domésticos ou outras tarefas árduas, e não ocupar cargos importantes, seja na sociedade, seja cuidando da casa de alguém, porque não eram confiáveis e capazes.

Alice, moça branca, é concebida como justiceira e heroína. A justiça é feita por sua boa administração na casa de Argemiro, pela doação das sobras de comida aos mais humildes e pelo cuidado para com os criados de seus pais – razão de seu trabalho como governanta. O ato heróico é resgatar Argemiro dos abusos do criado. Ou seja, mais uma vez é estimulado um contraste entre a idéia de “branco bom” e “negro mal”.

As descrições de Feliciano fixam o personagem revelando-lhe características e explicando-as, conferindo um poder que vai além do caráter meramente decorativo da linguagem. Ao ca-

racterizar Feliciano, em praticamente toda cena em que aparece, Júlia faz um apelo às sensações visuais, objetivando criar no leitor a imagem de um homem “esgrouviado” e “empertigado”. Ainda no que tange ao apelo ao visual, Júlia enfatiza o contraste entre a cor branca e negra:

Argemiro tivera um pequeno sobressalto involuntário, vendo a **mão negra** do Feliciano pegar na porcelana **cor de leite** do seu prato. (ALMEIDA, 2000/2002: 98).

[...] um **negro muito empertigado**, com um arzinho desdenhoso e **enfiado num dólman branco** de impecável alvura. (ALMEIDA, 2000/2002: 10).

Ao dizer que Feliciano estava “enfiado num dólman”, Júlia cria a imagem de alguém que está desconfortável, ou seja, num lugar onde não queria estar ou que não lhe serve. A autora ressalta o físico rude de Feliciano e a inadequação de seu traje para sua pessoa, indicando novamente uma idéia negativa sobre o negro.

Em nenhum momento Feliciano é descrito como escravo, mas sim como criado. A condição da cor negra substituiu a condição escrava anterior. Além das características negativas, Feliciano mostra-se uma pessoa capaz de abusar da confiança que a sogra de Argemiro tem nele, para criar intrigas.

A baronesa não havia simpatizado com a idéia de uma governanta na casa de Argemiro desde o início, mas após essa suspeita levantada por Feliciano, a sua implicância com Alice aumentou ainda mais. Júlia estabelece uma relação de cumplicidade entre Feliciano e a sogra de Argemiro para prejudicar Alice. Para a baronesa, a investigação da vida da moça revelaria suas verdadeiras intenções com relação a Argemiro. Júlia, no entanto, cria essa parceria baseada na inocência e nos atos impensados dela, que só faz isso para zelar pelo marido da filha falecida. Feliciano se utiliza friamente das emoções da baronesa para manipulá-la no seu interesse de tirar Alice da casa de Argemiro. Fica claro para o leitor o caráter perverso e calculista de Feliciano.

Júlia deixa ainda mais explícito esse caráter perverso quando narra o momento em que ele persegue Alice para saber o que ela fazia nas suas noites de folga:

Atrás dela, à curta distância, Feliciano não lhe tirava os olhos de cima, cosendo às paredes o seu corpo esguio. **A sombra, protetora de segredos, confundia-se com a cor do seu rosto**, esvaindo-lhe a imagem. Os tacões da moça batiam na calçada em pancadinhas miúdas e sonoras; os dele dir-se-iam forrados de veludo.

A espionagem tem asas de morcego, teme a luz, mas espalma-se na treva sem rumor nem receio. Seu elemento é o mistério. **O desejo do mal é silencioso. Oh, se ele pudesse estender as unhas afiadas e fazer sangrar na escuridão a carne branca daquela mulher!**

Não fora ela quem o desprestigiara diante dos outros que ele dominara antigamente como senhor? Todas **as suas fraquezas, os seus crimezinhos de infidelidade não tinham sido farejados e descobertos por essa criatura imperativa e doce** a um tempo? Nem uma palavra lhe saíra dos lábios, mas a verdade salta pelos olhos quando a não deixam sair pela boca.

Ela sabia tudo. **Tratava-o como um inferior, uma máquina de ser-**

viço, sempre necessitada de direção. Não fora para isso que ele aprendera a ler na mesma cartilha da sua antiga iaiá!

Revoltado contra a natureza que o fizera negro, odiava o branco com o ódio da inveja, que é o mais perene. Criminava Deus pela diferença das raças. Um ente misericordioso não deveria ter feito de dois homens iguais dois seres dessemelhantes!

Ah, se ele pudesse despir-se daquela pele abominável, mesmo que a fogo lento, ou a afiados gumes de navalha, correria a desfazer-se dela com alegria. Mas a abominação era irremediável. O interminável cilício duraria até que, no fundo da cova, o verme pusesse a nu a sua ossada branca...

Branca! Era a mulher branca que ele preferia, desprezando com asco as da sua raça.

A superioridade daquela que ia toc-toc na sua frente exasperava-o. O seu humor inalterável, os seus hábitos de asseio e de ordem não lhe tinham dado ensejo para a intriguinha fácil e perturbadora.

Chegara o dia de castigar a afronta daquela branca intrometida, que ele odiava, e ardia por esmagar com a divulgação de algum segredo que a compromettesse.

Desprezava o ardil pela verdade; mas, se esta lhe escapasse, então recorria a tudo, até ao feitiço de algum velho parceiro africano.

Mas desse recurso extremo só lançaria mão quando não pudessem contar com os da sua inteligência e malignidade.

Tinha ainda na memória uma sentença materna: “quem faz feitiço morre de feitiço”, e essa idéia afligia-o. A mãe era filha de mina. Devia saber... aquela branca pobre e presunçosa, que era mais do que ele na ordem das coisas, para o tratar assim por cima do ombro, com um arzinho superior de patroa fidalga?

– Ela há de me pagar!

O que ele queria agora era saber bem da sua vida, penetrar no mistério daquela existência flutuante, sem raízes conhecidas; assenhorear-se de um segredo que a tornasse escrava da sua vontade poderosa.

(...)

Ela matara o seu prestígio. Viesse quem viesse depois dela, encontraria lançada na casa a semente da desconfiança. **Fora um dia o Feliciano, que lia jornais nas cadeiras do amo, com deliciosos charutos entalados entre os beiços.** (ALMEIDA, 2000/2002: 79-80).

Na citação acima existem diversos elementos importantes a se considerar para o desfecho da caracterização de Feliciano e outras idéias que Júlia apresenta a respeito do seu conceito sobre o negro naquela sociedade.

Nessa passagem, Feliciano confirma as suspeitas de Argemiro. Nas frases “Fora um dia o Feliciano, que lia jornais nas cadeiras do amo, com deliciosos charutos entalados entre os beiços” e “as suas fraquezas, os seus crimezinhos de infidelidade não tinham sido farejados e descobertos por essa criatura imperativa e doce”, Feliciano não só admite seus crimes, como

dá pouca importância a eles. Ele não se importava se o prestígio fosse fruto de “pequenos crimes”. Júlia comprova para o leitor, então, a imoralidade do personagem.

Júlia apresenta uma nova discussão que podemos analisar. Observa-se a constante glorificação da cor branca com todas as qualidades de beleza e pureza, ao mesmo tempo em que se pode observar o ódio da cor negra, significando seu lado oposto. O louvor ao branco como ideal estético é ilustrado pela figura da mulher branca (Alice), representando o símbolo máximo do inatingível para o homem negro (Feliciano).

Essa idéia do “branco positivo” e do “negro negativo” não é exclusividade da obra de Júlia Lopes de Almeida. Tal concepção é tão marcante nessa época que os próprios escritores afro-brasileiros dificilmente fugiam a essa tendência. A criação de Cruz e Souza, por exemplo, está baseada no tema do simbolismo da cor. Ainda que reavaliando a cor negra, o poeta demonstra o sentimento interior de que o branco é a cor afortunada estética e socialmente⁸. Pode-se dizer que o simbolismo tradicional contido nas idéias das cores branca e negra demonstra a dependência dos valores culturais europeus, esteja o autor escrevendo a favor ou contra o negro.

No trecho: “Branca! Era a mulher branca que ele preferia, desprezando com asco as da sua raça. A superioridade daquela que ia toc-toc na sua frente exasperava-o”, a diferença entre as raças é nitidamente tratada. Tanto o branco sabia da sua superioridade, quanto o negro da sua inferioridade. Tal fato faz com que Feliciano tenha ódio dos brancos e uma grande revolta contra Deus.

Em resumo, pode-se dizer que ficam claras duas situações de ódio no romance de Júlia: o ódio do negro ao branco – representado nos sentimentos e comportamentos de Feliciano em relação à Alice e Argemiro – e o ódio do branco ao negro – representado nas falas e sentimentos de Argemiro em relação a Feliciano.

Outra situação na qual podemos observar o descontentamento de Feliciano com sua cor e condição de criado é durante a conversa entre o barão e o padre Assunção, após o retorno de Argemiro. Feliciano é descrito como sonso e intrometido, ao prestar atenção na conversa dos dois:

Feliciano passou assobiando pela porta do quarto de Alice. Fora um desafogo à alegria que lhe alvoroçava a alma; mas conteve-se antes de entrar na sala, onde o esperava um olhar de censura do padre. Pouco lhe importou. **Alma de negro não é alma de cão. Senão, veriam daí por diante quem mandaria ali!** (ALMEIDA, 2000/2002: 128).

A equivalência de negritude com inocência, beleza ou pureza moral era algo quase que inimaginável pela sociedade branca do fim do século XIX e início do XX. Na citação a seguir, por exemplo, observa-se que a fala de um dos amigos de Argemiro demonstra essa idéia, “– Vamo-nos embora, **que a noite está negra que nem uma alma pecadora** – disse Teles (...)” (ALMEIDA, 2000/2002:82). Ao fazer a comparação entre a cor “negra” e uma “alma pecadora”, o personagem está dizendo que toda alma negra é pecadora. Aí observamos não só a simbologia da cor negra ligada ao pecado, mas também a permanência da visão da cor negra ligada à escravidão. Uma das idéias que sustentou a escravidão durante a colonização do Brasil foi a da “escravidão como resgate”, ou seja, a escravidão vista como uma forma de salvar a alma dos negros, que viviam em

8 Cf. MÉRIAN, Jean-Yves. *op. cit.*

pecado. Logo, mesmo o negro sendo liberto, ele era considerado inferior não apenas pela sua cor, mas também pela sua ascendência escrava e sua natureza pecadora⁹.

Segundo Flora Sussekind, entendendo a literatura como reflexo daquela sociedade, alguns questionamentos realizados nos romances produzidos em finais do século XIX e início do XX, eram condizentes com os da realidade. Ao construir um personagem negro que contesta sua cor e status social, Sussekind diz que tais discussões se estendiam a toda população negra, forçada a se ver de acordo com as suas representações feitas pelos brancos e a esquecer de sua própria história, a se embranquecer para tentar tirar de si as marcas da marginalização étnica a ela imposta.

Conclusão

Como fonte histórica de análise da sociedade, o uso da literatura não busca uma “recomposição” do passado, mas sim do pensamento dos homens e mulheres que viveram nele. Diante da literatura, cabe ao historiador reordenar a leitura do mundo feita pelo autor, selecionar os fatos de interesse histórico e separá-los da narrativa ficcional.

Nesse sentido, estudar as representações do negro na literatura brasileira no início do século XX, ajuda-nos a compreender como seu papel era visto na sociedade e aponta caminhos para identificar as dificuldades sociais com as quais tiveram de lidar diante do fim da escravidão.

Obviamente, esse tipo de análise não deve se ater apenas às obras de escritores brancos, mas também de negros. Porém, ao optar por estudar essa obra de Júlia Lopes de Almeida, encontramos uma grande contradição que marcou não só o seu texto, mas a sociedade brasileira: as idéias liberais e o apoio ao fim da escravidão aliados à visão inferior que tinham do negro. Apesar de liberto, ele não seria capaz de exercer papéis sociais de destaque e continuaria a realizar os trabalhos pesados submetido às vontades do branco.

Este estudo trouxe uma breve análise das representações do negro na literatura brasileira para compreender como, aos poucos, o estereótipo de “escravo fiel” se transformou em “escravo imoral” ou “escravo demônio”, baseado no preconceito racial e nas teorias científicas do início do século XX. Todos os defeitos dos negros eram atribuídos à sua origem africana, enquanto suas qualidades eram resultantes do convívio com a civilização branca. É essa imagem que encontramos no livro *A intrusa*.

No momento de publicação desse romance (1905), considerando um panorama geral da literatura brasileira, os personagens negros conseguem mais destaque, no entanto, tal modificação não implicou em um novo ponto de orientação para suas ações e representações. Essas continuam em função do que se passa com seu senhor, ou patrão. Considerado como “pouco confiável”, as descrições das ações e características do negro continuam se resumindo ao ambiente doméstico e ele segue sendo descrito como alguém que precisa de uma tutela constante.

Ao buscar a representação do negro nessa obra, tal estudo buscou apresentar uma nova análise sobre a obra de Júlia, indo além das interpretações mais correntes, que

9 Para mais detalhes sobre a justificativa bíblica para a justificativa da escravidão dos negros em textos jesuítas do Brasil colonial Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

dizem respeito à sua análise do papel da mulher e da defesa das liberdades femininas no Brasil. Mulher de elite, Júlia desempenhou um papel na educação e na instrução formal e informal de várias gerações, abrindo espaços de discussão sobre as práticas e os afazeres sociais das mulheres na passagem do século XIX para o XX. Porém, em sua obra, não há espaço para o debate do papel social que a mulher negra ou o homem negro assumiriam, além das tarefas que já lhe cabiam quando eram escravos.

Observamos que Júlia foi influenciada fortemente, como outros escritores de sua época, pela ideologia cientificista que transformava a modernidade em um mito cultuado por nossas elites, copiando os moldes europeus. Cópia que se deu não só nos projetos urbanísticos da cidade do Rio de Janeiro, mas também nos conceitos sobre a raça humana e na crença da inferioridade do negro em relação ao branco.

Neste estudo de caso, foi possível verificar que a descrição negativa do personagem Feliciano reflete as concepções de Júlia sobre a sociedade de seu tempo, que alicerça sua narrativa em um elenco de crenças, significações e valores que constituem sua própria inserção no contexto social.

Numa literatura vinculada ideologicamente a uma estrutura social tão estratificada, dificilmente o escritor, ele próprio ideologicamente comprometido, escaparia do uso dos estereótipos para assumir uma reivindicação de um espaço e função social diferente para o negro. É importante considerar que a maioria dos autores de romances, assim como Júlia Lopes de Almeida, eram também jornalistas e, muitas vezes, discutiam nos jornais as idéias que depois apareceriam em seus próprios romances. Portanto, as crônicas, contos e romances contribuía de forma quase simultânea ao fortalecimento de certas idéias que se transformaram em mitos que a maioria não questionava.

Resta saber, se essa visão se prolongou nas obras posteriores de Júlia, tendo em vista que existiram transformações significantes no pensamento da intelectualidade brasileira sobre o papel do negro na sociedade, principalmente após a Semana de Arte Moderna de 1922.

Bibliografia:

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Intrusa*. Disponível em: <www.terra.com.br/virtualbooks> - Acesso em 30 de dez. 2008.

BERND, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BERND, Zilá. *A questão da negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOSI, Alfredo. *Caminhos entre a literatura e a história*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300024-&lng=pt&nrm=iso> - Acesso em 27 de jan. 2009.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

- BURKE, Peter. *A escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1977.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2ªed., São Paulo: Martins, 1964.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 6ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 1987.
- CAMPELLO, Eliane. “A mulher e a arte”, na visão de Júlia Lopes de Almeida. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/ELIANE%20TEREZINHA%20DO%20AMARAL%20CAMPELLO.pdf> – Acesso em 25 de jan. 2009.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. *Cantos e Encantos na obra de Julia Lopes de Almeida*. Disponível em: <http://www.fja.edu.br/praxis/praxis_01/documentos/artigo_2.pdf> - Acesso em 28 de jan. 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- GOMES, Carlos Magno. “A identidade cultural enganjada de Lima Barreto”. *Revista Fórum Identidades*. Ano 2, Vol. 3, 2008, pp. 47-55
- HAMON, Philippe. O que é uma descrição?. In: SEIXO, Maria Alzira (Dir.). *Categorias da narrativa*. 2ª.ed. Lisboa: Arcádia, 1977.
- LINHARES, Temístocles. *História crítica do romance brasileiro: 1728-1981*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Cultrix, 1987.
- LUCA, Leonora de. “O ‘Feminismo Possível’ de Júlia Lopes de Almeida”. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Cadernos Pagu: Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX*. Campinas: Unicamp (12), 1999.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977. v.V.
- MENDONÇA, Cátia Toledo. “Júlia Lopes de Almeida: a busca da liberação feminina pela palavra”. *Revista Letras*. Nº 60, 2003. pp. 275-296.
- MÉRIAN, JEAN-YVES. “O negro na literatura brasileira versus uma literatura afro-brasileira: mito e literatura”. *Navegações*. v. 1. nº 1. Porto Alegre, 2008. pp. 50-60.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides. Breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973.
- MOREIRA, Nadilza. “A crônica de Júlia Lopes de Almeida dialoga com o projeto de modernidade do Brasil republicano”. *Terceira Margem*. Nº 20, janeiro/julho 2009, pp. 176-188.
- MOREIRA, Nadilza M. de Barros. *Júlia Lopes de Almeida: uma trajetória feminina/feminista nas crônicas da belle époque brasileira*. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/Mesas/NADILZA%20M%20DE%20BARROS%20MOREIRA.pdf>> – Acesso em 25 de jan. 2009.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Narrativa e conhecimento histórico: alguns apontamentos*. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao15/materia02/>> - Acesso em 28 de jan. 2009.
- OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar sobre o negro na literatura brasileira do pós-abolição. Um estudo de caso no romance A intrusa de Júlia Lopes de Almeida*, 2009, Trabalho de Conclusão de Curso, Pós-graduação lato sensu em História da África e do negro no Brasil, Universidade Candido Mendes – UCAM, Rio de Janeiro, 2009.
- PROENÇA FILHO, Domício. “Participação da literatura no processo abolicionista”. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 92/93, 1988. pp. 9-32.
- PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de época na literatura: através de textos comentados*. 15ª. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- PROENÇA FILHO, Domício. *A trajetória do negro na literatura brasileira*. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a17v1850.pdf>> - Acesso em 27 de jan. 2009.
- RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- RAMOS, Fábio Pestana. *História e Literatura: ficção e veracidade*. Disponível em: <<http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/d2-3.pdf>> - Acesso em 27 de jan. 2009.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- SAYERS, Raymond. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1956.
- SHARPE, Peggy. “Construindo o Caminho da Nação através da obra de Júlia Lopes de Almeida e Adalziria Bittencourt”. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 33, n. 3, 1998. pp. 39-49.

- SHARPE, Peggy. Júlia Lopes de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. v.2. pp. 188-238.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- STRAUSS, André; WAIZBORT, Ricardo. “Sob o signo de Darwin? Sobre o mau uso de uma quimera”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23. N° 68. São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000300009-&script=sci_arttext – Acesso em 20 de jan. 2009.
- SUSSEKIND, Flora. *O negro como arlequim: teatro e discriminação*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ZANCHET, Maria Beatriz. “Tradição e vanguarda na escritura de Júlia Lopes de Almeida”. *Revista Trama*. v. 2. n° 4. Paraná: UNIOESTE, 2006. pp. 143-154.

Mayara Amanda Januário

Memórias Sacrílegas: Inquisição na Literatura de São João del-Rei no século XIX

Graduada em História pela UFSJ
E-mail: mayjanuario@hotmail.com

Resumo: O século XVIII contou com uma expressiva atuação do tribunal da Inquisição nos domínios tropicais lusitanos. Na capitania das Minas Gerais, na Vila de São João del-Rei, três padres foram retidos pelos agentes inquisitoriais logo que se torna público o casamento do Padre José Rodrigues Pontes, ocorrido em 1799. No desenvolvimento do processo, os réus foram conduzidos para Lisboa, onde foram julgados e sentenciados. Este episódio fora retratado na literatura local no século XIX, quase cem anos depois, tornando-se expressivo para a cultura local até os dias atuais. Esta documentação oferece riquíssimas possibilidades de análises das relações entre História, memória e literatura, nas concepções de Pierre Nora e Jacques Le Goff.

Palavras Chaves: Inquisição- Minas Gerais- Memória-Literatura

Abstract: During the eighteenth century, the Inquisition proceeded intensily in tropical Lusitanian domains. In the captaincy of Minas Gerais, in the village of São João del-Rei, three priests were detained by Inquisitions agents as soon as the wedding of Father José Rodrigues Pontes became public in 1799. As the events developed, the defendants were taken to Lisbon, where they were judged and sentenced. This episode was featured in the local literature in the nineteenth century, almost one hundred years later, becoming significant for the local culture to this day. This documentation provides very rich opportunities for analysis of the relationship between history, memory and literature, among the ideas of Pierre Nora and Jacques Le Goff.

Enviado em 5 de julho de 2010
e aprovado em primeiro de
setembro de 2010

Key words: Inquisition- Minas Gerais- Memory- Literature

É sabido que a historiografia do século XX alargou as perspectivas teórico-metodológicas da Ciência Histórica e incorporou áreas subjacentes ao seu campo de estudo. Neste sentido, ampliou o conceito de fonte ao mesmo tempo em que reduziu suas pretensões a uma História totalizante, destarte, ao incluir temas e objetos, fragmentou-se. Dentro da chamada crise dos paradigmas, a História debruçou-se na interdisciplinaridade em busca de saídas para o vazio surgido.

Passa-se, então a entender a literatura como objeto de estudo para o Historiador, compreendendo-a como produto cultural e expressão de uma visão de mundo própria de um determinado tempo. Ou seja, a literatura dialoga com a sociedade em movimento ao mesmo tempo em que testemunha um passado, independente do estilo ou da subjetividade que lhe é inerente. Sem adentrar no mérito da questão, que discute ficção e realidade, o que nos importa saber é que a literatura é capaz de fazer uma leitura, uma narrativa, representação imagética de algo, atrelada à experiência temporal, objeto da História por excelência (MENDONÇA & ALVES, 2010). Em outras palavras, na intenção de se tomar a literatura como objeto de análise, nosso esforço como historiadores é de historicizar a obra literária e apreender “a forma como esta constrói ou representa a sua relação com a realidade social” (CHALHOUB & PEREIRA, 1998: 7).

Nas interfaces entre história e literatura, estabelecendo um recorte micro-histórico, realizaremos, a partir de um plano geral, uma incursão vertical potencializando a emergência das especificidades dos agentes históricos, a complexidade de seus elementos e a riqueza de detalhes que num primeiro momento ou num estudo esquemático não são contempladas. São os estudos micro-analíticos que revelam exemplarmente de que é feita a História: de indivíduos com uma pulsante vida irreduzível a denominações genéricas e plurais.

O caso Pe. José Rodrigues Pontes e suas memórias, objeto deste trabalho, pode ser considerado como o que Ginzburg definiu como excepcional-normal (GINZBURG & CASTELNUEVO, 1991). Normal porque, como tantos outros na sociedade colonial e principalmente no cenário mineiro, era clérigo, como seus pares, exercia em São João del Rei, com zelo ou não, as funções pelas quais fora ordenado. Branco, com sua condição social estável, figurava no grupo daqueles que eram proprietários de si mesmos e de alguns bens razoáveis. Excepcional porque, sendo padre e intencionado de se casar, caiu sob os poderes da Santa Inquisição nos fins do século XVIII levando consigo outros dois clérigos. Mais do que isto, marca sacrilegamente a produção literária São Joanense no século XIX, permanecendo de forma notória no imaginário local, sendo fomentador de contendas até os dias atuais (OYAMA, 2005).

Capaz de gerar memórias após quase um século, o casamento do padre Pontes está longe de ser um corriqueiro caso de devassidão na esfera religiosa. Quando cruzadas com as documentações locais de fácil acesso, tais informações ganham vulto, dignas de um debruçado trabalho de pesquisa documental e historiográfica. Quando reportado do particular ao universal, o estudo de caso do casamento do padre José Rodrigues Pontes apresenta-se como uma análise útil das apropriações do passado, mencionado pelos testemunhos literários indiretos e pelas fontes oficiais prenes do discurso moralizante instituído.

Do ponto de vista metodológico, a micro-história avança nas pesquisas historiográficas por romper com as práticas generalistas e por alcançar com maior propriedade o homem enquanto sujeito histórico. O espaço local, elevado à categoria central de estudo, constitui-se uma nova possibilidade de análise no quadro das interdependências entre agentes e fatores determinantes de experiências históricas escolhidas pelo historiador. Tomar este método de análise implica em considerar detalhes aparentes ou sutis, deslocando-se dos grandes contornos e das linhas gerais, valorizando e dotando de significado relações plurais em seus diversos elementos constitutivos.

Ao eleger o específico como circunscrição de análise, como escala própria de observação, contudo, não abandonamos as margens, as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local e lhe conferem maior abrangência. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos que envolvem comunidades regionais e globais. Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação, adaptação, resposta e criação, às normas que tangem o universo particular. Enquanto território, esboça também dimensões de espaço e tempo construídos por um processo de socialização, capaz de formar traços de identidade, de dialogar com o diferente, de produzir simbolismos (LACERDA FILHO, 2005). Mais do que isto, delinea espaços para as relações presente e passado, cultura e sociedade, entendendo a literatura em questão como uma produção de seu tempo que dialoga com o século do ouro. Memória, sobretudo. Resignificada, relida, reelaborada, reescrita. Memória do século da Inquisição expressa na literatura de São João del-Rei do século XIX e que em termos metodológicos, necessita ser adequadamente interrogada em sua lógica social (CHALHOUB & PEREIRA, 1998: 7, 8).

Fruto de um trabalho empírico iniciado em outubro de 2008 sob a orientação da Professora Maria Leônia Chaves de Resende, que atualmente pesquisa Inquisição nas Minas Gerais, neste trabalho atendo-me às questões de memória que este implica, recortando o que já venho desenvolvendo em minha monografia.¹ Ao tomar a sacrílega produção literária São Joanense do século XIX como objeto de estudo, utilizo-a enquanto lugar de memória e produção sócio-construída de um grupo cuja abordagem de um passado recente sugere uma realidade atípica de uma diferente experiência temporal. Para tanto, parto dos conceitos de Pierre Nora e Le Goff e utilizo como fontes² as obras de Modesto Antônio Paiva e José Antônio Rodrigues, notórios literatos locais nos oitocentos.

A literatura enquanto lugar de memória

O passado impalpável encontra nos lugares de memória espaços evocativos por excelência. Nora nos sublinha o caráter artificial da memória, uma vez que esta é construída socialmente e obedece a uma lógica quase sempre imprevisível. Segundo Nora, “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA,

1 Graduada em História pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: mayjanuario@hotmail.com

2 Este trabalho contou com fontes de natureza diversa, que serão elencadas ao fim do artigo.

1993:12). Entre as complexas relações entre memória e história e os vestígios residuais e desconexos deste passado distante, a memória de um grupo se apresenta como efeito da experiência da aceleração incontrolável do tempo. O rápido desprendimento da temporalidade anterior faz com que a memória se mostre primeiramente como uma necessidade: é preciso lembrar. Mais do que nunca, para não recair numa concepção de tempo única, é necessário ter memória. Os usos e abusos deste passado fazem da memória uma tradição definidora, portadora de uma herança que dá sentido e forma, é viva, mutável, pulsante. É como se ela, enquanto narrativa, viesse a cumprir o papel que o mito tem nas sociedades tradicionais, ou seja, fundamentar e organizar. Assim, a memória em seu uso indiscriminado dá sentido a um determinado acontecimento ou contexto cuja construção não obedece as regras científicas, mas à satisfação de uma necessidade. Neste sentido, a memória serve às demandas do presente uma vez que é ele quem lhe dita as regras.

Do outro lado está a História, como uma narrativa unificadora, ela separa e seleciona os fatos. Sua tarefa é matizar a memória, situá-la no tempo, problematizá-la, denunciá-la. A História nos abre a prerrogativa de lembrar o que não lhe é mais inteligível, sob a forma de uma apropriação pertinente e consciente de si mesma, na égide da cientificidade. Nora apresenta sua categoria de “Lugares de Memória” como resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo, mais especificamente do indivíduo moderno. São nos grupos culturais, sexuais, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros, entre outros, que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no cotidiano. Nora conceituará os lugares de memória como, antes de tudo, um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento, vivificando o passado e fossilizando-o novamente. (ARÉVALO, 2008). Deste modo há a possibilidade de se acessar a uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade. Uma vez que não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários e escrever livros ou poesias. Aí reside a tarefa dos lugares de memória: estes são espaços onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar a lembrança. Ou seja, o lugar de memória é um meio para um fim.

Lucette Valensi sinaliza para as imagens, escolhas e usos do passado em seu estudo sobre o Sebastianismo (VALENSI, 1994). O que nos salta aos olhos são as escolhas recorrentes: o memorável é sempre aquilo que foi significativo. Nesta perspectiva, a memória revela suas facetas: do período de negativa ao uso sistemático, o passado quase sempre nebuloso não se revela. Permanece “fabuloso”, reinventado, carregado de expectativas, e, sobretudo, margeando o presente, seja na cultura popular, na cultura escrita ou no ideário político. As imagens ressignificadas de Dom Sebastião, rei lusitano morto misteriosamente numa batalha, incidem até mesmo sobre os estudos acerca de Canudos, dentro de uma realidade geográfica e temporalmente diversa, no suposto monarquismo de Antônio Conselheiro.

Não só figuras históricas, porém, são retomadas no tempo e no espaço. O estudioso Geraldo Pieroni aponta para as conexões entre memória, literatura e História ao elencar as obras ficcionais que abordam a Inquisição como temática. Dentre elas, destacam-se a tragédia escrita por Domingos José Gonçalves de Magalhães: *Antônio José, ou o poeta e a Inquisição* publicada em 1836; *O judeu*, de 1866, e *A caveira e o Mártir*, de 1875, ambas de Camilo Castelo Branco. São elencados também *Um fato da Inquisição no Brasil e o heroísmo*

de uma capixaba, datado de 1876 e de anônima autoria; *O amor de um padre, ou a Inquisição em Roma*, peça teatral de 1839 e remontada em 1877; *Os ratos da Inquisição*, escrita pelo judeu português Antônio Serrão de Crasto em 1883 e *Mistérios da Inquisição* em 1900 (PIERONI, 1997: 200). Nestes casos, a significativa produção literária do século XIX escolhe a Inquisição como palco para desenrolar suas tramas das mais variadas naturezas, tangenciando História e ficção ao tomar alguns processos inquisitoriais como fonte inspiradora aliados à inventividade de seus autores. Embora despreocupados em basear tais obras em uma pesquisa documental rigorosa, esta literatura é apontada como importante meio “para compreensão da dimensão e da dinâmica criativa como produto da influência de certas instituições” (PIERONI, 1997: 200).

À exemplo de Dom Sebastião, as releituras acerca do Santo Tribunal aproximam-se dos aspectos de sua autoridade e poder institucional, capazes de ganhar corações e mentes no Antigo Regime. Dentro desta perspectiva, a Inquisição é apresentada em suas representações multifacetadas, relida e reapropriada ricamente numa nova experiência temporal, conectando passado e presente e constituindo um significativo objeto de estudo para o historiador, principalmente aquele que for afinado com as tendências da nova História cultural. Ronaldo Vainfas, expoente desta temática, em recente trabalho estudou o apóstata Jesuíta Manoel de Moraes, (VAINFAS, 2008) réu do Santo Ofício Português no século XVII e fomentador de memórias nos anos subsequentes. Além de algumas menções em diversas obras, foi retratado no “romance histórico” de João Manuel Pereira da Silva, *Manuel de Moraes*, datado de 1866. Não bastante, a obra foi traduzida para o inglês por Robert Francis Burton duas décadas depois. Segundo Vainfas, “Um exemplar da literatura romântica oitocentista que, no caso pernambucano, romanceou a vida de personagens ou fatos coloniais. Nostalgia das elites regionais” (VAINFAS, 2008: 327).

Também Fernando Gil Portela Vieira dissertou acerca da cristã-nova Branca Dias, portuguesa que veio refugiar-se do tribunal em terras Brasília no século XVI. De semelhante modo, fora registrada algumas vezes na literatura nordestina dos séculos XIX e XX: a peça Branca Dias dos Apipucos, de 1858 em Pernambuco; em dois artigos, datados de 1897 e 1901, na Paraíba; e num livro intitulado *A Inquisição na Paraíba: o supplicio de Branca Dias*, de 1924, além de figurar na cultura popular (VIEIRA, 2007).

Contudo, trabalhos desta natureza são exceções. O campo permanece carente de pesquisas mais profundas que possam emergir casos como estes, de forma a estabelecer um estudo sistemático sobre as reapropriações da Inquisição feitas à *posteriori*. Enquanto este panorama nos parece distante, debruçemo-nos sobre o caso do padre José Rodrigues Pontes, até o momento ignorado pela historiografia, a fim de que se delineiem as características mais gerais e/ou específicas deste tipo de produção literária, lugar de memória e monumento por excelência. Ao se registrar na literatura São Joanense a memória de um passado sacrílego, ou seja, ao se fundar este “lugar de memória”, estava aberta a passagem que os reportaria àquela temporalidade qualitativamente diferente, em que através dela fosse possível lembrar. Mas, o que e por que estava sendo lembrado? Quais os sentidos admitidos da rememoração do episódio do casamento do Padre José Rodrigues Pontes no imaginário local?

As obras de Modesto Paiva e José Antônio Rodrigues

O primeiro a registrar na literatura São Joanense a memória do casamento do Pe. Pontes fora o comendador José Antônio Rodrigues numa extensa nota de rodapé em seu livro “Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Municipio da Cidade de S. João del-Rey”, publicado em 1859. Esta obra de José Antônio Rodrigues contém informações gerais imprecisas, grosso modo, acerca dos aspectos da sociedade em São João del Rei, o que não impossibilita completamente, porém, sua pertinência histórica. O trecho das páginas 22 e 23 dedicado ao caso Pe. Pontes relata o envolvimento de padres São Joanenses com o Santo Ofício, em uma extensa e única nota de rodapé, situando o episódio entre as demais notoriedades da cidade. O segundo registro data de

1885 na publicação do livro “O Casamento do Padre Pontes”, numa obra cujo enredo é exclusivamente a narrativa romanceada do matrimônio do padre e seu trato pela Inquisição. São cento e nove páginas dedicadas à memória sacrílega; cuja origem, segundo o autor, deve-se à transmissão oral daqueles contemporâneos aos fatos.³ Por ocasião da publicação deste livro, o jornal *O domingo*, de 6 de janeiro de 1886, comenta com ressalva na coluna Bibliographia o conteúdo histórico da obra. Ou seja, à revelia dos esforços do Comendador em registrar com riqueza de detalhes a memória de um passado em boa medida fidedigno, a crítica local entende-o plenamente como ficção, embora não rejeite a ideia de que é possível ter havido um ato de sacrilégio neste passado colonial. Já na edição do Jornal São João del-Rei, de dezembro de 1885, o livro é considerado bastante agradável⁴ pelos críticos. Em “Noites de Insomnia”, publicado em 1892, obra lírica romântica manifestada em versos harmônicos e suaves, em que Modesto de Paiva “dá alma ao verso e coração à rima” há um poema dedicado ao Comendador José Antônio Rodrigues, intitulado: “O casamento do Padre Pontes”. Vários registros, uma memória: um século depois, Inquisição em São João del-Rei.

Do registro oficial à memória impressa

De fato, diferente do que pensava Oyama Ramalho sobre a literatura acerca do episódio do casamento do padre Pontes, em junho de 1799, motivado pelo “excesso do seu primitivo afeto”⁵, o padre José Rodrigues Pontes comete o delito de bigamia similitudinária (OYAMA, 2005). Natural da vila de São José, seu pai de mesmo nome⁶ era capitão, reinol e teria vindo muito jovem para as terras brasílicas, onde se casou com Tereza Maria de Jesus, natural do Bispado de Angra dos Reis e que da mesma forma teria vindo ainda moça para as Minas Gerais. Desta união, José Rodrigues Pontes era filho único, e os três possivelmente viviam em uma confortável casa⁷ na rua da Matriz de Santo Antônio na vila da São José del-Rei, vivendo dos rendimentos do cargo de honra e dos negócios de seu pai, servindo-se dos oito escravos que dispunham, até que José Rodrigues Pontes se ausentou da vila com destino ao seminário, dedicando-se à carreira sacerdotal.

3 No próêmio da obra, descreve o autor o modo pelo qual a oralidade tratou de reproduzir o episódio: “Um facto notavel e raro deu se em S. João d’El-Rei, no seculo passado, que, conservado apenas na tradição, vai se obliterando da memoria da geração presente: é o astucioso *casamento do padre Pontes*. Na minha infancia costumava a ouvir historias contadas por minha tia I. de Lima, mulher idosa, porém de uma reminiscencia prodigiosa.” Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida. RODRIGUES, José Antônio. *O casamento do Padre Pontes*. São João del-Rei: Gazeta mineira, 1885.

4 AMRSJDR, Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei, Jornal São João del-Rei, 25/ 12/ 1885, Ano I, n° 3, caixa 176.

5 ANTI, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, processo 12571. Este processo é tema de monografia de final de curso em História, intitulada “Entre o Amor e o Sacrilégio: o casamento do Pe. José Rodrigues Pontes”, de autoria de Mayara Amanda Januário, sob a orientação da Profa. Maria Leônia Chaves de Resende.

6 Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei, Inventário de José Rodrigues Pontes, caixa n° 366, fol. 1 e 10.

7 AEAM, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 08, pasta 1295.

Após aplicar-se aos estudos de latim e moral, cerimônias e canto eclesiástico, o padre Pontes é ordenado em Mariana, em 1785 (CINTRA, 1982: 521). Já em 1794 era capelão na freguesia da Conceição da Barra, em São João del-Rei. No exercício de suas ordens, nossa personagem demonstrava uma postura irrepreensível, cuidando dos sacramentos que administrava, inclusive impedindo uniões em tempos desfavoráveis, conforme as orientações da Igreja. Contudo, entre batizados e cerimônias religiosas, aproximou-se intensamente da família de Bernardo Antônio de Souza Almeida, seus paroquianos da freguesia. Em 1795, nosso sacerdote batizara Cândida, a neta da família, e um pequeno escravo, cujos padrinhos foram Joaquim José de Souza, também padre, e Policena Xantipa, de apenas treze anos na época. Os encontros destes personagens em torno da pia batismal não pararam aí.

Entre 1796 e 1797, os membros da família Souza Almeida e o Pe. Pontes se encontraram nesta condição mais três vezes,⁸ uma delas, a mais significativa, batizando o cativo Joaquim, filho de Geralda crioula, ambos propriedades de nosso clérigo. A este inocente apadrinharam mais uma vez a dupla Joaquim José de Souza e Policena Xantipa, bem registrado por Pontes como os “filhos do Licenciado Bernardo Antônio Sousa Almeida”. Segundo o mesmo registrara, o padre Joaquim José de Sousa o acompanhava nas visitas do Santíssimo Sacramento aos enfermos e com zelo o ajudava nas ocupações de capelão⁹. Tamanha proximidade resultou no acolhimento do padre Pontes pela família Sousa Almeida, assim que Tereza sua mãe morreu e o padre amargara a solidão, em 1796.

No convívio da família Souza Almeida, o Pe. Pontes se surpreende afeiçoado a Policena, a filha solteira do licenciado Bernardo. Como descreve a documentação, permanecia em sua companhia por várias horas, experimentando por parte da moça igual correspondência afetiva.¹⁰ Ao que sabemos, Policena era muito jovem e órfã de mãe, falecida desde 1787. A moça e seu padre, “exaltavam suas chamas de concupiscência” até que se tornaram públicos e notórios, motivo de escândalo no arraial, numa presumida relação de concubinato, causando alvoroço entre os habitantes de Conceição da Barra.¹¹

Intencionado de viver maritalmente com aquela mulher e ciente de sua impossibilidade de fazê-lo sendo padre, numa manobra curiosa, Pontes falsificou astuciosamente um breve de dispensa de suas obrigações eclesiásticas e contraiu matrimônio com a jovem Policena, após persuadir seu pai e seu irmão de que aquilo era possível. A forjada cerimônia teve como celebrante do sacramento o padre mulato¹² e contratador de dízi-mos em Queluz, Francisco Justiniano Pereira de Carvalho, e como testemunha o padre escrivão em São João del-Rei, Sebastião José da Freiria.¹³ Contentes com as núpcias, se reuniram no domingo seguinte para festejar em um jantar, regado a sete ou nove frascos de vinho, na presença de vários clérigos que se saudavam e cumprimentavam os noivos.

8 Arquivo da Matriz do Pilar de São João del-Rei, Livro 24, p. 495.2.

9 AEAM, Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 06, pasta 0984.

10 ANTT, Processo 12571.

11 Ver mais em: JANUÁRIO, Mayara. O padre e a moça de portas adentro: um estudo de caso acerca do cotidiano e da vida privada nas Minas Setecentistas. *História e-História*, set 2010. Disponível em: <http://www.historiachistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=128> (acesso 18 out 2010).

12 AEAM, Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 04, pasta 0577.

13 AEAM, Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 10, pasta 1761.

No entanto, a notícia do casamento sacrílego veio a público rapidamente logo que se descobriu a falsificação do documento elaborado para tanto. Na capitania do ouro, os buchichos dos paroquianos e a delação mútua eram instrumentos fundamentais para se capturar os errantes da fé e da moral. Os padres envolvidos no escândalo foram presos na cadeia de São João del-Rei, a fim de serem enviados para Lisboa para dar contas ao Tribunal do Santo Ofício. Contudo, mais uma vez, em engenhosa operação, o padre Pontes escapou do cárcere sem maiores dificuldades, possivelmente com o auxílio de Manoel Alves de Almeida¹⁴, considerado culpado nos autos pela fuga. Os outros dois envolvidos foram remetidos a Lisboa, e lá esperariam o desenrolar do processo.

Assim procedeu a mesa inquisitorial no dia 21 de setembro de 1800, passado já um ano do afamado casamento, quando o Pe. Freiria fora retirado do cárcere para responder ao interrogatório. O homem, de então 51 anos, mostrando-se resolvido em confessar o que lhe cabia. Admitiu junto aos inquisidores sua participação no casamento, arrumando os paramentos, respondendo às preces e tomando parte na festa, alegando, entretanto, ter sido vítima da má fé do Padre Pontes, quanto ao caráter sacrílego do casamento. Permanecera, portanto, inconfesso, para desgosto do Tribunal, sem sentir-se mal dos preceitos sacramentais católicos, em especial o casamento e o celibato. A mesa determinou que ele deveria arcar com pena pecuniária e fosse suspenso, por seis meses, do exercício de suas ordens, além do degredo da comarca, sentença que, ao final, foi toda comutada pelo tempo que amargara na prisão.¹⁵ Com efeito, o padre Freiria retornou a sua terra natal, bem como ao ofício de sacerdote já em 1803,¹⁶ aqui falecendo muito velho e doente em 1833,¹⁷ deixando porém alguns parentes testemunhas do ocorrido.¹⁸

Já o celebrante do matrimônio, o padre Francisco Justiniano Pereira de Carvalho, não chegou sequer a ser ouvido. Morreu nos cárceres da Santa Inquisição. Não havia sinal de suicídio, era o que afirmava a comissão avaliadora, e sim que este fora atacado por uma terrível moléstia, hidropsia do peito, agravada pela “viagem e pelos vapores marinhos”.¹⁹

Após sete anos foragido, o padre Pontes se apresenta espontaneamente à mesa inquisitorial. Fazê-lo livremente era uma forma de atenuar culpa e muitos padres solícitos assim o faziam, antes que recaíssem mais denúncias sobre eles, porém, ao mesmo efeito não estaria submetido ao nosso clérigo, uma vez que o delito era outro e as testemunhas contabilizavam mais de uma dezena. A esta altura, o tribunal desejava ouvir e averiguar a versão do principal implicado na questão.

Finalmente interrogado pelo inquisidor, e de posse de uma fabulosa carta, padre Pontes relata à mesa o que lhe sucedera ao longo destes sete anos desaparecido: uma aventura em que percorreria boa parte do território da colônia, passando-se para os domínios espanhóis, até alcançar o velho mundo e um suposto perdão concedido pelo papa Pio VII. Sozinho, o padre dificilmente poderia percorrer quase toda parte sul da América Portuguesa, alcançar a América espanhola e ir até Portugal e Itália. Ainda que não saibamos seu real destino, o mais provável é que se trate de mais uma engenhosa forma de se apresentar vitimadamente ao Santo Ofício.

14 AMRSJDR. Rol dos culpados, livro 1. fol. 144v. Caixa n° 489.

15 ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 12571.

16 Arquivo da Matriz do Pilar de São João del-Rei. Livro 24, p.495.2

17 AMRSJDR. Testamento de Sebastião José da Freiria. Caixa n° 4. fol. 55v, 56, 48, 59.

18 É o que revela o Comendador José Antônio Rodrigues na página 8 do próêmio de sua obra.

19 ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 12571.

Se a aventura não se comprova, o caso é que o tal indulto pontifício pode ser cogitável. Junto ao processo, há uma declaração de Miguel de Azevedo, notário do “secreto desta Inquisição de Lisboa” de que o nosso padre fizera uma súplica ao tribunal da penitenciária e que o dito tribunal tenha gerado um documento em latim e em italiano, “atestando que o Pe. Pontes esteve no convento de Santa Catarina em Livorno por espaço de 40 dias e foi ótimo e exemplar sacerdote, freqüentou o santíssimo sacramento.”²⁰ O documento é datado de 11 de Abril de 1806.

Perante a mesa, o padre Pontes confessou suas faltas, atribuindo-as à sua incontrollável paixão, causadora de seu desvario. Dizendo-se profundamente arrependido, alcançou o perdão da pena de degredo para as galés, pela Mesa Inquisitorial ter considerado, frente ao seu depoimento, que ele já havia sofrido equivalentes incômodos no tempo em que esteve em dificultosa fuga. Da mesma forma que seu comparsa, o padre Pontes também foi readmitido ao uso de suas ordens.²¹ Em 30 de abril de 1809, o perdão veio a público na missa da Igreja do Pilar, em São João del-Rei.

O destino do padre é uma incógnita. Diferente do que ocorreu com Freiria, não há registro de que o mesmo tenha retornado à vila e ali exercido seu ofício de sacerdote, que fora-lhe restabelecido. Tampouco sabemos se o mesmo tenha falecido ali. Quanto à sua amada Policena, à despeito do destino mais provável das moças brancas casadouras das Minas Gerais, permanecera só, em Campanha da Princesa, chefiando seu fogo até aproximadamente os cinquenta anos de idade; é o que nos permite saber as fontes. Em condições adversas as mulheres eram muitas vezes levadas a assumir atividades tipicamente tidas como masculinas, ingressando no mundo do trabalho e conquistando o próprio sustento. Em geral o faziam em atividades ligadas à agricultura, à pecuária e ao setor têxtil, recebendo um pequeno soldo, ou até mesmo vendendo seus préstimos em pequenos serviços, comercializando quitandas ou até mesmo seu próprio corpo (MACEDO, 2004). Ainda que não fossem maioria, as chefes de domicílio eram significativas e compunham uma teia alternativa nesta sociedade, enfrentando os dissabores das regras misóginas e experimentando paralelamente um certo grau de autonomia. Se de fato Policena estivesse desamparada, é provável que batalhasse para sobreviver, sem alguém que

20 ANTT, processo 12571.

21 Dentre os exemplos que caíram nas garras do Santo Ofício, Luiz Mott, levantou em 1991, dez casos de padres que se casaram entre 1536 e 1821. Desses dez, houve quem fosse queimado em estátua, preso por alguns anos, ou ainda quem perdesse o ofício, realizasse trabalhos forçados ou fosse destinado aos duríssimos três ou cinco anos de galés ou sete anos de degredo para a Angola. O erro destes clérigos era entendido como atitude suspeita na fé, por sentirem mal do sacramento da ordem, anexa ao voto de castidade. Segundo os regimentos inquisitoriais o clérigo que tendo ordens sacras, se casasse por palavras de presente, deveria fazer abjuração de leve na mesa do Santo Ofício ou no auto de fé. Poderia ser excomungado em seu pior grau, ser privado do exercício do ofício ou do benefício que tivesse, suspenso para sempre do exercício de suas ordens e ficaria inábil para ser promovido às demais. Na sentença ainda cabia ser degredado para as galés pelo tempo e destino decidido pela mesa, cabendo-lhe também o confisco de bens. As atenuações das penas sofridas pelos réus de São João del-Rei apontam para um caso ímpar desta natureza, uma vez que ao incorrer no crime de bigamia similitudinária, assimilava-se esta falta à bigamia ocorrida entre os leigos, devido à incompatibilidade dos compromissos então assumidos. Estes padres implicados na vila foram notoriamente aliviados do trato rigoroso da excomunhão, do degredo e da privação das ordens. SILVA, Edlene Oliveira. *Entre a batina e a aliança: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil*. 2008. Tese. Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

a auxiliasse diretamente. Pelos registros do censo de 1831/32, Policena vivia na Paróquia de Santo Antônio do Vale da Piedade, ganhando a vida em suas costuras, auxiliada pelas escravas crioulas Francisca e Baldoeira, também solteiras, de 30 e 15 anos respectivamente. Sua cativa mais nova auxiliava-a fiando algodão, enquanto a mais velha se ocupava em cozinhar.²²

Salvo algumas “carregadas nas tintas”, troca de alguns nomes e licenças poéticas, a obra do comendador é consubstancial ao processo Inquisitorial de Lisboa. O casamento, a falsificação do breve, a fuga, a sentença dos padres, dois de seus nomes, enfim, todo episódio está, mal ou bem, ali contido. Tamanha semelhança nos leva a supor que o Comendador tenha tido acesso a fontes extremamente mais seguras que testemunhos orais. A presença ainda de inúmeros familiares dos envolvidos, ou o auxílio de um outro notório, Padre José Maria Xavier, ou até mesmo o contato direto com o processo inquisitorial podem ter sido meios factíveis de José Antônio Rodrigues ter conhecido o caso, embora esta última hipótese seja quase improvável. Conjecturas a parte, o Comendador sabia do que escrevia. A poesia de Modesto Paiva, explicitamente inspirada no livro do comendador, versa nestes mesmos aspectos. Memórias impressas fiéis às práticas coloniais do século XVIII, que sendo silenciadas ao longo de sessenta anos,²³ foram, ao final do século XIX, rememoradas sistematicamente pela elitista produção literária local. Se por um lado, é notável o esforço de um grupo detentor de saber em reafirmar a relevância de atores São Joanenses envolvidos nas querelas do Santo Ofício, ou seja, ainda que por vias inusitadas, apresentar ao público seus conterrâneos que se tornaram ilustres, por outro, a recepção da obra pela crítica local nos revela a presença de nebulosos espectros de um passado sacrílego e a ausência deste específico episódio histórico no imaginário local. Clareza e escuridão se coadunam.

Entre lembranças e esquecimentos, o uso indiscriminado da memória de um passado que, num primeiro momento, é motivo de escândalo numa sociedade de moral e religiosidade arraigadas, num segundo momento torna-se evocável, cristalizado, digno da construção de um lugar de memória, documento e ao mesmo tempo monumento, postergado as gerações vindouras como um acontecimento ímpar na História São Joanense, a despeito das dezenas de atores históricos também inquiridos ao longo dos séculos XVIII e XIX e também das torpezas do clero mineiro. O documento, configurado nesse tipo de narrativa, contém as implicações e expressões de uma determinada época e local como herança social do passado, por representar um testemunho da história.

Segundo Jacques Le Goff, (LE GOFF, 2003) o documento-monumento expres-

22 Lista Nominativa, Campanha da Princesa, 1832. É importante salientar que os documentos originais pertencem ao APM (Arquivo Público Mineiro). Os dados em questão foram extraídos do Banco de Dados produzido por pesquisadores do CEDEPLAR-UFMG, sob a coordenação da Professora Dr^a. Clotilde Paiva.

23 Saint-Hilaire, de passagem por Conceição da Barra em 1819, assim registrou acerca dos padres da região “Que se pode esperar de homens que se afastam tão ostensivamente dos preceitos religiosos que deviam seguir, sem falar em fatos bem mais escandalosos, que preferi silenciar?” Este “silêncio “ é posto por Antônio Gaio Sobrinho com sintoma de que havia ali um mal-estar à respeito dos clérigos, algo a ser velado. Sugere-se que o caso do Padre Pontes esteja aqui implícito: possível menção ao escandaloso clérigo de Conceição da Barra, freguesia de São João del-Rei. SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei: Imprensa Universitária, 1990.

sa muito mais do que seu conteúdo superficial, quando se é preservado com a intenção de fazer chegar às gerações futuras parte da memória histórica, considerando que esta pode também ser elaborada por um determinado grupo, que entre os ditos e os não ditos, esboça com quais recursos essa memória deve permanecer para a posteridade. Dessa forma, os documentos escritos, tidos como lugares de memória, mantêm viva a ideia de pertencimento a determinado lugar e a uma dada cultura pelo indivíduo. Lembrar e pertencer, ainda que seja de um reprimível caso de sacrilégio, é a demanda desses importantes literatos, seja sob a forma de uma secundária nota de rodapé, uma obra exclusiva ou um poema.

Porém, para se entender o uso sistemático deste passado colonial, é preciso traçar a temática principal de Modesto Paiva e José Antônio Rodrigues. Estes, independentemente da forma, tratam de São João del-Rei, com hinos às “bellezas e ao progresso da terra natal.”²⁴ Pioneiros escritores locais trazem a reboque de sua produção literária autônoma a própria construção identitária da cidade, rememorando uma vila do período áureo, temática própria do Romantismo, apegado às origens por essência. É justamente o Romantismo o período literário que marca o início da literatura brasileira no século XIX, pois é neste momento que os autores se dirigem para a realidade local do Brasil. Teria sido no Romantismo que, efetivamente, a literatura brasileira teria se constituído sistematicamente alargando o compromisso com a construção da nação para outros períodos da história literária. Neste gênero, o passado é tomado com emotividade também assumindo o papel de uma origem justificadora ou unificadora de um grupo. Assim, longe de ser um escândalo a ser esquecido, o casamento do padre José Rodrigues Pontes esvazia-se do significado que adquiriu no fim do século XVIII para ganhar nova roupagem no intento literário São Joanense de quase um século depois. Evocado a partir de uma intencionalidade elitista letrada, torna-se símbolo para a identidade local de um denso passado, um “barroquismo” levado aos extremos, característico da gênese destes indivíduos. Opulência nas formas, nos modos, grandeza de uma vila interiorana como muitas outras, mas que, como coloca o comendador “ Não deixou S. João d’EIRei de concorrer com seo contingente para o horrendo tribunal da Inquisição em Lisboa”.²⁵ Nas palavras de Le Goff, “ a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva [...]” (LE GOFF, 2003: 469), ainda que forjada, negada ou utilizada como instrumento de dominação social.

Ou seja, se o lugar de memória admite um finalidade, a literatura aqui abordada é sem dúvida o registro impresso da sacralização de um passado vazio de sua significação histórica e colocado ao serviço da nascente cultura literária regional atrelada à construção identitária da sociedade. Entre lembranças e esquecimentos, a tentativa sistemática de se retomar a experiência que se perdeu denota e necessidade de se preencher uma lacuna demandada pelo presente. A ordem do dia é compreender a si mesmo enquanto grupo e situar-se no passado colonial, ou reelaborar este passado, reconciliando-se com

24 Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida. PAIVA, Modesto Antônio. *Noites de insomnia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora, 1892.

25 Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida. RODRIGUES, José Antônio. *Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Municipio da Cidade de S. João del-Rey*. São João del-Rei: Typographia da gazeta mineira, 1859.

ele. É no apego às origens que vão se descobrindo, se reinventando, se reelaborando, e para tanto, se apropriam deste evento histórico numa dialética temporal própria daquela proposta por Nora quando definiu o conceito de “lugar de memória.”

Conclusão

A memória de um evento isolado, quando registrada com a finalidade de se bloquear seu esquecimento, nos remete a uma nova experiência temporal diferente daquela na qual este episódio ocorreu. A necessidade de se rememorar o grandioso passado colonial admite que este já não existe mais. Os tempos são outros. A Inquisição já não mais vigora, nem mesmo causa temor ou cautela, mas é temática pertinente, recorrente, é memória evocada, ressignificada, ao serviço impositivo de uma cultura elitista detentora do saber ou cocriadora deste, esforçada em resgatar o que é digno de ser lembrado ainda que no imaginário da sociedade como um todo, isto já tenha se perdido. Na via contrária do desuso, o uso abusivo. A despeito de uma inteligível análise da inquisição em São João del-Rei, um registro descompromissado e, ao mesmo tempo, prenhe de significações, elogioso de um passado que por si só se impõe, que é opulento, grandioso, notório. Registro conterrâneo carregado de emotividade, símbolo de uma visão de mundo saudosista própria de quem experimenta um novo regime de temporalidade, uma vez que o Santo Tribunal estava extinto e os tempos coloniais ficaram para trás.

Semelhantes registros dizem-nos muito mais sobre o século XIX do que o XVIII: imagens de um passado produzidas historicamente, mas que revelam as escolhas e rejeições de um determinado presente. Reconhecer um determinado tempo ou evento como pertencente ao passado implica em admitir que este distanciamento do campo de experiência dá lugar a um presente necessariamente diferente e, mais além, abre-se às novas expectativas de um futuro vindouro. E se o lugar de memória é capaz de conservar as imagens de um passado é porque espera-se que este seja capaz de dar sentido às novas experiências temporais, na indissociabilidade do presente e do futuro, numa construção necessariamente de mão dupla, uma vez que é o presente o definidor destas categorias. Bem afirmou José Antônio Rodrigues, em 1885, no epíteto de seu romance: “Para erguer o nosso edifício/ Dá o tempo os materiaes,/ Os dias d’hontem e d’hoje/ São as pedras fundamentaes. (LONGFELLOW.)”²⁶.

Bibliografia:

Fontes:

Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida (São João del -Rei)

Arquivo da Matriz do Pilar de São João del-Rei

26 Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida. RODRIGUES, José Antônio. *O casamento do Padre Pontes*. São João del-Rei: Gazeta mineira, 1885. p. 11.

Livro 24, p. 495.2.

Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei:

Jornal: São João del-Rei, 25/ 12/ 1885, Ano I, nº 3, caixa 176.

Inventários: José Rodrigues Pontes, caixa n.º 366, fol. 1 e 10.

Rol dos culpados: livro 1, fol. 144v, caixa 489.

Testamentos: Sebastião José da Freiria, caixa n.º 4. fls 55v, 56, 48, 59.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Inquisição de Lisboa

Processo 12571.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 08, pasta 1295.

Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 06, pasta 0984.

Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 04, pasta 0577.

Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 10, pasta 1761.

Obras:

PAIVA, Modesto Antônio. *Noites de insomnia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora, 1892.

RODRIGUES, José Antônio. *Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Municipio da Cidade de S. João del-Rey*". São João del-Rei: Typographia da gazeta mineira, 1859.

RODRIGUES, José Antônio. *O casamento do Padre Pontes*. São João del-Rei: Gazeta mineira, 1885.

RODRIGUES, Jorge. *O domingo*. São João del-Rei, 3 de jan 1886. disponível em: <<http://www.dibib.ufsj.edu.br/jornais/cd10/domingo16.pdf>> (acesso em 23 abr 2009)

Obras secundárias:

ARÉVALO, Maria. *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*.

Disponível em <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62>, acesso em 3 de março de 2010.

CINTRA, Sebastião. *Efemérides de São João del-Rei*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa oficial. 1982.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e interpretações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LACERDA FILHO, Mozart. *Nova História Cultural e Micro-História - uma breve Reflexão sobre suas Origens*. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=5619, acesso em 25 fev 2010).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória* (Trad. Bernardo Leitão). 5 ed. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 2003.

MACEDO, Concessa Vaz de. *Trabalho Feminino e suas Técnicas: Processo de Trabalho e Organização da Indústria de Fios e Tecidos em Minas Gerais no Século XIX*. Relatório Final de Pesquisa: Cedeplar/FACE/UFMG, apoio FAPEMIG, 2004.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de e ALVES, Gabriela Santos. *Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: o diálogo entre a História e a Literatura*. In: *Revista Cantareira, Niterói*. Disponível em: <www.historia.uff.br/cantareira/edicoesant/cantareira/index.html>. Acesso em: 23 de junho de 2010.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10,1993.

- PIERONI, Geraldo. *Documentos, historiografia e ficção: uma trajetória literária da Inquisição portuguesa*, in *Revista Portugues Studies Review*, Volume 6, number 2, 1997-98, Durham, New Hampshire.
- RAMALHO, Oyama. O casamento do Padre Pontes: narrativa histórica ou ficção? *Academia de letras de São João del-Rei*, 2005. disponível em < <http://www.academialetrassjdel-rei.org.br/revist/revist.htm>>, acesso em 25 de março de 2009.
- SILVA, Edlene Oliveira. *Entre a batina e a aliança: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil*. 2008. Tese. Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei: Imprensa Universitária, 1990.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- _____. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória. A Batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo*. Trad. de Maria Helena F. Martins. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- VIEIRA, Fernando Gil Portela. *O Santo Ofício da Inquisição na colônia e nas letras: as apropriações da cristã-nova Branca Dias na literatura*. 2007. Dissertação. Mestrado em História, UFF, Niterói, 2007.

Aline Najara da Silva Gonçalves¹

**Luiza Mahin:
da carta autobiográfica de Luiz Gama
ao romance histórico de Pedro Calmon**

Mestra pela UNEB
E-mail: alinasigo@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo, pretende-se traçar um perfil da personagem Luiza Mahin, à luz das representações elaboradas por Luiz Gama na carta autobiográfica — escrita sob encomenda e endereçada ao amigo Lúcio de Mendonça junto com o poema *Minha Mãe* — e por Pedro Calmon, no romance histórico *Malês: a insurreiçã das senzalas*. A análise aqui exposta procura discutir algumas especificidades da escrita autobiográfica e do romance histórico atentando à influência do contexto político-social do tempo da escrita sobre a produção de uma narrativa.

Palavras-chave: Luiza Mahin; Luiz Gama; Romance histórico; Pedro Calmon; Malês.

Abstract: In this article, i intend to draw a profile of Luiza Mahin, in the light of the representations thought up by Luiz Gama in the autobiographical letter - ordered by and adressed to the friend Lúcio de Mendonça together witht he poem *Minha Mãe* - and by Pedro Calmon, in the historical romance *Malês: a insurreiçã das senzalas*. The study here shown tries to discuss some especificities of the autobiographical writings and the historical romance, looking into how the social-political context of the time influences the production of a narrative.

Keywords: Luiza Mahin; Luiz Gama; Historical romance; Pedro Calmon; Malês.

Enviado em 21 de julho de 2010
e aprovado em 11 de novembro
de 2010

1 Mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus I), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela FAVIC/APLB e graduada em História (UNEB- Campus II). Membro do Grupo de Pesquisa *História, Literatura e Memória*.

“Agora tu, Calíope, me ensina
 O que contou ao Rei o ilustre Gama;
 Inspira imortal canto e voz divina
 Neste peito mortal, que tanto te ama.”
 (Camões. *Os Lusíadas*, 1572)

Luiza Mahin, “uma negra, africana livre, da Costa da Mina”, mãe do poeta Luiz Gama, é idealizada e reverenciada por seguimentos da sociedade brasileira associados aos movimentos negros e à valorização da história e cultura afro-brasileiras, sendo representada pela memória histórica de uma quitandeira que foi escrava de ganho e que sempre resistiu ao cativo.² Uma mulher insubordinada, que se tornou símbolo de luta e resistência negra, configurando um mito para a população afro-descendente.

Sem documentos ou quaisquer registros materiais que atestem sua existência, Luiza Mahin entrou para a História pela escrita do filho, o poeta e “precursor do abolicionismo no Brasil”, Luiz Gama, que revelou o nome da mãe em uma carta autobiográfica enviada ao amigo Lúcio de Mendonça e, em seguida, dedicou-lhe os versos do poema *Minha Mãe*, em 1880.³

Ponto de partida para o conhecimento acerca de Luiza Mahin, a trajetória de vida de Luiz Gama fornece elementos que assemelham situações vividas pelo poeta a possíveis experiências vivenciadas pela mãe. Desse modo, parece que em determinados momentos as vidas de ambos encontram-se entrelaçadas pelas dificuldades enfrentadas e, conseqüentemente, pela superação dos obstáculos, o que caracteriza o perfil destemido atribuído à personalidade dos dois. Ele, um “homem de *indesalterável* gana de justiça (...), um indivíduo ímpar que ascendera perante a sociedade paulista por meio de seus esforços pessoais” (AZEVEDO, 1999. p. 23). Ela, uma revolucionária atuante na década de 1830, impaciente, irrequieta e incapaz de conformar-se com situações de injustiça. (MENNUCCI, 1938. p. 56)

Vendido pelo pai como escravo — apesar de ter nascido livre — quando ainda era uma criança, afastado da mãe e rejeitado por possíveis compradores devido à origem baiana, Luiz Gama também é lembrado como um vencedor, não apenas por ter se livrado do cativo, bem como pelo respeito adquirido por ele numa sociedade que discriminava e claramente diferenciava brancos e negros.⁴ Gama foi escrivão, amanuense, jornalista, poeta e advogou (mesmo sem diploma) pela causa do povo negro, libertando, até o fim da vida, mais de quinhentos escravos, conforme consta na carta.

A carta escrita por Luiz Gama parece ser o primeiro e único registro com valor documental em que o nome Luiza Mahin aparece. Assim, as menções posteriores foram,

2 Assim Luiz Gama se refere à mãe em sua carta autobiográfica. Cf. Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça. In: MORAES, 2005.

3 Cf. MENCUCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

4 Elciene Azevedo descreve a cerimônia de sepultamento de Gama destacando a aglomeração popular, a solicitação de fechamento do comércio local, a fim de garantir aos lojistas a possibilidade de prestar a última homenagem ao morto, o hasteamento de bandeiras oficiais a meio pau e a presença de magistrados, acadêmicos, jornalistas “e até mesmo o vice-presidente da província em exercício, o conde de Três Rios” (Azevedo, 1999. p. 20) dentre cerca de três mil pessoas que acompanharam o cortejo a pé entre as 16 e 19 horas daquele dia.

certamente, fundamentadas na escrita do poeta. Depois de seguidas décadas sem ver a mãe, ele a descreveu com o olhar de um filho saudoso, como se buscasse na memória da infância as lembranças perdidas. Diz Gama na referida carta:

São Paulo, 25 de julho de 1880.

Meu caro Lúcio,

Recebi o teu cartão com a data de 28 do pretérito.

Não me posso negar ao teu pedido [...] aí tens os apontamentos que me pedes, e que eu os trouxe de memória.

Nasci na cidade de São Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebradado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio — era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, **foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.** (grifo meu).

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, e 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela quanto seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que estes “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela.⁵

A descrição realizada por Luiz Gama no trecho acima é um dos elementos geradores das interpretações diversas acerca de Luiza Mahin. Massaud Moisés (1984, p. 17), em *A análise literária*, afirmou que “o desmembramento de um texto põe a descoberto problemas e dúvidas que ele próprio nem sempre consegue resolver”. Embora se reconheça a impossibilidade de esgotar todas as possibilidades interpretativas deste documento, alguns elementos merecem ser destacados e analisados.

5 Cf. a carta na íntegra em MORAES, Marcos Antônio (org.). *Antologia da carta no Brasil: me escreva tão logo possa*. São Paulo: Moderna, 2005, p. 67-75.

Em primeiro lugar, trata-se de um relato escrito sob encomenda e destinado à publicidade, conforme salienta Mennucci. Compreendendo uma autobiografia como uma forma de arquivamento do eu, Phillipe Artièrres (1998, p. 11;10) destacou que no processo de escrita de uma autobiografia, “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens”, de forma que o resultado é uma imagem construída “para nós mesmos e às vezes para os outros”. Desse modo, é viável considerar que uma carta autobiográfica, qualquer que seja ela, é um texto embebido de simbolismo e intencionalidade.

A revelação da identidade materna em contraste com a ocultação do nome do pai expõe, a princípio, uma possível necessidade de Gama de superar um momento obscuro da sua trajetória, caracterizado pela perda e pelo abandono, respectivamente.

Luiz Gama inicia a carta em que conta a sua vida demarcando espacialmente o palco da sua existência: a rua do Bângala, na cidade do São Salvador, província da Bahia.⁶ Instituído o espaço geográfico, Gama revela o que poderia ser uma contradição: fora batizado no catolicismo aos 8 anos de idade apesar de afirmar-se filho de uma negra pagã, “que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã”, de nome Luiza Mahin. A leitura atenta da carta revela que o episódio do batismo acontece após o sumiço da mãe, portanto, sem o seu consentimento.

Ao iniciar seu relato ressaltando um rito batismal e nomeando a sua genitora, Luiz Gama talvez pretendesse (re) definir sua origem através desta nomenclatura.⁷ Pierre Bourdieu destacou que o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador e é através dele que

institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. É o nome próprio (...) que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais. (BOURDIEU, 2001, p. 186)

Dessa forma, ao nomeá-la, Gama materializou sua existência concedendo-lhe uma designação e demarcando o ponto de partida de sua trajetória. A ausência de registros que evidenciem a existência dessa mãe permite considerar a possibilidade de ser ela mesma uma criação do próprio poeta. É notório que se trata de uma construção exemplar, feita por um intelectual compromissado com o ideal político de liberdade e conhecedor das Letras; um homem que sabia “jogar” com as palavras e, em versos, re-memorava um passado que o ligava à imagem da mãe a quem procurou insistentemente, até se ver frente a frente com as evidências que apontavam para a deportação daquela que teria sido uma mulher destemida e insurgente.

6 Segundo Sud Mennucci, “bângala” é um termo angolano que significa “inflexível”, predicativo este intimamente relacionado com a personalidade do poeta. (MENNУCCI, 1938. p. 27)

7 Sud Mennucci afirmou que “não há nenhuma criança de oito anos, com o nome de Luiz ou de Luiz Gonzaga, entre os registros, como pude verificar pela relação que me enviou a educadora baiana, D. Anfrísia Santiago.” (Cf. MENNUCCI, 1938. p. 36)

Após apresentar algumas características físicas, ocupacionais e psíquicas da mãe, Gama sugere o motivo do seu sumiço — a participação em insurreições de escravos que não tiveram efeito —, contudo, não afirma definitivamente a atuação revolucionária que se tornaria sinônimo da sua trajetória: a suposta liderança no Levante dos Malês (1835) e a participação na Sabinada (1837). Como afirmou Sílvio Roberto Oliveira, não há documentos históricos que comprovem **nem que desmintam** tais informações. — grifo meu.⁸

A saudade causada pela ausência da mãe torna-se constante no relato de Luiz Gama. A homenagem à figura materna é materializada em versos e idealizada em sonhos, suprimindo a carência através dos recursos que a memória e a imaginação lhe proporcionavam.

O ano de 1837, especificamente a ocorrência da Sabinada, redefine os contornos da vida e da personalidade de Gama. Este ano é marcado pela partida da mãe para o Rio de Janeiro e pelo envolvimento do pai na revolução do Dr. Sabino. Quatro anos depois o menino Luiz torna-se escravo ao ser vendido pelo pai, que pretendia saldar dívidas de jogo. O ressentimento aparente pela atitude paterna revela-se na ocultação do seu nome — se à mãe ele atribui um nome próprio, ao pai ele negou a identidade e, metaforicamente, desmaterializou a sua existência, conforme consideração feita acima.

Relembrando as dificuldades encaradas na vida de escravizado, Gama exclamou: “Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires.” À coisificação seguiu-se a superação e a glória: tornou-se defensor dos seus — “que são todos os pobres, todos os infelizes”; os escravos que ele ajudou a libertar — um homem respeitado em sua época e admirado a posteriori.⁹

Gama retratou na carta a trajetória de uma criança separada da mãe, abandonada pelo pai, escravizada ilegalmente e que, diante das adversidades, tornara-se um jovem destemido e um adulto respeitado. A sequência dos acontecimentos narrados e a falta de informações ligadas à vida íntima do poeta permitem considerar que as informações divulgadas obedeceram a um rigoroso processo de seleção. A utilização do vocábulo “posso” na frase final suscita algumas possibilidades interpretativas. Em primeiro lugar, pode sugerir uma análise prévia do que seria dito, como se ele tivesse revelado apenas o que julgava pertinente. Por outro lado, talvez tenha sido uma estratégia do poeta dada a impossibilidade real de revelar outras informações acerca da sua trajetória, seja por questões políticas ou pessoais. Todavia, o caráter destemido e insurgente de Luiz Gama permite considerar a intencionalidade implícita na limitação do que seria divulgado. Disse Gama: “Eis o que te **posso** dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras.”¹⁰

Segundo Philippe Artières,

numa autobiografia [...] não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas. (ARTIÈRES, 1998, p. 11)

8 Op. cit., p. 34.

9 Cf. MORAES, 2005. p. 71; 75.

10 *Ibidem*, p. 75, *grifo meu*

Se, conforme este autor, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência, a escrita desta carta autobiográfica pode ter proporcionado a Luís Gama a oportunidade de (re) construção de sua identidade, além de ter se tornado um mecanismo de reconhecimento do seu papel social, o que fez do poeta modelo de luta e resistência, tal qual a imagem da genitora.

Mircea Eliade considera um mito, dentre outras perspectivas, a narrativa de uma criação, como se relatasse de que modo algo foi produzido e começou a ser (ELIADE, 2007, p. 11). Esta concepção pode explicar o “efeito Luiza Mahin” sobre a vida do poeta. Se, conforme assegurou Mircea Eliade, o mito ensina e dá indicações de como algo deve ser conduzido (ELIADE, 2007, p.18), Luiza Mahin corresponde a esta expectativa.

A carta autobiográfica escrita por Luís Gama foi endereçada a Lúcio de Mendonça juntamente com o poema *Minha Mãe*, escrito em 1861. Ainda demonstrando o saudosismo, Gama descreve no poema uma Luiza Mahin que em alguns momentos não se assemelha à imagem retratada no relato anterior. Disse ele:

Era mui bela e formosa,
 Era a mais linda pretinha,
 Da adusta Líbia rainha,
 E no Brasil pobre escrava!
 Oh, que saudades que eu tenho
 Dos seus mimosos carinhos,
 Quando c’os tenros filhinhos –
 Ela sorrindo brincava.
 Éramos dois — seus cuidados,
 Sonhos de sua alma bela;
 Ela a palmeira singela,
 Na fulva areia nascida.
 Nos roliços braços de ébano.
 De amor o fruto apertava,
 E à nossa boca juntava
 Um beijo seu, que era a vida.
 (...)

Os olhos negros, altivos,
 Dois astros eram luzentes;
 Eram estrelas cadentes
 Por corpo humano sustidas.
 Foram espelhos brilhantes
 Da nossa vida primeira,
 Foram a luz derradeira
 Das nossas crenças perdidas.
 (...)

Tinha o coração de santa,
 Era seu peito de Arcanjo,
 Mais pura n’alma que um Anjo,
 Aos pés de seu Criador.
 Se junto à cruz penitente,
 A Deus orava contrita,

Tinha uma prece infinita
 Como o dobrar do sineiro,
 As lágrimas que brotavam,
 Eram pérolas sentidas,
 Dos lindos olhos vertidas
 Na terra do cativoiro.¹¹

Assim como a carta suscita uma série de questionamentos, o poema provoca o leitor ao trazer elementos que contradizem informações anteriormente dadas. É certo, todavia, que fazendo uso da licença poética, o escritor se farta com metáforas e conotações fazendo uso da liberdade de criação peculiar à escrita literária.

Escrito quase vinte anos antes da carta enviada a Mendonça, este poema revela, no terceiro verso, uma origem nobre de Luiza Mahin, que não fora mencionada na carta (MENNUCCI, 1938, p.30). Sud Mennucci (1938), em *O Precursor do Abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*, classificou este como um texto “literário e patético” e considera um equívoco a concepção de Luiza Mahin como uma princesa. “Parece-me que foi um recurso poético, apenas, para mostrar a diferença fundamental entre a antiga posição de livre e a de agora, reduzida a cativoiro”, afirma (MENNUCCI, 1938, p. 29; 30).

Nesta poesia, Gama desenha o retrato de uma mulher que, apesar da altivez, mostra-se carinhosa com os filhos, uma mãe zelosa e dedicada, que tem sua força e doçura ressaltada pelas lembranças que o poeta traz da infância — “Ela a palmeira singela”.

Baseando-se nos resultados obtidos a partir da pesquisa biográfica que realizou, Mennucci afirmou que Gama parecia divertir-se a criar problemas referentes às suas memórias, principalmente no que diz respeito à imagem materna. No poema, além de desenhar o retrato de uma mãe meiga, que em nada se assemelha à insofrida e vingativa Luiza Mahin descrita anos depois no relato autobiográfico, o poeta citou um irmão de quem jamais se falou novamente e que, assim como ele, viu-se desamparado frente à ausência materna, cujos olhos altivos,

Foram espelhos brilhantes
 Da nossa vida primeira,
 Foram a luz derradeira
 Das nossas crenças perdidas.

A presença de contradições entre a carta e o poema permite compreender o simbolismo presente nas palavras de Gama, que inicialmente apresenta a mãe como uma pagã que recusava a doutrina cristã a todo custo e em seguida, descreve-a penitente orando a um Deus que inicialmente recusava. Para Mennucci, a participação de Luiza Mahin na Sabinada é incontestável, apesar de, segundo ele, tratar-se de uma causa que não lhe dizia respeito e à qual ela se inseriu em apoio ao amante, demonstrando seu caráter insubmisso de negra amotinada.¹²

11 Poema *Minha Mãe* disponível no sítio eletrônico: http://pt.wikisource.org/wiki/Categoria:Primeiras_Trovas_Burlescas_de_Getulino. Acesso em 19 de abril de 2010.

12 Aqui há uma referência ao pai de Luiz Gama, figura silenciada pela historiografia e de quem não há qualquer registro além da menção feita pelo poeta em sua carta autobiográfica. Ver MENNUCCI, 1938.

Elciene Azevedo (1999), em sua obra *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, destaca a intenção do poeta de rememorar momentos ao lado da figura materna ao mencionar o poema “La Vai Verso!”, no qual Gama afirma: “Quero que o mundo me encarando veja / um retumbante *Orfeu de Carapinha*”.¹³ Nas palavras da autora, ao assemelhar-se a Orfeu que, na mitologia grega, busca em seu passado algo que foi perdido, Gama buscava a si próprio no passado e a recomposição da imagem de uma mãe lutadora e guerreira pode ser fruto desta busca de identidade (AZEVEDO, 1999, p.59).

Ian Watt (1997) usa a expressão “mito moderno” para designar aquele ser que, longe de ser sagrado, deus ou semideus, consagra-se como um mito. Trata-se de um tipo de pessoa que não é completamente real nem histórica, a quem é atribuída uma existência até certo ponto verdadeira. É o que Watt denominou “realidade especial”, peculiar aos mitos modernos (WATT, 1997, p. 233).

Recompondo esta “realidade especial” da vida de Luiza Mahin no trabalho *Uma “princesa” negra na Bahia dos anos 30*, Mariele Araújo expôs reflexos da presença de Luiza Mahin na memória coletiva dos movimentos negros por meio da apresentação de letras de músicas, depoimentos de pessoas influentes naquele ambiente e realização de eventos em homenagem à sua existência¹⁴. Já em *A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon — 1922/33*, Mariele Araújo analisou a ideologia que norteou a escrita de Pedro Calmon e destinou parte da pesquisa à obra *Malês*.¹⁵

Advogado de formação, Pedro Calmon afirmou em suas *Memórias* que sempre quis ensinar História e fazer jornalismo. Transitando entre textos ficcionais e históricos, Calmon se decidiu pela historiografia e *Malês* foi seu último trabalho ficcional. Definindo a obra como um texto histórico, Pedro Calmon apresentou uma versão da rebelião que, segundo ele, dentre todas que assolaram a Bahia a partir de 1807 contribuindo para a expansão do haitianismo na província, foi “a única que teve um caráter de insurreição geral, político-religiosa, destinada a acabar com os proprietários e também com a sua Igreja, com seu governo e o seu culto, com os seus haveres e as suas leis” (CALMON, 2002, p.132). A respeito do haitianismo, destacou:

13 Poema *Lá vai verso!* disponível no *Orfeu Spam 14 — Jornal Eletrônico de Poesias e Artes*. ISSN 1807-8311. São Paulo, julho/agosto/setembro de 2006. In: http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaBrasileira/Romantismo/LUIZ_GAMA.htm. Acesso em 19 de abril de 2010.

14 Mariele Araújo cita a definição de Luiza Mahin presente no *Dicionário Mulheres do Brasil* e letras de músicas dos grupos Cidade Negra e Simples, além do depoimento da então presidente da União de Negros pela Igualdade (no ano 2000), Olívia Santana, e da iniciativa do grupo Coletivo de Mulheres Negras, de São Paulo, que, em 1985, inaugurou uma praça na capital paulista com o nome Luiza Mahin, em homenagem pelo dia internacional da mulher. Ver: ARAÚJO, Mariele S. *Luiza Mahim — Uma “princesa” negra na Bahia dos anos 30: Discursos de cultura e raça no romance histórico de Pedro Calmon, Malês — A insurreição das Senzalas (1933)*. Monografia (Especialização em História Social e Educação) — Universidade Católica do Salvador, 2003.

15 ARAÚJO, Mariele S. *A Medida das Raças na Mistura Imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon — 1922/33*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

Os trágicos acontecimentos do Haiti, onde os negros sublevados sacudiram o jugo francês e formaram original império, apesar de tudo irredutível, animaram de estranhos sobressaltos os senhores, de inquietas aspirações os servos. Não fora a diversidade de nações, e conseqüentemente de línguas, que impedia se unissem e concertassem todos os negros, dissidentes e rivais entre si, no Brasil como na África, e uma revolução de semelhantes resultados, assim bárbara e transcendente como a de São Domingos, teria assolado a Bahia em 1807, em 1814, em 1821 e em 1822 (CALMON, 2002, p.132).

O texto desenha o conflito entre dois grupos — os membros da elite e os africanos escravizados, ladinos e negros livres. No capítulo inicial — **Era em 1835** — em meio aos festejos pela chegada do Ano Novo e aos diálogos que evidenciavam a instabilidade da política em tempos de governos regenciais, membros da elite baiana demonstravam o pavor da ameaça constante de uma “revolução de pretos” sobre a qual se ouvira falar:

Pois a mim inquieta muito... inquieta sobremodo. Nem é para menos, afaço. Imagine que o demônio do negro me apareceu, trêmulo, a denunciar macumbeiros que tramavam um levante. Ouço-o, obtempero, discuto. Finalmente, cauteloso, remeto-o ao promotor público, para que saiba também... (CALMON, 2002, p.18)

Nos diálogos elaborados é traçado um perfil dos africanos malês como um perigo permanente. Considerados “naturalmente” cruéis e “fanáticos” e adjetivados como “diabos cruéis”, (CALMON, 2002, p.19; 133; 23), foram descritos no segundo capítulo — **A ameaça** — como aqueles que “pilham, matam, incendeiam, e nas trevas, combinam alguma coisa mais terrível e absurda.” (CALMON, 2002, p.28)

Sob o título *Os deuses maus...*, Pedro Calmon revelou a localização territorial dos malês no terceiro capítulo: o bairro da Saúde, “uma pequena cidade negra” nas palavras do narrador. (CALMON, 2002, p.29) Um local sujo e inóspito, onde nem mesmo as autoridades locais teriam acesso. A descrição do espaço geográfico de atuação dos malês dá sinais do desconforto do narrador perante a presença africana, ratificado pelo modo como representa os rituais religiosos dos “malês, jejês, nagôs ou minas”:

[...] o culto continuava idêntico ou ligeiramente dessemelhante do que se praticava nas tribos africanas, entre o Senegal e Angola, até a contra costa. Os mesmos ritos, a mesma **dolente música dos batuques das selvas**, as mesmas cores votivas, a mesma **dança lasciva e histérica**, as mesmas beberagens agrídoces e as comidas de predileção de cada santo, as mesmas descompassadas cenas de candomblé indígena — e, sobretudo, aquela **brutal superstição dos feiticeiros da África**. (CALMON, 2002, p.31) — grifos meus.

O planejamento do levante surge no texto como uma revelação dos deuses — os tais “deuses maus” que nomeiam o capítulo, ou como destaca, “farsas singulares da divindade negra” — à Luiza Princesa durante a comemoração do Ano Novo no terreiro de José dos Milagres (CALMON, 2002, p. 31).

A descrição de um ritual sagrado como um espetáculo de horror, violência e embriaguês, demonstra a intolerância religiosa inscrita nas entrelinhas do texto. À animação do ritual descrito soma-se a introdução de Luiza Mahin na narrativa — a Luiza Princesa — a quem caberia ordenar e dirigir a matança.

É no capítulo quatro que esta personagem é configurada. Dona de uma beleza inquietante, tinha cerca de trinta anos e chegara às terras brasileiras ainda muito menina. “Não valia nada!” — disse o narrador. Capaz de se prostituir em troca da alforria, arquitetava e planejava seus atos e odiava aos brancos, apesar de ter “um filho claro, em que vivia, nos olhos rasgados, toda a nobreza do sangue paterno” (CALMON, 2002, p. 39). É também neste capítulo que Luiza Mahin é apresentada como anfitriã nas reuniões para o planejamento da rebelião:

No fundo da quitanda guardava as armas que pudera recolher, e, ali, quando não se batucava o candomblé no terreiro do velho José, se reuniam os chefes malês que discutiam em arábico. Luiza Princesa reinava entre os conspiradores — porque nenhuma energia se comparava à sua e não havia forte coração de homem que valesse seu frio coração de mulher... (CALMON, 2002, p.40)

No capítulo seguinte — **Malês** — a articuladora Luiza Princesa marca a data para o levantamento dos escravos, prevista para o dia 25 de fevereiro. Além disso, fica evidente o mau-caratismo da quitandeira, representada como uma mulher manipuladora e hipócrita, capaz de qualquer coisa para satisfazer seu ideal. Assim, demonstrando deslealdade para aqueles que a idolatravam, utilizou-se tanto da força física dos malês — segundo ele, muçulmanos cruéis e dados à guerra — quanto da gana dos pretos mina. Ao relatar esta postura o narrador concluiu:

O inimigo era o homem branco — o senhor. E o que não tinham conseguido ainda os iorubas insurgidos, os hauçás sanguinários e os nagôs dissimulados, ela, bonita princesa, conseguira. Aproximara de pai José os malês, associara-os aos minas, celebrara uma secreta aliança de vida e morte, assegurando aos muçulmanos que só a sua religião reinaria, e jurando aos nagôs que os orixás ficariam de pé. Coordenara os elementos dispersos da população escrava, o que valia dizer que enfeixara nas suas mãos gentis, de Vênus de ébano, o raio irresistível. (CALMON, 2002, p.44)

Dois fatores merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, ao utilizar o termo “malê”, Pedro Calmon relaciona o vocábulo apenas à etnia *malinké*. A análise do trecho em que o narrador explica a origem e as características dos malês deixa claro que o romancista se amparou na obra *A raça africana e seus costumes na Bahia* como suporte historiográfico para elaborar sua escrita. As informações referentes aos africanos seguidores do Islã são idênticas às realizadas por Manoel Querino na referida obra, configurando uma cópia explícita das considerações deste autor.¹⁶ A respeito da abrangência do termo malê, João José Reis esclareceu:

16 Cf. QUERINO, Manoel. *A raça africana e seus costumes na Bahia*, p.81-85 e CALMON, Pedro. *Malês*, p. 43-44.

Antes do século XIX, entre os africanos vindos da África Ocidental, alguns provavelmente eram islamizados, entre eles os malinkes, aqui chamados mandingos.(...) No entanto, deve ficar claro que, na Bahia, malê não denominava o conjunto de uma etnia africana particular, mas o africano que tivesse adotado o Islã, embora se quisermos ser bem estritos, e etnicamente corretos, *malês seriam apenas os nagôs islamizados*. Porém, nagôs, haussás, jejes e tapas – enfim, indivíduos pertencentes a diversas etnias – eram tidos, se muçulmanos, por malês. (REIS, 2003, p. 159 e 176)

Em segundo lugar, Pedro Calmon apresenta uma concepção dos muçulmanos como naturalmente perversos, transmitindo a ideia de um fanatismo religioso dentre os malês e, mais que isso, de uma maldade inerente ao Islã e supostamente ratificada pelo Corão. Calmon destacou acerca dos africanos islamizados:

Não odiavam os brancos pelas mesmas razões dos outros africanos. Queriam-lhe mal pelo horror que o profeta ensinara, aos cristãos, senhores da fé invencível. Sonhavam com a bandeira de Alá e o céu do Corão. A sua religião era-lhes mais que o sangue – nela resumiam a alegria e a dor da vida, e se dariam por felizes sucumbindo em sua honra. A guerra santa ia começar, como nas terras favorecidas pela Hégira, que a lei de Maomé dominava, e foram as veneradas terras da bem-aventurança. Só haveria Alá, e Mafoma, o seu intérprete... (CALMON, 2002, p.44)

Como se percebe, Calmon vinculou aos islâmicos uma postura fundamentalista e violenta no trato com a religiosidade, considerando o levante de 1835 uma guerra santa que objetivava a fundação de um califado baiano.

Nos capítulos seguintes — **O Mistério e Sereia**, respectivamente — Calmon abordou a lacuna referente à identidade do pai de Luis Gama, um homem “nobre, rico, com a família numerosa” e volta a descrever Luiza como uma mulher despudorada e assustadoramente bela:

Não era como as outras — mas de uma beleza estranha de mulher branca, pisando com firmeza, a graça de senhora, e toda envolta num perfume tênue de rosas... Os seus olhos refletiam uma luz pura, honesta e grave, e havia no seu rosto oval, negro como azeviche, uma serenidade digna... (CALMON, 2002, p. 53)

No entendimento do romancista, os olhos sedutores da negra de linhagem nobre ocultavam traços negativos da sua personalidade. É comum deparar-se no texto com adjetivações pejorativas dirigidas a esta personagem. Hipócrita, petulante, mulher de vida libertina, sem reputação, dissimulada e vadia — assim a mãe do poeta é retratada no romance.

A precipitação do levante foi retratada nos capítulos seguintes. À delação segue-se a prevenção do governo da província. “A nosso favor teremos a surpresa. Eles o número” — disse o chefe da polícia (CALMON, 2002, p.67). Enquanto era aclamada

pelos malês, de quem se tornaria rainha após a vitória, tinha a quitanda invadida pelo promotor, que levava-lhe o filho, como garantia. Descrente do ocorrido, Luiza se precipita à casa do promotor, a fim de pôr em prática seu plano:

— Eh, ioiô... Por esta não esperava, não? Visita fora de horas! É de mulher moça a ioiô rapaz solteiro! Ah! Ah! Ah!

Ela subiu; ele recuou, pálido, quase aterrado, a testa salpicada de suor. À proporção que avançava, o rosto de Luiza mudava de expressão, o fulgor dos seus olhos refletia uma decisão enérgica, o rictus de sua boca vermelha era duro e amargo. As chinelinhas de bico revirado retiniam como castanholas nos degraus da escada, o xale franjado esvoaçava-lhe ao ombro, e as saias de roda gomadas estalavam como vidro quebrando... (CALMON, 2002, p.76)

Diante da resistência do Dr. Ferraz em ceder aos seus encantos e vendo o fracasso do seu plano de sedução, a expressão de Luiza muda e envolve-se em cólera e ira. Desfigurada, ia avançar sobre o homem quando ouviu um grito: “Mãe! Oh, mãe!”, o chamado do filho a freou. A ordem do promotor é clara: “Renuncia a teu ódio, Luiza, ou renuncia a teu filho!” (CALMON, 2002, p. 78)

Sob o título **Mulher**, Calmon revela no décimo primeiro capítulo uma Luiza Mahin traidora e principal responsável pela derrota do movimento. Convencida pelo herói da trama — o promotor Ângelo Muniz da Silva Ferraz —, após a ameaça de ser afastada do seu filho, ela não só denuncia o levante, como nega a cultura e a identidade negra, mostrando uma face submissa, que em nada se assemelha ao mito conhecido:

— É meu filho, doutor. Amo-o mais que a mim mesma. Vivo para ele. Sem ele não sei viver. Nada mais vale para mim. Não quero nada, ioiô. **Maldito sangue este que me corre nas veias! Da gente bárbara que se embriaga com a destruição. Para quem a vingança é um prazer do céu. Que serve a deuses assassinos, falsos, cruéis, deuses que não conheceram o amor e o perdão... Salve-me, ioiô.** Salve-se também. É para hoje... hoje...

— São oito horas e meia...

— Depressa, ao Pilar, Água de Meninos, Cruz do Pascoal... Depressa, antes que os malês cheguem aos quartéis. Eles matarão, queimarão, pilharão, porque são como bichos ferozes do mato. Deus nos livre deles! **Deus! Sim, Deus verdadeiro!** (grifos meus) (CALMON, 2002, p. 79)

A revolta foi retratada como um movimento desordenado e selvagem. Calmon afirmou em nota que faltou aos revoltosos inteligência dirigente e alma de luta, o que os levou a recuar. Opondo-se claramente às ideias elaboradas por Pedro Calmon, João José Reis analisou os resultados da revolta e concluiu que a referida desordem do movimento decorreu da impossibilidade de adotá-lo frente à delação e à ação da força policial. Reis reconhece que houve confusão naquela noite, mas os rebelados não apelaram para a violência indiscriminada, invadindo casas, matando, saqueando. Segundo sua abordagem, Salvador não foi submetida a um terror generalizado. Em verdade, lutaram apenas contra as forças organizadas para combatê-los.

Ao descrever a revolta no décimo terceiro capítulo, Calmon não deixou de ressaltar que os malês “iam golpeando e matando a esmo”. Nesta altura do texto o narrador reafirma o quartelamento dos líderes rebeldes na casa de Luiza Mahin, que desaparece da narrativa. Nos capítulos finais, **Orixás**, **A menina de Azul** e **Mafoma**, seguem-se comentários preconceituosos acerca das divindades cultuadas por africanos e lições de obediência e castigo aos negros amotinados, refletindo mais uma vez a intolerância religiosa relacionada aos seguidores de Alá. No epílogo, um suposto encontro entre Luis Gama e Ângelo Muniz da Silva Ferraz, passados trinta anos do levante, desenha uma imagem do poeta abolicionista que ratifica a intenção moralizante da escrita de Pedro Calmon. Assim sucedeu o encontro:

Ângelo Muniz da Silva Ferraz estendeu-lhe a mão descarnada. Os joelhos do jovem abolicionista se dobraram. Se o ministro não lhe impedisse, com um gesto enérgico, cairia ajoelhado. Balbuciu, a amargura sublinhando as palavras:

— Senhor, os joelhos já se me habituaram a vergar... quando é diante das almas cheias de nobreza!

— Não, rapaz. De pé. É a posição que Deus determinou para o homem, e a única que bem se ajusta ao seu alto papel neste mundo. (CALMON, 2002, p. 125)

Vê-se claramente um Luis Gama submisso e obediente frente ao homem que perdoou a fúria materna e, naquele encontro, redimia também ao filho da quitandeira insurgente. Eis o verdadeiro herói da trama: aquele que combate a desordem e perdoa ao malfeitor. E foi assim, com uma lição de perdão e obediência que o texto foi concluído: “Tão bom é o perdão, que é como os rios do sertão queimado — quando o tempo bebeu a água que corria, nos cascalhos os diamantes brilham...” (CALMON, 2002, p. 127).

Pedro Calmon se utilizou de adjetivações pejorativas e estereotipadas para tratar de elementos vinculados aos valores culturais afro-brasileiros, principalmente quando ao se referir aos cultos religiosos como “dança lasciva e histérica”, “brutal superstição dos feiticeiros da África” e “farsas singulares da divindade negra”. (CALMON, 2002, p.31)

Segundo Evelina Hoisel (2006), compreender o contexto sócio-político e ideológico que permeia a escrita de uma obra, bem como as implicações deste sobre quem escreve tal narrativa é determinante para entender a complexidade que envolve a relação escritor / escritura. Através de uma descrição que contrasta com a imagem de heroína vinculada a Luiza Mahin, a leitura da obra de Calmon permite visualizar a sociedade baiana sob o olhar de uma aristocracia apavorada pela ameaça de expansão do haitianismo e vitoriosa na luta contra a barbárie desorganizada dos rebeldes.

O início da década de 1930 foi um período desfavorável a Pedro Calmon nos planos pessoal e político. Ele vivenciou naquele período anos desagradáveis, caracterizados por tentativas da elite baiana afastada do poder, de bloquear a ameaça representada por Getúlio Vargas.¹⁷

17 Sobre o contexto político dos anos 30 e as relações entre projeto político e construção do conhecimento histórico na Bahia de 1930 a 1949, ver SILVA, 2000. Sobre as desventuras de Calmon no período, ver ARAÚJO, 2003.

No campo das ideias, percebe-se a herança das teorias raciais do século XIX, alimentada pela postura eurocêntrica acerca da diversidade étnica nacional. De 1928, data a obra de Paulo Prado, *Retrato do Brasil — Ensaio sobre a tristeza brasileira*, que apresenta os dissabores de uma terra que poderia estar fadada ao fracasso em decorrência da miscigenação com grupos considerados geneticamente inferiores. A impossibilidade de chegar à meta idealizada por Roquete Pinto — presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia, datado de 1929 — que previa a eliminação de negros e índios da estrutura social brasileira até 2012, talvez tenha impulsionado um novo olhar para a presença incômoda do passado escravista, conduzindo os intelectuais ao caminho da disseminação do mito da democracia racial brasileira e a elevação do mestiço ao patamar de símbolo nacional, alimentado por escritores consagrados no mundo das Letras e da Historiografia.¹⁸

Leitor de Oliveira Vianna, Paulo Prado, Nina Rodrigues, Roquete Pinto e Luiz Vianna Filho, que segundo Antônio Cândido (2000) estavam entre os escritores preferidos pelos jovens de direita nos anos 1930 e privilegiavam uma visão hierárquica e autoritária da sociedade, Pedro Calmon expôs na escrita literária expressões com tons marcadamente preconceituosos que foram confirmados por sua historiografia.

Referências à selvageria, imoralidade e promiscuidade primitiva das senzalas são recorrentes tanto em sua literatura quanto na *História Social do Brasil*.¹⁹ Dessa forma, é importante destacar que nem o discurso histórico nem o literário são “inocentes”. Ambos traduzem, nas entrelinhas, as aspirações, valores de determinada época e/ou população, fornecendo elementos de identificação coletiva, sejam eles nacionais, regionais, étnicos ou sociais.

O processo de elaboração de uma representação não é imparcial e consiste em tornar presente uma ausência através da construção simbólica de uma realidade, resultando na produção de estratégias e práticas que podem legitimar uma autoridade, uma veneração, ou validar escolhas (CHARTIER, 1991, p. 184). Assim, embora a representação elaborada por Calmon não seja fiel ao mito conhecido e idealizado pelos movimentos negros, atende aos interesses do grupo social ao qual este autor encontrava-se vinculado.

O romance histórico reflete nas entrelinhas as tendências e modos de ser de uma época, de forma que um mesmo fato ou personagem pode assumir variadas interpretações — por vezes antagônicas — explicitando a liberdade criativa peculiar ao texto literário. Neste sentido, se por um lado os textos literários podem estar a serviço da História, confirmando-a, questionando-a e apontando suas lacunas, por outro, é dela que se servem e é esta relação de troca que se configura no que tange ao caso Luiza Mahin.

Bibliografia:

ARAÚJO, Mariele S. *Luiza Mahim — Uma “princesa” negra na Bahia dos anos 30: Discursos de cultura e raça no romance histórico de Pedro Calmon, Malês — A insurreição das Senzalas (1933)*. Monografia (Especialização em História Social e Educação) — Universidade Católica do Salvador, 2003.

18 Cf. SCHWARCZ, 1996.

19 Cf. CALMON, 2002, p. 61.

- _____. *A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. In: *Revista Estudos Históricos*, Vol. 11, n. 21. 1998.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinba: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão Biográfica”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.183-191.
- CALMON, Pedro. *Malês, a insurreição das senzalas*. 2 ed. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2002. 144p.
- _____. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- _____. *História Social do Brasil: espírito da sociedade imperial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, volume 2.
- CALVINO, Ítalo. “A combinatória e o mito na arte narrativa”. In: CALVINO, Ítalo et al. *Atualidade do mito*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, tradução de Carlos Arthur R. do Nascimento.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.
- Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça. In: MORAES, Marcos Antônio (org.). *Antologia da carta no Brasil: me escreva tão logo possa*. São Paulo: Moderna, 2005, p. 67-75.
- CARRIÈRE, Jean-Claude. Juventude dos mitos. In: BRICOUT, Bernadette (org.). *O olhar de Orfeu: os mitos literários do ocidente*. Trad. de Leila Oliveira Benolt. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação” in *Estudos Avançados*. [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191. ISSN 0103-4014. Acesso em 05/05/2008.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOISEL, Evelina. *Grande sertão: veredas – uma escritura biográfica*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2006. 218p.

- MASSAUD MOISÉS. *A análise literária*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- MENUCCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- OLIVEIRA, Sílvio Roberto dos Santos. *Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*.- (Tese – Doutorado em Estudos de Linguagens) Campinas, SP: [s.n.], 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Leituras cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132p.
- PEREIRA, José Antônio Pereira. *O romance histórico na literatura brasileira*. São Paulo: Secretaria de Cultura e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1928.
- QUERINO, Manoel. *A raça africana e seus costumes na Bahia*. Salvador: P555 Edições, 2006. 96p. (Coleção A/C/BRASIL, 3).
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. “Podemos brincar, folgar e cantar...”: o protesto escravo na América. Revista Afro-Ásia. n. 14, 1983. p. 107-123. In: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n14_p107.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2008.
- SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. “As teorias raciais de finais do século XIX- O contexto brasileiro” In: _____. *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.
- WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ZILBERMAN, Regina. O Romance histórico – teoria e prática. In: BORDINI, Maria da Glória (org.) *Lukács e a Literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Gustavo Naves Franco

Borboletas na Autopista

sobre a forma do conto na obra de Julio Cortázar¹

Professor do Centro de
Letras e Artes da UNIRIO
gnavesfranco@gmail.com

Resumo: O artigo propõe uma análise dos contos do escritor argentino Julio Cortázar (1914-1984), neles ressaltando aspectos técnicos e formais, mas em suas relações com possibilidades e condicionamentos sócio-históricos, através de uma apreensão do papel da gestualidade nos textos. Para tanto, são expostas analogias entre o estilo de Cortázar e outras práticas culturais características da modernidade, com o que se pretende discutir em que medida os ideais de acabamento e perfeição da *short story* moderna estiveram vinculados a uma situação social específica, que favorece a dispersão e o isolamento individual. E, a partir dos desdobramentos verificados na obra do autor, em particular no conto “La autopista del sur”, esta situação social é apresentada como elemento constitutivo da construção rítmica e dos impasses estéticos da escrita, de tal maneira que esta passa a encenar, em seus próprios domínios, uma sempre frustrante e sempre renovada busca de constituição de sentido na diferença.

Palavras-chave: Julio Cortázar; literatura argentina; conto.

Abstract: The article proposes an examination of the short stories written by the Argentine writer Julio Cortázar (1914-1984), underlying technical and formal aspects of the subject, but in its relation to social possibilities and backgrounds, to be achieved with an understanding of the role played by gesture in the texts. In this purpose, analogies between Cortázar’s style and other cultural practices of modernity are observed, intending to discuss how the ideals of perception and closure of the modern short story reacted to a specific social situation, permeated by individual isolation and dispersion. And, given certain developments verified in the works of the author, particularly in “La autopista del sur”, this social situation is presented as a constitutive element of rhythm elaboration and aesthetic dilemmas of writing, so that the activity becomes an exposition, in its own domains, of an ever frustrating and ever renewed search for sense in difference.

Keywords: Julio Cortázar; Argentine literature; short story.

Enviado em 23 de julho de
2010 e aprovado em 3 de
outubro de 2010

¹ Este artigo foi elaborado a partir de pesquisa feita para minha dissertação de mestrado, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O pesquisador do fenômeno literário encontra-se hoje diante de uma dupla exigência. Por um lado, o aspecto insatisfatório das sínteses teóricas demanda uma releitura analítica de obras isoladas, que leve em consideração a conjuntura sócio-histórica de sua composição. Porém, para que haja uma contribuição efetiva deste viés de pesquisa à compreensão dos textos, tomada em seu sentido mais amplo, deve-se pressupor que a linguagem literária, ao inserir-se em tal conjuntura, antes reage a ela do que a retrata, mobilizando para isso seu recurso mais característico: a forma. Oferecer um novo objeto artístico ao mundo é propor uma inédita organização de seus conteúdos, articulando-os em determinado ritmo e criando um impacto afetivo, modo pelo qual a imaginação responde aos dilemas e necessidades de uma época. Daí a demanda de que o contexto social seja um elemento constitutivo do comentário crítico, assim como o foi para a criação, isto é, como lugar de condicionamentos e possibilidades estéticas que, uma vez explorados pelo escritor, tornam-se matéria para a discussão intelectual *a posteriori*.

Tendo isto em vista, o objetivo deste artigo será o de apresentar uma questão referente à evolução de determinado gênero literário na modernidade, a partir de uma análise dos contos do escritor argentino Julio Cortázar. Pretende-se, assim, avaliar a que tipo de necessidade correspondem as transformações do gênero em circunstâncias social e historicamente avaliadas, e em que medida a literatura é capaz de oferecer algum tipo de satisfação a esta mesma necessidade, tornando-se lugar da manifestação de um desejo e da evidência de uma falta.

Nestes termos, outras práticas culturais, tais como jogos e espetáculos, podem ser resgatadas como discursos que se propõem a preencher esta lacuna, mas que operam, cada um deles, com mecanismos próprios de construção de sentido e atribuição de valores. Deste modo, evita-se conferir a quaisquer práticas, literárias ou não, o estatuto de um meio privilegiado para a fixação de um código universalizante, e ficam desde já recusadas as hierarquias, ao mesmo tempo em que a variedade dos discursos isolados, se não aponta para a autoridade de um único centro de identidade, os reúne em torno de uma mesma vontade e um mesmo vazio.

Pois o terreno onde nos movimentamos a partir de agora é marcado pela noção sempre renovada de uma perda, de uma derrocada. A própria história da literatura latino-americana, como observou Roberto González Echevarría (1998), por exemplo, é atravessada por tentativas frustradas de fixar a identidade do continente. Buscando sua legitimidade na linguagem da lei, da ciência ou da antropologia, estes empreendimentos estariam condenados ao fracasso na mesma medida em que seus pontos de sustentação eram questionados em sua capacidade de descrever uma realidade histórica, e a contínua sucessão de tais insucessos não poderia deixar de afetar a sensibilidade de escritores e poetas. Experiências deste tipo geram desconforto e crise: “Tudo o que nos parecia carregado de sentido se apresenta agora aos nossos olhos como uma série de esforços que são um não-sentido”, observava Octavio Paz, em *Signos em Rotação*, de 1965.

Nestas circunstâncias, segundo Echevarría, teriam surgido as “ficções de Arquivo” latino-americanas, cujos principais representantes seriam os romances *Los Pasos Perdidos* (1953), de Alejo Carpentier, e *Cien Años de Soledad* (1967), de Gabriel García Márquez. Retomando as propostas anteriores sob uma perspectiva irônica, capaz de apontar para a relatividade de seus conceitos, estes autores as teriam reunido em um quadro de referências cujo correlato material seria o suporte arquivista, onde se reúnem os docu-

mentos de uma história (da narração de uma história) fragmentária e incompleta. Mas note-se que o processo descontínuo e cheio de buracos da acumulação de documentos não é uma linguagem superior que determine a ficção, e sim a imagem a que recorre o crítico para falar de um mundo que perdeu qualquer unidade entre as múltiplas linguagens que buscam representá-lo – ou uma maneira entre outras de, através da linguagem, apontar para a impossibilidade de se configurar uma imagem do mundo. O romance latino-americano de meados do século XX, portanto, já nasce sob o signo de uma falha que o perpassa sem lhe permitir jamais alcançar o acabamento de um ciclo, de modo que a perda é internalizada pelo discurso, sem que qualquer restituição de uma totalidade seja configurada. Muito pelo contrário: trata-se de um modo de olhar que, sobre esta impossibilidade mesma, se constitui.

Por outro lado, e já diante da questão que nos interessa, a partir do século XIX o conto se sobressai como o artefato literário capaz de criar uma estrutura completa, fechada em si mesma, um universo à parte totalmente voltado para o próprio acabamento. Desde Edgar Allan Poe, esta característica viria a ser constantemente ressaltada a respeito da moderna forma do conto, que alcançaria o ideal de uma criação literária plena de sentido em seus próprios domínios, e, portanto, à salvo das imperfeições de um cotidiano decaído, de maneira de que o material plástico da linguagem, submetido às mãos de um artífice habilidoso, se transformasse afinal em uma figura auto-suficiente, capaz de satisfazer o desejo de unidade que teria servido de impulso à sua elaboração.² É como se, diante da dissolução da imagem do mundo, a *short story* surgisse como um artefato capaz de conter outros mundos e resumi-los em uma única imagem. Assim, a narrativa curta teria o seu lugar garantido entre os produtos literários da modernidade, acrescentando aos resultados do processo cultural pequenas utopias que, se jamais representariam a diversidade externa dentro de seus limites, podiam conter neles a totalidade de uma trama delineada especialmente para nossa satisfação.

Tudo isso converge para a célebre declaração de que, no embate com o leitor, enquanto o romance deve vencê-lo por pontos, o conto precisa ganhar a luta por nocautê.³ Partindo das análises do gênero feitas por Poe, Julio Cortázar encontrou aí a fórmula mais precisa para descrever algumas de suas melhores narrativas. Nelas, a trama se desenvolve com uma sequência de golpes que podem parecer pouco eficazes no começo, mas vão continuamente tecendo toda uma estratégia de ataque, por fim revelada no instante do último movimento; este movimento reúne os elementos dispersos do enredo em torno do único motivo da ação; e aquela estratégia aparece enfim em sua figura consumada e completa. Entretanto, ao invés de oferecer-nos uma resposta possível para as questões sobre o conto, reafirmando as concepções já mencionadas e oferecendo-lhes uma analogia espirituosa, acredito que o boxe surge aqui como um elemento que pode sugerir uma análise mais ampla do problema, tornando o assunto mais complexo, no lugar de estigmatizá-lo.

2 Uma boa introdução ao problema da forma do conto, a partir das observações do próprio Edgar Allan Poe sobre o tema, pode ser obtida justamente por meio das traduções de Julio Cortázar, particularmente no ensaio sobre Nathaniel Hawthorne e em algumas passagens da *Marginalia* (Cf. POE, E. A. *Ensayos y Críticas*, ps. 125-141 e 238-311).

3 A afirmativa se encontra em CORTÁZAR, J. “Alguns aspectos do conto”. In: _____. *Obra Crítica, volume 2*, p. 351. O autor a atribui a um amigo argentino “muito amigo do boxe”.

E não apenas o boxe. Também outras práticas culturais, como as touradas, apresentam-se como maneiras de se ampliar a abordagem sobre o gênero e chegar a conclusões diferentes das que relatamos até aqui. Refiro-me a tais práticas na medida em que fazem parte do mesmo ambiente histórico e são contrapartidas paralelas às mesmas circunstâncias que assinalam no conto as marcas da modernidade. Cada uma delas sugere uma relação específica com o desejo de se configurar uma unidade no âmbito de suas linguagens distintas, e não são, portanto, determinadas pela escrita ou determinantes de seus resultados, embora se remetam a uma meta comum. A efetividade no alcance desta meta deve então ser problematizada em todas as esferas, de maneira que o significado do nocaute, para aqueles que assistem a uma luta, possa ser melhor compreendido tendo em vista o sentido que atribuem a uma estocada os espectadores da tauromaquia. Pode-se adiantar que ambos os espetáculos compartilham entre si, e com a forma do conto em Cortázar, movimentos semelhantes que constituem o próprio mecanismo de atribuição de valor no interior do discurso: em aproximações e afastamentos, eles se desenvolvem de modo a sugerir a iminência de um desfecho, que a estratégia, no boxe, e o rito, na tourada, devem garantir. A expectativa que geram estes movimentos, seja na narrativa ficcional, seja nas apresentações populares, deveria então ser correspondida pelo arremate final que confere ordem àquilo que por um momento esteve ameaçado de dissolução. E o objeto estético alcançaria assim o fechamento de um ciclo. Mas é justamente isso que se trata de verificar.

Este artigo deve limitar-se ao apontamento de uma questão recorrente nas narrativas de Cortázar, para que se avalie a pertinência das considerações anteriores. Mas, antes de mencioná-la, é válido ter em vista uma outra interpretação modelar da forma do conto, que tem servido de base para muitas indagações sobre o gênero, e que pode ser abreviada na afirmativa de Ricardo Piglia segundo a qual “um conto conta sempre duas histórias”. Tal seria a estrutura do conto “clássico”, associado à obra de Poe, que em um primeiro plano traria a narrativa da história 1, convencional e visível, na qual todavia estaria contido um relato secreto, elíptico e fragmentário. “O efeito de surpresa aparece quando o final da história secreta aparece na superfície”, afirma Piglia (2004: 89-90). De modo que, para usar os termos a que já estamos habituados, o final da narrativa revelasse a tática velada de que se utiliza a escrita, consistindo no golpe que a evidencia em toda a sua efetividade.

E, de fato, um conto como “The fall of the house of Usher” (1839) encampa este enredo com precisão coreográfica, relatando na superfície as agonias desconexas e insensatas do casal de irmãos que ocupa a velha mansão, mas já carregando consigo, desde o início, as marcas da profecia que os condena a um destino trágico, até que as fundações precárias da casa, e com elas o próprio universo do conto, sejam consumidas pelas águas do lago a seus pés. O método rigoroso de Poe alcança aí uma de suas mais perfeitas realizações. Mas podemos também lembrar que, enfim, algo permanece e sobrevive do lado de fora da esfera auto-suficiente delimitada pela névoa ao redor da casa de Usher, como uma aresta que resistisse ao polimento final do artífice: a voz do narrador que, aterrorizado, vê a derrocada da casa e foge para nunca mais voltar.

A posição do narrador na forma do conto constitui assim uma “terceira história” que a unidade da história 1 e da história 2 é incapaz de conter em si mesma. Decerto em Poe este é um papel secundário, que tem por objetivo apenas situar um ponto de vista

externo, capaz de ver o objeto acabado em sua totalidade. Ele é, portanto, o guia que deve conduzir-nos pelo interior da trama, direcionando nossa visão para seus elementos a princípio dispersos e alimentando as expectativas por sua articulação unificada, para depois adquirir uma perspectiva de conjunto em que limites nítidos sejam divisados diante dos seus (nossos) olhos. O universo pleno de sentido do artefato literário fica assim marcadamente separado de um *outro lado*, carente de qualquer codificação, e o narrador não pode mais do que distanciar-se daquele universo a partir do momento em que foram esgotadas todas as suas funções.

A posição do narrador na forma do conto, porém, é justamente o que adquiriu maior ênfase e complexidade na obra de Julio Cortázar. Basta citar um título como “Diario para un cuento” (1982) para compreender o papel que a encenação da escrita passa a cumprir nos textos do autor. Não que em Poe esta fosse uma dimensão ausente; o “Ms. found in a bottle” (1833), retomado por Cortázar em “Manuscrito hallado en un bolsillo” (1964), muito tem a nos dizer a este respeito. Mas, de um modo geral, percebe-se que o autor argentino colocou em perspectiva a possibilidade mesma da delimitação precisa de um mundo extra-cotidiano, cerrado e completo, como que ampliando o quadro para ver não apenas o desenho acabado de uma história, mas também a seqüência de seus esboços, o mapa de suas falhas, o histórico de suas frustrações.

Antes de tudo, está a encenação da busca pela ordem das formas como um elemento constitutivo da trama, o desejo manifesto de seus narradores. “Reunión con un círculo rojo” (1979) é apenas um bom exemplo, e muitos outros poderiam ser mencionados. No entanto, ao invés de prosseguir com uma enumeração de títulos que pouco teria a acrescentar ao argumento, prefiro empreender a análise de uma narrativa em particular, em cujo início já se anuncia o fenômeno mencionado:

Uno se va contando despacito las cosas, imaginándolas a principio a base de Flora o una puerta que se abre o un chico que grita, después esa necesidad barroca de la inteligencia que la lleva a rellenar cualquier hueco hasta completar su perfecta telaraña y pasar a algo nuevo.

A imagem da teia de aranha como uma estrutura perfeita (porém quase insustentável) é por sinal também evocada em “Circe” (1951) e em “Historia con Migalas” (1980); mas, neste caso, trata-se somente de uma entre tantas que irão marcar os desenvolvimentos de “Tango de vuelta” (1980),⁴ relato do qual foi extraída a citação. Nele, o narrador apresenta-se como um contista amador e compulsivo, embora seja também motorista de ambulâncias:

Escribir es eso, abrirles los postigos y que entren, un cuaderno detrás de otro; yo trabajo en una clínica, no me interesa que lean lo que es-

4 A versão utilizada é a do livro *Los Relatos, 1: Ritos*, ps. 38-53. Devo observar que, tal como o próprio autor nesta compilação de seus contos que lhe foi encomendada por uma editora, optei por ignorar a seqüência cronológica dos textos e reuni-los sob outro tipo de afinidades. Ainda assim, pode-se notar que a seleção de contos que orientou a elaboração deste estudo restringe-se de um modo geral à última fase da produção de Cortázar, concentrando-se entre os anos de 1969 e 1980.

cribo, ni Flora ni nadie; me gusta cuando se me acaba un cuaderno porque es como se hubiera publicado todo eso, pero no se me ocurre publicarlo, algo golpea en la ventana y así vamos de nuevo, lo mismo una ambulancia que un nuevo cuaderno.

Flora, afinal, é quem lhe teria contado os fatos desconexos ocorridos em uma casa nos subúrbios de Buenos Aires, onde ela havia trabalhado como empregada doméstica para Matilde e Germán, um casal portenho. Entre estes fatos o narrador viria a perceber “los puntos de sutura, la unión de tanta cosa suelta o presumida, rompecabezas del insomnio o de la hora del mate” – e assim, entre um mate e outro, tão concentrado em sua tarefa quanto distante do barulho das sirenes, ele passa a contar-nos a história de uma traição e de um assassinato.

É só a partir daí que entramos na esfera do conto propriamente dita, do conto “clássico” a que se referia Piglia, e tudo se dirige então para a punhalada final que deverá consumir a vingança de Emilio Díaz, de volta a Buenos Aires após ter sido abandonado pela mulher na Cidade do México. Matilde teria inclusive forjado seu atestado de óbito para poder casar-se com Germán, que lhe oferecera um conforto e uma estabilidade impossíveis junto a Emilio; de modo que este, após ter descoberto a farsa, ressurgiu com a exigência hamletiana de que seja restituída a integridade de um mundo desviado pelo engano e pela mentira. Ao contrário do príncipe da Dinamarca, no entanto, Emilio parece ter desde o começo uma estratégia de ataque muito bem traçada, evitando perder-se em maiores angústias e divagações, e calmamente cumprindo as etapas do seu plano de vingança. Note-se que Cortázar opera neste texto com dados culturais bem marcados, e os subúrbios da capital argentina aparecem aí como o palco indispensável da narrativa, com um enredo digno de uma autêntica letra de tango.

Todavia, é a própria questão da autenticidade que requer um olhar crítico neste contexto, pois a história que nos é contada apresentou-se desde o começo como um artifício, algo construído e acabado a partir dos dados fragmentários de um outro testemunho. Desde logo, todos aqueles dados, inclusive as personagens e os punhais, apontam para a unidade desfeita de uma cultura igualmente desviada pelo processo histórico, e que será reconstruída no âmbito da escrita, como a reprodução em miniatura daquela presumida totalidade, impossível de ser vislumbrada na cidade moderna. Os elementos do texto surgem a princípio em sua evidência de uma falta: a falta daquilo que, um dia, os teria reunido no cosmos unificado de uma comunidade arcaizada. Na medida em que o texto avança, eles adquirem um novo significado no interior do universo ficcional de Cortázar, o contista lhes confere um sentido na articulação de sua história, e o instante do gesto decisivo que conclui o enredo deve ser aquele de uma revelação da unidade deste universo, a presentificação imediata e incontestável que o resume em uma única imagem. Porém, na iminência deste desfecho, a punhalada final subtrai-se ao olhar dos protagonistas, e o cenário com que enfim nos deparamos é o de uma catástrofe que não oferece unidade alguma, com os corpos de Emilio e Matilde rolando escada abaixo na casa de Villa del Parque, Flora assistindo ao último ato do drama que depois iria relatar precariamente ao contista, e isso tudo ao som da sirene em que ele chega somente para recolher os mortos.

“Tango de vuelta”, portanto, parte da pressuposição da fragmentariedade da trama para a ela retornar ao final, mas tentando, entre uma coisa e outra, estabelecer os termos de uma estrutura unificada. Nas noites de insônia ou na hora do mate, o narrador busca criar com este material disperso a *telaraña* perfeita e preencher todos os vazios de seu quebra-cabeças; pois ele não é um escritor profissional, e sim um amador, alguém que tem a escrita como um *hobby*, como também o seria a montagem de miniaturas e modelos para armar. Trata-se sem dúvida de uma clássica história de amor, de retorno e de vingança, mas para além disso está a história do motorista de ambulâncias que no seu tempo livre busca reformular os dados de seu cotidiano, um contista saudoso por uma Buenos Aires perdida, na qual as grandes paixões estiveram em seu lugar natural.⁵ Uma vez terminada sua obra, no entanto, os signos se dispersam novamente, e os subúrbios, as personagens e os punhais retornam à condição de peças desgarradas de uma totalidade que narrativa alguma poderá restituir. Deste modo, o fechamento do conto não pode senão condená-lo a um constante recomeço – “algo golpea en la ventana y así vamos de nuevo, lo mismo una ambulancia que un nuevo cuaderno” –, assim como acontece ao espectador que, após uma luta de boxe, deve apenas aguardar pelo início de um novo embate. A própria figura de Emilio Díaz confunde-se com a do *boxeur*, e todos os movimentos da trama acompanham suas investidas e esquivas calculadas, seus golpes intermediários e seus desvios estratégicos. Mas o que agora interessa saber é sobretudo em que medida este tipo de constatação pode servir a uma análise da forma do conto em Cortázar.

A temática para a qual então nos voltamos foi abordada por alguns ensaístas que, detendo-se ora sobre o jogo de maneira geral, ora sobre algumas modalidades específicas, buscaram elucidar a singularidade deste tipo de manifestação cultural, em uma perspectiva antropológica ou na ambientação histórica do século XX. Roger Caillois, por exemplo, em seu *Os Jogos e os Homens*, assinala que “o jogo é essencialmente uma ocupação separada, cuidadosamente isolada do resto da existência e geralmente realizada dentro de limites precisos de tempo e lugar” – o que, todavia, não desmente a sua própria afirmação de que estes limites são sempre “infinitesimais e precários”, sempre revogáveis, e se apagam por si mesmos (CAILLOIS, 1986 [1957]: 17). Assim, o jogo procura estabelecer-se como uma ilha isolada da desordem da vida cotidiana, sendo esta última aquela em que nada alcança seu devido fim, e os últimos propósitos das ações dos indivíduos colocam-se fora do horizonte do seu olhar, como demonstrou a minuciosa análise da economia do dinheiro elaborada por Georg Simmel (1982 [1907]: 431-2). Mas esta contraposição pode não chegar a efetivar-se: para tanto, seria preciso que o jogo fosse capaz de distinguir o interior e o exterior com total clareza, ou seja, que os seus domínios fossem marcados com um traço convicto e uma ação livre de qualquer ambiguidade. A princípio, é isto o que o nocaute referido por Cortázar deveria nos proporcionar; mas, para aqueles que acompanham a luta, a violência do gesto é inseparável daquela precariedade de que nos fala Caillois, de sua fragilidade intrínseca, de sua revogabilidade iminente, ou seja, de sua *ambivalência*.

5 Sobre as modificações sofridas pela capital argentina no processo de modernização do século XX, bem como sobre as relações dos escritores com o passado da cidade de Buenos Aires, remeto ao conhecido livro de Beatriz Sarlo, *Una Modernidad Periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Mais especificamente a respeito do papel que os subúrbios da metrópole representaram no imaginário de alguns destes autores, cf. GORELIK, A. *La Grilla y el Parque – espacio público y cultura urbana em Buenos Aires 1887-1936*, ps. 357-386.

O espetáculo, desta perspectiva, deve ser compreendido como um discurso que envolve não apenas a linguagem corporal do ringue, mas também o outro lado de toda performance: a presença do público e suas possibilidades de conferir um significado ao enredo que se desenvolve à sua frente. Somente assim a dimensão do olhar, que adquire um papel especial em Cortázar, pode ser avaliada em toda a variedade de matizes que ela nos proporciona. Pois, se as pessoas acorrem aos estádios para *ver* uma luta, isto não é de maneira alguma um indício de sua passividade na trama, implicando também sua capacidade de interpretá-la. Os estímulos, as vaias e as advertências do público são manifestações de uma determinada leitura dos acontecimentos, uma leitura que aguarda o instante imprevisto da queda e, mesmo sendo por ela surpreendida, neste momento torna-se capaz de entender toda a ação da perspectiva do fim. Uma luta que termine por pontos é motivo de decepção não apenas para a plateia de um modo geral, como também para jornalistas e fotógrafos, aqueles que, de uma forma ou de outra, terão que contar o que viram ali. As pessoas vão aos estádios para ver um nocaute, e é o que elas veem neste momento, ou exatamente o que elas deixam de ver, que se tornou uma questão para este estudo.

O jogo caracteriza-se assim pelo esforço compartilhado na construção de um cosmos. Michel Leiris ressaltou este ponto em seus ensaios sobre a tauromaquia, e com ele já nos aproximamos de um paralelo mais consistente com a escrita literária: suas descrições dos movimentos de uma tourada, particularmente do *passee* e da estocada final, pretendem reproduzir o modelo de uma experiência que, à ficção, caberia configurar com seus próprios recursos. Por um lado, entra em cena a destreza apolínea do *torero*, em suas atitudes calculadas, sua pose composta e suas esquivas milimétricas, representando o domínio do homem sobre a natureza, a arte capaz de dar forma à dispersão. Por outro lado, há o papel do público na trama, que, de acordo com a exposição do herói ao risco de uma investida, é levado ao extremo da ansiedade pela expectativa do desenlace, como uma força dionisíaca que clamasse pelo sacrifício do touro em nome do desejo. O cerimonial é cumprido em função do momento em que estes dois impulsos devem convergir em um mesmo gesto, identificando-se no encontro da forma artística com o instinto natural, no ponto onde seria anulada toda dualidade que atravessa a experiência. Mas é exatamente neste ponto que então se aloja um elemento dissonante, a cisão nunca totalmente transpassada pela aproximação mais intensa, e o que prometia ser identidade e reconhecimento revela toda a contundência da estranheza e da separação. Vale lembrar ainda que, para Leiris, o que está em jogo neste caso é também o desejo erótico, que busca uma comunhão cujo alcance é simultâneo à percepção da ruptura, na

presença de uma falha, de uma curva ligeiramente desviada que percorrem os amantes humanos (...) suficiente por si só para que, da plenitude do amor, passemos à dilaceração, reconhecendo nossa deficiência uma vez que, aplacados, seguimos vivos e não há mais nada a fazer senão contemplar o objeto amado como um objeto, passada a identidade ofuscante (LEIRIS, 2001 [1938]: 50).

Boxe e touradas são alguns dos assuntos mais recorrentes em *1926 - vivendo no limite do tempo*, de Hans Ulrich Gumbrecht. Em relação à imagem do lutador, o livro enfatiza sua expressão de um determinado ideal de compostura, isto é, a necessidade do *boxeur* de encenar o auto-controle como uma resposta individual à impossibilidade de se controlar o mundo externo. Concentração e método, portanto, seriam suas armas no embate pela delimitação de uma forma e contra o risco da dispersão – uma forma subjetiva que, no entanto, deve adquirir objetividade no instante do nocaute. Pois é nele que um fim se *apresenta* ao público da luta; e é nele que a plateia encontra a fronteira de suas expectativas ilimitadas pelo arremate. A determinação certa, manifesta em um gesto convicto, pode ser inclusive o nível mais radical do entusiasmo, de maneira que a consagração da forma reúna em si a técnica e o improvisado, na confluência da regra universal com a decisão individual: “Vos sabés lo que es estilo, estás ahí y cuando hay que hacer una cosa vas y la hacés sobre el pucho, no como esos que la empiezan a zapallazo limpio, dale que va, arriba abajo los tres minutos”, diz uma personagem – um lutador – de Julio Cortázar (2000b [1969]: 305).

Mas, segundo Gumbrecht, é necessário que haja uma exposição do lutador ao risco da derrota: “A simpatia dos espectadores nunca está com aqueles cuja sobriedade e cujo talento lhes permitem enfrentar um combate sem enfrentar a morte” (1999: 81). E assim se organiza o drama a ser levado às últimas consequências quando, disposto a desferir o último golpe, o lutador abre a guarda, e por um átimo fica completamente desprotegido, para no momento seguinte ser incontestavelmente declarado vencedor. Da perspectiva do público, porém, qualquer vitória é igualmente uma perda, pois, terminado o jogo, são desfeitas as condições de sua realização, e deixa de ter valor aquilo que logo antes era o que se poderia alcançar de mais precioso. Entre uma coisa e outra (entre a iminência do fim e a dissolução do próprio lugar da finalidade), situa-se então um lapso indistinguível de tempo, em que tudo se esvai no mesmo instante em que se constitui, e nada de definitivo nos é deixado entre os dedos.

O autor do *1926* é ainda mais claro ao mencionar este ponto no que se refere às touradas, possivelmente porque nelas o cerimonial torna bastante nítidas as marcas da organização do espetáculo:

A tourada inspira o temor de um ritual religioso porque ela promete tornar presentes objetos de experiência transcendental. Espera-se que a morte e o desejo tornem-se visíveis. Mas no fim das contas a tourada não pode cumprir essa promessa. O estágio final da corrida chega infinitesimalmente perto de tornar a morte presente, enquanto o momento da morte permanece aquele de uma transição imperceptível (GUMBRECHT, 1999: 237).

Esta proximidade é aquilo que teria sido prefigurado no instante do *passee*, em que, provocado pelo pano, o touro investe e o toureiro esquiva-se com um desvio mínimo, em uma convergência divergente que configura todo o ritmo da trama, até que o duplo movimento atinja o paroxismo, sem, todavia, chegar a uma unidade de seus impulsos contrapostos. E o prometido reconhecimento converte-se, com a morte do touro, no estranhamento do homem diante da natureza, da qual ele se vê apartado por suas próprias mãos no instante da derradeira estocada.

O jogo caracteriza-se assim pelo esforço compartilhado na construção de um cosmos – mas um cosmos cuja finalização é apenas uma iminência, onde a ameaça do salto é simultânea à queda, e que no momento seguinte defronta-se com o despojamento de qualquer configuração. Toda conquista torna-se então equivalente a uma renúncia, e precisamente o gesto a que cabe consumá-la é aquele que precipita sua derrocada. À máxima proximidade de um fim, segue-se a separação irreparável, apontando para o vazio que nem mesmo o golpe mais exato é capaz de preencher sem que, ao mesmo tempo, faça-se evidente sua intransponibilidade. E, não obstante, este vazio é o lugar de um encontro. Todos os olhares para ele convergem no instante do gesto, e manifestam em conjunto o desejo que os reúne no território do jogo; trata-se, portanto, de uma convergência à distância, que reconhece os espaços que isolam os participantes do ato, mas procura em um ponto comum, a experiência de um acordo e de um contato. Por este motivo, espera-se que uma ordem se apresente, ou seja, que se faça presente diante de todos. Somente aí, onde nenhuma subjetividade individual ocupa o centro da trama, pode ser revelado o objeto do desejo, tão evanescente que é impossível de se reter, possuir ou aprisionar.

A narrativa literária transfere para o imaginário o palco destes acontecimentos. No já mencionado “Tango de vuelta”, por exemplo, a visão do leitor é meticulosamente guiada pelos movimentos de Emilio Díaz, em suas investidas contra a casa de Villa del Parque, até que a punhalada final lhe seja subtraída, e então só nos resta ver os corpos rolando escada abaixo. Com isso, compartilhamos o desejo do narrador e de Flora – “necesitábamos como todo el mundo que aquello se completara, que el último agujero recibiera enfim la pieza, el color, el final de una línea viniendo de una pierna o de una palabra o de una escalera” –, assim como, enquanto leitores, compartilhamos entre nós a ausência com que nosso olhar se depara no desfecho. Deste modo, a forma do conto, ao invés de configurar-se em um objeto acabado e capaz de corresponder às expectativas que ela própria alimenta, reconhece a fragilidade de seus limites e as contradições de sua linguagem. E neste reconhecimento ela adquire uma complexidade que não diz respeito apenas a um problema técnico do discurso ficcional, mas indica as dificuldades que se impõem ao estabelecimento de acordos na diferença, isto é, justamente a questão da forma que procura constituir-se sobre as bases instáveis do mundo moderno.

A esta altura é preciso notar também que, se determinados contos são bastante convidativos a este tipo de análise, há outros que à sua maneira também a requerem, e inclusive levam seus componentes às últimas consequências. Acredito que seja este o caso de “La autopista del sur” (1969),⁶ cuja maior extensão subverte os paradigmas tradicionais do conto, mas sem deixar de operar com seus mecanismos, para defrontá-los a todo momento com seus próprios paradoxos.

Pois o que esta narrativa nos propõe é o problema da busca de um entendimento entre pessoas completamente estranhas umas às outras, em um intervalo preciso de tempo, e em um território delimitado para suas tentativas. Entretanto, nem este intervalo nem este território nos são dados de antemão, tendo que ser precisados no decurso da narrativa, assim como as próprias regras do jogo, o que requer uma atenção permanente dos participantes, e certa sabedoria prática para lidar com os problemas do texto. A radi-

6 A versão utilizada é a de *Los relatos*, 2: *Juegos* (2000: 307-332).

calidade da proposta, nestes termos, está em que isto deixe de ser compreendido como um *hobby*, um espetáculo ou um lazer: isto é, que seja tomado como uma condição da existência das personagens na esfera da ficção. Também aquela distinção com que trabalhamos anteriormente – entre o universo cotidiano, como ambiente do trabalho, e o microcosmos do conto, espaço de amadores – é então desfeita: estaremos vinte e quatro horas por dia submetidos às vicissitudes da autopista. Cabe enfatizar que não passamos de um polo a outro, e nenhuma ideia de profissionalismo é aqui evocada para contrapor-se às anteriores, sendo antes os limites entre uma coisa e outra que cedem à precariedade de seus pressupostos. Justamente a questão dos limites, enfim, torna-se o ponto central da leitura, na medida em que eles continuam sendo o problema de toda a conformação do conto, embora já não haja um nocaute para defini-los com muita nitidez.

“La autopista del sur” tem como personagens ocupantes de automóveis que, retornando a Paris após um feriado, são detidos por um engarrafamento quilométrico em uma estrada francesa. No começo, nada indica que a situação vá perdurar por muito tempo; porém o contrário torna-se cada vez mais manifesto. A ação se desenvolve entre um grupo delimitado no decorrer do texto, o qual gradualmente percebe a realidade da situação, enquanto os pequenos avanços das máquinas cedem à total imobilidade. Nos parágrafos iniciais da narrativa, são feitos os primeiros contatos entre eles, apresentados ao leitor não pelos seus respectivos nomes, mas por meio da marca de seus carros: “Al principio la muchacha del Dauphine había insistido en llevar la cuenta del tiempo, aunque al ingeniero del Peugeot 404 le daba ya lo mismo”. No universo da autopista do sul, portanto, as palavras são personagens, e as personagens são palavras, que entram em cena dispersas no corpo do texto e separadas sobre a estrada, para já a partir daí tentar produzir vínculos entre si.

E, por mais hesitantes ou contrariados que sejam os seus primeiros movimentos, com o tempo eles chegam a criar condições mínimas para a convivência na autopista, capazes de proporcionar soluções provisórias para problemas imediatos – como a necessidade de água ou o entretenimento das crianças –, mas certamente impróprias para a configuração de uma comunidade encerrada em si mesma. Pois todos ainda esperam que aquilo vá acabar a qualquer momento, e que logo eles poderão seguir seus destinos particulares e insondáveis, tal como o são o passado de cada um, sua identidade e seu caráter. É disso que se trata, afinal: as pessoas vão se conhecer, por mais diferentes que sejam, vão atribuir valores às suas relações, por mais efêmeras que elas se mostrem, e vão renunciar a estes mesmos laços, por mais preciosos que se tornem eles. Todo mundo vai terminar sozinho.

O percurso da trama é marcado pelos acordos frágeis e laços precários que se constituem sobre o asfalto. Pois, logo que um entendimento é alcançado, ele imediatamente cede espaço a novos problemas, como a escassez de alimentos, as brigas ou o fastio. A falta de uma meta comum, de um sentido colocado adiante para todos, os impede de fundar as bases de um mundo estável, e a ausência de uma história compartilhada não lhes oferece quaisquer elementos para isso. Deste modo, a escassez e a privação a que são submetidas as personagens da narrativa são as próprias condições da linguagem no universo do conto. Por outro lado, os expedientes de que se valem os habitantes provisórios da autopista, os recursos que eles mobilizam para oferecer soluções àquela privação, são também um atributo da escrita em sua tentativa de conformar o mundo ficcional de

acordo com as suas possibilidades intrínsecas. A situação em que o relato nos enreda decerto não permite que tudo se resolva através de um único gesto. Mas, na mediação entre seus componentes, improvisam-se meios de superar os problemas que se colocam ao desenvolvimento da narrativa.

Filho da Poros e Penia, ou seja, da pobreza e do recurso, é o próprio desejo que nos conta o que acontece na autopista. Por este motivo o narrador não se confunde com nenhuma das personagens, mas tampouco conta a história como se visse tudo de cima, numa perspectiva capaz de atribuir-lhes uma finalidade, e sim como se estivesse *entre* elas. Preservando as distâncias, ele torna-se uma espécie de *voyeur*, um espectador dos fatos, registrando até as imagens aparentemente menos importantes, inclusive quando a noite cai. Nos intervalos das tarefas diárias que mantêm reunidos os homens e as mulheres do conto, por exemplo, ele nos oferece flagrantes de uma solidão compartilhada, muito semelhantes aos instantâneos que se pode ter dos habitantes de prédios de apartamentos nas grandes metrópoles: “Casi todo mundo escuchaba sus radios (...) Las monjas pasaban cuentas de sus rosario, el niño del Taunus se había dormido con la cara pegada a un cristal, sin soltar el auto del juguete”.

Noutra ocasião, em meio às necessidades cotidianas, alguém interrompe um trabalho e por um momento volta seus olhos para o horizonte, como que em busca de algo indefinível, que o próprio texto não pode nomear. E o que nós vemos então é o próprio retrato de uma vontade sem direção precisa, que se remete para fora do enquadramento do conto. O olhar das personagens, portanto, é justamente aquilo que insiste em não se deixar render pela hostilidade da paisagem, e, diante da apatia que sempre as ameaça, ele representa o *pathos* do desejo; incapaz de configurar seu objeto, a linguagem, através destes olhares, simplesmente aponta para ele. Assim, são preservados um mistério e uma contradição, uma dissonância e uma promessa. No ponto cego para o qual tudo se dirige e onde nada se detém, encontramos as marcas de uma falta que traz consigo os sinais de uma possível reconciliação.

“Nunca aspiramos por aquilo que nos é completamente estranho e tampouco por aquilo que já nos pertence”, assinalou o jovem Lukács em *A Alma e as Formas*. “Eros está no meio: a aspiração cria um vínculo entre aqueles que são diferentes entre si, mas ao mesmo tempo ela destrói qualquer esperança de que eles se tornem um só; tornar-se um é voltar para casa, e a verdadeira aspiração nunca teve um lar” (LUKÁCS, 1980 [1910]: 92-93). Por este motivo ela é inquieta, está em constante movimento, e não se projeta para um único objetivo, mas também por isso ela possui certa perspicácia, uma inteligência apropriada para os assuntos imediatos que se lhe apresentam. No caso da literatura que se guia por tal sentimento, esse problema é o problema da forma. Isto é, das “formas” que podem ser improvisadas em seus percursos, e também o da forma definitiva e redentora a que apenas aspiram escritores e personagens.

Pois, sabendo-se destituída de uma pátria original, esta literatura se concentra na resolução provisória de seus impasses, e para isso mobiliza seus recursos e expedientes. Mas, em momentos de suspensão e repouso, ela manifesta um desejo latente por uma linguagem mais rica e por uma vida menos ordinária, algo que surge da privação, e que se expressa nos mínimos contrastes que a linguagem estabelece em relação à carência. De modo que o narrador da autopista nos faz perceber também qualquer tentativa de um contato, mesmo que reduzida à mera intenção de um toque, quando ela é somente a

promessa de um encontro nunca consumado, que se detém no mais sutil pressentimento de um salto. A leveza destes movimentos torna-se manifesta na seguinte passagem:

En algún momento (suavemente empezaba a anochecer, el horizonte de techos de automóviles se teñía de lila) una gran mariposa blanca se posó en el parabrisas del Dauphine, y la muchacha y el ingeniero admiraron sus alas en la breve y perfecta suspensión de su reposo; la vieron alejarse con una exasperada nostalgia, sobrevolar el Taunus, el ID violeta de los ancianos, ir hacia el Fiat 600 ya invisible desde el 404, regresar hacia el Simca donde una mano cazadora trató inútilmente de atraparla, aletear amablemente sobre el Ariane de los campesinos que parecían estar comiendo alguna cosa, y perderse después hacia la derecha.

Eis a imagem daquilo que apenas desliza sobre a superfície do texto, surgindo e recolhendo-se por si mesma, na exata medida de sua aparição; e assim aprendemos a nos satisfazer com os olhos, pois não podemos pegá-la com as mãos.

A passagem também marca o principal instante de pausa no ritmo do relato, antes que ele se encaminhe para um encerramento que será, mais propriamente, uma abertura. Mas, para acompanhar esta evolução, pode ser mais apropriado adotar um enfoque específico para a análise. Recordo então que, novamente durante a noite, em seguida é descrita esta cena:

La chica del Dauphine dormía apoyada sobre el volante, un mechón de pelo contra los ojos; antes de subir al 404, el ingeniero se divirtió explorando en la sombra su perfil, adivinando la curva de los labios que soplaban suavemente. Del otro lado, el hombre del DKW miraba también dormir a la muchacha, fumando en silencio.

Esse trecho, em primeiro lugar, é um bom exemplo do estilo da escrita, em seu apego aos detalhes visuais e às mínimas relações entre as personagens. Mas ele também é um momento da história de amor que atravessa toda a narrativa, marcando tanto o seu início quanto a sua finalização. Trata-se da relação entre a menina do Dauphine e o engenheiro do 404, que logo teria prevalência sobre o seu rival do DKW. O narrador acompanha as cuidadosas aproximações do casal, a princípio em suas frases vazias, lugares-comuns que simplesmente assinalam a vontade de um diálogo; em seguida, o contato entre eles adquire o valor e significado, apontando para a possibilidade de um verdadeiro encontro no ambiente árido da autopista. O que envolve um certo cálculo e uma estratégia de diálogo: trata-se de saber recuar, quando necessário, e reconhecer o momento certo para uma investida mais arriscada. Pois é Eros quem conduz estes movimentos, com a desenvoltura de seus recursos e a improvisação de expedientes, e é em torno deste jogo que afinal se articula a história, identificando-se com ele todo o desejo. Todavia, uma vez que o encontro acontece (fora do alcance dos olhos, e em meio aos acontecimentos), percebe-se que algo se modifica no ritmo da narrativa, e os automóveis passam a retomar seus pequenos avanços irregulares, até que o engarrafamento tenha um fim e os carros se dispersem novamente, em direção aos destinos individuais que desconhecemos:

Todos aceleraban más y más, ya se podía pasar a la tercera sin que el motor penara, y la palanca calzó increíblemente en la tercera y la marcha se hizo suave y se aceleró todavía más, y el 404 miró enternecido y deslumbrado a su izquierda buscando los ojos de Dauphine,

Lê-se, quando o texto se precipita para o término, e se apega com maior ênfase à visão de uma personagem, para a qual a perda irá se mostrar em seu aspecto irremediável, por mais contraditório que um tal sentimento possa parecer:

Pero cada minuto le iba convenciendo que era inútil, que el grupo se había disuelto irrevocablemente, que ya no volverían a repetirse los encuentros rutinarios, los mínimos rituales, los consejos de guerra en el auto de Taunus, las caricias de Dauphine en la paz de la madrugada, las risas de los niños jugando con sus autos, la imagen de las monjas pasando las cuentas del rosario [...] No se podía hacer otra cosa que abandonarse a la marcha, adaptarse mecánicamente a la velocidad de los autos que lo rodeaban, no pensar [...] En el Volkswagen del soldado debía de estar su chaqueta de cuero. Taunus tenía la novela que él había leído en los primeros días. Un frasco de lavanda casi vacío en el 2HP de las monjas. Y él tenía ahí, tocándole a veces con la mano derecha, el osito de felpa que Dauphine le había regalado como mascota.

E a menção a estes objetos, no desenlace da narrativa, elucida todo o processo de construção de sentido na autopista do sul. Eles aparecem aí como algo que foi destituído de um valor, sustentável apenas nos tênues laços que se criaram entre as personagens do texto, e tudo o que neles se pode ver agora são os vazios deixados por esta destituição. Tornaram-se, portanto, lembranças de um mundo que já não existe mais, cujo início, meio e fim nos foram descritos no decorrer do conto, sem que em nenhum momento ele chegasse a uma verdadeira finalização. Exatamente por isso o pertencimento daqueles objetos a este universo só se pode mostrar nos sinais de uma falta que se pressupõe intransponível, posto que tudo se desfez antes mesmo que eles fossem situados em um cosmos plenamente ordenado, e a noção de uma perda se impôs à própria configuração do conto. A imagem desta perda, afinal, é o foco de convergência do desejo, onde nos reconhecemos em torno da vontade comum que tornou possíveis os mais frágeis pontos de contato da narrativa, cujos limites só podem ser divisados em seus movimentos de distanciamento e aproximação.

Em resumo, “Tango de vuelta” propõe a reconstrução de um mundo perdido no microcosmos do conto, utilizando-se da unidade idealizada do passado para contrapor-se à fragmentação dos dados do presente, e estabelecendo uma nítida separação entre o espaço cotidiano e o território do jogo, onde o que antes era disforme e inacabado adquire uma finalidade revelada no instante do gesto. Entretanto, ao encenar o processo de elaboração da narrativa, Cortázar nela insere um elemento dissonante, a alojar-se justamente na apresentação do último movimento, onde a expressão de um *sensus communis* só se fazia notar na percepção de uma ausência, isto é, em seu iminente desaparecimento. Já em “La autopista del sur”, esta ambivalência é incorporada pelo texto, sem mais estar restrita às suas margens, e sim atravessando-o em todas as suas instâncias; e então as in-

dicações dos limites da forma ficam menos contundentes e precisas, exigindo de nosso olhar mais cuidado e atenção. Isso explica a maior extensão da história, no lugar de um ideal de intensidade que antes se fazia notar; pois, ao invés de pôr-se em marcha a partir de um impulso inicial, para não mais se deter até a consumação de seus desígnios, agora há uma desaceleração primeira que, atingindo o imobilismo, cria as condições para o desenvolvimento do drama. Neste intervalo, o narrador opera com os mesmos mecanismos de construção de sentido descritos anteriormente, porém é maior a ênfase na consciência de suas limitações e na efemeridade de suas conquistas, bem como nos difíceis e às vezes ternos esforços que são necessários para alcançá-las. E não há sequer a concepção de uma identidade histórica a ser restituída neste caso, mesmo que na esfera reduzida do artefato literário, de modo que a modernidade surge aqui com todas as implicações da sua destituição de referências comuns, em uma zona de passagem que a ninguém pertence e de que ninguém pode se apossar. A estrada nos arredores de Paris torna-se assim a superfície em branco na qual se inscrevem os signos do texto, com suas hesitantes tentativas de criar vínculos e designar limites, que se sabem frágeis, provisórios e revogáveis, tanto quanto o próprio espaço do relato; e, por fim, somos deixados com a imagem de um vazio de que tudo surge e a que tudo retorna, mas no qual ficam, apagadas e indeléveis, as marcas do desejo.

Como leitores, nós acompanhamos esta trajetória, de nossa parte é requerido certo esforço, aos nossos olhos se impõe uma renúncia. Nisto consiste a aprendizagem do jogo. Não posso afirmar e sequer imagino que com isso possamos encerrar a questão colocada no início deste estudo. Mas parece-me que, enfim, também estes elementos são em parte responsáveis por todo o engenho, e por toda a beleza, dos contos de Julio Cortázar.

Bibliografia:

- CAILLOIS, Roger. *Los Juegos y los Hombres – la máscara y el vértigo*. Trad. Jorge Ferreiro. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1986 [1957].
- CORTÁZAR, Julio. *Los Relatos, 1: Ritos*. Madrid: Alianza Editorial, 2000a.
- _____. *Los Relatos, 2: Juegos*. Madrid: Alianza Editorial, 2000b.
- _____. *Los Relatos, 3: Pasajes*. Madrid: Alianza Editorial, 2000c.
- _____. *Los Relatos, 4: Abí y Ahora*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- _____. *Obra Crítica 2*. Org. Jaime Alazraki. Trad. Paulina Wacht e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Obra Crítica 3*. Org. Saúl Sosnowski. Trad. Paulina Wacht e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- ECHEVARRÍA, Roberto González. *Mito y Archivo: una teoría de la narrativa latinoamericana*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GORELİK, Adrián. *La Grilla y el Parque: espacio público y cultura urbana em Buenos Aires, 1887-1936*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LEIRIS, Michel. *Espelho da Tauromaquia*. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001 [1938].
- LUKÁCS, Georg. *Soul and Form*. Translated by Anns Bostock. Cambridge: The MIT Press, 1980 [1910].
- PAZ, Octavio. *Signos em Rotação*. Trad. Sebastião Uchôa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1976 [1965].
- PIGLIA, Ricardo. *Formas Breves*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- POE, E. A. *Ensayos y Criticas*. Trad. Julio Cortázar. Madrid: Alianza Editorial, 1973.
- SARLO, Beatriz. *Una Modernidad Periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988.
- SIMMEL, Georg. *The Philosophy of Money*. Translated by Tom Bottomore and David Frisby from a first draft by Kaethe Mengelberg. Boston: Routledge & Keagan Paul, 1982 [1907].

Daniel Vecchio

Literatura Portuguesa de Viagens: pensar, viajar e escrever no século XVI

Graduando em História pela UFV
E-mail: danielvecchioalves@hotmail.com

Resumo: Este artigo é composto de um debate sobre algumas das obras escritas que fizeram parte de uma verdadeira produção de textos provenientes do ambiente das descobertas e das navegações portuguesas durante o século XVI. São relações, relatos, diários, roteiros, épicos, diálogos e sátiras que constituem este acervo riquíssimo e que hoje são raramente estudados e divulgados pelas instituições de ensino. Suas potencialidades e contribuições para os estudos da epistemologia, antropologia, literatura, história e até mesmo para os estudos interdisciplinares, são indiscutíveis. O artigo ainda aproveita o espaço para reservar uma breve parte aos estudos científicos e categóricos acerca da Literatura de Viagens, analisando algumas das tentativas já realizadas de estudo das mesmas produções envolvidas no contexto histórico destacado.

Palavras-Chave: Literatura de Viagem, História dos Descobrimentos, Ciência Moderna

Abstract: This article consists in a discussion about some writings that are part of a real production from the portuguese discoveries and navigators in the sixteenth century. Such relations, reports, journals, scripts, epics, dialogues and skits that make this collection rich and which today are seldom studied and disseminated by educational institutions. Its potential contributions to the study of epistemology, anthropology, literature, history and even to interdisciplinary studies, are indisputable. The article also takes the space to allow a brief part for scientific study and categorical about the Travel Literature, examining some researches already undertaken about these productions involved in the historical context highlighted.

Key-Words: Literature of Travel, Discoveries History, Modern Science

Enviado em 25 de julho de 2010 e
aprovado em 2 de outubro de 2010

Literatura Portuguesa de Viagens: uma sugestão de análise

Os diversos relatos de viagem são, atualmente, relacionados, com frequência, dentro de um grupo único caracterizado através do tema da viagem. Há, de fato, em quase todos os autores que trabalham com os textos da história das viagens ultramarinas, a afinidade e solidariedade de pensar em um tipo de grupo que reúna essas obras entre si¹: “‘livros de viagem’, ‘poesia das navegações’, ‘roteiros’, ‘narrativa de viagens’, ‘literatura náutica’, etc’” (CRISTÓVÃO, 2006: 22).

Com toda esta diversidade de classificações e ambiguidades, o que se percebe é que tem persistido a inexistência de uma proposta com vista a uma elaboração de uma crítica mais concisa que se comprometa em trabalhar, detalhadamente, os acervos de textos que sobreviveram até hoje, possibilitando, assim, um estudo mais denso e atento às convenções discursivas e ideológicas de cada um desses textos. Mas, não é o que ocorre com a presença da grande maioria desses termos.

A causa deste variadíssimo número de termos surge justamente daí, da abrangência temática ao qual acabam constituindo seus conceitos. O que mais ocorre, portanto, é que os textos daquela época são assimilados numa ampla escala histórica sob o significado do tema ‘viagem’. Sua significação parece prevalecer em termos de experiência, tanto na esfera externa (deslocação física), quanto na esfera interna de um indivíduo (considerando a formação de seu conhecimento teórico e prático adquirido durante a vida).

Neste sentido, a viagem pode fundamentar-se como uma condição de vida do homem, cuja representação literária se manifesta sob um caráter biográfico, em que o narrador descreve as iniciações de um dado personagem no mundo – embebido, normalmente, por um caráter pedagógico e moral - verificados em obras produzidas desde a antigüidade². Sem dúvida nenhuma, esta viagem iniciatória é uma fonte muito especial da Literatura de Viagens por seu caráter pedagógico e moral. No entanto, este gênero não se reduz ao tema da viagem e nem detém seu monopólio.

1 Na literatura inglesa, por exemplo, pioneira na elaboração do conceito de “Literatura de Viagens” e na estruturação das suas primeiras e mais significativas coletâneas, a *The Concise Cambridge History of English Literature* de George Sampson, da Universidade de Cambridge, apelida de *sea-literature* os textos das primeiras aventuras marítimas de Richard Eden (1521-1576) até as compilações de Hakluyt e Purchas, e de *Literature of Travel* os livros profissionais e de literatura geográfica, comentando: *A literature of travel as distinguished from a literature of discovery began to grow*. E quando se refere aos textos escritos de 1700 a 1900 e anos seguintes já os apelida, sem hesitações, de *literature of travel* (University Press, 1970, p. 135). Nota retirada do livro *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens* de Fernando Cristóvão, p.23 e 24 (ver nota completa no referencial teórico).

2 Na interessante leitura de Hegel, *Caráter Geral da Poesia*, a poesia épica, por exemplo, nasceu do prazer de ouvir o relato de uma ação estranha de uma personagem, que se desenrola na forma de uma totalidade objetiva, completa, ante a consciência do ouvinte. Ver, também, “Romance de Viagens” em Bakhtin, *Estética da criação verbal* (Martins Fontes, 2006) : No romance de viagens a personagem é um ponto que se movimenta no espaço, ponto esse que não possui características essenciais nem se encontra por si mesmo no centro da atenção. Seu movimento no espaço são as viagens e, em partes, as aventuras que permitem ao viajante e artista desenvolver e mostrar a diversidade espacial e socioestática do mundo. Esse tipo de colocação da personagem e de construção do romance caracteriza o naturalismo antigo (Petrônio, Apuleio, Encólpio, Lúcio), p.205-206.

Não seria forçoso agrupar um número de obras que possuem um número enorme de características num único conjunto? Levanto esta pergunta devido ao fato de que o debate é bastante recente e difícil de construir. Uma das causas de sua dificuldade deve-se à abrangência do sentido deste agrupamento. Entretanto, sua consolidação é importante por diversos fatores. Começo por falar sobre as convergências e as confusões surgidas entre o tema da viagem iniciatória e o tema da Literatura de Viagens.

No interessante artigo intitulado *Da sedução à saudade literária: Literatura de Viagens na Belle Époque* (1996) de Sandra Nitrini, a terminação é usualmente recorrida para indicar textos escritos por viajantes brasileiros que estavam conhecendo a França no início do século XX. A autora pouco desenvolve a questão conceitual da Literatura de Viagens, chamando uma única vez a atenção para sua natureza e funções diversificadas: “Mesclam-se diferentes registros de discursos (desde cartas até planos e desenvolvimentos de peça em prosa, passando por narrativas e crônicas), expondo-se assim às claras a poética da fragmentação, própria da Literatura de Viagem ligada às impressões subjetivas do viajante” (NITRINI, 1996: 231).

No seu artigo, Nitrini considera que, no Brasil, o começo da configuração do gênero Literatura de Viagens localiza-se no início do século XX, época esta que marca os primeiros livros de viagem com autoria de escritores brasileiros. No texto a autora enfatiza a importância do fator da sedução e da saudade do viajante para a compreensão do ser brasileiro, caracterizando ideias e formas literárias no relato de viagem, destacando as obras de Tomás Lopes (1909) e Nestor Vitor (1911), obras que, segundo a autora, abordam a experiência do viajante brasileiro na cidade de Paris.

De modo algum queremos tirar o êxito do texto em destaque pela análise dos elementos literários causados pela influência da viagem, e que são identificados claramente no artigo da autora. Mas quero salientar que aqui o termo Literatura de Viagens será conceituado, antes de tudo, a partir de suas exclusividades formais e conteudísticas envoltas num determinado contexto histórico, evidenciando, deste modo, os textos que foram influenciados direta e indiretamente pelas causas da expansão marítima portuguesa.

No caso do artigo de Nitrini, o relacionamento com o tema da viagem se faz num tom mais introspectivo e turístico, sendo esta relação incerta e pouco importante em função da complexidade da mentalidade dos textos envolvidos no contexto histórico ultramarino europeu. No entanto, é importante salientar que a Literatura de Viagens carrega em seu conjunto uma grande herança que influenciou e influenciará muitos de nós e outras culturas por estes séculos adiante.

Também cabe agirmos de forma precavida e não nos precipitarmos em interpretar tudo dentro do tema ‘viagem’ apenas. Pois, com o turismo, por exemplo, todos podem ir a qualquer lugar do globo, muito bem; mas, mataram-nos a expectativa e a narração maravilhosa com o desencorajamento de narrar o que outros podiam observar com meios de comunicações mais ágeis. Diante destas alterações, fecha-se o ciclo de Literatura de Viagens para o início de outra realidade, em que prevalecem os guias turísticos e outros meios de comunicação.

Há muito tempo se tornou comum a Literatura de Viagens ser identificada com a expansão ultramarina partindo do século XV, data esta que continua a ser “perfeitamente aceitável, não só por ter atingido a plenitude da expressão deste tipo de texto,

intimamente ligados à mentalidade aberta do Renascimento e da Idade Moderna, mas, também, por entrarem na corrente cultural inaugurada pela descoberta da imprensa” (CRISTÓVÃO, 2006: 24-25) que contribuiu significativamente para proliferar a escrita e o público destes textos.

A imprensa e a conseqüente produção desses relatos causaram uma verdadeira transformação na transmissão das informações, no seu ordenamento em memórias várias, originando um tipo de literatura que se afastava, paulatinamente, do discurso oficial e da ideologia de estado, elaborados por autores não tão comprometidos com essas ideologias.

A produção portuguesa de textos no século XVI foi muito maior do que se pode presumir do pouco que se sabe sobre o assunto. Antonio Ribeiro dos Santos, na sua *Memoria para a Historia da typographia portugueza no seculo XVI*, dá notícia de trezentas e oitenta e tantas edições saídas dos prelos portugueses (NORONHA, 1874: 07). Entretanto, em Portugal, a Contra-Reforma, com a Inquisição, tentou abafar esta produção rica em pensamento crítico, cortando o ritmo do espírito moderno dos descobrimentos, sendo inevitável, desde então, a alteração do ritmo da livre criação e inovação escrita.

Foi somente no século XIX que encontramos em voga a publicação de relatos e críticas acerca dos descobrimentos e das navegações dos primeiros séculos de expansão ultramarina, reorganizadas em estudos científicos de história, cuja produção e publicação foram controladas pelo reino português que ajustava os interesses pelo tema dentro do enquadramento de representação histórica da busca pelo progresso, contribuindo, para este presente século, na formação do utopismo da modernização de Portugal³. Esta idealização acaba por se assentar no mito dos descobrimentos como gênese da ciência que modelou o progresso da civilização portuguesa em tempos passados:

Modernizar Portugal, recuperando o atraso em que ficara com a industrialização, o desenvolvimento científico e o novo Estado Liberal, por tanto inserir-se no progresso, fôra a diretriz mestra do século XIX: tratava-se de vencer a decadência que nos afligia desde o surto da expansão. Como o mito da decadência exigia e justificava a utopia do progresso e da modernização, atualmente este imperativo, de vencer um desafio, leva a buscar o passado português realizações que apontem para esse esforço de criação pela ciência e pela técnica (PINTO, 1989: 7).

O orgulho do feito nacional através da visão épica das navegações e das conquistas

3 A revelação da *Crônica da Guiné* de Zurara em 1841 representa o culminar deste movimento de recuperação épica da memória portuguesa, desde 1817 era publicada a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, em 1812, dava-se o primeiro texto em português do *Livro de todo o Oriente* de Duarte Barbosa; em 1833 e 1843 editavam-se os roteiros índicos de D. João de Castro; o *Tratado da Província do Brasil de Gândavo* saíra em 1826. Nota retirada do livro *A viagem: memória e espaço* (1989) de João Rocha Pinto, p 08. Ver também os estudos do historiador português Conde de Ficalho (1837-1903) ligados ao descobrimento de Portugal, como é o caso das *Viagens de Pêro da Covilhã*, publicadas em 1898, onde Ficalho relata a viagem do emissário de D. João II, entrosando-a com pormenores históricos importantes. Da obra ligada à sua especialidade maior, a botânica (num contexto histórico), destacam-se: a *Flora dos Lusíadas*, de 1880; *Memória da Malagueta* de 1883, que deveria ser o primeiro de muitos títulos da coleção *Plantas Úteis da África Portuguesa*, que infelizmente não continuaram; *Garcia de Orta e o seu Tempo* de 1886, que serviu de preparação aos dois volumes de *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, editados em 1891 e 1895.

predominou, durante gerações e gerações de cronistas, homens do mar e historiadores. Não queremos com este trecho dizer que as visões pessimistas em relação à realidade das descobertas não foram realizadas desde cedo, porém, foi somente mais tarde que caracterizações negativas à este respeito surgiram com intensidade neste acervo.

A maior parte destas obras é ainda hoje de leitura interessante pelo exotismo das regiões descritas, pelo imprevisível e arriscado das situações em se encontraram os protagonistas dessas viagens. Este grande número de publicações portuguesas durante o século XVI favoreceu para que no século XX surgissem variadas tentativas de organização tipológica, com vista a uma profunda e correta leitura desses textos. Os autores, editores e, mais tarde, os críticos, agruparam diversos textos em função, por exemplo, do destino geográfico das viagens, conforme se dirigiam à Ásia, à África ou à América⁴. Alguns os organizaram em função dos protagonistas das viagens: missionários, mercadores, marinheiros, soldados, embaixadores. Outros se propuseram reparti-los segundo descrições e localizações no tempo e no espaço. Outros identificam pela nacionalidade dos viajantes, outros por critérios temáticos e históricos⁵, tais como o da expansão ultramarina, da tragédia marítima⁶ e do tema do mar⁷, etc.

Deixemos um pouco de lado esta preocupação em tipificar uma malha complexa de textos, para mergulharmos enfim em suas leituras, partindo da exclusividade de que cada texto daquela época é composto. Logicamente, as convenções discursivas e ideológicas são plausíveis de se relacionar entre os textos, no entanto, deixa-se a desmerecer uma verdadeira análise dos textos agrupados, perdendo toda a originalidade de sua composição diante do uso de termos e demais generalizações.

Tomemos a Literatura Portuguesa de Viagens apenas como um instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade complexa e em transformação quando se deparou o homem português letrado nos processos de descoberta e expansão aos quais se integrara. Uma leitura mais atenta sobre os textos que compõem as possíveis temáticas devem ser estabelecidas para uma melhor compreensão da construção textual do relato e do reconhecimento específico do seu momento histórico em que se situam.

Assim, sobre os barcos da Literatura de Viagens o olhar do crítico contemporâneo se reconhece no valor múltiplo e interdisciplinar desses textos que naquela época já convergiam os temas do discurso científico, religioso, nacionalista, artístico, ao ter por alicerce as bases cognitivas da experiência de uma viagem real ou imaginária.

Ao processo português de viagem no século XVI, associa-se a uma multiplicação

4 João de Barros, *Ásia*; Gaspar Correa, *Lendas das Índias*.

5 João Rocha Pinto, *A viagem, memória e espaço*; Fernando Alves Cristóvão, *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: estudos e bibliografias* (ver nota completa no referencial teórico).

6 Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, Lisboa, Congregação do Oratório, Biblioteca da Ajuda, 1735-36; Carlos de Passos, *Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII: Naufrágios inéditos. Novos Subsídios para a História Trágico-Marítima de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, Biblioteca Nacional de Lisboa; Damião Peres, *Viagens e Naufrágios Célebres dos Séculos XVI, XVII e XVIII*, 4 vols, Porto, Tip. Alberto de Oliveira, 1938.

7 Abbé Antoine François Prévost, *Histoire Générale des Voyages ou Nouvelle Collection de Toutes les Relations de Voyages par Mer et par Terre qui ont été Publiés jusqu' à Présent dans les différentes Langues de Toutes les Nation Connues*, Paris, Didot, 1746.

da experiência humana no espaço pelo contato e relação com os outros. A verificação desta multiplicidade de conhecimentos que envolvem a produção dos relatos mais científicos requer que o crítico se compromissse em realizar, ao analisar os textos, um estudo de comparação interdisciplinar entre as áreas diferentes, tratadas pelos viajantes em diferentes graus de relação e integração ideológica e escrita.

Este estudo comparativo, no entanto, não desenvolverá aqui nenhum método específico, mas servirá de meio para executar o procedimento mental que favorece a construção do nosso pensamento e a organização de nossa cultura, criando raízes em nossos relativos tempo e espaço. Por fim, nesta rede interdisciplinar de conhecimentos que o tema nos predispõe, o objetivo é fazer dessas inter-relações um recurso analítico e interpretativo confluyente nos textos da Literatura Portuguesa de Viagens, cujas comparações permitam um tipo de estudo com uma base adequada nos respectivos campos de trabalho e de influência, não deixando de atuar nos específicos processos da história das descobertas portuguesas quando necessário.

O terreno é bastante escorregadio, e o importante, acima de tudo, é que se construa a segurança de uma análise bem apoiada no suporte do envolvimento temporal e ideológico desses textos, ultrapassando o limite categórico imposto à esses objetos de estudo, interpretando-os para além da categoria de uma obra técnica, roteiro, guia náutico ou livro de marinharia, visto que todas representam um modo de operar e pensar, o que faz dessas espécies tipológicas bastante suscetíveis à mudanças de pesquisa e leitura.

Para iniciarmos o estudo sobre os textos provenientes das descobertas e seus impactos na cultura portuguesa do século XVI, vale a pena esclarecer, sucintamente, dois pontos importantes. Primeiro, é preciso salientar que os descobrimentos são obra, por igual, de portugueses e espanhóis. Foram os feitos de Cristóvão Colombo e Vasco da Gama que despontaram como duas das extraordinárias realizações humanas no Renascimento Cultural, aproximando culturas e civilizações de continentes antes inatingíveis e desconhecidos.

Em segundo lugar, sobre as descobertas na cultura do século XVI, vale a pena esclarecer, antes de tudo, que não devemos submeter os méritos evento dos descobrimentos marítimos como causa ou contraponto do humanismo e vice-versa. Pois, “a evolução da cultura e das ciências na Europa, em qualquer aspecto que a consideremos, não foi, de facto, nos séculos XVI e XVII, o resultado de um único fator, mas o efeito da confluência de vários elementos, posto que nalguns casos com o predomínio de um deles” (DIAS, 1982: 10-11).

Humanismo, Experiência e Ciência Experimental

Por humanismo no século XVI quero significar a força de se preocupar, sobretudo, com os textos. Os humanistas foram eruditos, no aspecto científico, mantendo-se, de um modo geral, desligados dos lados técnicos e práticos do saber.

Numa perspectiva livresca, estes humanistas, para estudar a geometria, foram compreender Euclides; para fazer um atlas geográfico, prepararam uma edição de Ptolomeu; e para construir os saberes medicinais, buscaram-se os ensinamentos de Hipócrates e Galeno. O interesse pelo conhecimento era evidenciado, portanto, pelas preferências do humanismo literário. Sustentavam-se dos ideais, esquemas e processos da ciência co-

mentarística e livresca, sem lugar para grandes dúvidas e transformações em relação ao conteúdo das autoridades do conhecimento humano:

Os tratadistas conseguiram difundir, na medida do possível, o humanismo vulgar e a escolástica mais pura. Os processos de análise e concepção da filosofia natural que se deparam nos comentários dos jesuítas à Física, assemelham-se de perto aos processos dos autores escolásticos. Manifesta-se, nuns e noutros, a mesma problemática especulativa, a mesma prevalência da idéia de causa sobre a idéia de relação funcional, o mesmo processo expositivo de disputa entre opiniões, a mesma timidez em corrigir a sentença dos filósofos com o ensinamento dos práticos, a mesma carência de construção doutrinal a partir da observação (DIAS, 1982: 38).

Os descobrimentos não devem ser postos em paralelo com o humanismo e o surto das belas-artes, na formação da cultura moderna. São acontecimentos de tipos muito distintos. Enquanto o humanismo era constituído por um movimento intelectual de superação de um esquema dado de valores de pensamento, as descobertas, por sua vez, são fundamentalmente momentos de acréscimo de vitalidade e de espírito ativista no nível específico do Renascimento Cultural.

Mas, foi ainda sob a influência do viés das produções humanistas de partir da base dos conhecimentos e da autoridade dos antigos (Aristóteles, Plínio, Hipócrates, Galeno, Ptolomeu, Santo Agostinho etc), que, no Renascimento, os primeiros navegadores descreveram as terras recém descobertas. Nesta perspectiva, podemos verificar um caso especial dos primeiros viajantes ocidentais daquela época, geralmente grandes devotos do cristianismo, missionários ou cavaleiros de Cristo, que se atentavam em descrever de modo diabólico os símbolos ritualísticos orientais.

Assim, estes símbolos acabaram por ser representados, na maioria das vezes, como seres malignos e monstruosos, deformados e estranhos, os quais possuíam fora das redondezas da Europa Ocidental os seus medonhos *habitat*. Para além das fronteiras, então, só haveria a existência desses monstruosos símbolos que tinham, sobretudo, vivacidade e compreensão na imaginação fértil de grandes sábios que os descreviam:

Vivem os pigmeus, homens com dois côvados de altura, que se dedicam à caça dos grou. Esta gente tem três anos de gestação e morre aos oito anos de vida... Encontram-se também nessas regiões os macróbios, homens de doze côvados que combatem os grifos... Há ainda os agrates e os bramanes que, por amor, se lançam no fogo. Vêm-se, igualmente, bárbaros que matam os pais já velhos e os comem: quem se recusa à prática deste costume é por eles considerado ímpio. Outros comem o peixe cru e bebem a água salgada do mar. Certos monstros humanos têm os pés no sentido de diante para trás e com oito dedos; outros têm cabeças de cão e peles de besta, ladrando como os cães. Há mulheres, nessas paragens, que procriam uma só vez, e os filhos, brancos à nascença, tornam-se negros na velhice, a qual aliás não ultrapassa a duração de um estio. Outras há porém que engravidam cinco vezes, mas cujos filhos não vivem mais de oito anos. Há homens com

um só olho, chamados arimaspos, e cinocéfalos chamados ciclopes. Tendo apenas um pé, correm no entanto com a velocidade da brisa, e quando se sentam no chão abrigam-se do sol levantando a planta do pé. Outros, acéfalos, tem os olhos nos ombros; a modo de nariz e de boca, têm dois buracos no peito; e tal como o de algumas bestas, o seu corpo é coberto de pêlo comprido. Perto do lugar onde nasce o Ganges, há homens que vivem apenas de odor de um determinado fruto, o qual por isso mesmo levam consigo quando viajam; se acaso cheiram um mau odor, morrem logo⁸ (DIAS, 1982: 151-152).

Neste trecho do cardeal francês Pierre D'Ailly (1350-1420) de 1410, por exemplo, percebe-se que a noção de unidade do gênero humano tinha um conteúdo cultural geográfico limitado. Na Península Ibérica, havia esta antropologia fantasista certa tradição. É o que nos mostra, também, as palavras do cartaginense Santo Isodoro de Sevilha (560-636) através de seu *Ethymologiae*, compendio de vinte livros que constituem os conhecimentos da época sobre artes e ciências, para ser ensinado na escola fundada por Leandro, bispo de Sevilha e seu irmão. Esta obra era muito utilizada nas bibliotecas ibéricas da Idade Média:

Assim como, em cada nação, há certos monstros de homem, assim no universo há certos povos de monstros, tais o dos gigantes, os cinocéfalos, os ciclopes, etc. Os gigantes... dizem que foi a terra, com a sua mole imensa, que os gerou... Alguns, imperitos nas Sagradas Escrituras, asseveram falsamente que os anjos prevaricadores travaram conhecimento com as filhas dos homens antes do dilúvio e daí nasceram os gigantes...⁹ (DIAS, 1982: 153).

A expansão portuguesa para além das ilhas atlânticas desmoronou estas limitações lendárias, dando lugar a horizontes mais empíricos. Verifica-se que não somente havia homens nas partes longínquas do globo, mas que os homens destas partes eram fisicamente semelhantes aos cristãos ocidentais. Expandiu-se desde então a ideia de que o homem, em natureza, era um só por todo lugar. No entanto, esta nova noção de humanidade criava como base a ideia de que a unidade na espécie não excluía a variedade na raça do ser humano.

Uma sensação vaga e frágil de superioridade, mal interiorizada e mal avaliada, mas apesar de tudo justificável, surge engendrada pela consciência muito recentemente adquirida no risco, na aventura do domínio e apropriação de novos mundos, de revoltos mares, e pelo aperfeiçoamento de técnicas avançadas, inevitavelmente indissociável da vertigem dos espaços, do movimento desencravador das economias e do dinamismo próprio de uma civilização em movimento, apercebida do advento de uma nova era marcada pela travessia da superfície inóspita do mar-oceano... Tudo isto leva o europeu, e, antes de todos,

8 Pierre D'Ailly, *Imago Mundi*, redigido por volta de 1410, retirado do livro de João Sebastião Dias.

9 Santo Isodoro de Sevilha, *Ethymologiae*, ANO, citado por João Sebastião Dias, pg. 153.

o português, a protagonizar um papel de triunfador dos espaços que aferia o seu poder real pela desmesura quase inacreditável do feito... (PINTO, 1989: 65).

É importante salientar que não foi de imediato que a produção humanista assumiu as novas ópticas que os descobrimentos passaram a evidenciar frente aos valores tradicionais do conhecimento difundido até então. Pois, os descobrimentos são apenas um entre os vários fatores que contribuíram para a formação das características da renascente cultura moderna. Dos viajantes letrados, sobressaiu de início o deslumbramento patriótico e mundano, seguido, posteriormente, por uma reação científica e uma reação de pessimismo moral.

Não é certo afirmar que os exploradores e missionários portugueses eram homens de cultura superior ou de formação acadêmica regular, e menos ainda naturalistas. Mas, também, não pretendo negar, a partir da produção textual desses primeiros viajantes, uma ruptura cultural existente no setor da inteligência do homem renascentista. “No exercício da observação das coisas emergiu uma consciência intelectual, intuitiva e prática, que, não raro, afetava a cultura teórica humanista” (DIAS, 1982: 53). Em referência à este conhecimento evocado pelas descobertas marítimas, não se tratou, ao longo de todo seu curso, apenas de coleta de dados espontâneos, mas, também, de conhecimentos construídos sob novas perspectivas do pensamento humano.

Primeiramente, a grande maioria desses marinheiros que escreveu seus relatos e diários de bordo, limitou-se a coleccionar notícias interessantes ao rei, ao piloto ou aos mercadores. As narrativas enfatizavam os assuntos que diziam respeito às riquezas materiais de cada terra, às crenças religiosas de interesse do missionarismo cristão e o poder militar de cada povo, apontando, desta maneira sistemática e formalizada - à estilo de relatório - as maiores chances e facilidades de invasão e dominação dos povos e seus territórios.

Assim encontramos no recém achado diário¹⁰ do português Álvaro Velho (séculos XV-XVI) da esquadra de Vasco da Gama, marinheiro que relatou a viagem realizada de Portugal à Calicute, Índia, em 1497. No final de seu breve diário, o autor organiza uma lista de todas as cidades visitadas com uma série de números e categorias que indicam a religião, a riqueza material e o poder bélico dos povos, destacando sempre as maiores recompensas e facilidades ou dificuldades que contribuiriam para o planeamento da bélica conquista ultramarina portuguesa.

Outro reino: Caell, o qual tem o rrey mouro e a gente he xrstã e esta de Calecut por mar dez dias; este rrey poderá ajuntar quatro mjll ho-

10 Durante os três séculos e meio seguintes ao retorno de Vasco da Gama a Lisboa, as únicas fontes históricas relativas à descoberta da Índia eram livros escritos pelos cronistas oficiais do reino: João de Barros Damião de Góis, Pero Lopes de Castanheda e Gaspar Correa. Em 1834, porém, o professor de matemática Diogo Kopke e o professor de botânica Antônio da Costa Paiva, ambos da Academia Politécnica do Porto, descobriram na gaveta número 804 dos empoeirados arquivos da Biblioteca daquela cidade, este manuscrito de Álvaro Velho que, de imediato, perceberam ter sido redigido no século XVI - Nota retirada da Introdução escrita por Eduardo Bueno na edição *O descobrimento das Índias: o diário da viagem de Vasco da Gama* (Objetiva, 1998) (ver nota completa no referencial teórico).

mens de peleja e cem alifantes de guerra; aquy há mujtas perllas.
 Outro reino: Chomandarla he de xrstãoos e o Rey xrstãoo; este pode-
 ra ajuntar cem mjll homens; aquy há mujta lacra e vall duas farazalas
 hũ cruzado: e asy tem mujto pano dalgodam. (VELHO,1998: 140)

Em contraponto, esta sistemática informação dos diários acabava por dificultar que a reportagem da experiência das navegações pudesse se aprofundar em outras formas de expressão e conhecimento. Estas relações ordenadas de dados ocorre também no diário do viajante português Duarte Barbosa (?-1521) intitulada *Livro que dá relação do que viu e ouviu no Oriente* de 1518:

Meté: Em tanto que dobram este cabo de Guardafui para dentro, contra o mar Roxo, esta logo muito perto um lugar de Mouros que chamam Meté pequeno. Há nele muitas carnes. Não é de muito trato.

Dalaca: Indo mais ao diante passando este lugar ao longo da costa, está outro de mouros que chamam Dalaca, que tamém é perto de mar e donde se mais servem os abexins da terra do Preste João. Neste lugar derredor dele há muita soma de mantimento e muito ouro que vem do Preste. (BARBOSA, 1946: 34-36).

Outro texto que se enquadra nesta sistematização de informações concretas básicas, no sentido de cumprir no seu diário de bordo todas as informações que cabiam ao reinado português tomar nota, é o relato de Antonio Tenreiro, Cavaleiro de Cristo que viajara a pé por muitas cidades ao longo da Pérsia e da Tartária. Este viajante português nos serve como um bom exemplo de um explorador que ordenou seu diário a partir de informações que experienciou ou comprovou de alguma outra maneira, colocando em xeque as antigas lendas que compunham a história dos respectivos locais por onde passava:

Capítulo XXI - Como parti da cidade de Tabriz, e de algumas coisas do caminho:

E logo ao outro dia caminhamos duas jornadas e chegamos a uma aldeia grande, que é habitada de cristãos, Franges da nossa mesma lei e costume. São gentes alvas como nós, vivem por lavouras e criações de gados. Toda esta comarca da terra é habitada destas duas nações de cristãos, e alguns poucos mouros persianos. É terra muito fria no Inverno e de serras muito altas que correm para a banda do norte, onde me disseram que estava a arca de Noé, e me amostraram a serra e a arca, que tudo estava coberto de neve. Eu não vi outra coisa salvo neve, ainda que comigo aporfiavam que olhasse bem, e que a veria clara; mas eu não vi mais. E por ir um pouco mal disposto dos olhos não podia bem olhar. Assim me disseram os cristãos daquela aldeia que era verdade, que à dita serra subiam cristãos, clérigos e religiosos, e que traziam paus da dita arca e sinais dela (TENREIRO, 1980: 58).

No trecho acima, o viajante nos apresenta a cidade onde se diz estar localizado os

restos da Arca de Noé. Em sua observação, Tenreiro identifica o quanto que o dito não condiz com suas vistas, verificando a impossibilidade de se afirmar tal coisa. Tenreiro se aproxima das passagens lendárias como nas viagens maravilhosas de Marco Polo do século XII, no entanto, as lendas são investigadas por Tenreiro e não representadas como a história verdadeira, conforme colocado por Marco Polo em seus relatos. Associando ao seu relato uma descrição mais realista, sempre apoiado em fatos *a priori*, o viajante português realiza uma descrição de acordo com os limites que a observação direta dos objetos pre-dispõe à sua vista, no intuito de concretizar um itinerário submetido à forma da verdade experimentada.

O texto de Tenreiro se caracteriza, principalmente, pela divisão e organização sistemática das informações das terras que apresenta em cada capítulo e pelo método descritivo de alto nível experimental que realiza sobre essas regiões. Descreve-se, sistematicamente em cada capítulo de seu *Itinerário* (1529), as regiões e os povos observados através das respectivas vestimentas, armas de guerra, religiões, alimentação, costumes dos reis, habitações populares, riquezas e pobreza materiais.

Percebemos até aqui que há, de fato, um relativo contraste entre os processos e ideais culturais dos homens de gabinete e os dos homens do mar ligados às atividades práticas da vida ultramarina. Avançando para além desta prática de escrever aquilo que foi observado na experiência vivida num dado local, gradativamente, alguns relatos começaram a se destacar pela realização de uma sistematização mais densa da experiência, que a observação da natureza mais realista prouve ao intelectual e aventureiro ser capaz de registrar. Este avanço contribuiu, de certa maneira, para a formação de diversos campos do conhecimento que surgiram com o advento da cultura científica ocidental: são os casos da astronomia, da geografia, da história, da engenharia e das ciências naturais¹¹, por exemplo.

Entretanto, não é justo transformar os descobrimentos e navegações na revolução científica que consistiu na formação da álgebra e da geometria analítica, na mecânica de Galileu, no sistema do mundo de Copérnico e Kepler, na anatomia de Vesalius e Amato Lusitano ou na metodologia cartesiana. No entanto, essas revoluções não teriam sido possíveis sem as mudanças de mentalidade e de conduta que forjaram a expansão oceânica e nela se forjaram. As viagens, sobretudo marítimas e, também, as terrestres, sob as novas relações de escala mundial construídas, foram realizadas e tecidas com a ferramenta mental que foi, aos poucos, sendo aprimorada: a escrita, raciocínio gráfico dos viajantes, foi um das ferramentas mais destacadas por servir de meio para se pensar nas tentativas de reorganização das experiências e dos novos saberes adquiridos, traduzindo as novas maneiras de pensar, sentir e operar.

Assim, alguns portugueses e espanhóis influenciados pelas correntes científicas da época se preocuparam em levar e trazer, dos continentes que descobriam objetos, plantas, animais e minerais como amostras das terras estranhas por onde percorriam. Com uma nova e exuberante realidade ao alcance, os eruditos, que antes só observavam os objetos dos gabinetes de antigüidades isoladas do contexto, mudaram aos poucos o seu ponto de vista e os critérios de valorização da natureza.

As plantas, os animais e os minerais passaram a ocupar, então, um espaço mais

11 Para saber mais a fundo sobre o desenvolvimento de cada uma dessas áreas ver *Da história-Crônica à História-Ciência* de Joaquim Barradas de Carvalho (Livros Horizonte Ltda., 1972).

significativo nos relatos, assimilando verdadeiras pesquisas dos objetos da natureza através de suas próprias características apresentadas em seus locais de origem. Há nestes relatos uma assimilação muito maior do espaço experimentado, baseando-se num número considerável de elementos diferentes para compor a descrição realista do espaço alcançado, sem a necessidade da natureza ser referida a um símbolo ou a uma autoridade antiga e espiritual.

Nestes relatos que vão se apegando a um cunho mais científico na produção de informações, um olhar mais descritivo começa a se sobrepor, comedido e desmedido, intensificado pela dinâmica dos descobrimentos, empolando, progressivamente, a produção de textos que se sustentam numa abordagem cognitiva múltipla para constituir a máxima realidade espacial que a narrativa podia oferecer. Por esta influência, criou-se um novo modelo descritivo, resultante da adaptação e ampliação às novas percepções intelectuais: a descrição científica, amparada pelo *de situ*, para descrever a natureza em termos realistas, adquirindo, assim, um conhecimento mais palpável sobre os outros lugares (CRISTÓVÃO, 2006, 208).

Se o modo de observar se torna mais científico, também a linguagem se torna mais denotativa. Não foi perdida totalmente a atitude de maravilhamento, mas, num grande número de relatos a partir da virada deste século XVI, foi-se, aos poucos, perdendo o encanto que a metáfora possuía, assumindo os textos, cada vez mais, a forma de tratados ou de relatórios científicos para públicos cada vez mais especialistas. Nesta perspectiva, as narrativas sobre os acontecimentos da expedição de alguns viajantes concentraram-se nas descrições específicas sobre os objetos da natureza, incluindo os estudos sobre os costumes do homem: intensificam-se os estudos sobre a fauna, a flora, a geografia, a história das descobertas e, também, os estudos dos tipos antropológicos.

O homem no Renascimento foi excessivo, tanto para o bem, quanto para o mal. O conhecimento se estruturava a partir de um campo vasto, formado de conhecimentos destinados a criar eruditos. Por começar a apresentar, sucintamente, algumas das obras que seguiram os passos do desenvolvimento da ciência experimental que se filiam ao grande movimento de viagens e descobrimentos dos portugueses, relevamos a obra intitulada *Esmeraldo de Situ Orbis* (sua possível redação é situada entre 1505 e 1508) escrita pelo viajante Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), cavaleiro da casa d'El-Rei D. João II e cosmógrafo mor do reino português.

Nesta obra encontramos a preocupação deste viajante mencionado com relação às suspeitas informações dadas pelos viajantes e pensadores mais antigos. Esta obra de Pacheco se destaca por apresentar os conflitos entre as observações *in locus* por ele realizada com as informações dadas por antigas autoridades do conhecimento resgatadas pelos humanistas de sua época. Duarte Pacheco contrasta o conhecimento obtido por ele nas suas viagens às regiões tropicais contra as informações dadas no *Tratado de Geografia*¹² (150 d.C.), por exemplo, que foi escrito, anteriormente, por Cláudio Ptolomeu, astrônomo grego do século II, que, por sua vez, também se preocupou em descrever as mesmas regiões tropicais que Duarte Pacheco percorreu.

A concretização de sua experiência é representada por uma linguagem prosaica

12 Publicado e traduzido por Pedro Nunes (cosmógrafo-mor do reinado de D. João III) em 1537.

não tão concisa e metrificada quanto o conhecimento que deseja adquirir. Sua obra é composta de um variado número de elementos que vão desde as informações geográficas, técnicas de navegação, até as narrativas de passagens históricas cujos traços se ligam bastante às crônicas medievais: “Porque os escritores que daquelas partes falaram, escreveram delas tantas fábulas. Ptolomeu escreve, na pintura das suas antigas tábuas da cosmografia, o Mar Índico ser assim uma lagoa / apartado por muito espaço do nosso mar Oceano Ocidental, que pela Etiópia Meridional passa.” (PEREIRA, 1991: 440).

Duarte Pacheco revela-se um devoto do conhecimento proveniente da experiência. Esta devoção devia-se, sobretudo as manifestações de falsas descrições que as “fábulas” das antigas autoridades que o viajante português desconsiderava como verdade empírica. Com o desenvolvimento desses contrastes é que, aos poucos, tornou-se comum no século XVI registrar um sentimento de superioridade dos navegantes em relação aos humanistas que preservavam o conhecimento dos antigos sem os questionar. Entretanto isto não é motivo para romper de vez uma leitura que se atente para os laços iminentes que o humanismo e a experiência das navegações apresentaram. Segue este exemplo as obras que demonstraram que o conhecimento científico podia e devia partir da conciliação e do mútuo desenvolvimento entre os exercícios teóricos e práticos do saber.

Verifica-se, também, uma relação mútua entre os humanistas e os viajantes através das *Cartas e Roteiros* de D. João de Castro (1500-1548), vice-rei da Índia. Suas cartas foram enviadas ao rei D. João III, e nelas se destaca um espírito de investigação e interesse científico que levava este viajante sempre a tentar descobrir a razão das coisas. Seus esclarecimentos sobre as aplicações das teorias e instrumentos criados pelo cosmógrafo mor do reinado de D. João III, Pedro Nunes (1502-1578), já citado aqui, não deixam dúvidas quanto à existência de uma poderosa troca de diferentes horizontes de saberes, seja ela teórica ou prática, a realidade é que ambas estavam sendo modeladas pela nova cultura científica europeia: “... trarei aqui as razões que de uma parte e outra tenho compreendido e alcançado com o instrumento de sombras inventado pelo Dr. Pedro Nunes..., pelo que será justo darmos fé a instrumento de tamanha autoridade, e o que por ele se achar haver de ser o certo”¹³ (FRAGA, 1976: 69-70).

Pedro Nunes foi, sobretudo, um matemático e um cosmógrafo de gabinete. No seu *Tratado da Esfera*, publicado sob o alvará de D. João III no ano de 1537, Pedro Nunes traduziu do latim para o português os saberes de Ptolomeu (séc. II), do cosmógrafo inglês João Sacrobosco (séc. XIII), além de outros dois breves tratados escritos por ele próprio sobre os problemas e as dúvidas de navegação levantadas por Martim Afonso de Souza em suas viagens¹⁴. Após estudar, apresentar e solucionar os casos, ele explica: “satisfiz eu a estas dúvidas por palavra o melhor que pude; e todavia determinei de escrever o que nisso me pareceu, porque se não perdesse meu trabalho em cousa que, segundo eu estimo, é a principal parte para quem deseja saber como se há-de navegar por arte e por razão” (NUNES, 1537: 4-5).

Portanto, encontramos na relação dessas duas figuras marcantes da história por-

13 O trecho de D. João de Castro, *Roteiro de Goa a Suez*, foi retirado da obra de Maria Tereza de Fraga, pp. 69-70.

14 Os dois tratados de Pedro Nunes, que se encontram dentro do *Tratado da Esfera*, se intitulam *Tratado em Defensam da Carta de Marear* e *Tratado de certas dúvidas de navegação* (1537).

tuguesa um passo à frente em relação ao avanço para uma busca mais sistematizada do saber científico, partindo da combinação da prática com a teoria, da visão com a palavra, ou seja, da arte com a razão. Neste sentido, não devemos analisar o humanismo e a experiência das navegações como dois fatos isolados, mas, sim, através da maneira como se colaboraram através do exemplo de D. João de Castro, que passa a obter novos resultados acerca da aplicação das teorias de Pedro Nunes sobre as artes de navegar, unindo, sob a mesma razão da natureza, o homem, os experimentos e os cálculos científicos na construção do conhecimento.

Neste diálogo entre humanismo e experiência que se baseia numa abordagem múltipla de saberes no entorno de um determinado espaço, é interessante observar na curiosíssima obra *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, publicada pela primeira vez em Goa no ano de 1563, escrita pelo viajante e médico português Garcia de Orta. Percebe-se nesta obra o quanto a linha do pensamento moderno se manifesta, provocando o envolvimento de uma interpretação mais cética em relação a verdadeira cientificidade, mesclado com uma perspectiva universal de uma cultura científica baconiana, interessada amplamente nas observações universais da existência humana.

Sem a preocupação retórica de obter uma linguagem ornada e bela em sua obra, Garcia de Orta revela seu cepticismo e sua dúvida metódica diante de Ruano, docente de medicina de uma universidade ibérica da qual Orta era proveniente. Nos diálogos entre esses dois médicos, Orta demonstrava maior conhecimento e habilidade de discussão em relação à Ruano e à outros filósofos e viajantes, em virtude de suas viagens à costa indiana, experiência que aqueles não possuíram de fato. Como um Sócrates, Orta afirmava seu desconhecimento sobre algo que deduzia estar errado: “Dizem tantas cousas incertas deste animal (a propósito do Unicórnio), que, por não as saber bem, não as queria contar; porque as pessoas que mas contam, não as contam como testemunhas de vista”¹⁵ (PINA, 1959: 13).

Ademais, Garcia de Orta era seguro na defesa da verdade. Ele procurava as plantas, observava-as, descrevia-as de modo conciso e não descuidava do lado prático do seu emprego. Quando não podia experimentar, procurava boas testemunhas para construir os fatos necessários para uma boa interpretação científica: “E porque nam cuideis que ha alguma pouca quantidade delle em Judéa e Palestina, vos digo que faley com Mouros e Judeos, e que o compravão pera o levarem pera sua terra por mercadoria; logo não he de crer que o comprassem pera Palestina, se lá ouvesse outro melhor, como dizeis” (ORTA, 1891: 105).

Aquí e ali, no diálogo com outros homens, junto de seus doentes, de outros homens práticos como os navegantes e os comerciantes, coletava informações sobre drogas e substâncias das quais “suspeitava a existência”, não se precipitando na crença das informações dadas nos livros dos grandes tratadistas da antiguidade (PINA, 1959: 15). Nos seus *Colóquios* a estrutura dialogal favorece uma narrativa menos sistemática que se encontra nos tratados e nos diários anteriores. O diálogo permite que seja expresso de forma mais aberta e espontânea o novo conhecimento que se pretende construir.

Pouco se sabe acerca da vida de Garcia da Orta. Nascido por volta de 1500, Orta

15 Garcia de Orta, *Colóquios do Simples e Drogas e Cousas Mediciniais da Índia*, pg. 379, vol. II, citado por Luis de Pina, pg. 13.

estudou medicina nas Universidades de Salamanca e Alcalá de Henares. Em 1534 parte rumo ao Oriente na esquadra de seu “amigo de infância”, o navegador Martim Afonso de Souza (FICALHO, 1983: 35). Em seu livro, Garcia de Orta não deixa de expor a confiante e valorosa contribuição que a experiência interocênica fornecida pelas navegações lhe proporcionou: “Não me ponhais medo com Dioscorides, nem Galeno; porque não ey de dizer senão a verdade e o que sey...” (ORTA, 1891: 105).

Conde de Ficalho, historiador português do século XIX e um dos maiores estudiosos da obra de Garcia de Orta, ao falar da obra e do autor em destaque, revela: “O que dá ao livro de Orta uma feição particular é a sua natureza de especialista; e, dentro da especialidade, a sua qualidade de erudito. Onde os outros apenas observam, com melhor ou pior critério naturalista, ele esclarecia as suas observações à luz de uma erudição vasta e segura”. Mais adiante ele acrescenta: “Entre os viajantes era um erudito; entre os eruditos era um viajante. Dos que viram, diferenciava-se pelo que tinha lido, dos que leram, pelo que tinha visto” (FICALHO, 1983: 22-23). Orta duvida, mas procura certezas. Suspeita das autoridades, sempre explicando o porquê das coisas. Volta-se, constantemente, às fontes humanistas, emendando sua experiência nas informações falsas, procurando, deste modo, iluminar uma verdade experimental.

A coluna vertebral de sua obra são as matérias de botânica oriental. Para isso Orta destaca que explicar as plantas por si só não é o suficiente para fornecer um verdadeiro estudo de botânica. Para o desenvolvimento destes estudos, Orta sugere uma expressão construída pela base de diversos campos do conhecimento, adquirindo assim diferentes e encadeadas informações sobre um determinado objeto da natureza. Portanto, para o estudo de uma planta o médico português valoriza a interpretação humana da natureza, tentando entender, deste modo, como os homens faziam uso e enxergam o funcionamento dela: “e mais vy qua usar a um fisico gentio do gran Soldão Badur, rey de Cambaya, por mézinha familiar e benedicta, tomando talhadas das folhas da *herba-babosa* cozida com sal dentro nellas, e deste cozimento dava a beber oito onças...” (ORTA, 29: 1891). Talvez a proposta de Orta abra um curioso campo da Etno-Botânica, falando não só das plantas, mas das experiências que os homens e sua história construíram no entorno delas, pois, a história das plantas também é a história dos homens.

É através do diálogo com o outro que os *Colóquios* de Garcia da Orta nos revelam o significativo valor que possui as plantas e os costumes medicinais orientais, por exemplo, valorizando com recursos narrativos da ironia a atrasada realidade das frágeis universidades ocidentais que ainda constituíam no ensino o aprendizado dos tratados antigos embasados no *organum* aristotélico, descobrindo a natureza não por experiência, mas através de métodos de dedução e indução, armazenando, por isso, um punhado de informações lendárias e sem base empírica para responder sobre outras realidades.

Por isso, algo interessante para o leitor contemporâneo que entra em contato com estes colóquios é atentar para uma análise da potência interdisciplinar que Garcia de Orta constrói ao aliar a matéria botânica às diversas questões culturais e intelectuais como a edificação de uma História Natural mais densa, partindo do entendimento experimental de conhecer os costumes, as crenças e os climas ambientais, para melhor construir o conhecimento científico das plantas que na época não tinham um sistema de classificação conciso, muito menos qualquer estrutura que possibilitasse algum tipo de estudo fisiológico em que permitiria o médico entrar mais a fundo nas suas pesquisas biológicas.

Contudo, a ponte estabelecida entre essa documentação de relatos científicos fi-

liados às descobertas com os tratados científico-acadêmicos sobre experimentalismo, está justamente no interesse de ambos no resgate de uma lógica universal que se fundamentasse enquanto princípio gerador do conhecimento da natureza.

Este ideal de uma lei experimental universal já era estudado por Rogério Bacon (1214?-1268) desde o século XIII. O frade franciscano destacava a importância que se devia reservar à observação e à experiência, isto é, à constatação de fatos externos que podiam provar opiniões e teses firmadas na realidade. Em *A ciência experimental* (1251) declara que essa observação em si não basta, ela deve ser ordenada e acompanhada pela matemática e geometria, porque são elas, sem dúvida, que “formulam as leis e os princípios que conduzem à explicação racional dos fatos e das coisas do mundo” (BACON, 2006: 33).

Nesse sentido, o frade já trilhava nos caminhos que, séculos depois, Francis Bacon (1561-1626), no seu *Novum Organum* (1620), trilhou mais a fundo, criticando a filosofia anterior por sua esterilidade em relação à escassez de resultados práticos para a vida do homem. Francis Bacon desejou que a ciência servisse à humanidade, mais especificamente na sua luta permanente com a natureza, deixando de ser ela concebida simplesmente como contemplação de uma ordem de coisas eternas e perfeitas, supostamente criadas por alguma divindade.

Nascia, aos poucos, uma cultura científica baseada na razão, libertando-se daquilo que Francis Bacon chama de “ídolos” e noções falsas (BACON, 1999: 66). Estava lançado, assim, o espírito da cultura moderna, baseado no princípio de desocultação e do livre exame. Será também neste quadro de atitude desassombrada que emerge a crítica ao princípio da autoridade, bem como a reclamação da autonomia crescente da ciência perante os domínios da fé.

Com base neste embate é que a obra do médico e filósofo português Francisco Sanches (1550?-1623), intitulada *Que nada se sabe*, de 1581, alerta que nem a autoridade dos homens, nem a autoridade da fé jamais podem definir o espírito da ciência, porque “os homens são falíveis, não podendo o conhecimento estagnar nas suas ilusões de saber absoluto e fechado em sistemas, enquanto que no caso da fé, sua base consiste no domínio da crença, sendo a da ciência é o da verificação experimental” (SANCHES, 1999: 85). Para esse pensador português, portanto, a ciência é filha de um espírito livre do exercício do engenho impelido pela dúvida metódica, que se assume como expressão da dinâmica de um “não-saber”, sem pretender chegar à definição concreta dedutiva como intencionada pela radicalismo cartesiano.

Para Sanches, o conhecimento perfeito, seria aquele da natureza intuitiva, pois traduziria uma perfeita adequação entre o sujeito cognoscente e a coisa conhecida. Tal adequação, a ser possível, implicaria na desnecessidade da radical perfeição das qualidades do corpo e do espírito. Assim, ele ressalta que a imperfeição humana e a complexidade da natureza nos incapacitam para a ciência perfeita. Sanches já apontava isso nos aforismos de Hipócrates que diziam respeito à incompleta sabedoria provinda mesmo das observações mais realistas, firmando que nada se sabe, pois, partindo que das observações seguem-se as suposições para fechar a interpretação que gera o conhecimento final, toda a ciência é uma ficção, possuindo o limite de apenas supor uma definição. Para Sanches, supor não é saber, mas fingir, e, por isso, acrescenta que de suposições nascerão ficções, e não ciência.

O surgimento desse debate situa-se na conquista decisiva do sentido crítico que

o espírito científico tomava o pensamento humano ocidental nesta época. Verifica-se, então, uma linha de metamorfoses que se processou no campo da inteligência humana que levou a pôr em causa os saberes teóricos tradicionais, os processos de análise e os seus critérios de certeza. O experimentalismo só se despontou quando a experiência primária da crítica já tinha preparado seu campo de atuação e se empenhava a fundo na construção de um novo espaço mais significativo para seu desenvolvimento. “Neste contexto histórico, encontramos uma teoria da experiência nas escolas de Paris, Oxford e Pádua, e encontramos-la depois nos cientistas italianos e alemães ainda na época do Renascimento” (DIAS, 1982: 112).

Antropologia e Paródia

O que é mais interessante no século XVI é a facilidade com que se percebe uma gradativa mudança de tom e inflexão que evidencia os textos escritos, construídos sob uma prontidão em voltar-se contra si mesmo para questionar e negar tudo o que foi dito antes e transformar a si mesmo em um largo espectro de vozes harmônicas e dissonantes.

Assim, no decorrer das viagens e de certo amadurecimento dessas empresas marítimas, eis que surgem ainda no século XVI, mesmo em números bem razoáveis, relatos que tentaram trabalhar as questões culturais que favoreceram à uma abertura representativa para o início dos estudos da antropologia.

Com as coisas, os viajantes encontraram também os homens, e tal contato fez manifestar as diferenças de civilização, costumes e crenças em relação à mentalidade ocidental da época. Já apontava Geertz, nos seus estudos contemporâneos de antropologia, que “a mente não é algo hermético” e sempre está passível de transformações (GEERTZ, 2008: 41). É esta uma das mais profundas lições que a viagem pôde oferecer à estes viajantes: tempo para aprender sobre eles mesmos, sendo capaz de verificar do quanto são capazes de se apropriar dos valores culturais e dominar, violentamente, outros grupos desconhecidos.

Portanto, cabe afirmar que certas mudanças já ocorreram nas primeiras décadas do século XVI, quando surgiram obras que foram se tornando capazes de evidenciar os problemas não só científicos, mas, também sócio-culturais problemas estes intensificados pela experiência das viagens ao Oriente, resultando numa nova maneira de pensar do homem renascentista, em que o eu descobre o Oriente. Tudo isso resulta numa nova maneira de se pensar o outro.

A alteridade cultural será um tema constante desde o momento em que as relações humanas começam a ocorrer com a crescente viragem global antropológica, pois o encontro de populações antes distanciadas “nunca mais atingirá tal intensidade, se é que esta é a palavra adequada. O século XVI veria perpetrar-se o maior genocídio da história da humanidade. Mas, não é unicamente por ser um encontro extremo, e exemplar, que a descoberta é essencial para nós, hoje” (TODOROV, 1983: 06).

Em trabalho clássico, Anthony Pagden analisa as mudanças que afetaram a compreensão das sociedades humanas desde o século XVI, que passou de uma psicologia individualista a uma sociologia ética baseada na observação empírica, o que resultou num “maior relativismo antropológico” (PAGDEN, 1995: 107). Do contato com o exótico,

surgiu um alargamento do conceito homem-outro, centrado na compreensão da natureza do homem através da diferença sócio-cultural em evidência.

Assim, uma reação pessimista ao que parece, na metade do século XVI, se sobre pôs, crescentemente, ao sentimento de progresso proveniente das experiências proporcionadas pelas empresas ultramarinas. O ser de “peito ilustre lusitano”, passou a ser relativizado, confundindo-se com as lamentações do “Velho do Restelo”. O Oriente passava assumir as proporções de um crescente desengano. A glória da ação dos portugueses no mundo sucumbiu diante do espetáculo da decadência ultramarina. As comparações entre as diferenças permitiram ao viajante enxergar o homem ocidental sob o mesmo patamar da natureza dos outros homens. Não havia mais milagre, riqueza, verdade ou sorte.

Os naufrágios, as doenças, as traições, as adversidades e sofrimentos de toda a ordem expuseram o confronto entre a morte do próximo com o risco da própria sobrevivência. Os apuros econômicos e políticos do reino, o abandono das praças, a decadência do império com o assalto das possessões ultramarinas pelos holandeses, ingleses e franceses dissipou as ilusões da grande potência lusitana.

Luís de Camões (?-1580), que não deixou de percorrer os mares e continentes que foram palcos dessa decadência marítima portuguesa, canta a partida da esquadra portuguesa de Vasco da Gama em *Os Lusíadas*, publicado em 1572, exaltando não só a tristeza de todos em função da partida dos marinheiros, mas mostra o descontentamento de um velho já experiente dos percursos da vida e que se lamentava com o envio da esquadra, manifestando o espírito cruel de mandar portugueses à Índia por vã cobiça:

94

Mas um velho de aspecto venerando,
(...)
Com um saber só de experiências feito,
Tais palavras tirou do experto peito:

95

- Ó glória de mandar! Ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos fama!
Ó fraudulento gosto que se atixa
Com uma aura popular que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas!

99

Já que nesta gostosa vaidade
Tanto enlevas a leve fantasia,
Puseste nome esforço e valentia,
Já que prezas em tanta quantidade
O desprezo da vida, que devia
De ser sempre estimada, pois que já
Temeu tanto perdê-la quem a dá.

104

(...),
Mísera sorte! Estranha condição!

(CAMÕES, 2002: 139-141)

Apesar da estrutura épica, este trecho acima apresenta a partida da viagem através de um teor mais crítico, pois, a experiência de uma viagem não foi, na maioria das vezes, um resultado positivo e pacífico em detrimento do terrível contato ocorrido entre os homens estrangeiros desde então. A experiência suficiente para despertar uma noção de respeito ao valor do outro, não é algo materialmente pronto de imediato para ser construído e aplicado. Esta capacidade de relativizar que pode ser despertado no viajante, respeitando outras culturas e deixando de impor seus desejos e valores como meta e verdade absoluta, é um processo que requer muita paciência, experiência e história por parte do viajante.

A dificuldade aumentava com a inserção do viajante já dentro de um sistema de relações hierárquicas corruptas, deterioradas não só pelo desrespeito e pela destruição das cidades conquistadas, mas também pela destruição do próprio povo que, de saque em saque, perdia sua honra e dignidade diante da cobiça prevista pelo Velho do Restelo desde que as primeiras naus partiram de Portugal.

Esta será umas das principais características do surgimento do espírito moderno: o diálogo e/ou a representação narrativa de outra voz que contrasta e diversifica a voz, a escrita e a ideologia normatizada sob os preceitos morais do reino. Nesta perspectiva realista, em apresentar as outras características da colonização, seu lado negativo associado à ideologia nacional, também vale a pena citar *O Soldado Prático* de Diogo do Couto (1542-1616), publicado em 1556. Nesta obra, as múltiplas ideologias se confundem através das vozes dissonantes que carregam o registro de uma realidade muito mais degradante do que àquela que se costuma registrar. Fazem do espaço que ocupam um lugar mais dramático em função da participação efetiva na narrativa de uma voz que contraria as vozes que cumprem as versões históricas oficiais do reino.

Assim é caracterizada a cansada voz do *Soldado Prático* (1556) de Diogo do Couto (1542-1616), que expressa a dor e o terror da realidade portuguesa no processo de colonização através de diálogos que realiza com o despachante do vice-reino e com ex vice-rei da Índia, cujos nomes não são mencionados. O velho soldado português, destaca sua experiência de lhe dar com a vã cobiça enraizada nesses homens itinerantes. Admite ao despachante que para colher esta visão crítica foi preciso, ao longo de sua vida, a experiência de ver pelo oriente as corrupções e outras malvadezas que realizavam seus superiores. Esta experiência o levou a exaltar o homem prático diante dos homens de gabinete, os quais não conheciam a realidade e achavam que tudo corria maravilhosamente sem injustiças.

O soldado prático favorece, desta maneira, à verdadeira realidade imputada no ponto de vista de um homem prático, ou seja, de um homem “viajado”, experiente, determinado a expressar os verdadeiros ângulos das situações que havia vivenciado:

Soldado: “Assim é, Senhor, e daí vem os reis não serem sabedores de muitas cousas importantes ao bom governo de seu reino, assim polas não verem, porque não pode ser verem tudo, como polas não praticarem com quem as tratou, viu e apalpou; porque o que mais falta aos reis é quem lhe fale verdade nestas cousas” (COUTO, 1954, 15-16).

Soldado: Pola boca dos pequenos descobre Deus muitas vezes grandes segredos, que encobriu aos grandes e sabedores. Aí não há mais alta filosofia que a verdade. Esta, dita pola boca de um tão pequeno como eu, faz os mesmos efeitos que houvera de fazer sendo pronunciada pola dos sabedores da terra; e neste negócio não me fundo mais que na verdade; que ela é a que dá fala a mudos e ensina os ignorantes; e por isso irei com as matérias por diante (COUTO, 1954: 68)

O discurso se caracteriza por um tom de desabafo do velho soldado. O timbre do soldado de Couto soa como uma artilharia de argumentos contra a desonra cristã dos portugueses do alto escalão, por se comportarem sob cruas verdades contra os estrangeiros e contra a própria base do povo português em expansão no Oriente.

O duplo emprego de Diogo do Couto como guarda-mor e cronista era uma tarefa muito absorvente e até muito arriscada. O trabalho de passar e repassar arquivos oficiais do vice-reino da Índia criava constantes conflitos e inimizades, pois, a nível documental, todos queria parecer o que não eram, e Couto, como era um homem rígido e honesto, preocupava-se em dar cada verdade à seu dono. Por isso, seu gosto de escrever a história era envenenado por muitos desgostos que tinha com soldados e capitães, por fazer verdade, evidenciando as falsidades, os abusos e as perplexidades das certidões.

Se o ofício de tabelião das escrituras lhe criava muitos inimigos, o de cronista dos feitos do Oriente não menos, pelo choque que causou a linha austera da sua história. Alguns contatos primordiais salvariam Couto de ser demitido dos cargos que ocupou. Para dar idéia das inimizades que criava com os capitães do reino, seu *Soldado Prático*, que escreveu ainda em tempos de D. Sebastião, foi furtado antes de tê-lo aperfeiçoado.

O diálogo se submete à tarefa da correlação e da descoberta mútua das linguagens e das vozes que por elas se expressam. No século XVI, o diálogo se tornou uma forma escrita bastante recorrente de se construir o debate de variados temas, possibilitando a reorganização das idéias antes prevalecidas e o desmascaramento das linguagens sociais e das ideologias vigentes, experimentando outras palavras e outras visões de mundo.

Em muitas dessas obras, os diálogos se integram como tema organizacional explícito, num texto esquematizado de acordo com uma peça de teatro, composta de personagens que se comunicam entre si. Porém, esta integração ocorre em níveis diferentes de dramatização do discurso. A estilização da paródia, por exemplo, que foi se manifestando gradativamente como forma de expressão e de denúncia ideológica através dos textos¹⁶, representa um diálogo, uma língua e uma voz diferente que é pensada, pesada e intencionalmente integrada a narração do escritor, superando o estranhamento através do domínio literário das representações destas línguas e vozes estranhas e tornando explícito a simples e frágil estrutura da linguagem direta, impura e não elaborada do autor

16 Assim formulada, essa exigência é, com efeito, imanente à idéia do gênero romanesco, que determinou a evolução criativa da variante mais importante do grande romance da Idade Moderna, a começar por Dom Quixote. [...]. Na base da exigência de que o romance deva conter a plenitude das linguagens sociais da época, encontra-se uma percepção correta da essência do plurilinguismo romanesco. Toda linguagem só se revela em sua originalidade quando é correlacionada a todas as outras línguas integradas numa mesma unidade contraditória do devir social. Nota retirada de Mikhail Bakhtin, *Questões de estética e literatura*, p.201 (ver nota completa no referencial teórico).

da narrativa.

Nesta representação literária moderna da paródia, portanto, estão inseridas os diálogos integrados entre diferentes línguas e vozes que se contrariam e se anulam em função dos graves perigos e desapontamentos que a realidade palpável das coisas causavam à alguns intelectuais. Este é o ambiente de *Peregrinação* (1614) escrita pelo viajante português Fernão Mendes Pinto (1510?-1584?). Sua viagem geográfica está marcada por toda parte do Extremo Oriente, sua narrativa, no entanto, registra suas viagens de modo a dialogar e revestir sua narrativa de outras roupagens ideológicas.

Fernão Mendes Pinto utiliza a paródia para manifestar a crua realidade que experimentou nas viagens, mostrando-nos a frota portuguesa sendo recebida à homens de bundas amostras, como exemplo dos momentos de desprezo dos quais os portugueses eram frequentemente recebidos naquelas partes. Uma paródia que vem mostrar que a realidade é justamente aquela voz que parece ser engraçada ou brincalhona, mas, que na realidade não é:

[...] parece que conhecendo que eramos Portugueses, a quem não tinham boa vontade, nos mostrarão de cima do chapiteo, fallado com pouca cortesia, o trafeyro de hum cafre, & fobre iffo com muytos tangeres de trombetas & tambores & finos derão hũa grande grita & apupada a modo de desprezo & ecarneo, como na verdade então fazião de nós, de que Antonio de Faria fe moftrou affaz afrontado (PINTO, 1614: 225).

Um relato parodiado que coloca em xeque tudo aquilo que não fora dito antes por aqueles viajantes intelectuais que fundamentavam seus trabalhos em puras observações empiricamente reais, nos quais tantas outras verdades deixaram de ser consideradas. Seu preconceito e seu desconhecimento andam constantemente ao seu lado, como dois tripulantes de seu grande barco expressivo. Estes dois fatores são praticamente a causa do espanto por qual Mendes Pinto tanto presencia. Seu contato com uma realidade mais tensa resulta numa paródia evocada por ele para explicar esta espantosa realidade por qual se deparou, diferente daquela realidade imputada pelos heróis registrados durante toda cronística oficial produzida sob o controle do reino português.

Misturando-se às carnificinas dos eventos rituais, aos naufrágios e temporais provindos da fúria misteriosa da natureza e aos perigos da própria fala e do próprio comportamento, Mendes Pinto, viajante lírico e aventureiro épico, se arrisca em sensibilizar-se o suficiente para sentir e julgar o próprio jeito português decadente de ser e colonizar, dando nos a impressão de uma realidade ridícula, cheia de ganância, roubos, imoralidades da qual ele mesmo ajudou a construir.

Fernão Mendes Pinto proporciona aos leitores, uma sátira composta de viagens cheias de aventuras e desventuras do começo ao fim. Isso faz da *Peregrinação*, publicada postumamente em 1614, parecer ser, nos quinhentos, uma das narrativas mais arrojadas em termos literário e antropológico.

Das contradições dos elogios seguidos de saques realizados pelos mesmos heróis do descobrimento, Mendes Pinto retira sua sátira, preenchida do seu próprio reconhecimento enquanto português, viajante e saqueador - “Nascida de hũa certa vaidade

que a nossa nação Portuguesa tem consigo, a que não sei dar outra razão se não ter por natureza ser mal sofrida nas cousas da honra...” (PINTO, 1614: 135). Raramente ele é honesto no sentido da expressão, porém, vale ressaltar que seus artifícios satíricos são um aspecto dentre os vários da sua diversificada obra-prima. *Peregrinação* tem afinidades literárias “com os profetas bíblicos da Antiguidade que anteviram o reino de Deus na Terra, com as viagens imaginárias dos tempos clássicos, com as peças teatrais chamadas moralidades da Idade Média, com as crônicas dos Descobrimentos e com a literatura utopista do Renascimento” (CAATZ, 1981: 07).

Sua utopia é fundada na teologia judaico-cristã, que ensina que a benevolência de Deus é o único caminho para a feliz convivência humana. Isso não quer dizer que devamos reduzir sua obra ao mero caráter religioso ou utópico, muito pelo contrário, pois, tanto a religião quanto as utopias descritas e imaginadas servem à moldura satírica de seu texto como ideologias completamente contraditórias em relação às vontades do homem.

Fernão Mendes Pinto preocupava-se sobretudo com os portugueses, cuja missão de conquistar e converter foi, na sua perspectiva, um ideal falso. Assim se fez sua missão de evidenciar o problema e apontar as necessidades de reformas sociais, dedicando a obra à seus filhos e indicando-a como uma contribuição do conhecimento proveniente de quem viajou, observou e aprendeu pelas afastadas “pestanas do mundo”.

A narração de Mendes Pinto é livre de interesses metódicos e materiais. Escrita depois de ter vivida a experiência da viagem, este peregrino entrega-se deslumbradamente ao ato de ver, do qual nunca se cansa. Para ele os objetos de caça que os viajantes ocidentais tanto procuravam, ao sustentarem a ideia de riqueza fácil e imediata não eram considerados as únicas atrações do Oriente desconhecido. Parte de sua atração situava-se em todas as coisas que o envolviam, levando sua visão à realidade das outras populações que o cercavam, recorrendo a uma descrição detalhada no sentido de buscar compreendê-las.

Com essas coisas distantes pelas quais tanto anseia, ele se “espanta”, se admira e se esforça para identificá-las em seu conjunto. Tudo atrai o seu olhar, por mais preconceituoso que seja, admite a impossibilidade de não espantar-se, de não interpretar seja a ideia que for, chegando ao ponto de não ter mais palavras para descrever o que não conhece, o que estranha, seja homem, seja coisa ou bicho:

Com dez ou doze sacerdotes se chegava a aquelles bemaventurados ou malaventurados que jazião mortos; & ajuntando os pedaços & as cabeças & as tripas com tudo o mais q aly estava daquelles desaventurados corpos em hũas bandejas muyto grandes o mostravão ao povo de cima do mais alto sobrado do carro onde hia o ídolo, dizendo num tom muyto sentido, rogay peccadores todos a Deos que vos faça dignos de serdes santos como este q agora morreo em sacrificio de cheyro suave, a q todo o povo prostrado cos rostos no chão com hũa espantosa grita respondia, assi esperamos no deos de mil deoses que seja. (...) E desta maneyra foy passando esta espantosa procissão por mais de cem ruas que para isso estavão feitas, enramadas de palmeyras & com sebes de murta, com muytos estandartes e bandeyras de seda... (PINTO, 1614: 197-198).

Neste interessante trecho percebe-se o espanto do viajante em não reconhecer e estranhar as passagens rituais que por ele foi narrada como uma verdadeira carnificina, assimilando na sua descrição uma diversidade mundana tão excessiva de elementos em relação aos costumes ocidentais que, quanto mais se olha, mais incompreensível ela se torna. Fernão Mendes Pinto revela a dificuldade de descrever junto aos limites do entendimento do outro: “... he muyto para fe arreçar contar, ao menos a gente q vio pouco do mundo...” (PINTO, 1614: 14).

Acredito que nenhum viajante desta época tenha conseguido escapar destes choques. O espanto, portanto, funciona como uma demonstração da alteridade cultural, no sentido de que resulta da aproximação de elos partidos e perdidos, que apaziguam e compreendem sua relação em interpretações sobre desejos ancestrais como a chegada de deuses ou o descobrimento do paraíso. Em qualquer narrativa de viagem, o medir, pesar e comparar são funções básicas fundamentais, pois, trata-se, além de tudo, de aproximar o que era antes distante, de modo que essa nova e estranha realidade ganhe um contorno de credibilidade e compreensão.

Considerações Finais

Por fim, entre tantos fatores culturais e científicos que bebiam os viajantes da época dos quinhentos, concluímos este breve artigo expondo a importância do estudo da temática geral sobre ciência e cultura no século XVI, pois, tanto no campo da Literatura quanto no campo da História tem se tornado escasso a produção de críticas direcionadas para a produção deste contexto. Além disso, diante das perspectivas científicas com que convivemos atualmente nas academias, com as separações físicas e substanciais dos inúmeros departamentos de ciência especializados em seus campos do saber, as mentalidades modernas de outrora podem ainda contribuir muito para o aprofundamento teórico e prático das discussões que tangem as nossas concepções científicas.

Com base no argumento de Marshall Berman, as mentalidades modernas do passado podem devolver-nos o sentido de nossas próprias raízes, podendo nos auxiliar a conectar nossas vidas às de milhares de indivíduos que vivem a centenas de milhas, em sociedades radicalmente distintas da nossa. Seguindo os passos do poeta e crítico mexicano Octavio Paz, lamentamos que a modernidade tenha sido cortada do passado e tenha de ir continuamente saltando para frente, num ritmo vertiginoso que não nos permite deitar raízes, que a obriga meramente sobreviver de um dia para o outro, tornando a modernidade incapaz de retornar às suas origens para, então, nos possibilitar recuperar nossos poderes de renovação (BERMAN, 1982: 34).

Portanto, estar aberto a novas possibilidades de experiência e aventura é estar aterrado pelo abismo do qual tantas das aventuras modernas conduzem no percurso de criar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. Pode acontecer então que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante e lembrar as mentalidades modernas do século XVI, que talvez nos dêem visão e coragem para enfrentarmos o nosso complexo século XXI. Esse ato de lembrar pode ajudar-nos a levar o pensamento moderno para a constituição de nossas raízes, sempre balanceando com as lições do passado, para que possamos, então, nos nutrir, nos renovar e preparar o terreno para enfrentar as aventuras dos abismos e

demais perigos que estão por vir.

Bibliografia:

- BACON, Rogerio. A ciência experimental. In: *Obras Escolhidas*. Tradução de Jan G. ter Reegen, Luis A. De Boni e Orlando A. Bernardi. Porto Alegre: Editora Univer-sitária São Francisco, 2006 (1251).
- BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (1620).
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de estética e literatura: a teoria do romance*. 3ª edição. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- _____. *Estética da criação verbal*. 4ª edição. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, Duarte. *Livro que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*. Introdução e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa: Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1946 (1518).
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Nova Cultural, 2002 (1572).
- CAATZ, Rebecca. *Fernão Mendes Pinto: sátira e anti-cruzada na "Peregrinação"*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- CORREA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858 (1561-63). Microfilmado pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Acessado em Janeiro de 2009 no endereço <http://www.bnd.bn.pt>.
- COUTO, Diogo do. *O Soldado Prático*. 2ª ed. Texto restituído, prefácio e notas pelo prof.º M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954 (1602).
- CRISTÓVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes culturais da Literatura de Viagens*. Coimbra, Almedina, 2002.
- DIAS, J. S. da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- FICALHO, Conde de. *Garcia da Orta e o seu tempo*. Introdução de Nuno de Sampaio. Lisboa: Temas Portugueses, 1983. FRAGA, Maria Tereza de. *Humanismo e Experimentalismo na Cultura do Século XVI*. Lisboa: Ed. Almedina, 1976.

- FRAGA, Maria Tereza de. *Humanismo e Experimentalismo na Cultura do Século XVI*. Lisboa: Ed. Almedina, 1976.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- NITRINI, Sandra. Da sedução à saudade literária: Literatura de viagens na Belle Époque. In: *Revista Literatura e Sociedade*. São Paulo: USP / FFLCH, DTLLC, 1996.
- NUNES, Pedro. *Tratado da Esfera com a teoria do sol e da lua. E do primeiro livro da geographia de Claudio Ptolomeu Alexandrino. E tem dous tratados q o mesmo Doutor fez sobre a carta de marear. Em os quaes se deccrarão todas as principaes duvidas de navegação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, (1537).
- ORTA, Garcia de. *Colóquios dos Simples, e Drogas he Cousas Medicinaias da India*. Lisboa: Edição Publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa; Dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Imprensa Nacional, 1891 (1563).
- PAGDEN, Anthony. Expansion and Preservation. In: *Lords of all the world: ideologies of Empire in Spain, Britain and France (1500-1800)*. London: Yale University Press; New Haven, 1995.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Joaquim Barradas de Carvalho (org.). Fundação Calouste Gulbenkian, 1991 (1505-1508).
- PINA, Luis de. *Garcia de Orta e a Verdade*. Separata de *O Médico*, 1959. N.º 383.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Lisboa: Pedro Crasbecck, 1614 (1570-78). Microfilmado pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Acessado em Março de 2009 no endereço <http://www.bnd.bn.pt>.
- PINTO, João Rocha. *A viagem: memória e espaço. A Literatura Portuguesa de Viagens. Os primitivos relatos de viagem ao Índica (1497-1550)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989.
- SANCHES, Francisco. Que nada se sabe. In: *Obra Filosófica*. Tradução de Giacinto Manuppella, Basílio de Vasconcelos, Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: INCM, 1999.
- TENREIRO, António. *Itinerário em que se contem como da Índia veio por terra a este reinos de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980 (1560).
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VELHO, Álvaro. *O descobrimento das Índias: o diário da viagem de Vasco da Gama*. Trad. de Ângela Ritzel; Introdução, notas e comentários finais de Eduardo Bueno. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998 (1497)

Patrícia França

**“Livros para os leitores”¹:
a atividade literária e editorial de Benjamim Costallat
na década de 1920**

Mestranda do PPGHIS-UFRJ
E-mail: patricia_frança86@
hotmail.com

Resumo: O presente artigo possui por objetivo identificar as principais características textuais e tipográficas da produção literária e editorial de Benjamim Costallat, destacando sua preocupação em atingir um amplo público leitor no Rio de Janeiro dos anos 1920. Costallat foi um dos escritores cariocas de maior sucesso e prestígio durante esta agitada década e se tornou um dos mais importantes editores do período ao inaugurar, em 1923, a polêmica editora Costallat & Miccolis, pela qual publicou livros de sua autoria e de escritores famosos por narrarem o submundo da modernidade carioca. Ao possuir como preocupação basilar a recepção do texto, o escritor-editor buscou dedicar a seus livros um tratamento que lhes tornassem atraentes para um amplo público, seduzindo milhares de leitores na capital republicana.

Palavras-chave: Benjamim Costallat – literatura - público leitor

Abstract: This study has aimed to identify the main features textual and typographical literary production and publishing of Benjamim Costallat, highlighting its concern to achieve a wide readership in Rio de Janeiro in the 1920s. Costallat was one of Rio's most successful writers and prestige during this hectic decade and became one of the most important publishers of the period to usher in 1923, the controversial publisher Costallat & Miccolis, by which publish books of his own and famous writers by narrate the bas fond style of modernity. Overarching concern as to have the reception of the text, the writer-editor sought to dedicate his books a treatment that they become attractive to a wide range of readers, luring thousands of readers in the republican capital.

Key-words: Benjamim Costallat – literature – readership

Enviado em 25 de julho de 2010
e aprovado em 24 de setembro
de 2010

1 “Nosso ilustre redator Sr. Benjamim Costallat”. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/04/1924.

Benjamim Delgado de Carvalho Costallat foi um dos escritores mais lidos na cidade do Rio de Janeiro durante a agitada década de 1920. Atuando de forma regular na imprensa carioca, tornou-se famoso pelas polêmicas crônicas sobre o submundo da então capital republicana.

Foi no jornal *O Imparcial* que, em 1918, Costallat iniciou sua carreira literária, assinando críticas sobre os espetáculos musicais apresentados no Teatro Municipal. Seus primeiros textos provocaram grande polêmica, seja por ironizarem o talento e o prestígio de artistas franceses consagrados, como André Brulé, seja por elogiarem atitudes tão criticadas pelos *snobs* cariocas, como a da bailarina russa Anna Pavlova de iniciar sua turnê no Nordeste, longe da Avenida. Em crítica assinada em 1961 sobre escritores populares nos anos 1920 e 1930, Brito Broca comentou este lado polêmico de Costallat que lhe teriam rendido tantas inimizades.

Criticar Brulé, nessa época, menosprezar-lhe a elegância, que embasbacava a nossa *jeunesse dorée*, era, sem dúvida, uma ousadia, capaz de causar escândalo. Costallat se atrevera a dissecar o ídolo. Atitude semelhante manifestou com relação à temporada lírica, mostrando o espírito essencialmente comercial que lhe presidia à organização, e legítimos valores. Esse julgamento desassombrado chegou a provocar ameaças de uma espécie de carbonarismo internacional, que constituía a claque das companhias líricas em excursão pela América do Sul. É pelo menos o que o autor nos informa numa das páginas do livro em questão.²

Com o sucesso da coluna - intitulada Da Letra F no 2, em alusão à cadeira ocupada por Costallat no Teatro Municipal –, as críticas foram reunidas e publicadas sob a forma de livro. Eis a irônica apresentação feita pelo autor do livro:

O pout-pourris que ora publico, tem a mesma utilidade de um calendário retrospectivo e comentado em que aqueles que se interessam no movimento artístico poderão lembrar-se do que o Rio conseguiu importar no ano de 1918, em matéria de arte e de artistas, e o que eu observei de minha cadeira letra F no. 2 [...] Quanto às minhas idéias sobre artistas, compositores, autores, instrumentistas, atores, cantores e imbecis, não aconselho a ninguém que as adote. Têm-me trazido muitas contrariedades e inimigos. Até o conhecimento de meu pobre francês, que em 10 anos de Paris, custei tanto a aprender, me quiseram negar. Não admirando loucamente o Sr. Brulé não era compreensível que eu fosse um familiar da língua de Molière. (COSTALLAT, 1919:15)

Em 1919, Costallat foi contratado enquanto cronista pela *Gazeta de Notícias*. A partir de então, passou a atuar de forma regular na imprensa carioca, assinando polêmicos textos sobre aspectos mundanos da cidade do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, publicou o polêmico livro de contos *A Luz Vermelha*, “uma corrida noturna por esse

2 BROCA, Brito. Costallat: uma época. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 08/03/1961.

inferno de dores, de desvairamentos, de gozos trágicos que é a vida subterrânea da nossa cidade”³. A nova obra representou um grande sucesso de crítica e venda, inscrevendo o jovem jornalista entre os maiores nomes da literatura brasileira do período.

Após o sucesso de *A Luz Vermelha*, Benjamim Costallat dedicou-se à elaboração de livros de contos e crônicas, publicando em média um livro a cada ano (HOFFBAUER, 2000:25). Em 1920, escreveu *Modernos*. No ano seguinte, publicou *Mutt, Jeff & Cia* e, em 1922, *Depois da Meia-Noite*. Estes livros correspondiam, em geral, a compilações de textos publicados pelo autor na imprensa.

Seus textos caracterizavam-se por uma linguagem ágil e objetiva, marcada pelas frases curtas e diretas e pelos vocábulos estrangeiros, notadamente franceses e norte-americanos, em consonância com o ritmo frenético de vida e com o linguajar cosmopolita da sociedade carioca moderna. Seu estilo literário provocou grande polêmica, sendo-lhe dirigidas inúmeras críticas. Tristão de Athayde, em dezembro de 1919, criticou severamente a “literatura atropelada” de Costallat em sua estréia como contista.

É mais um fruto da literatura atropelada. [...] Escrevendo sem repouso nem ponderação, ignora a calma e a medida. É um livro de nervos, de nervos exasperados e incontentáveis.

[...] Mergulhado, quase sempre, em um mar de verbalismo, escreve às vezes em uma algaravia inadmissível. [...] Sente-se que a linguagem e a técnica só lhe merecem atenção, para fugir ao natural. Procura apenas impressionar pela expressão extremada das coisas ou pela singularidade de expressão.

Não haverá nessa forma de arte, ou de artifício, muita coisa do Sr. João do Rio, naturalmente com muito menos brilho e segurança? Sobram defeitos no livro⁴.

Outro importante intelectual da época, José Oiticica, também reprovou a linguagem empregada pelo literato em seu livro de contos.

O pior de tudo, porém, é a linguagem de *A luz vermelha*, inçada de erros, gráficos, sintéticos e léxicos. Se o Sr. Costallat é artista deve prezar, antes de tudo, o instrumento que maneja. Um pianista de alta escola não se anima a tocar em público num piano de segunda mão. Como escrever, portanto, em sintaxe da Praia Grande?⁵

Carlos Rubens, por sua vez, atribuíu esta despreocupação de Costallat com a gramática canônica à sua inexperiência e sublinhava que o jovem escritor, “um esta- ta que à literatura brasileira pode dar obras de eterno esplendor e perene formosura”, saberia superar tais deslizes em suas futuras obras. Ainda segundo Rubens, através de

3 NETTO, Coelho. Carta recebida por Costallat de Coelho Netto. In: *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 20/12/1919.

4 ATHAYDE, Tristão de. Benjamim Costallat – A luz vermelha, ed.N.Viggiani. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15/12/1919.

5 OITICICA, José. Crônica literária: Benjamim Costallat – A luz vermelha. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14/12/1919.

uma prosa “nervosa, cheia de curvas bruscas”, Costallat se mostrava um “psicólogo e um comentarista fino da sociedade atual, (...) feita de desequilíbrio e pecados” e “na sua desorganização verbal [fixava] almas, traçando perfis de sonho e de martírio, ironizando e encantando”⁶.

Paulo Silveira, em artigo sobre o polêmico romance *Mademoiselle Cinema* (1923), exaltava o “estilo a galope” dos livros do autor que “empolgam a atenção pela facilidade simples da prosódia e pela naturalidade dos diálogos”.

Benjamim Costallat tem vigor no estilo, tem músculos na alma. A sua prosa conquista a leitura porque não tem curvas sentimentais, é uma prosa reta que nos leva com rapidez ao fim almejado. Nada de circunlóquios românticos, de paradas líricas. Benjamim Costallat escreve de automóvel e por isso se aproxima muito de nós, futuristas, que escrevemos de avião.

Ele é um escritor bem nutrido e que transpira saúde. É um homem do seu tempo, da sua época. Vive todos os minutos com emoção e com arte, americanamente, sem se preocupar com a gramática e com os acadêmicos.⁷

Em crítica literária publicada pela *Gazeta de Notícias* sobre o livro *Mutt, Jeff e Cia*, ressurgiu o tema do ritmo acelerado que Costallat imprimia ao seu livro através de uma linguagem cinematográfica, direta, ágil e despreocupada com regras gramaticais canônicas.

Benjamim Costallat, com a sua mocidade exuberante, os seus arrojados e a sua soberba indisciplina ao “cânon” dos “eunucos das letras”, na frase cortante, mas justa de Theophile Gautier; no seu combate à crítica estéril e fósil, é um irreverente, um vencedor, que maneja as armas da inteligência e a elegância de um mosqueteiro da palavra.

[...] São duzentas e vinte e cinco páginas que se lêem de um fôlego, sentindo o influxo de seu espírito brilhante e juvenil, como se gravassem e desfilassem, em projeções rápidas e luminosas, as figuras cinematográficas que simbolizam o seu livro e as visões aladas de sua imaginação, que rebenta em flores, como uma flora do trópico.⁸

Além do estilo literário, os enredos escandalosos das obras de Costallat também provocavam grande polêmica. A maior parte de sua vasta produção literária – composta por mais de trinta livros, entre crônicas, contos e romances – elegia como tema a cidade do Rio de Janeiro, em seus aspectos mais cruéis e perversos. Em vibrantes páginas, eram ironicamente narradas a imoralidade e a hipocrisia reinantes na alta sociedade carioca. Criticando a sociedade de seu tempo e escrevendo sobre o submundo da capital brasileira, Benjamim Costallat tornou-se alvo de inúmeras e duras críticas, sendo acusado de maldito, pornográfico e imoral.

6 RUBENS, Carlos. A luz vermelha. In: *Actualidade*, Rio de Janeiro, 16/12/1919.

7 SILVEIRA, Paulo. Madame Tartufo. In: *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16/10/1924.

8 O Livro do Dia- Mutt, Jeff & Cia., de Benjamim Costallat. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23/11/1921.

O uso de ilustrações também era uma importante característica de seus livros, que possuíam, em geral, capas ilustradas ou pequenas vinhetas representando acontecimentos narrados no texto. No prefácio de *Mutt, Jeff & Cia*, publicado sem ilustrações, Costallat destacou a importância da imagem para o sucesso de suas obras:

[...] sempre tive a impressão, e comigo os meus amigos literários, de ter sempre vendido bem os meus livros por causa das brilhantes capas de brilhantes artistas como o Sr. Castello, vou ver, se, mesmo sem capa, sem as brilhantes capas de brilhantes artistas como o Sr. Castello, a minha literatura é vendida (COSTALLAT,1922:10).

Como foi visto, Costallat se insere numa categoria de escritores que se lançaram através da imprensa, como cronistas. Sodré ressalta que os jornais, enquanto empresas industriais, eram a possibilidade viável de profissionalização e de sustento para os literatos numa sociedade em que a circulação de jornais era muito maior que a de livros (SODRÉ, 1999).

A imprensa passava no início do século XX por um processo de profundas transformações. Uma delas, como destaca Brito Broca, diz respeito à decadência do folhetim em prol da crônica, mais leve e curta, condizente com as exigências da paginação, em vez dos folhetins que atravancavam o texto (BROCA, 2005).

Segundo Sodré, a generalização das relações capitalistas exigiu alterações na imprensa que passou a enfatizar a informação em detrimento da doutrinação e a destacar cada vez mais os temas policiais, esportivos e mundanos, dentre outros. No que diz respeito à literatura, além da decadência do folhetim em prol de crônicas curtas, a crítica literária se tornou cada vez mais regular e permanente. O pós-guerra é descrito como o momento de consolidação desta fase industrial da imprensa carioca, *relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas* (SODRÉ, 1999).

Andrea Portolomeos afirma que o estilo mais leve adotado pela imprensa empresarial correspondia a uma tentativa de aproximar o texto dos leitores, visando a públicos mais amplos e heterogêneos. Segundo a pesquisadora, Costallat utilizou o recurso da crônica jornalística para formar leitores. Além de tecer comentários sobre questões cotidianas, que permitiam uma rápida interação com o leitor, o escritor adotava em seus textos uma “linguagem telegráfica” em consonância com os aparelhos técnicos que invadiam o Rio de Janeiro naqueles anos e com o novo ritmo de vida que se impunha (PORTOLOMEOS, 2005).

Flora Sussekind também sublinha o impacto das inovações técnicas na literatura brasileira da virada do século. A menor apreensão do momento vivido e o triunfo de uma percepção distraída e superficial, consequência da absorção dos artefatos modernos na vida cotidiana, atingiram tanto leitores e espectadores quanto a maior parte dos autores daquelas décadas, como Benjamim Costallat. Sua criação literária era fruto de uma convivência diária com a imprensa empresarial, em que as ilustrações e os registros fotográficos já se encontravam em pé de igualdade com os textos escritos, alterando sua própria atividade literária.

Contornos nítidos, apenas os traços mais característicos das situações ou dos personagens enfocados, condensação no espaço caricatural apenas das informações que o tornem cômico: é pela síntese rápida e de fácil decodificação que trabalham os chargistas. E é, em parte, como eles que trabalham os romancistas-cronistas do período. Não só no desenho apressado de tipos e situações, como na singularização à beira do *portrait-charge* de alguns personagens. No caso de um Theo Filho ou um Benjamim Costallat, autores extremamente populares nas primeiras décadas do século XX no Brasil, tais personagens-charges são de fato a regra. Personagens – ilustrações em romances-crônicas a serem lidos apenas com meia atenção. (SUSSEKIND, 1987:107-108)

A criação literária de Benjamim Costallat deve ser pensada, portanto, como fruto da imprensa empresarial carioca dos anos 1920 que, buscando atingir uma ampla gama de leitores, sobretudo cidadãos, investiu em crônicas mundanas escritas numa linguagem objetiva e direta. Hoje esquecido, Benjamim Costallat foi um exemplo de escritor profissional que conseguiu, através de sua literatura, dinheiro, prestígio e sucesso, tornando-se um dos literatos brasileiros de maior sucesso da agitada década de 1920.

“Um nome na *bérni*”⁹, “inegavelmente o escritor de maior circulação na América do Sul”¹⁰: eis como era descrito pelos jornais e revistas literárias do período. O sucesso de seus textos jornalísticos e as surpreendentes cifras de venda atingidas por seus livros despertaram o interesse do *Jornal do Brasil* que, em 1923, contratou o jovem escritor como cronista exclusivo do periódico. Segundo Nelson Werneck Sodré, foi oferecido a Costallat 500 mil-réis mensais, o maior salário pago até então a um jornalista. O cronista atuou no JB por mais de trinta anos, até 1961, ano de sua morte.

Consagrado nos círculos literários, Benjamim Costallat lançou-se, em 1923, numa nova empreitada: associou-se ao empresário italiano José Miccolis e inaugurou a editora Costallat & Miccolis que, durante a década de 1920, se tornou famosa pela publicação de obras de visível apelo popular. Apesar da duração efêmera – a sociedade foi rompida em 1928 – a editora teve uma atuação marcante no cenário cultural carioca do período, publicando títulos e autores de grande sucesso.

Enquanto editor, Costallat dispensou grande atenção ao tratamento gráfico de suas publicações. Tal preocupação é afirmada pelo próprio escritor-editor na crônica *Um animador do livro*:

A edição é a indumentária do livro, a sua *toilette*. Saber vestir um livro com um bom gosto exato, em perfeita harmonia com a sua natureza, é tão difícil quanto bem vestir uma mulher. O tipo, o papel, a capa, a margem, o número de linhas por página... (COSTALLAT, 1934:100)

Esta preocupação é visível no tratamento dispensado às publicações por Costallat e seu sócio que, entre outros, privilegiaram um formato menor de livros, e empregaram margens mais amplas, além de fios e barras que serviam para ordenar o espaço gráfico. Além destas, outras estratégias foram adotadas pelos editores a fim de tornar suas obras atraentes a um amplo e diverso público leitor.

9 MAIA, João. Uma tarde com Benjamim Costallat. In: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 18/09/1923.

10 SILVEIRA, Paulo. Madame Tartufo. In: *O Paiz*, 16 de outubro de 1924.

A editora abusou de títulos e enredos sensacionais. “Um crime no Rio de Janeiro”, “No país da volúpia”, “Mundo, diabo e carne”, “A cidade do vício e da graça”, “Os devassos”, “Virgem nua”: eis alguns títulos publicados pela Costallat & Miccolis.

Em relação aos escritores, eram privilegiados autores nacionais conhecidos do grande público, como Mauro de Almeida, Antonio Celestino, Patrocínio Filho, Ribeiro Couto e Orestes Barbosa. Muitos destes escritores, com experiência na imprensa jornalística da época como cronistas, adotavam uma linguagem ágil e direta em suas polêmicas narrativas sobre o submundo da capital brasileira. Pela editora, Costallat também publicou títulos de sua autoria, como *Mysterios do Rio*, *Historias de Bonecos*, *Fitas* e o polêmico romance *Mademoiselle Cinema*.

A maior parte da produção editorial da Costallat & Miccolis compunha-se, dessa forma, por obras que, numa linguagem bastante acessível, tematizavam a cidade do Rio de Janeiro. A firma, no entanto, investiu também na publicação de livros infantis, crônicas políticas, manuais de língua estrangeira, além de alguns números da Revista da Academia Brasileira de Letras.

Além de autores e enredos polêmicos, o uso intenso de ilustrações correspondia a outra marcante característica das edições da Costallat & Miccolis. As publicações da empresa tornaram-se famosas pelas capas ilustradas e coloridas, impressas em duas ou quatro cores e assinadas por famosos caricaturistas e artistas plásticos brasileiros, como Di Cavalcanti, Cornélio Penna, Jefferson, J. Carlos, Luiz e Tarquino.

Os livros editados pela Costallat & Miccolis caracterizavam-se também pela encadernação em brochura, que barateava o preço das publicações. O valor das obras, que variava entre 4\$000 e 10\$000, tornava-as ainda mais atraentes ao público leitor.

Acompanhando as alterações introduzidas na imprensa brasileira e conhecendo o grande alcance deste meio de comunicação, Costallat adotou ainda inúmeras estratégias publicitárias, como divulgar a quantidade de milheiros vendidos e estimular a polêmica em torno de seus livros a partir de artigos publicados em jornais de grande circulação.

Os reclames eram, em geral, marcados pelo teor sensacionalista que desejava conferir às obras. O anúncio de lançamento do livro *Mundo, Diabo e Carne*, de Patrocínio Filho, afirmava que o leitor encontraria na obra “o jogo, a politicagem e a pirataria nos seus aspectos mais emocionantes”.¹¹

Os próprios livros eram utilizados para divulgar a produção editorial da Costallat & Miccolis, possuindo páginas dedicadas ao reclame das obras. Em geral, eram listados, com breves descrições, os livros “à venda” ou “no prélo”. Algumas obras, sobretudo “lançamentos” e “edições comemorativas”, recebiam um tratamento especial: eram dedicadas uma ou mais páginas à sua promoção.

Os reclames, em geral, exaltavam os seguintes aspectos do livro: o caráter ousado da narrativa; a popularidade e o caráter polêmico do autor; a presença de ilustrações e o nome do artista responsável; além dos milheiros vendidos e da edição em que se encontrava a obra.

11 O mais novo livro da editora Costallat & Miccolis - Mundo, Diabo e Carne, de Patrocínio Filho. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/10/1924.

Ban-Ban-Ban, de Orestes Barbosa, correspondia, segundo os editores, a um “interessantíssimo flagrante dos costumes do ‘bas fond’ carioca”, sendo um “livro de escândalo”. *A Virgem Nua*, de Hermes Jurema, era um “romance sensacional de imprevistos – história de paixão e de ardor, de amor e dor, arrojada e severa; obra de verdade e de emoções”. A divulgação de *A Medicina para todos*, por sua vez, destacava que era assinada pelo “eminente e popularíssimo clínico Nicolau Ciancio”.

“Faço livros para os leitores, para o povo, meu amigo (...) o que o povo quer ler”¹²: assim Costallat definiu, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, o que norteou sua atividade editorial. Autores conhecidos do grande público, títulos e enredos polêmicos, capas ilustradas, encadernações em brochura, intenso reclame: estas estratégias, que caracterizaram a bem-sucedida atuação editorial de Benjamim Costallat, nos demonstram sua preocupação com a boa aceitação das publicações.

Na década de 1920, o mercado editorial brasileiro vivenciou um período de profundas transformações e inovações. Nestes anos, surgiram nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, inúmeras casas editoriais que apostaram em edições populares caracterizadas, entre outros, pelas encadernações em brochura e pelas capas ilustradas. Disseminava-se entre os livreiros uma nova concepção do livro, que deixava de ser cultuado como objeto de luxo a ser consumido por uma minoria abastada e passava a ser entendido como um objeto comercial lucrativo a ser consumido por um amplo público leitor. Daí, a preocupação em tornar atraentes estas publicações com um projeto gráfico vistoso.

Alguns pesquisadores, como Alessandra El Far e Rafael Cardoso, destacam as últimas décadas do século XIX como o período em que teria se iniciado este processo de “popularização do livro”. Segundo estes pesquisadores, contribuíram para estas transformações os avanços tecnológicos vivenciados no final do século e o crescimento de uma população assalariada e alfabetizada nos centros urbanos, como Rio de Janeiro.

Os diversos avanços tecnológicos vivenciados na virada do século XIX para o XX, como a difusão da estereotípia e da litografia, a mecanização das prensas tipográficas e a difusão do papel fabricado a partir de polpa de madeira, baratearam a produção em larga escala. Além disso, devem ser destacados o crescimento dos centros urbanos e o estabelecimento de uma população assalariada e alfabetizada nestas cidades. Na capital republicana, os índices de analfabetismo, nas primeiras décadas do século, eram os mais baixos do país. Segundo Sylvia Damazio, em 1910, enquanto 80% da população brasileira era analfabeta, quase metade dos moradores do Rio de Janeiro sabia ler e escrever, inclusive muitas mulheres (DAMAZIO, 1996). Conscientes da existência deste público, muitos livreiros cariocas passaram a dispensar tratamento específico a seus livros a fim de atingir esta população assalariada e alfabetizada em constante crescimento. (EL FAR, 2004).

Daí, a disseminação dos volumes baratos, de leitura fácil e rápida, fartos de imagens e com enredos sensacionais. O texto impresso era levado para o cotidiano de uma parcela cada vez mais significativa da população brasileira (FAR, 2006). Segundo El Far, a atividade editorial de Benjamim Costallat representou o auge deste processo de popularização do livro.

12 “Nosso ilustre redator Sr. Benjamim Costallat”. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/04/1924.

O processo de transformação editorial encontrava-se a pleno vapor nos agitados anos 1920. Trata-se, segundo Rafael Cardoso, de um “período de importantes mudanças na concepção e na confecção dos livros”, caracterizado por uma “evidente confluência de autores, editores e artistas gráficos em torno da modernização do meio editorial” (CARDOSO, 2005:176). A disseminação de uma nova concepção do livro e a reorganização comercial do meio editorial vivenciadas na década estabeleceram, segundo o pesquisador, as bases para o surto editorial identificado por Miceli e Hallewell na década de 1930.

O período compreendido entre a Grande Guerra e a década de trinta mostraram-se, portanto, de suma importância para a ampliação e consolidação do mercado editorial nacional. Como bem destaca Laurence Hallewell, a atividade editorial brasileira também foi beneficiada com a eclosão da Grande Guerra que teve um efeito estimulante sobre a indústria nacional, na medida em que produtos locais substituíam produtos importados não disponíveis (HALLEWELL, 2005). Esta “substituição de importações”, segundo Rafael Cardoso, ocasionou um período de *boom* editorial, com o surgimento de diversas novas editoras na década de vinte (CARDOSO, 2005:176).

Em São Paulo, a atuação de Monteiro Lobato enquanto editor é exemplar da transformação então em vigor. O autor de *Urupês*, buscando “entupir este país com uma chuva de livros” (LOBATO, 1951:7), se lançou à empreitada de editor em 1920, com a abertura da Monteiro Lobato & Cia. A ampla publicidade em jornais e a grande preocupação com a apresentação gráfica dos livros são apontadas por Hallewell como alguns dos “métodos revolucionários” da casa editorial. (HALLEWELL, 2005:326) O uso de artistas consagrados, como Di Cavalcanti, para ilustrar as capas de suas publicações também consistia numa característica marcante das publicações da Lobato & Cia.

Casas editoriais cariocas, como a Leite Ribeiro e a N. Viggiani, também se mostravam preocupadas em atingir um público cada vez mais amplo, investindo para isso em capas ilustradas e em autores polêmicos e populares. E foi por estas empresas que Costallat publicou suas primeiras obras, como *A luz vermelha* (1919), *Modernos* (1920), *Depois da meia-noite* (1922) e *Mutt, Jeff & Cia* (1922).

A polêmica atuação literária e editorial de Benjamim Costallat é, portanto, característica das profundas transformações, sobretudo no que diz respeito à concepção e à confecção dos livros, vivenciadas nos anos 1920. Tendo como preocupação basilar a recepção do texto e a aproximação entre público e obra, Costallat mostrou-se extremamente preocupado com o tratamento gráfico dispensado a suas edições a fim de torná-las atraentes a uma ampla gama de leitores. Dessa forma, teve uma atuação marcante no cenário cultural carioca do período, conquistando milhares de leitores com coloridas, ilustradas e polêmicas brochuras.

A sua obra de maior sucesso – e também mais polêmica – foi *Mademoiselle Cinema*, cuja primeira edição inaugurou os trabalhos da Costallat & Miccolis. O romance, escrito e editado por Costallat, contou com todas as estratégias por ele adotadas para ampliar seu público leitor: capas ilustradas, linguagem ágil e direta, além de um enredo bastante provocante e de um intenso reclame na imprensa da época. A história da melindrosa Rosalina, “menina de sua época e de seu meio” (COSTALLAT, 1999:44), “viciada, corrompida, gasta” (COSTALLAT, 1999:55) rendeu ao autor um processo por atentado à moral e aos bons costumes, além da apreensão dos livros.

O romance narra a história da Martins Pontes, família do Piauí que, levada pelo desejo do patriarca de seguir carreira política, se muda para o Rio de Janeiro. Na capital federal, o pai da jovem Rosalina, conhecida como *Mademoiselle Cinema*, se torna Ministro da República. O romance se inicia com o embarque da ilustre família da alta sociedade carioca à sua primeira viagem a Paris após o término do mandato do corrupto Sr. Martins Pontes. Durante a viagem, Rosalina, uma jovem fútil, ambiciosa e despudorada, que sonhava com a vida luxuosa das elegantes e sedutoras parisienses dos romances e das revistas de moda, conhece o escritor Roberto Fleta cujos livros lhe haviam despertado suas primeiras sensações de mulher e se torna sua amante.

Aos depravados e fúteis personagens de *Melle Cinema*, Costallat reserva um final trágico, punitivo. Após meses dedicados a orgias e libidinagens pelas ruas de Paris, o pai de Rosalina, político eminente, morre numa das inúmeras casas de prostituição que frequentava na capital francesa. Fleta, amante da fútil protagonista, entrega-se ao vício da cocaína após ser abandonado pela jovem melindrosa. Após a morte de seu pai, *Mademoiselle Cinema* e sua mãe decidem retornar ao Brasil. Fugindo da agitação da Avenida e dos falsos pêsames do agitado centro, hospedam-se na casa de parentes na Ilha de Paquetá. É lá, na idílica ilha, que a jovem experimenta pela primeira vez em toda a vida as sensações de um verdadeiro amor, ao conhecer o artista Mario Rossi.

À protagonista, Costallat nega, como punição, a possibilidade de viver este verdadeiro e sincero amor na tranquila ilha da Baía de Guanabara. Pedida em casamento pelo artista, Rosalina decide abandonar o amado e voltar à sua vida de luxos e orgias.

Mas isso era impossível!

Ela, a Melle. Cinema, ela, a *garçonne* americana; ela, a pequena leviana do século do *shimmy*; ela, a criaturinha 1921, educada ao som do *jazz*; ela, a pequenina impudica e pecadora, profissional do flirt, da dança e do sorriso – ela, ela, mãe de família!

Um louco absurdo! (COSTALLAT, 1999:151)

Através de Rosalina, Costallat representava a mulher moderna da década de 1920. Nestes vertiginosos anos, a mulher, sobretudo a de elite, assumiu posturas mais críticas em relação ao seu papel na sociedade. Elas se livraram do espartilho, começaram a utilizar calças, cortaram os cabelos *à la garçonne* e tomaram as ruas da cidade dirigindo suas “baratinhas”. A história da moderna e despudorada Rosalina provocou grande polêmica, sendo acusada de pornográfica e obscena.

Benjamim Costallat aproveitou a polêmica gerada em torno do caráter pornográfico de *Mademoiselle Cinema* para aguçar a curiosidade do público e aumentar ainda mais as vendas do livro. Em agosto de 1923, o escritor assinou um artigo no *Jornal do Brasil* em que reclamava da campanha de algumas senhoras da sociedade contra a “imoralidade” reinante em seus livros, inclusive *Mademoiselle Cinema*, ainda no prelo. No artigo, do qual destacamos abaixo um trecho, Costallat atacou a hipocrisia da sociedade moderna carioca e defendeu sua Rosalina das acusações de pornográfica e imoral que lhe eram feitas.

Há tanta coisa, por aí, pior do que os meus piores livros! E o mais engraçado é que, o que essas senhoras pretendem eu pretendo também... Temos os mesmos fins. Mas por caminhos diversos... Reagir contra a sociedade atual, ridícula e invertebrada, sem moral e sem princípios, estou de pleno acordo! Mas, nos costumes de hoje, façamos uma limpeza de verdade. Não com espanador só por cima dos móveis e sim com vassoura, creolina e balde pelo chão. As ilustres senhoras serão capazes de me acompanhar? Eu estou pronto! Daqui mesmo destas colunas, com ar de quem faz crônica, eu tenho dito muitas verdades sobre a moralidade, ou melhor, a imoralidade dos nossos dias. Não tomo atitudes de quem quer modificar o mundo. Mas tenho registrado com bastante violência o que se passa por aí... Não é a literatura, minhas senhoras, a principal causa da decadência dos costumes. Atribuir a ela todos os males será colocar o carro antes dos bois. Uma literatura, diremos assim, escandalosa, presume uma sociedade mais escandalosa ainda...

[...] Não é possível, pois, que, encarando a sociedade atual, barbada de vícios, bigoduda de vergonha, nós os escritores a apresentemos de cara raspada imberbe e coradinha. Não é possível! Logo, a literatura dita de escândalo é apenas o registro de escândalos preexistentes. Nada mais. E as ilustres senhoras que tão lastimavelmente confundem “causa” com “efeito”, se esquecem antes de arranjar a apreensão de livros que ainda não saíram, de mandar fechar os cinemas, as casas de chá, as casas... sem chá, os *dancings* e tanta coisa pior que a sociedade aceita sem protesto e sem reclame.

[...] E as danças que se dançam por aí? E os namoros que os pais permitem? E a liberdade que têm as mulheres? E os *ménages à trois*? E as criaturas mais do que duvidosas, recebidas na altíssima sociedade? E essas *toilettes* com que se despem, em plena rua, dando-nos um “Bat-clan” de graça, as meninas de família?

Nada disso é imoral. Imorais são as “Mlles.Cinema” que andam por aí. Imoral é a “Mlle.Cinema” que eu estou escrevendo. Muito honrado... Mas não concordo...¹³

A resposta não tardou. Dias depois, *O Imparcial* publicou um artigo, intitulado “Imoralidades – Resposta ao Sr. Benjamim Costallat” e assinado por Carvalho, contestando os fins moralizantes afirmados pelo escritor de *Melle Cinema*. Carvalho declarava ainda serem os maus livros os causadores da decadência dos costumes e incitava Benjamim a moralizar seus escritos para então esperar a respeitabilidade das senhoras da sociedade.¹⁴

Poucos dias depois, Costallat publicou um novo artigo em que afirmava ter recebido uma carta de uma senhora que confessava ser a verdadeira autora dos artigos contra ele. O escritor reafirmava ainda a sua intenção de sanear a moral brasileira a partir do relato de seus terríveis casos.

13 COSTALLAT, Benjamim. Immoralidades... In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19/08/1923.

14 CARVALHO. Imoralidades – Resposta ao Sr. Benjamim Costallat. In: *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 23/08/1923

Vamos, porém, fazer moral de outra forma, minhas ilustres senhoras. Não é com esses meios, de dentuças arreganhadas para cima da gente, descabeladas e furiosas, pregando moral com insultos e com desaforos, que haveis de conseguir alguma coisa! A moral é uma senhora, cheia de dignidade e de paciência, que convence sem gritos e sem berros. É uma senhora, sisuda e respeitável, que não vem nem pela imprensa insultar, nem caluniar, nem ofender! A moral convence por si. Não se despenteia quando fala, nem coloca a faca no peito dos outros quando quer catequizar. Ela é serena porque é forte... A moral é o próprio Cristo que pregou a bondade, a caridade e o amor, em voz meiga e persuasiva, o que não impediu que essa doce voz, sem aspereza e sem insultos, fosse ouvida até hoje através dos séculos e dos tempos... Não façais, pois, da moral uma megera antipática e insolente. [...] Consolidai o bom nome da família brasileira - exemplo entre as outras, da honra, da honestidade e do heroísmo - apenas imitando o que o passado nos legou. O lindo passado, o lindo tempo antigo, em que a família só por si era toda uma religião, em que havia carinho e respeito, sem necessidade de *meetings* e de polêmicas. Sede esposas e sede mães. Apenas...¹⁵

Não é difícil, então, compreender o sucesso de vendas alcançado pela *garçonne* brasileira que, em três anos, atingiu na sua quinta edição os sessenta mil exemplares vendidos. O título com que *A Notícia* anunciou o novo livro de Costallat, “*Um livro destinado ao escândalo e ao sucesso: Mlle Cinema, de Benjamim Costallat*”, é bastante sugestivo da polêmica que precedeu a publicação do romance.

As divergências quanto ao romance e às intenções do escritor continuaram com a publicação do livro. Segundo o acadêmico Mário de Alencar, tratava-se de um “tratado de perversão” que deveria ser perseguido em nome da moral da família brasileira.

Nas páginas de *Mlle Cinema*, embora velado no brilho e nas cores da esthesia, está todo um tratado de perversão. O autor quer extinguir costumes condenáveis e, no entanto, divulga-os. É o mesmo que dizer a uma donzela: “Não faças o que este livro ensina.” E dar a ler o *Kama Sutra*. [...] Enfim, é um livro prejudicial. E a prova disso é o escândalo que desde já está provocando.¹⁶

Seu colega de Academia, Medeiros e Albuquerque, não concordava com este diagnóstico. Segundo ele, *Mademoiselle Cinema* constituía “sem dúvida, o melhor livro” de Costallat, tratando-se de uma “obra muito realista e de alto valor artístico” que retrata “tipos [...] comuníssimos” da sociedade carioca. O acadêmico se referia ainda a Benjamim como sendo “o Leopoldo Fróes da literatura nacional” pois “se cada espetáculo do ator é uma casa cheia, cada obra do autor é um sucesso de livraria; ambos têm um público muito deles, um público de elite, quase que inteiramente feminino” e “ambos repro-

15 COSTALLAT, Benjamim. *Moralidades*. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/08/1923.

16 ALENCAR, Mario. Um livro escandaloso: *Mlle Cinema*. In: *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 19/11/1923.

duzem a vida tal como é, com a mais completa naturalidade de expressões”. Segundo ele, Benjamim deveria “figurar ao lado dos melhores escritores em língua portuguesa”.¹⁷

Poucos meses após sua publicação, o romance foi apreendido das livrarias da cidade por determinação do promotor Gomes de Paiva em atendimento ao pedido da Liga pela Moralidade. A Liga Anti-Pornografia que, anos mais tarde, se tornaria a Liga pela Moralidade, foi fundada em 1912. Nestes anos, ganhava espaço um discurso contra a venda de publicações pornográficas, tidas como prejudiciais ao progresso moral e social da capital federal (EL FAR, 2004). A Liga pela Moralidade, que se vinculava à bastante influente União Católica Brasileira, possuía como missão salvaguardar a moral combatendo a pornografia em todas as suas manifestações. Seus membros buscavam censurar panfletos licenciosos ou mesmo peças de teatro que consideravam pornográficos.

Em 1923, ano de publicação de *Mademoiselle Cinema*, o diretor da Liga pela Moralidade era o Doutor Pio Benedicto Ottoni, ex-suplente da polícia do distrito federal que, durante seu mandato, se destacara no combate a tudo o que fosse imoral ou libidinoso e atentasse contra os bons costumes da família brasileira.

O grande sucesso da jovem despudorada scandalizou os membros da Liga que, amparados pelo decreto-lei de número 4743, dirigiram-se aos tribunais, exigindo a apreensão do romance, tido como indigno de um país civilizado. O decreto, promulgado em outubro de 1923, proibia a venda e a circulação de “livro, folheto, periódico ou jornal, gravura, desenho, estampa, pintura ou impresso de qualquer natureza, desde que contenha ofensa à moral pública ou aos bons costumes”¹⁸. O decreto previa ainda como pena desde o confisco do material até a prisão dos infratores.

Em resposta ao pedido da Liga, o promotor Gomes de Paiva determinou a apreensão dos exemplares de *Mademoiselle Cinema* das estantes da livraria Leite Ribeiro, uma das mais importantes do Rio de Janeiro. A apreensão, exaustivamente noticiada pela imprensa carioca, suscitou profundas discussões em torno do caráter obsceno dos romances.

O livro objetivado não é, evidentemente, dos que possam servir de ponto de partida para providências dessa ordem. Os nossos mercados de livros estão abarrotados de publicações profundamente vexatórias para uma pudicícia mesmo calejada.

De resto, a literatura acompanha a marcha dos costumes. A sociedade atual não nos parece, a tal respeito, edificante. Desde as modas até os costumes, tudo nos prova que as noções de pudor e os princípios de moral não podem ser encarados com o mesmo rigorismo antigo. Haja visto o cinematógrafo e as fitas modernas da fabricação americana.

[...] No meio de tudo isso, visar um livro e querer, pela sua apreensão, corrigir os costumes, deixando em paz muitos outros livros infinitamente mais licenciosos e não incomodando os círculos sociais que todos esses volumes refletem, eis aí um ato que não nos parece justo, nem eficiente.

17 ALBUQUERQUE, Medeiros e. Mlle Cinema. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10/02/1924

18 Art.5 parágrafo único do decreto número 4743, de 31 de outubro de 1923. *Collecção das leis*. Rio de Janeiro, imprensa Nacional, 1924, p.169.

Verdade que a caturrice dos moralistas é um fenômeno de origem pré-histórica. Talvez por isso venha alcançar um volume que, como *Melle. Cinema*, apareceu há mais de oito meses e do qual se venderam, até agora, mais de vinte e cinco mil exemplares.¹⁹

No prefácio da primeira edição de *Mademoiselle Cinema*, Costallat previa a resistência que sua *garçonne* encontraria na ala mais conservadora da sociedade.

Vão gritar contra o escândalo!
De apito na boca vão apitar para a moral, como se a moral fosse uma espécie de guarda noturno, postado numa esquina, à disposição de qualquer apito!
É fatal!
Há criaturas cuja única ocupação é espernear. É um passatempo como outro qualquer...
Esta *Melle. Cinema* vai, pois, fazer espernear muita gente.
Que esperneiem, à vontade, é o que eu desejo. Esperneiem e continuem a gritar, em altos brados, que sou um escritor pornográfico. Não faz mal. (...) *Melle. Cinema* vai ser, pois considerado um livro escandaloso e imoral. (COSTALLAT, 1999:29)

O autor defendeu exaustivamente a sua Rosalina. Argumentava que, apesar de meios distintos, possuía os mesmos objetivos da Liga: salvaguardar a moral e os bons costumes da família brasileira. Afirmava ter por objetivo dissecar a sociedade para mostrar-lhe os males e vícios em que se encontrava mergulhada. No mesmo prefácio, este argumento já surgia como uma defesa para as futuras acusações.

Se a pornografia, porém, é ser sincero; se a pornografia é apontar as coisas como são e não como parecem ser; se a pornografia é passar o bisturi nos bonecos humanos e fazer-lhes pular o pus para fora; se a pornografia é ir até as entranhas das criaturas e dissecá-las, impiedosamente, para bem da verdade; se a pornografia é levantar a virtude, digna e altiva, diante do vício em ceroulas e imundo; se a pornografia é engrandecer a dignidade humana, mostrando, em contraposição às pessoas limpas, aquelas de pés sujos, que não tomam banho; se a pornografia é transformar um livro num chicote e chicotear com ele os costumes de uma sociedade inteira; se a pornografia é tudo isso – sejamos pornográficos, eu quero ser pornográfico e viva a pornografia! (COSTALLAT, 1999:30)

Dois dias após a apreensão dos exemplares, Costallat publicou um artigo no *Jornal do Brasil*, reiterando o caráter moralizante de sua obra e afirmando ter sido o sucesso atingido por *Melle Cinema* o verdadeiro responsável pela apreensão do livro.

É em juízo que eu vou defender esta *Melle. Cinema*, produto do meu amor à verdade, do meu desprezo pela hipocrisia, da minha veneração

19 A apreensão de *Melle. Cinema*. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14/08/1924.

pela família brasileira, que eu quis defender mostrando a nu a triste época e os tristes costumes por que passamos – é em juízo que eu vou defender a minha obra, cujo maior crime foi ter alcançado o sucesso que alcançou!

O sucesso é o maior dos crimes para os invejosos. E é por causa deste crime que Melle Cinema foi apreendida e vai ser processada!

Por que, então, não apreendem e não processam os milhares de livros escabrosos e imorais, que dormem o sono tranqüilo do anonimato nas prateleiras dos livreiros?

Por quê?

A única culpa de Melle Cinema foi ter tido a ampla repercussão que teve.

A imoralidade é um simples pretexto. E um mau pretexto, porque o livro nada tem de imoral.

Qual imoralidade, qual nada!

O que verdadeiramente incomodou em Melle Cinema foi o número de suas edições, foram os seus 25 milheiros, foi seu êxito comercial.²⁰

No mesmo artigo, o escritor também dirigiu duras críticas à atitude da polícia carioca que apreendeu, sem qualquer intimação prévia, os exemplares de seu romance da Livraria Leite Ribeiro.

Presos, autuados, os dois livreiros tiveram que prestar fiança para se defenderem, soltos, do grande delito de terem em sua casa, à venda, um romance conhecidíssimo de um escritor brasileiro.

É de presumir que uma livraria venda livros e não batatas.

Pois bem. Sem aviso prévio, sem um prévio “índice” da polícia que diga quais são os livros que podem ser vendidos, quais os que o não podem ser, as livrarias estão na iminência de serem, diariamente, tomadas de surpresa por apreensões como a de anteontem. Aliás, anteontem, todas as livrarias tinham *Melle Cinema* à venda. Mas escolheram como vítima a Livraria Leite Ribeiro, a única das livrarias do Rio realmente brasileira, pelos seus capitais e pelos seus proprietários...

É por essas e outras que, às vezes, eu chego a duvidar do meu próprio país.²¹

A polêmica sobre as acusações da Liga pela Moralidade permeou as páginas dos jornais brasileiros e dividiu opiniões. A pesquisadora Daniela Hoffbauer sublinha que, se por um lado, encontravam-se os defensores de Costallat, que admiravam o seu estilo literário e defendiam o caráter realista e moralizante de seus livros; havia, por outro, importantes intelectuais que, ao lado da Liga da Moralidade, denunciavam a pornografia, a imoralidade e a pobreza da literatura feita pelo jovem escritor de Paquetá. (HOFFBAUER, 2000:125)

20 COSTALLAT, Benjamim. A apreensão de Mademoiselle Cinema. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/08/1924.

21 COSTALLAT, Benjamim. A apreensão de Mademoiselle Cinema. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/08/1924.

Paulo Silveira, em artigo intitulado *Madame Tartufo*, numa clara alusão ao hipócrita personagem de Molière, discorre sobre o caráter duvidoso de Pio, diretor da Liga da Moralidade, e sobre a sua atitude ao perseguir *Melle Cinema*.

Sei que esse moço atende pelo caridoso nome de Pio, tem vinte e nove anos de idade, usa bigodinho ralo, implicante; veste fraque bacharelístico, tem voz fanhosa, de escorropicha-galhetas, calça os pés em botinas de elástico, compra passagem de ida e volta para Itapiru, conversa sobre a carestia da vida com o Mendonça do “Círculo Católico”, lê romances de *jeune-fille* na rua, e em casa delicia-se com o pornográfico de Paulo de Kock, fuma cigarros Elite e compra o importantíssimo *Jornal do Commercio*. O Sr. Pio é, afinal, um homem sisudo, compenetrado do seu papel de *boy-scout* da *Salvation Army* brasileira, que pretende pregar folha de videira em todo nu artístico que for sendo encontrado por esse mundo de Cristo. Esse é o grande programa de saneamento moral do Sr. Piopio, que está disposto a não dar mais trégua aos escritores que abusarem da ingenuidade da nossa sociedade...Nada de inconveniências indecentes nos livros brasileiros. Piopio quer que se escrevam coisas puras para serem lidas pelas solteironas que fazem *crochet*. Ele também pretende escoimar o nosso dicionário de certos termos feios. Vários vocábulos serão modificados em benefício da moralidade da família tupinambá...

Oh! Lés bonnêtes gens!...Quelle canaille! Esta frase é do Sr. Emile Zola (cruzes, demônio!) e marca como um sinete de fogo a anca estúpida dos falsos moralistas que vêm para a rua cabotinizarem as suas esquecidíssimas pessoas à custa dos trabalhos alheios. De fato, não há nada mais insuportável do que um homem que vive pelas esquinas, pelas sacristias e pelos jornais fazendo praça da sua honestidade. Cansa a gente o estar escutando a toda a hora os auto-elogios, à minha honra e ao meu caráter. Geralmente, os homens honrados e os homens de caráter não vivem fazendo reclame dessas virtudes morais.

[...] São essas e outras coisas que tiram aos nossos literatos o apetite de escrever. Escreva a gente um livro de arte pura, onde a vida só vibre através de pinceladas de ouro, para se sujeitar ao juízo crítico de um desconhecido Pio, que se arvora em censor para defender uma moral pública que vive por aí prostituída pelos teatros do Rocio, pelos *cabarets* e pelo carnaval. É um desafio.

[...] Uma obra imoral?!... Faça-me o Sr. Pio o favor de dizer o que é uma obra imoral. Pelo seu critério, o mesmo critério que serviu para a apreensão da sapequíssima *Melle Cinema*, a Bíblia deveria ser confiscada. Eu não conheço livro onde a volúpia floresça com mais requinte e mais escândalo do que nesse sagrado volume onde o *Cântico dos cânticos* todo se canaliza em ânsias sumarentas de gozo e de prazer.

[...] Vejam os que me lêem como vão se tornando impossíveis nesta terra as profissões de escritor e de livreiro. Basta uma pequena antipatia do Sr. Pio para se tolher num minuto a liberdade de qualquer dono de livraria.

[...] Escrevi este artigo para protestar contra a apreensão do livro do

Sr. Benjamim Costallat, que, além de ser uma obra de realidade e de palpitante atualidade, merece as considerações da crítica do meu país. Por mais que a invejem os anêmicos escritores desta terra, *Melle. Cinema* é um livro que encerra esplêndidas qualidades de fabulação.²²

O acadêmico Medeiros e Albuquerque, responsável pela coluna *Ordem do Dia* do *Jornal do Brasil*, mostrou-se fervoroso defensor de Costallat, dedicando mais de dois artigos à polêmica em torno do romance. Num deles, a partir do relato de um episódio ocorrido num Congresso internacional de combate à pornografia, o jornalista assinalava a hipocrisia destes guardiões da moral.

Em um Congresso para combater a pornografia, e que o Brasil mandou como representante Souza Bandeira, houve quem falasse em jornais pornográficos. Souza Bandeira, em aparte, disse que isso não existia entre nós. Imediatamente, sem consultar uma nota, Béranger interveio da Presidência perguntando:

- “E o Rio-Nú”?

Béranger conhecia a fundo a revista brasileira que o brasileiro nunca lera. Como são imorais os moralizadores!²³

Em outro artigo, publicado poucos dias depois, o intelectual criticava o pedido dos “fanáticos” membros da Liga e denunciava a ineficácia de atitudes como esta.

Os processos literários até hoje só têm servido para consagrar as vítimas das sentenças e mergulhar no ridículo os juízes que as lavram. Aí estão as *Flores do Mal* e vários livros célebres, que há muito tempo, por uma revisão tácita das suas condenações, voltaram a incluir todos os trechos que os juízes tinham mandado cortar.

As sentenças pouco duraram. O que ficou para sempre foi o ridículo sobre os juízes que as deram e cujos nomes são sempre lembrados com justo escárnio...²⁴

Rosalina foi, finalmente, absolvida da acusação de imoral pelo mesmo promotor que, meses antes, determinara a apreensão de seus exemplares. Em setembro de 1924, o *Jornal do Brasil* noticiou com grande entusiasmo a absolvição do seu “brilhante colaborador Benjamim Costallat”. Tratava-se, segundo o artigo, da “única solução possível, visto que só ela era justa”. Conforme o jornal, o promotor Gomes de Paiva afirmou em seu parecer ter *Melle Cinema* como objetivo “apenas descrever os defeitos da educação moderna, mostrando os seus inconvenientes, para corrigi-los”.²⁵

O sucesso e repercussão de *Melle. Cinema* foi tanta que, em 1925, a diretora e atriz Carmen Santos, diva cinematográfica dos anos 1920, decidiu levar o romance para as telas do cinema. As filmagens, porém, foram interrompidas definitivamente após um

22 SILVEIRA, Paulo. Madame Tartufo. In: *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16/10/1924.

23 ALBUQUERQUE, Medeiros e. Ordem do Dia. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/08/1924.

24 *Id.* Ordem do Dia. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28/08/1924.

25 *Mlle Cinema* e a justiça. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04/09/1924.

incêndio destruir todo seu estúdio. As suspeitas recaíram sobre o noivo da atriz, que estaria com ciúmes do papel.

Em três anos, *Mademoiselle Cinema* atingiu a cifra surpreendente de 60 mil exemplares vendidos. Jornais de todo o país disputavam uma foto da família Costallat ou uma entrevista com o escritor, dedicando ao popular literato inúmeras páginas. No decorrer dos anos, porém, a colaboração de Benjamim Costallat nas páginas literárias dos jornais brasileiros diminuiu drasticamente assim como o destaque a ele conferido pela imprensa. Em 1959, foi publicada no *Jornal do Brasil* sua última crônica, sobre o Aterro do Flamengo e a SURSAN. No completo esquecimento, faleceu dois anos depois, tendo os jornais dedicado poucas linhas à sua morte.

Em crônica publicada poucos dias após a morte de Costallat, Brito Broca discorreu sobre o esquecimento a que se encontrava relegado nos últimos anos de sua vida o outrora popular jornalista e escritor carioca.

Para a literatura brasileira, Costallat já tinha morrido muito tempo antes da moléstia que o flagelou durante mais de dois anos. Se ainda escrevia, há uns quatro ou cinco anos atrás, suas crônicas passavam despercebidas. O público já não lhe dispensava atenção.

[...] Esse escritor, que morreu completamente esquecido, foi o mesmo que entre 1920 e 1930 mais ou menos dispôs do maior público no Brasil, as edições dos seus livros se esgotavam, tinha sempre os retratos nos jornais, os repórteres a lhe pedirem entrevistas.

[...] Mas hoje quem se lembra de Mlle Cinema? A verdade é que a obra de ficção de Costallat, apesar dos propósitos sensacionalistas que lhe atribuíam, tinha certo mérito literário. E como cronista deixou ele em três livros o documento de uma época.²⁶

Morto no esquecimento e excluído do cânone literário, atualmente pouco se conhece sobre este outrora popular escritor brasileiro e sua obra. Nos últimos anos, porém, estudos historiográficos vêm buscando requalificar a década de 1920 do ponto de vista cultural, assinalando a existência de outras tendências literárias e artísticas além do Modernismo. Questionados o marco de 1922 e o papel da vanguarda paulista como referenciais exclusivos da cultura brasileira dos anos 1920, abriu-se espaço para estudos de diversas vertentes artísticas e literárias produzidas nas mais diversas localidades brasileiras, notadamente na capital republicana.

Entre esses estudos, incluem-se aqueles que se debruçaram sobre a intelectualidade carioca na década do modernismo, como *Essa Gente do Rio*, de Ângela Castro Gomes, e *Modernismo no Rio de Janeiro*, de Mônica Pimenta Velloso, que buscaram identificar, na capital republicana, traços de um modernismo carioca; além dos inúmeros estudos sobre as propostas artísticas do período anterior ao movimento, o pré-modernismo, como *Gregos e Baianos* de José Paulo Paes e *Sobre o Pré-Modernismo*, organizado por José Murilo de Carvalho.

É válido destacar que, na década de 1990, nesta revisão do cânone literário em voga, dois famosos livros de Costallat foram reeditados: o livro de crônicas *Mysterios do Rio*, pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, em 1995; e seu romance *Ma-*

26 BROCA, Brito. *Costallat e Mlle Cinema*. In: *A Gazeta*, Rio de Janeiro, 09/03/1961

demoiselle Cinema, pela Casa da Palavra, em 1999. Nos últimos anos, estudiosos de diversas áreas, principalmente da literatura e da comunicação, vêm desenvolvendo estudos sobre este escritor-editor que, seduzindo uma quantidade surpreendente de leitores, foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros da década de vinte.

Bibliografia:

- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- COSTALLAT, Benjamim. *Da letra F, no. 2*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Niccolau Viggiani, 1919.
- _____. *Mademoiselle Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- _____. *Mutt, Jeff & Cia*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.
- _____. *O.K. crônicas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.
- DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- FAR, Alessandra El. *O livro e a leitura no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- _____. *Páginas de sensação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2005.
- HOFFBAUER, Daniela Salzano Hungria. *Benjamim Costallat: costumes cariocas nos anos 20*. 2000. 231f. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.
- LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1951, v.2.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PAES, José Paulo. *Gregos e Baianos*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985,.

- PASSIANI, Enio. “Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil”. In: *Sociologias*, Rio Grande do Sul: UFRGS, no 7, pp. 254-270, 2002.
- PORTOLOMEOS, Andrea. *A crônica de Benjamim Costallat e a aceleração da vida moderna*. 2005. Tese. Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Turunas e Quixotes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Entrevista

Pedro Telles da Silveira

“Confrontar as memórias do passado para libertar a imaginação de um outro presente”: uma conversa com Iris Kantor

Mestrando em História pela UFOP
E-mail: doca.silveira@gmail.com

Por ocasião do **III Simpósio Impérios e Lugares do Brasil – Itinerários da pesquisa história: Métodos, Fontes e Campos Temáticos**, que teve lugar em abril de 2010 na Universidade Federal de Ouro Preto, entramos em contato com a historiadora Iris Kantor para a realização de uma entrevista acerca de sua obra, seus referenciais e seus projetos. Esse pedido de entrevista se transformou numa conversa que se estendeu por todo o ano feita através de e-mails e conversas pessoais. Com graduação e pós-graduação pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente Iris Kantor é professora dessa mesma instituição e tem por interesse uma ampla gama de temas que passa das sociabilidades coloniais até a cartografia e as relações entre os sujeitos e os estados que os governam. Outro de seus interesses é a história da historiografia brasileira, com o que se destaca sua tese de doutorado, publicada em 2004 pela editora Hucitec com o nome de *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Brasileira (1724-1759)*, na qual a autora aborda a produção historiográfica das academias histórico-literárias do século XVIII luso-brasileiro. Movendo-se de tema a tema sempre com preocupações novas, Iris Kantor se insere num grupo de pesquisadores – como João Paulo Garrido Pimenta, que já foi entrevistado pela **Revista Eletrônica Cadernos de História** (Ano IV, número 2) – que buscam repensar a história e a historiografia brasileiras a partir de marcos cronológicos e conceituais que não necessariamente tenham o século XIX como princípio explicativo da realidade brasileira, tentando perceber tradições de práticas e de pensamento que estiveram em jogo na transformação do Brasil em estado independente. Essas e outras questões foram refletidas na entrevista transcrita a seguir.

Pedro Silveira: *Você é certamente uma pesquisadora com uma trajetória acadêmica pouco usual, pela diversidade de temas que estuda. Seu mestrado teve como tema as sociabilidades nas festas populares de Minas Gerais, depois seu doutorado versou sobre a escrita da história no século XVIII, enfocando as academias existentes na Bahia colonial – pesquisa da qual resultou seu livro, Esquecidos e Renascidos, que se tornou uma referência para o campo de estudos – e, agora, você se dedica à cartografia, também no século XVIII. Gostaria que você reconstruísse sua trajetória acadêmica apontando seus interesses por trás de cada uma dessas mudanças de objeto de estudos.*

Iris Kantor: Sim, talvez essa trajetória guarde alguma relação com o fato de não ter ingressado diretamente no mestrado logo após o curso de graduação. Tive experiências profissionais bastantes diversificadas nesse intervalo: fui professora no ensino fundamental e médio, editora de livros para-didáticos e atuei na área de produção cultural por quase uma década. Esses trabalhos me deram uma visão menos teórica e mais pragmática da investigação histórica. Por outro lado, entre 1992-94, fui bolsista do CEBRAP durante o mestrado e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política por doze anos; nessas instituições convivi com colegas e mestres de todas as áreas das ciências humanas, obrigando-me a acompanhar os debates que não diziam diretamente respeito ao meu campo de pesquisa. Enfim, por meio desse convívio acabei adquirindo um gosto especial pelos trânsitos interdisciplinares.

De modo que vejo com naturalidade a passagem dos meus estudos sobre festividades públicas para o universo intelectual das academias coloniais e, destas últimas, às representações cartográficas. Nos três casos, me propus a reconstituir trajetórias individuais, práticas institucionais e o universo das representações culturais. Encontro várias articulações possíveis entre as descrições de festejos (panegírico), as memórias históricas e a cartografia colonial. Em primeiro lugar, esses três gêneros discursivos constituem modalidades de apropriação simbólica do tempo e do espaço, registram o processo de sedimentação da memória social e das identidades de pertencimento/alteridade dos indivíduos e grupos que compunham a sociedade escravista. Obviamente são discursos de diferentes naturezas, analisar os códigos rituais exige procedimentos distintos daqueles utilizados para decifrar a linguagem técnica dos mapas, mas em ambos, trato de entender o significado menos evidente de cada gesto cerimonial ou de cada representação cartográfica. Poderíamos dizer que os ritos festivos instituem uma geografia da memória e os mapas ritualizam formas de apropriação material do espaço. No fundo, me interesso pelas conexões entre memória e história, de modo que estudar as festas, as narrativas sobre o passado e as projeções cartográficas fazem parte dessa investigação mais ampla.

PS: *Com sua resposta, agora me lembrei de um texto que li há pouco tempo, trata-se de “Os espaços dos povos: mapas, poesias e paisagens etnográficas na Amazônia setecentista”, de autoria de Neil Safier e que foi publicado no volume O governo dos povos, organizado pela Laura de Mello e Souza, pela Júnia Ferreira Furtado e pela Maria Fernanda Baptista Bicalho. Nesse texto, o autor defendia um argumento que, pelo menos a mim, quase leigo em termos de cartografia, me pareceu bastante interessante: o virtual desaparecimento dos etnônimos indígenas dos mapas coloniais corresponderia a uma progressiva separação, ao longo do século XVIII, entre a etnografia e a cartografia. O que achei inovador de sua argumentação é que para se perceber a continuidade no uso dos nomes das etnias indígenas, era preciso aumentar o foco*

da cartografia, fazendo com que passasse quase que exclusivamente do exame de mapas, para também o de poemas, relatos, ou seja, outras formas de perceber o espaço possíveis de existirem naquele momento. Tendo isso em vista, a pergunta que gostaria de lhe fazer é a dupla: primeiro, se você vê numa ampliação das fontes e numa diversificação de sua natureza um caminho possível para uma apropriação da cartografia pela disciplina histórica e, segundo, se você pretende trazer para sua reflexão esses outros tipos de fontes e enunciados.

IK: O trabalho de Neil Safier é inspirador, porque ele documenta a circulação do conhecimento sobre o território, sua natureza e populações de uma forma muito original, valendo-se de uma gama de registros que incluem documentos escritos e não escritos, instrumentos científicos, mapas, desenhos, indumentária, poesia, performances etc. Está preocupado em captar a forma como esses artefactos culturais se metamorfoseiam nos seus sucessivos deslocamentos espaciais e apropriações sociais. Ele consegue cruzar diferentes domínios de saber: a história da ciência, a história literária, a etnografia, as artes plásticas, a arqueologia...

Quanto ao desaparecimento dos etnônimos nos mapas dos séculos XVIII, tenho uma outra abordagem que não exclui a dele. Se, por um lado, os etnônimos migram para os mapas de população ou outros relatos; por outro, o processo de mapeamento e o avanço da fronteira colonial (apropriação de terras) intensificou a utilização dos topônimos indígenas. Convém destacar que mesmo nos mapas dos séculos XVI e XVII, os etnônimos não correspondiam necessariamente à localização geográfica das aldeias, nesse terreno devemos cruzar etnohistória e demografia de maneira muito cuidadosa. Mas não deixa de ser sintomático que, desde fins do século XVIII até meados do século XIX, essas indicações sejam progressivamente substituídas por designações ainda mais genéricas, como por exemplo: índios bravos, gentios do sertão, índios bárbaros. Portanto, confrontar as fontes cartográficas com as não-cartográficas será sempre imprescindível para compreender a fome de terras e braços que constringia as populações coloniais.

PS: *No último Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia, realizado entre os dias 26 de abril e 1º de maio na própria USP, você apresentou um trabalho numa sessão de comunicações intitulada “Bancos de dados, acervos cartográficos e novas tecnologias”. O tema é de importância crescente para os historiadores, uma vez que os acervos de fontes digitais tornam a pesquisa cada vez mais dinâmica e facilitam o acesso a documentos que se tornariam, de outro modo, bastante mais difíceis de serem pesquisados. Ao mesmo tempo, o conjunto dos trabalhos apresentados na sessão me fez lembrar de um texto publicado há não muito tempo na revista americana History and Theory sobre os efeitos da digitalização – em sentido amplo – para o trabalho do historiador. Uma das conclusões a que chegava o artigo era que enquanto a utilização de fontes digitais era crescente, a apropriação pelos historiadores dos recursos digitais para suas formas de apresentação e escrita era diminuta, havendo até mesmo um certo receio em utilizá-las. Gostaria de saber, tendo em vista sua experiência de apresentação neste simpósio, se tu concorda com essa opinião? Da mesma forma, quais são as maneiras, em sua opinião, pelas quais os historiadores devem aproveitar os recursos digitais, devem utilizá-los apenas no que toca à pesquisa ou podem influenciar também em sua escrita?*

IK: Não, não creio que devamos ter receio de utilizar fontes digitais, a revolução digital abre novos horizontes não só para a investigação histórica, como também para a atuação profissional do historiador. Obviamente será necessário estar ainda mais atento à confiabilidade dos sites, das bibliotecas e dos arquivos digitais. Mas nossa geração tem a oportunidade inédita de acessar milhares de obras raras que não estariam acessíveis sem os meios eletrônicos. Por outro lado, a ampliação geométrica desses repertórios documentais e bibliográficos não deve desencorajar e nem substituir um contato direto com os documentos originais ou com os arquivos onde eles estão depositados, porque sempre existe uma perda de informação quando temos acesso apenas ao suporte digital. O formato, tamanho, materialidade, enfim, o aspecto táctil do objeto (seja um livro ou um mapa) não são totalmente apreensíveis pela digitalização. Os novos tempos exigem um aprimoramento da nossa acuidade cognitiva e capacidade seletiva. É importante definir quais são os documentos que constituem o núcleo duro da nossa investigação para poder checá-los *in locu*.

Os impactos dessas transformações tecnológicas na pesquisa e na escrita ainda não são totalmente evidentes para mim. Há mudanças na forma de citar os documentos digitais, alguns sites tendem a desaparecer e isso criará problemas graves para recuperação das informações. Por isso, nunca é dispensável citar fontes publicadas em papel. Por outro lado, eu arriscaria dizer que os meios eletrônicos estão abrindo um novo campo profissional para os historiadores contemporâneos. O historiador, mais do que nunca, deve envolver-se com o desenvolvimento de bancos de dados que possibilitem uma navegação cada vez mais referenciada. Neste caso, me parece muito enriquecedor a parceria entre os profissionais da ciência da informação, arquivistas e historiadores. Quero dizer que não adianta nada termos uma avalanche de documentos à disposição na internet sem que eles estejam adequadamente contextualizados através de filtros e outras ferramentas de garimpagem da informação. Acho que devemos ser cada vez mais exigentes e termos um controle ainda maior das fontes documentais, dos acervos originários e das modalidades de sua reprodução. Refazer o caminho da documentação é hoje, mais do que nunca, um imperativo da nossa atividade profissional.

PS: *Recentemente lamentamos o falecimento do professor István Jancso, certamente um dos maiores nomes da historiografia brasileira recente. Enquanto sua vastíssima contribuição historiográfica é algo que não precisa ser disputado para que se reconheça seu valor, gostaria de lembrar que você tem, ao menos, uma publicação conjunta com ele, o livro, Festa – Cultura e sociabilidade na América Portuguesa, publicado em dois volumes. Neste livro, assim como em outros, percebe-se a intenção de reunir uma ampla gama de pesquisadores em torno a um tema comum. Esse procedimento, que quebra com a idéia do intelectual como um trabalhador solitário, parece-me uma maneira de trabalhar cada vez mais necessária e benéfica de realização dos estudos historiográficos. Quais suas opiniões sobre o assunto? E, especialmente, o que você aprendeu com o professor Jancso no tocá às maneiras de se pesquisa em história, qual o legado dele para você?*

IK: Entre as coisas importantes que aprendi com o professor Istvan Jancso, a valorização do trabalho em equipe talvez tenha sido a lição mais funda. Ele tinha o dom de criar um ambiente em que os diferentes integrantes da equipe se sentiam parte de um mesmo

desafio. Sabia estimular as trocas e o fazia de uma maneira verdadeiramente simétrica, mas sem condescendências. Sabia exercer a sua autoridade intelectual com a sutileza dos grandes mestres. Era um acadêmico com raro perfil executivo, mas não dispensava uma boa conversa com todos os que o procurassem. Mantinha sua biblioteca sempre aberta aos alunos e colegas. Não se passava impunemente pelo seu gabinete sem receber uma tarefa extraordinária ou levar uma sugestão de leitura incontornável.

Não fui sua aluna na graduação, eu o conheci somente em 1998, quando ainda estava no doutoramento. Por intermédio do meu orientador [*Fernando Novais*], recebi o convite para coordenar um grupo de estudos sobre festividades coloniais com duas alunas da graduação (Camila Ventura Fresca e Carla Piazzì). Depois de umas quantas reuniões, decidimos organizar um colóquio sobre festas na América portuguesa, realizado, finalmente, em agosto de 1999; e cujos resultados foram publicados em 2001. A realização do colóquio foi uma experiência realmente coletiva porque envolvemos a participação de cinco diferentes grupos de musicologia e etnomusicologia colonial que se apresentaram durante o colóquio. Anna Maria Kieffer e Maurício Monteiro, posteriormente, encarregaram-se de editar o CD que acompanhou a publicação do livro.¹ Para edição do livro também contamos com o auxílio do editor Milton Ohata e de outros colegas que se dispuseram a rever os originais. Como se pode ver, o livro é o resultado de um esforço coletivo viabilizado por uma gestão cuidadosa do professor Istvan.

PS: *Você e seu colega de departamento, o professor João Paulo Pimenta, são responsáveis, entre outros pesquisadores, por certa virada em direção ao estudo do século XVIII para a historiografia brasileira. Conquanto o século XVIII nunca tenha deixado de ser objeto de estudos para a história, a renovação historiográfica da qual vocês participam tende a enfatizar a importância do XVIII para desenvolvimentos históricos que acontecerão posteriormente. No caso do professor Pimenta, buscando no setecentos a formação dos elementos que estarão em jogo no contexto das independências latino-americanas, e você – se entendi corretamente – buscando nas academias e na escrita da história pelos eruditos coloniais luso-brasileiros indícios de uma diferenciação identitária com relação ao Reino que depois se aprofundará no decurso desse mesmo século. Se a descrição que fiz acima está correta, gostaria de perguntar qual a importância para você do século XVIII para a historiografia brasileira? Eu digo, de que maneira integrar o século XVIII num percurso histórico coerente que leve à reflexão sobre os elementos característicos da história brasileira? Qual a importância do século XVIII para a formação de uma história que se diga brasileira e não apenas luso-americana?*

IK: Essa foi a minha pergunta de partida quando iniciei o doutoramento, queria saber exatamente isso: qual foi o peso das narrativas históricas setecentistas na formação do cânon historiográfico oitocentista. Não concluí esse projeto ambicioso, porque me detive no estudo de apenas duas academias, sem conseguir avançar até a fundação do IHGB. Quando iniciei a pesquisa, me dei conta que a quase totalidade dos estudos (com exceção dos textos publicados pelos fundadores do IHGB) não atribuía importância à experiência historiográfica acadêmica, embora reconhecesse sua relevância à formação do cânon literário. A maior parte dos estudos sobre a produção acadêmica colonial tinha sido realizada

1 JANCSO, István & KANTOR, Iris. **Festa – Cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EdUSP, 2001, 2 volumes.

na perspectiva da história da literatura, mas não como parte constitutiva de uma história da historiografia brasileira. Meu trabalho procurou evidenciar esse aspecto, levando em consideração o movimento desencadeado pela Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720, para construir uma memória do patrimônio imperial. Diferentemente dos estudos de história da literatura colonial – como de Jose Aderaldo Castello e Antonio Candido de Mello e Souza, por exemplo – tive a preocupação de captar a utilização dos procedimentos de investigação historiográficos ao longo do século XVIII.

O que eu tentei demonstrar, com maior ou menor sucesso, de uma maneira muito circunscrita - porque me ative somente à produção de duas academias (Academia Brasília dos Esquecidos e Academia Brasília dos Renascidos) e de alguns autores – foi justamente que os eruditos brasílicos conheciam os métodos de crítica documental difundidos desde fins do século XVII pelas congregações religiosas (Mabillon e Papebroek) e academias européias. Do meu ponto de vista, a análise das dissertações e das memórias históricas evidencia o conhecimento e o domínio dessas técnicas de autenticação das fontes documentais. E, diante das circunstâncias da investigação no meio colonial (tais como os problema com a organização dos arquivos públicos), os colonos procuraram compensar a dificuldade de acesso aos documentos originais - que exigia mobilização de uma rede de poder para ter acesso a Torre do Tombo e arquivos familiares – questionando a desqualificação das fontes orais (de origem ameríndia) nas narrativas da história da América brasílica.

Pretendi apreender esse imaginário retrospectivo do processo de colonização, visto a partir da experiência dos acadêmicos. Como as projeções do passado, longínquo ou próximo, serviram para que eles construíssem um vir a ser americano, uma visão da unidade geopolítica do território e das suas relações com os demais grupos adventícios, fossem eles portugueses recém-chegados, descendentes de africanos livres ou indígenas. Nessa incursão, observei algumas tópicas comuns ou regimes de historicidade (usando livremente o conceito de François Hartog) que poderíamos definir como estruturas proféticas. A análise dessas estruturas narrativas de interpretação do tempo e do espaço nos ajuda, creio eu, a situar o modo como a historiografia do XIX utilizou as fontes do século XVIII para fixar uma dada imagem dos primeiros séculos de colonização.

PS: *Julgando por seus trabalhos, creio que você foi bem-sucedida em demonstrar como os eruditos brasílicos estavam em contato com o que estava sendo produzido na Europa durante o século XVIII, o que por si só é uma grande revisão das análises comumente feitas acerca da produção histórico-literária colonial. Isso lhe permite trazer seu argumento, que considero quase que o mais importante, de uma apropriação por parte das elites coloniais dos meios de produção ou de interpretação da história. Eu gostaria de encaminhar a minha pergunta, então, no sentido de uma sugestão feita pela pesquisadora Taíse Tatiana Quadros da Silva em breve estudo que apresentava alguns documentos da Academia Real da História Portuguesa, estudo que foi publicado na revista História da Historiografia. A sugestão era de que a erudição portuguesa não poderia ser reduzida, grosso modo, à erudição francesa ou italiana. Essa afirmação me parece quase correlata a uma tendência da historiografia atual de procurar compreender o Iluminismo em Portugal dentro de um quadro que pressupõe a existência de vários Iluminismos, com o que as idéias do Esclarecimento não são apenas importadas, mas também produzidas em solo lusitano. Gostaria de saber se você acha pertinente essa compreensão desse fenômeno histórico e se é possível pensar, embora toda apropriação implique uma criação, as elites coloniais brasílicas também como produtoras de uma erudição específica no Setecentos, uma questão que recoloca as complexas relações entre elites coloniais e reinóis no âmbito do Império lusitano.*

IK: Sim, acho pertinente, mas são relações complexas que não envolvem apenas as elites luso-americanas e as reinóis, porque os eruditos brasílicos também alimentavam a expectativa de serem reconhecidos no âmbito mais alargados da “república das letras” europeia. Foram os estudos pós-coloniais que chamaram atenção ao cosmopolitismo das elites periféricas, explorando as formas inauditas de mimetismo, apropriação e contrafação das diferentes correntes de pensamento que fizeram parte do repertório cultural das Luzes. Estou cada vez mais convencida de que os eruditos brasílicos acompanhavam e traduziam o debate intelectual europeu a seu modo, reagindo de maneira mais ou menos conservadora aos problemas que lhes concerniam diretamente, tais como: a escravidão, a inferioridade natural da América e dos americanos etc. Entretanto, não se pode negligenciar os efeitos da ausência de uma universidade e a proibição de instalação de tipografias até a instalação da Corte no Rio de Janeiro, sobretudo, no que toca a reprodução social das camadas letradas. A desterritorialização da produção intelectual tornava o acesso aos bens simbólicos das Luzes mais restrito às camadas sem privilégios estamentais. A cultura iluminista em sociedades escravistas teve certamente colorações próprias; conotações talvez menos otimistas que o iluminismo europeu, quem sabe?

PS: *A USP sempre teve a característica de formar criadores de opinião, intelectuais no sentido próprio do termo, cujas interpretações escapam em vários sentidos aos limites da disciplina historiográfica ao mesmo tempo que contribuem enormemente para ela. Nesse sentido, aproveitando o quadro descrito acima, gostaria de saber como equacionar, se é que é sua preocupação, uma teorização como a do professor Fernando Novais sobre a crise do antigo sistema colonial com abordagens com as quais os historiadores estão entrando em contato mais recentemente, como a história dos conceitos, a qual, no contexto iberoamericano, deu origem ao Dicionário político y social del mundo iberoamericano? São abordagens compatíveis ou não? E que aproximações devem ser feitas e quais características devem ser mantidas de uma e de outra?*

IK: Tenho procurado acompanhar o debate no âmbito da história dos conceitos, há certamente avanços notáveis, sobretudo, entre os colegas e pesquisadores da UFOP. Francamente, não vejo incompatibilidade entre as formulações de Fernando Novais e os pressupostos de Reinhart Koselleck. Um autor, aliás, presente na bibliografia de Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), editado em 1979. Mas, percebo que a minha geração, lembro aqui os trabalhos de Valdeí Lopes Araújo e João Paulo Pimenta, tem proposto inflexões que procuram ir além das formulações propostas por Novais. Como todos sabemos, quando Novais defendeu sua tese de doutorado tinha em mente um debate crítico que se realizava no âmbito da ciência econômica, da sociologia do subdesenvolvimento e das teorias da dependência. Mas esse horizonte historiográfico, delineado na década de 60 e 70, transformou-se. No dizer de Koselleck, mudaram os nossos “horizontes de expectativa”, a queda do Muro de Berlin, a reconfiguração dos Estados Nacionais, a última crise financeira mundial reposicionaram o Brasil na ordem política mundial. Portanto, se o nosso horizonte mudou, quais são as questões que interessam ao historiador brasileiro do século XXI? No meu caso, tenho tentado confrontar os modelos de conhecimento veiculados pelos diferentes grupos hegemônicos ou não, na tentativa de instituir a sua percepção do espaço e do tempo histórico. Minha curiosidade intelectual não se limita à formação de um discurso identitário, pretendo, pelo contrário, desvendar os trânsitos, formas de apropriação social e usos políticos das narrativas históricas,

cartográficas, assim como das performances cerimoniais. Interessa-me confrontar as diferentes formas de instituir a memória do passado para liberar a imaginação de um outro presente.

Resenha

Isabella Machado Fantini¹

Os Naturalistas e a Nação: Heranças e Contribuições

Graduada em História pela UFMG
E-mail: isabellafantini@hotmail.com

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. 267 p.

Franco e Drummond discutem, na obra *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil*, como um grupo constituído por intelectuais, cientistas e funcionários públicos pensou o país sob os mais variados aspectos, inclusive no que tange à conservação do mundo natural, entre os anos 1920-1940. José Augusto Drummond graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, é professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, autor de vários artigos e livros sobre história da conservação da natureza no Brasil e uso dos recursos naturais. José Luiz de Andrade Franco possui graduação em História pela Universidade de Brasília. Atualmente, é professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília, pesquisador colaborador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

O argumento principal dos autores é que a proteção à natureza e a tentativa de construção da nacionalidade brasileira se entrelaçaram no período em questão e justamente essa relação propiciou sucesso ao grupo no cenário político-intelectual entre os anos 1920 e 1940. Drummond e Franco procuraram compreender como o grupo de intelectuais interpretou e posicionou-se em relação às políticas públicas governamentais de cuidado com o mundo natural. Embora houvesse disparidades entre cada um dos cientistas tratados no livro, existia uma identidade comum nas concepções acerca da natureza. Na época, era recorrente a crença de que os problemas do país poderiam ser resolvidos por meio da intervenção de um Estado forte, auxiliado pela elite culta. Os intelectuais assumiram o papel de guias, motivados pela ideia de que poderiam assessorar na construção de um país diferente daquele em que viviam. Nas décadas em questão, principalmente na de 1930, intenso nacionalismo e conservadorismo político estavam presentes na maioria dos países do Ocidente, inclusive no Brasil. Neste, somava-se ainda o desejo pela modernização. Em tempos de organização burocrática e jurídico-institucional, intelectuais de várias áreas deram contribuições importantes para o futuro da nação.

Enviado em 23 de junho de 2010 e
aprovado em 13 de outubro de 2010

* Membro do grupo de pesquisa História e Natureza, coordenado pela Professora Dra. Regina Horta Duarte. Apoio: FAPEMIG/ CNPq.

O livro se inicia com um panorama ambiental sobre a época em questão e aborda assuntos como: debates entre os cientistas brasileiros e estrangeiros, as principais ideias acerca da natureza em voga na Europa e Estados Unidos, a criação de parques nacionais, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934, a disputa entre conservacionistas e preservacionistas nos Estados Unidos. Os demais capítulos abarcam a vida, a obra e a herança intelectual dos quatro cientistas naturais estudados por Drummond e Franco.

Os autores, a princípio, tratam de Alberto José Sampaio, um dos maiores conhecedores da flora brasileira e um dos pioneiros do conservacionismo no país. O intelectual inovou na medida em que pensou a conservação da natureza como uma preocupação de todas as esferas e níveis governamentais, o que hoje chamamos de transversalidade. O botânico refletiu ainda sobre a necessidade de preservação do patrimônio natural, por meio da criação de parques nacionais, reservas naturais e estações biológicas.

No decorrer do livro fica claro que todos os naturalistas propuseram alternativas para o uso equilibrado dos recursos naturais, bem como meios de inserção da população marginalizada através de atividades ligadas a terra e a natureza. Neste aspecto, a argumentação de Sampaio vai de encontro às ideias disseminadas na sociedade atual de que os cientistas daquele tempo pensavam apenas nas plantas e nos animais, sendo insensíveis quanto a produção econômica e o bem estar social. O botânico procurou legitimar a proteção da natureza, inserindo-a em uma tradição iniciada com outros eruditos que o precederam, dentre eles José Bonifácio de Andrada. O projeto de Alberto Sampaio unia o homem ao meio natural e propunha um programa de “educação ambiental” para que a população se conscientizasse de que os recursos naturais não são inesgotáveis. Para o cientista, não bastava a elaboração de leis: a educação era indispensável.

Armando Magalhães Corrêa acoplou argumentos políticos, científicos, estéticos e sociais para defender a preservação da natureza no Brasil, identificando-a com a construção de uma nação forte e moderna. Em seu livro *O Sertão Carioca* (1936), o intelectual tratou das atividades produtivas da população do interior fluminense e fez sugestões conservacionistas que influenciaram as políticas governamentais. Ele inovou ao propor a conservação da natureza com a participação das populações residentes, ideia que muitos pensam ser de ambientalistas brasileiros dos anos recentes. Para Corrêa, assim como para Sampaio, o projeto de brasilidade não dissociava o homem da terra, mas era necessário que o governo investisse em educação, formação moral, conhecimentos técnicos, assistência médica e sanitária. Seu livro representou a inserção da conservação da natureza em um movimento mais amplo, que pressionava e começava a se fazer ouvir pelas autoridades do governo federal.

O zoólogo Cândido de Mello Leitão preocupou-se com a valorização do conhecimento científico e da natureza em toda a sua diversidade. Ele defendeu a necessidade de um processo civilizador que reconciliasse o homem e o mundo natural, processo no qual a ciência e o Estado teriam responsabilidades a compartilhar, sobretudo no Brasil, país que ele considerou estar em busca da construção da sua identidade nacional e do seu modelo de civilização. Assim como Sampaio e Corrêa, Mello Leitão foi professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e desenvolveu uma relação clara entre o desenvolvimento científico e o amor à natureza. Ele propôs um vínculo entre os investimentos na ciência, a valorização da natureza e a consciência da nacionalidade, tripé que sustentou seu pensamento. Justificou

a conservação da natureza a partir de três questões: interesse econômico, interesse científico e o tema ético ou moral. Tal como Sampaio, Mello Leitão defendeu a implantação de reservas e parques como garantia da perpetuação das espécies da fauna e flora. Porém, o cientista natural considerou a possibilidade do turismo nestes locais, pois percebeu a necessidade de viabilizar o crescimento econômico e social do país.

Frederico Carlos Hoenhe foi pioneiro da defesa do reflorestamento e da manutenção de *habitats* entre os cientistas brasileiros do século XX e contribuiu para a emergência de uma consciência ambientalista no Brasil. A sua abordagem combinou argumentos científicos com apelos estéticos e românticos e difundiu a percepção de que a natureza deveria desempenhar um papel importante na constituição da identidade nacional brasileira. O intelectual preocupou-se com a destruição de um patrimônio natural rico, pouco conhecido e equivocadamente explorado, sem que houvesse consciência sobre suas potencialidades. Apesar de defender a preservação, propôs o uso dos recursos naturais, pois era a favor da produção em uma modalidade que hoje chamamos de sustentável. Na esfera federal, suas ideias contribuíram para a criação dos primeiros parques nacionais brasileiros.

Os objetivos que os autores traçaram na introdução do livro foram cumpridos, na medida em que comprovaram, por meio de uma ampla documentação e de uma leitura minuciosa de várias obras, que existiu um sentimento de grupo por parte desses cientistas naturais. Houve uma tentativa de se elaborar um projeto de nacionalidade, comprometido com o saber científico e a valorização da natureza. Na perspectiva desses intelectuais era necessário conhecer melhor o patrimônio natural do Brasil para utilizá-lo de uma maneira racional e conservá-lo para as gerações vindouras. Porém, suas contribuições foram esquecidas a partir da década de 1940, quando um projeto estritamente desenvolvimentista, sem preocupações com a natureza, foi eleito para a nação.

O livro foi escrito em linguagem erudita, porém acessível. Para além de toda a riqueza documental e de informações históricas, a sua principal contribuição é permitir que um tema importantíssimo para os dias atuais seja acessível a um público diverso. A grande inovação de Drummond e Franco, para a História Ambiental, foi fugir de uma argumentação pautada na análise economicista. Os autores tratam o tema sob o ponto de vista político e social e evitam o determinismo. Além disso, não caem no anacronismo de atribuir àqueles homens práticas ambientais vivenciadas pela sociedade presente.

Discussões muito ricas que dialogam com os tempos atuais - já realizadas pelos quatro cientistas em questão a partir dos anos 1920 - estão inseridas na obra. Uma delas, a questão da proteção à natureza não se opor à produção e ao progresso, conceituada como desenvolvimento sustentável atualmente, tem sido bastante problematizada pela sociedade contemporânea. Da mesma maneira que na década de 1920 os intelectuais estavam se mobilizando e produzindo sentido em torno da ideia e proteção à natureza, o livro traz uma contribuição importante para o eferescente debate ambiental atual, pois os autores fazem um exercício de se voltar ao passado visando a construção de um futuro diferente.

Segundo Paul Ricoeur, sem a articulação entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa, a história é impensável. De fato, Drummond e Franco pretendem, ao apontar a luta e o debate dos naturalistas do passado, atentar para que o problema ecológico seja mais notado, difundido e incorporado pela população e pelos governos atuais do que foi anteriormente, na medida em que o futuro do patrimônio natural no Brasil continua ameaçado pelo crescimento econômico e por problemas de ordem ambiental.

Transcrições

Thiago Enes

Desmandos e o exercício de poder de ouvidores e juizes de fora nas Minas do ouro

Mestre em História UFF
E-mail: enes.thiago@gmail.com

Palavras-chave: Poder local, administração, Coroa portuguesa.

Key-words: Local power, administration, portuguese Crown.

Tudo de se passou numa fria manhã de inverno, quando o galo ainda se punha a anunciar a aurora. Por entre a névoa que recobria a cidade incrustada entre as montanhas um homem caminhava apressado pelas vielas. Embrulho debaixo do braço, rapidamente ele se dirigiu para o grande casarão próximo ao bananal grande. As batidas inquietas na porta acabaram por revelar uma surpresa. Convidado a entrar, várias pessoas conhecidas o aguardavam dispersas pela grande sala, ricamente guarneçada com fino mobiliário. Aos solavancos, o homem que fora chamado com o simples fito de consertar uma balança foi levado ao segundo piso, e lá deparou-se com outras pessoas, que o observavam com suspense no olhar. Percebida a tocaia em que se metera, mal teve tempo de reagir. A firme voz de prisão partiu do próprio juiz de fora de Mariana, posteriormente ouvidor da Comarca de Vila Rica: “Vá para a cadeia que és cabeça de motim!”

O processo crime instaurado em julho de 1751 quase nos permite visualizar a prisão do então detentor da licença de aferição e das almotaçarias da Leal cidade de Mariana. No banco dos réus estava Antônio de Medeiros, comerciante, morador da primeira cidade das Minas Gerais há mais de oito anos. “Homem rústico, ignorante de letras e incapaz de agir com dolo algum”, o réu declarou, em juízo, sua total inocência, alegando sempre ter sido “quieto e pacífico, inimigo das contendas de justiça e com bom ânimo, sem discordar de pessoa alguma”. Certamente, sob a nada desprezível influência do dono do casarão onde os fatos se passaram naquela fria manhã, a justiça o manteve preso sob a alegação de que além de praticar as aferições de forma inescrupulosa, tecendo conluios com os negociantes da região, o réu ainda fomentava protestos e dissensões visando macular a imagem do então juiz de fora, posteriormente ouvidor, Francisco Ângelo Leitão.

Enviado em 15 de junho de 2010 e aprovado em 28 de setembro de 2010

Ao que tudo indica, a licença para aferição das balanças e das almotaçarias foi arrematada em hasta pública. Sujeito de baixa extração social, dificilmente Antônio de Medeiros conseguiria sagrar-se ocupante de um dos postos da vereação ou assumir ofícios na Câmara Municipal. Mesmo assim, logo cedo, Medeiros conheceu os dissabores que o pequeno exercício de poder lhe poderia ofertar, metendo-se em contendas com um dos homens mais poderosos da região. Não se sabe, ao certo, se o réu dizia mesmo a verdade ao alegar sua inocência mas, sem dúvida, a truculência dos fatos aqui narrados ainda iria se repetir em outras ocasiões, e com outros moradores da região.

Francisco Ângelo Leitão foi nomeado para o cargo de juiz de fora de Mariana em 1748,¹ tendo permanecido no exercício da função até 1750, quando foi substituído por Silvério Teixeira.² Logo após servir como juiz de fora, Leitão passou a ouvidor da Comarca de Vila Rica, até ser substituído por Caetano da Costa Matoso, que também acumulou o ofício de corregedor. Detentor da valorosa honra e prerrogativa de representar alguns dos desígnios do rei de Portugal nestas douradas Minas Gerais, Francisco Ângelo Leitão parece ter escrito sua história mais pelo excesso no exercício do poder do que pela virtude e bem aventurança de zelar pelo reto e justo governo.

Três anos após a execução do ardiloso estratagema que levou para a cadeia o pobre aferidor das balanças e das almotaçarias, os moradores da cidade, fartos que estavam diante das muitas injustiças cometidas, vieram a “representar o notório vexame e gravíssima consternação em que tem posto a todos os moradores o Francisco Ângelo Leitão, ouvidor de Vila Rica”. Segundo o documento encaminhado ao Concelho Ultramarino, o magistrado português arvorava-se indevidamente sobre as cobranças da almotaçaria, exigindo a apresentação de licenças fora das normas, aplicando multas escorchantes a seu bel prazer e executando-as através dos oficiais de justiça.³ Além de exceder sua esfera de atuação, se sobrepondo aos almotacés eleitos pelo Senado da Câmara de Mariana ou aos contratadores das rendas municipais, como se pode aferir do presente processo crime aqui analisado, o juiz de fora de Mariana, posteriormente ouvidor de Vila Rica, costumava multar os moradores em “uma oitava e meia e seis vinténs de ouro.”⁴

Ser ouvidor significava ocupar um alto posto da administração, cujas amplas incumbências conferiam-lhe prestígio e importância política suficiente para, segundo apurou Álvaro de Araújo Antunes, rivalizar até mesmo com os governadores da Capitania. Além de compor a Junta de Justiça que, sediada em Vila Rica, apurava os crimes de desobediência de soldados, sedições, rebeliões, homicídios e, em certos casos, poderia

1 O pedido de provisão no cargo foi encaminhado ao Concelho Ultramarino em 1747 e, já no ano seguinte, Leitão assinava como juiz de fora da cidade de Mariana. Consultar: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Caixa 49, Documento 4137. PEDIDO de provisão para o exercício do cargo de juiz de fora de 28 de abril de 1747; & AHU_ACL_CU_011, Caixa 51, Documento.4232. PEDIDO do juiz de fora de Mariana de 05 de janeiro de 1748.

2 Para mais informações sobre a atuação dos juizes de fora da cidade de Mariana nos setecentos, recomenda-se o trabalho, ainda em andamento: SOUSA, Débora Cazelato de. *As Mãos do Rei: os juizes de fora na administração e justiça em Mariana (1730-1777)*. Dissertação de mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: ICHS/UFOP, 2010.

3 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Caixa 66, Documento 5499. EXCESSOS cometidos pelo ouvidor de Mariana de 06 de novembro de 1754. Fls. 01-03.

4 *Idem*.

condenar à morte carijós, negros e mulatos; o ouvidor ainda representava a segunda instância judicial do Termo de Vila Rica, diretamente responsável pelos processos julgados, apelações e agravos das sentenças judiciais proferidas pelos juizes de primeira instância.⁵ Os ouvidores podiam ainda atuar em primeira instância em algumas causas, compor as listas nominativas para os principais cargos nas Câmaras e promover “correições” nas vilas e cidades sob sua jurisdição, atentos às contas e procedimentos dos Senados.⁶

Na opinião dos juriconsultos, o conhecimento das leis e a posição dos ouvidores na estrutura administrativa adequava o exercício da justiça à legislação oficial.⁷ Desta forma, a atitude despótica e as denúncias dos moradores de Mariana aqui tornadas evidentes constituíam grave ofensa ao decoro administrativo, contribuindo de forma desabonadora para a própria imagem da justiça praticada nas Gerais.

Tais práticas pouco protocolares vinham sendo praticadas pelo magistrado antes mesmo de suas designações no novo mundo. Francisco Ângelo Leitão já havia se envolvido em rugas referentes ao Direito de almotçaria anteriormente, chegando a questionar a autoridade do almotacé mor da corte de Lisboa.⁸ Para alívio da população e sossego dos mineiros vitimados pelo seu pouco apurado senso de justiça, no ano de 1755, Leitão foi sumariamente afastado do cargo de ouvidor, retirado de sua residência, que era posse da Coroa portuguesa, e ainda foi excomungado pela Igreja Católica, muito provavelmente devido aos abusos cometidos em exercício de função.⁹

Para além da simples e fortuita curiosidade histórica frente aos desmandos dos fatos aqui narrados, recomenda-se a leitura do documento parcialmente transcrito por constituir-se, aos nossos olhos, em rica fonte de informação sobre os meandros da justiça e da administração local nos longínquos territórios pertencentes à Coroa portuguesa. A forma como a prisão de Antônio de Medeiros foi conduzida revela os ardis utilizados pelos donos do poder para conduzir a política, e dar a ver sua força em níveis locais. Além da narrativa do estratagema da prisão *per sí*, fator pouco usual em se tratando de um homem letrado e que, em tese, deveria efetuar diligências em concordância com a

5 ANTUNES, Álvaro de Araújo. “Para a conservação e aumento dos meus domínios: advogados e a administração da justiça oficial.” No Prelo. 2007. p. 290.

6 CÓDICE, Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, que tomou posse em fevereiro de 1747, e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. p. 353-357 e 670-674.

7 SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986. p. 81. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII”. In: *Vária História* – Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. n.28. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2004. p. 128. AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Negras Minas: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo: São Paulo/Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, 1999. p. 53. HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. “As redes clientelares”. In: MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 24.

8 Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Caixa 73, Documento 6071. CONSULTA sobre os métodos de opressão dos povos de Mariana de 25 de janeiro de 1758. Fls. 01-02.

9 Veja: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_011, Caixa 67, Documento 5593. PEDIDO para retirar a residência ao ex-ouvidor de Vila Rica de 24 de março de 1755. & AHU_ACL_CU_003, Caixa 12, Documento 1067. CARTA do ouvidor de Vila Rica, Caetano da Costa Matoso, ao rei D. José de 08 de maio de 1751.

retitude da lei, o documento em questão é representativo pois todas as testemunhas arroladas afirmam que o réu adotava ilibada postura, sendo ignorante e incapaz de fomentar dissensões. Mesmo assim, a justiça o manteve preso pela influência exercida pelo magistrado português nas plagas mineiras. Ao lançar mão de um vasto séquito de funcionários e oficiais, a Coroa, que investia os seus com a régia autoridade e esperava que os desígnios de El Rey fossem levados aos súditos de forma inexpugnável, via-se obrigada a conviver com o desprazer de ver avultarem-se os desígnios pessoais de quem, *a priori*, deveria cultivar o bom governo.

TRANSCRIÇÃO

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Cartório do 2º Ofício – Códice 197, Auto: 4933.

Cópia do Processo Crime de Antônio de Medeiros.

Réu: Antônio de Medeyros

Autor: A justiça, por seu promotor

Data: 04 de Agosto de 1751

“...traslados ordenados e [processados] entre partes com eles de uma como Autora a Justiça por seu promotor e da outra o Réu Antônio de Medeyros dos quais consta ser o dito citado para falar ao dito libello crime como constava do requerimento da audiência de três de julho de 1751... se assinam duas audiências ao Réu (juntou documentos e entrou com uma contrariação)”

Resumo da Contrariedade:

“O réu “provará que os editais públicos para chegarem a notícia de que no dia sete de junho próximo passado deste de 7 para as 8 horas da manhã com a sua licença e [?] de aferição corrente e almotaçarias que se [?] apresentar, e se [foi] aonde a umas [pissaras] a casa de um [?] consertar a sua balança por assim lhe ordenar o aferidor e lhe entregou a dita balança ficado de [... goar] [...] (contrariedade 3) provará que tendo noticiado volta que fez, que o procurador do Senado havia ido com várias pessoas para a casa do dito Ministro para ela se encaminhou o réu só e sem levar consigo tumulto algum de gente e aí achou muitas pessoas umas de dentro e outras de fora da porta, a tempo quererão dois oficiais de justiça pela escada abaixo dizendo que subissem todos que assim o mandava o mesmo ministro e subindo o réu achou a sala cheia de gente, e por não ver nela lugar ficou ao pé dá porta e aí foi preso sem requerer cousa alguma nem haver dito palavra. Provará que vendo-se o réu preso disse para o dito Ministro- Senhor Doutor Ouvidor vossa mercê pode obrar o que for servido; porém [saiba] e na [mercê] que eu trago os meus papeis correntes e a oitava para depositar e quem assim ver não é Rebelde – ao que o dito ministro respondeu – vá para a cadeia que és cabeça de motim. Provará que és menos verdade imputar se ao réu que antes da sua prisão andara solicitando para várias pessoas concorrerem no dito tumulto, e nem o réu nem outra pessoa alguma se acharam com armas algumas quando se acharam em casa do dito ministro. Provará que o réu há

quase oito anos vive na cidade de Mariana com seu negócio sempre quieto e pacífico e inimigo de contendias de justiça e com bom ânimo sem discordar com pessoa alguma, e nunca atormentou nem moveu motins e as palavras acima expressadas as disse ao Meritíssimo ministro com muita submissão e modéstia e com toda a atenção que devia ter-se. Provará que o réu depois da pena na dita cadeia da cidade nem as grades dela chegou e só deu as chaves da sua casa a um seu conhecido sem lhe dizer coisa alguma na particular de sua soltura nem o réu soube que [?] para a cadeia desta vila senão quando para ela foram conduzir o que fez o dia que [?] pacificamente os mais presos sem a menor repugnância. Provará que chegando o réu e os mais presos com oficiais ao moinho do Capitão Manuel Cardoso Cruz viram ajuntamento de gente que os vinha seguindo para lhos tirarem ao mesmo tempo passando casualmente por ali córrego cabrita e o Magistral com o padre Capelão da Passagem lhes pediu o réu e companheiros os presos que pelo amor de Deus fizessem com aquelas gente que os não seguissem e voltassem para trás pois lhe [procuraram] mais mal ditos cônegos lhes prometeram que assim o fariam e veio o réu com os mais seguindo o seu caminho com os oficiais com toda cortesia e sem repugnância. Provará que tanto não foi maquinado pelo réu para que ele ajuntamento de gente que se fazia os presos que para deter – se o mesmo réu aos oficiais que ficassem a [?] caminho de sendo a gente e com os outros se adiantassem os presos e assim se fez surtindo bom efeito a dita cancela e dissolvendo-se o maior ajuntamento que havia alguma gente ainda o seguia até [?] antes do Rio da Passagem toda desapareceu com a chegada do dito Meritíssimo Doutor Ouvidor Geral. Provará que subindo o bananal grande chegou o dito [?] e informarão os oficiais da prisão que o Réu e companheiros haviam chamado contra aquela gente que os não seguissem e fez que fossem embora pois lhe faziam o seu seguimento e também constou então ao dito Ministro que havia Réu e os mais presos podido com instância aos reverendos cônegos mencionados que fizessem com que aquela gente voltasse para as suas casas. Provara que o achar-se o Réu em casa do dito Ministro foi com a referida casualidade e sem ânimo de ofensa mínima contra o seu respeito e menos contra o edital que o Réu ignorava e ainda supondo como ignorante que pelo bando que se publicara não devia pagar, não leve dúvida com depositar mostrando o corrente os seus papeis. Provará que o Réu é homem rústico, ignorante de letras que mal escreve o seu nome e por isso não obrou com dolo algum ao dito bando que se publicou o relevava de toda culpa se alguma cousa dissera [como não disse] nesse particular pelo que deve ser afastado do pedido pela justiça autora fama pública pede recebimento e o cumprimento de súplica [mal] ... de protesto pelo necessário com espencies seguira segundo que assim se continha e declarava [?] conteúdo escrito e declarado na dita contrariedade com que vieram Procurador do Réu e logo e logo depois [?] requerimento da audiência por onde se ofereceu a contraste da [?] forma seguinte. Aos 30 dias do mês de julho de 1751 anos nesta Vila Rica de Nossa Senhora da Conceição do Pilar de Ouro Preto com os passos do Concelho dela em Pública audiência que ali aos feitos e as partes e seus procuradores estava fazendo o Doutor Caetano da Costa Matoso, ouvidor geral e corregedor nesta Comarca ali na mesma audiência pelo solicitador de causas Paulo Teixeira Gomes, procurador do Réu Antônio de Medeiros foi dito a ele dito Ministro e por parte de seu contratante oferecia nestes autos a contrariedade por parte de seus constituintes e requeriam a ouvesse oferecido recebida [?] em que a um tanto quanto em direito era de receber segundo a forma da lei e manda-se que na casa ficassem prova com a primeira

delação de 20 dias que sendo visto e ouvido por ele dito Ministro seu requerimento ou a contrariedade do Réu por oferecida e recebida *sedirem quantum* tanto quanto em direito era de receber segundo a forma da lei e mandou que esta cause ficasse em prova com a primeira delação de vinte dias que correriam citado o Réu o seu procurador e logo pelo dito Procurador do Réu foi dito ao mesmo Ministro que em nome do mesmo seu constituinte se renunciava ao tempo provatório da terra e se carreava da prova dela e requeria lhe mandasse sua carta de inquirição para a cidade de Mariana.

Testemunhas:

João de Faria Leite, morador na cidade vive de seu negócio, 56 anos, pouco mais ou menos.

Antônio Alves de Sousa, morador em Mariana, vive de sua venda.

Antônio Francisco Lopes, morador em Mariana, 32 anos, vive de ofício próprio.

Antônio de Carvalho da Silva, morador na cidade, vive de ser meirinho da cidade, de idade de 46 anos.

Antônio Armes Lisboa, morador na cidade, vive do ofício de carpinteiro, de idade de 22 anos.

Francisco Antônio Morandim, morador na cidade, vive de seu negócio, 30 anos.

Silvestre da Silva, morador na cidade, aferidor, de idade de 30 anos.

José de Barros, morador nesta cidade, vive de loja de fazenda seca, 35 anos.

Pedro José Rosa Chaves morador, nesta cidade, vive de negócio, 35.

Miguel Alves de Mesquita, morador na cidade, 28 anos.

Francisco Martins da Silva, morador nesta cidade, vive de seu negócio, 46 anos.

Manoel Teixeira, morador na cidade, que vive como solicitador de causas, 56 anos.

Matias Rodrigues Lima, vive de seu ofício de ourives, 30 anos.

Cosme Fernandes Guimarães, morador da cidade, vive de carpinteiro, 37 anos.

Reverendo Cônego Joaquim Rodrigues Cordeiro, morador nesta cidade, de idade de 30 anos.

Testemunhos:

“Manoel Teixeira, morador nesta cidade, que vive de solicitador com a idade que disse ter de 52 anos, a testemunha jurada aos Santos Evangelhos em um livro deveram que por mão direita (...) perguntando ele testemunha se pelo conteúdo no primeiro artigo da contrariedade que foi Antônio de Medeiros disse que (...) a mais de dois anos conhece o Réu, e [?] e por isso sabe que este é [?] ora as suas cobranças na sentença o remédio da justiça só por os oficiais dar ou mostrar pessoa alguma e por tudo isso incapaz de motivar dissensões nem se quis por sólida [?] e o mais não disse deste.

Ao sétimo que ele testemunha fez a única pessoa falaram ao Réu porque segundo ele parece, segundo o estado estupefato que veio na [vertava] e por isso incapaz de falar cousa alguma contra o respeito do dito Meritíssimo Ministro porque nem a ele testemunha disse coisa alguma, só lhe entregou aos seus papéis que levava para por correntes com a revista e dizer-lhe unicamente que lá havia mandado as chaves de sua casa e mais nada disse nem do oitavo, nono nem do décimo segundo.

Ao decido segundo disse que o Réu é homem completamente ignorante que mal faz o nome age por ser assim nem bem inteligência para disputar cousa alguma a menos de termos judiciais, a mais não disse deste final e mais não indica e assinou, Manoel Teixeira.

Bibliografia:

AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Negras Minas: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo: São Paulo/Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, 1999.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. “Para a conservação e aumento dos meus domínios: advogados e a administração da justiça oficial.” No Prelo. 2007.

CÓDICE, Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, que tomou posse em fevereiro de 1747, e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII”. In: *Vária História* – Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. n.28. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2004.

HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. “As redes clientelares”. In: MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

SOUSA, Débora Cazolato de. *As Mãos do Rei: os juizes de fora na administração e justiça em Mariana (1730-1777)*. Dissertação de mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: ICHS/UFOP, 2010.

André Vasques Vital

Medicina tropical, tratamento e profilaxia contra a malária: controvérsias científicas no início do século XX

Mestrando em História
pela Fiocruz – RJ e bolsista
CAPES.
E-mail: vasques_hist@yahoo.
com.br

Palavras-chave: controvérsias científicas, medicina tropical, malária

Key words: scientific controversy, tropical medicine, malária

Este artigo comenta a transcrição de uma palestra proferida pelo Dr. Henrique de Sá, na Sociedade de Medicina e Cirurgia, e foi publicada na revista *Brazil Médico* em 1º de junho de 1901, onde o médico questiona, após suas experiências no interior de São Paulo, o tratamento e profilaxia da malária a partir dos sais de quinino. O seu questionamento está ligado às controvérsias científicas do seu tempo, que tinham por base as teorias da nova especialidade médica que emergia naquele período: a medicina tropical.

O mundo presenciou, na segunda metade do século XIX e início do XX, o advento de novas formas de se pensar saúde e doença. Dentre elas temos o surgimento dos postulados da microbiologia, que responsabilizava minúsculos seres vivos como causa das doenças, e da medicina tropical, que adicionou um novo personagem a ser investigado no ciclo de propagação das doenças: os insetos sugadores de sangue que transportavam germes de um indivíduo doente para um saudável.

O surgimento das ideias microbiológicas e sua gradual aceitação abriram caminho para acaloradas discussões e, por conseguinte, para a descoberta dos agentes causadores de importantes doenças na época como a tuberculose, a lepra, febre tifóide e peste bubônica. Isso modificava também as ações profiláticas, que agora tinham como objetivo o combate aos micróbios causadores de doenças, através da produção de vacinas, da filtragem das águas e do saneamento das cidades. Entretanto, essas medidas não se mostravam eficazes contra um grupo de doenças que afetava principalmente os trópicos, dentre elas a malária, que anualmente fazia milhares de vítimas nas colônias europeias na África. A maior parte das vítimas eram os próprios colonizadores, que nesse período buscavam estender o domínio dos países imperialistas no interior dos continentes africano e asiático.

Enviado em 24 de julho de
2010 e aprovado em 14 de
setembro de 2010

Com isso, a maior penetração do homem europeu no interior da África e Ásia levou à intensificação dos estudos sobre a malária. A situação era tão grave que essa doença, juntamente com a febre amarela e as doenças gastrointestinais representaram ao longo do século XIX 94% dos motivos de morte entre as tropas inglesas e francesas, estacionadas ou em movimento, no continente africano (CURTIN, 1998: 5).

Nas Américas a malária também representou um problema, e já era conhecida pelos nativos antes da chegada do homem europeu no fim do século XV. Entretanto, a forma mais grave da doença, provocada pelo protozoário *Plasmodium falciparum*, adentrou o continente com o comércio e o tráfico negreiro, no século XVI (KIPLER & ORNELAS, 2003: 67). Essa antiga convivência dos nativos americanos com uma das formas da malária também determinou o uso de substâncias que julgavam curativas para a doença.

No século XVII uma dessas substâncias ganhou notoriedade, por seu efeito benéfico contra as febres. Em 1638, a condessa de Chinchón, esposa do vice-rei do Peru, foi curada dos acessos de febre após tomar uma poção contendo sais, oferecida por indígenas que a conheciam como “quina-quina”. Logo após esse evento, os jesuítas passaram a vender os sais na Europa, espalhando sua fama. Em 1820, o pó extraído da casca da árvore de Cinchona foi batizado de quinina, passando a ser largamente comercializado (SZCZERBOWSKI & OLIVEIRA, 2009).

A primeira vez em que a quinina foi utilizada com êxito e de maneira profilática data da década de 1850, na expedição ao Níger, na África, por sugestão do médico da marinha inglesa W.B. Baikie, ao qual posteriormente foi dado crédito da invenção do uso preventivo da quinina contra a malária. Essa ideia surgiu pelas várias experiências que já haviam sido feitas com a quinina em momentos de calamidade entre as tropas inglesas na África. A partir de então, essa substância passou a ser usada também como forma de prevenção contra a malária (CURTIN, 1998: 26).

Entretanto, o uso preventivo da quinina não resultou em baixa abrupta no número de doentes em expedições na África e Ásia, tanto quanto na diminuição dos casos nas Américas. E isso fomentou diversas controvérsias sobre as causas da doença. A origem do nome malária vem de mal-ária, ou mau ar. Acreditava-se que a malária era provocada pelo ar contaminado (miasmas) que promovia o desequilíbrio no organismo, desencadeando febres.¹ Na segunda metade do século XIX, surgiu uma alternativa a essa ideia, baseada nas experiências do uso da quinina e de uma nova concepção miasmática: as teorias de resfriamento, que responsabilizavam as variações bruscas de temperatura pelos desequilíbrios no organismo a ponto de causar as febres. Segundo essa concepção, para prevenir as febres, o ideal seria a proteção individual contra as variações de temperatura e o uso preventivo da quinina (WORBOYS, 2003: 187).

Em 1879, já no contexto de experiências microbiológicas e inspirando-se nesses estudos, surgiram os trabalhos de Conrado Tommasi-Crudeli e Edwin Klebs, que apresentaram ao mundo um possível agente causador da malária: o *Bacillus malariae*, micróbio que infectava o solo e as pessoas por meio da água contaminada (SNOWDEN, 2006:12). Em 1880, o médico da armada francesa Charles Louis Aphonse Laveran apresentou a

1 Os miasmas eram emanções provindas da decomposição de organismos animais e vegetais. Acreditava-se que essas emanções promoviam o desequilíbrio do organismo humano, prejudicando a saúde e sendo responsável por boa parte das doenças existentes.

Oscillaria malariae ou *Plasmodium*, protozoário que se desenvolvia no sangue das vítimas da malária por ele pesquisadas na África.

Até o final da década de 1880, essas propostas e as antigas teorias miasmáticas estiveram sobre a mesa até os cientistas aceitarem o *Plasmodium* de Laveran como o agente causador da malária, após inúmeras controvérsias. Logo depois, outro problema passou a ser debatido: a forma de transmissão da doença. Os trabalhos de Theobald-Smith e Kilborne nos Estados Unidos, que identificaram um inseto hematófago (carrapato) como propagador do protozoário da febre do gado do Texas, direcionaram as pesquisas dos cientistas ingleses Patrick Manson e Ronald Ross e de G. B. Grassi na Itália para a hipótese de um vetor ser o responsável pela propagação da doença (WORBOYS, 2003: 192).

Em 1898, Ross, que passou alguns anos na Índia, buscando o vetor da malária por recomendação de Manson, apresentou o ciclo de transmissão da malária nas aves, e em 1899, Grassi, Bignami e Bastinelli identificavam a fêmea do mosquito do gênero *Anopheles* como vetor da malária humana. A partir disso, Manson lançou as bases da nova especialidade médica que pretendeu institucionalizar: a medicina tropical.

Contudo, essas descobertas não representaram o fim das controvérsias. Outras surgiram com a estabilização de novas teorias e isso se dá em todo o mundo através de intensos debates em revistas científicas, sociedades de medicina e congressos. Segundo Knorr-Cetina (1999), a comunicação desde muito tempo foi ligada a questões de produtividade e sistema de recompensa em ciência. “Os cientistas oferecem material para publicação, aos seus pares – a comunidade científica – em troca de recompensa e reconhecimento” (KNORR-CETINA, 1999: 379). Isso também é uma realidade nesse contexto, no qual as revistas especializadas e congressos científicos eram os melhores meios de comunicação entre os cientistas, que contribuíam para os debates, buscando o reconhecimento de suas ideias.

Através dessas controvérsias, uma nova ideia poderia se estabilizar enquanto fato científico ou ser legada ao ostracismo. Nesse período, até mesmo as formas de tratamento e prevenção contra a malária foram questionadas com base na análise dos novos pressupostos propagados pela medicina tropical, a exemplo da fonte que apresentamos.

A revista *Brazil Médico* era um dos principais veículos de comunicação entre os médicos brasileiros no início do século XX e de propagação de teorias e debates vindos de outros países. Era dirigida pelo Dr. Azevedo Sodré, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e publicada semanalmente. Em seu número 21, do ano de 1901, trouxe na sessão “associações científicas”, uma transcrição da palestra de Henrique de Sá perante a Sociedade de Medicina e Cirurgia, proferida em 14 de maio daquele mesmo ano.

Nessa palestra, o médico relata suas experiências no interior de São Paulo com a quinina para conter a malária em seus pacientes. Cientista experiente, Henrique de Sá, ao ver que não conseguia bons resultados com a terapêutica indicada, decidiu lançar mão de outras possibilidades para sanar o problema, questionando a eficácia da quinina. Como alternativa ele endossa as experiências do viajante francês M. d’Abbadie, publicadas na revista da Academia de Ciências de Paris, que apontam para as fumigações de enxofre nas roupas como forma de evitar contrair malária. Sá utilizou as fumigações de enxofre nas camisas dos doentes, como meio preventivo e curativo dos pacientes que tratou.

Esse questionamento sobre a eficácia dos sais, e tratamento das roupas através da fumaça proveniente do enxofre, tem lógica nesse contexto científico. A resistência do *Plasmodium* à quinina já era relatada tanto no Brasil quanto em outras zonas tropicais. Esses relatos se intensificaram nas décadas de 1910 e 1920, com as viagens dos médicos e higienistas brasileiros, tais como Oswaldo Cruz, Belisário Penna e Arthur Neiva ao interior do país (BENCHIMOL & SILVA, 2008). Nessa época foi debatido que a resistência era fruto, dentre outros fatores, da má distribuição do medicamento, fazendo com que o portador da doença não seguisse o tratamento até o final, proporcionando o surgimento de protozoários mais resistentes ao efeito da quinina. Com isso, o *Plasmodium* já resistente era propagado pelo mosquito *Anopheles* a outros indivíduos.

Henrique de Sá verificou casos de malária que não cediam com o uso da quinina no interior de São Paulo. A fumigação com enxofre, no entanto, apareceu como alternativa, já que era apontado em outros estudos por servir de repelente ao mosquito vetor da malária. O cheiro forte do enxofre impedia momentaneamente as picadas das *Anophelinas*, interrompendo o ciclo de propagação da doença.

O que podemos notar é que o pensamento de Henrique de Sá sobre a malária está inserido nos debates da especialidade médica conhecida por “medicina tropical” nesse período. Mas apesar dos debates sobre a hipótese das fumigações de enxofre se avolumarem, ela não foi capaz de derrubar ou mesmo figurar ao lado dos modelos mais difundidos de profilaxia individual da época: uso do mosquiteiro à noite e ingestão regular de doses de quinina, mesmo quando sadio.

Entretanto, o artigo apresentado é importante para analisarmos a dinâmica da criação e também, da confirmação do conhecimento. Em outras palavras, o “fazer ciência” e o papel da comunicação. Isso implica, por parte do historiador, outra postura analítica: identificar a ciência enquanto processo e prática. Com isso, as diferentes tendências do período e as controvérsias são de fundamental importância para a compreensão dos debates científicos de uma época.

TRANSCRIÇÃO

SÁ, Henrique de. “Tratamento da febre intermitente palustre”. *Brazil Médico*. Rio de Janeiro, Ano XV, n.21, p. 207. 1º de junho de 1901.

- Dr. Henrique de Sá, apologista acérrimo das questões de medicina prática, vem fazer uma pequena exposição do tratamento que aconselhou contra a febre intermitente palustre, quando esteve no interior do estado de S. Paulo, e com o qual tirou bom resultado em uma dezena de doentes.

A febre intermitente palustre, na opinião do orador, é uma moléstia caprichosa, que zomba da terapêutica a mais racional possível; procurando ferir os míseros doentes com seus terríveis acessos do tipo cotidiano, duplo terçã e quartã, durante meses e anos mesmo, convertendo os enfermos em múmias e sendo completamente indiferente aos sais de quinina, ao arsênico, ao cinchônio, ao azul de metileno, etc., e tantos outros medicamentos.

Certo, todos eles tem curado doentes afetados da terrível moléstia, mas também, apesar de empregados com toda a insistência, precaução e critério, inúmeras vezes ela

tem persistido. São de conhecimento banal as lendas e narrativas que se tem formado em torno dessa entidade patológica, que com a denominação popular de sezões e maleitas cede as extravagantes mezinhas dos curandeiros. O que é verdade é que, por tudo isso e pela observação cotidiana, a moléstia é realmente caprichosa, iludindo muitas vezes a sagacidade e o tino médico.

O orador, depois de usar de todos os meios terapêuticos indicados, sem resultado favorável, submeteu a roupa dos seus doentes, principalmente a camisa, a fumigações de vapores de enxofre, o que lhe proporcionou muito bom resultado. Essa ideia lhe veio do fato seguinte: leu no *Temps*, de Paris, na revista dos trabalhos a Academia de Ciências, que M. d'Abbadie, tendo passado dez anos na Abissínia e na Etiópia, verificou que os habitantes de certas regiões destes países, para se preservarem das febres intermitentes, costumavam a submeter suas roupas a fumigações de enxofre. O próprio M.d'Abbadie e companheiros seus experimentaram esse meio e deram-se muito bem com ele; fizeram outros o mesmo, com êxito não menor. Como quer que seja, Abbadie foi de opinião, que por ocasião da expedição francesa a Madagascar, onde se encontram terrenos eminentemente febríferos, convinha indicar esse meio profilático contra a malária e contra as febres palustres.

O orador aconselhou-o, depois do emprego de outros meios farmacêuticos e, pelo resultado obtido, notou que era um verdadeiro meio curativo. É o caso, portanto, de investigar como atua o enxofre para produzir tão excelentes resultados. Entrega a questão aos colegas de talento e grande atividade, pois o orador não o pode fazer por sentir-se já velho, desanimado e desfalecido, mesmo no escabroso terreno da investigação e da experiência.

Bibliografia:

- BENCHIMOL, Jaime L.; SILVA, André Felipe C. da. "Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República". *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, n.3, pp. 719-762, jul-set. 2008.
- CURTIN, Philip D. *Disease and empire: the health of european troops in the conquest of África*. Cambridge University Press, 1998.
- SZCZERBOWSKI, Daiane; OLIVEIRA, Alfredo R.M. de. "Quinina: 470 anos de história, controvérsias e desenvolvimento". *Química Nova*. São Paulo, v.32, n.7, pp.1971-1974, 2009.
- KIPLE, Kenneth F; ORNELAS, Kriemhild C. "Race, war and tropical medicine in the eighteenth-century Caribbean". In David Arnold (org.) *Warm climates and western medicine: the emergence of tropical medicine, 1500-1900*. Amsterdã/ Atlanta: Rodopi, 1996, pp. 66-70.
- KNORR-CETINA, Karin. A comunicação em ciência. In: Fernando Gil (ed.). *A ciência tal qual se faz*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999, pp. 375-393.

SNOWDEN, Frank M. *The conquest of malária: Itália, 1900-1962*. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

WORBOYS, Michael. Germs, malária and the invention of mansonian tropical medicine: From “disease in the tropics” to “tropical diseases”. In David Arnold (org.). *Warm climates and western medicine: the emergence of tropical medicine, 1500-1900*. Amsterdã/ Atlanta: Rodopi, 1996, pp. 181-207.

Rafael Sancho Carvalho da Silva¹

Considerações de um Juiz de Direito sobre o sertão baiano oitocentista

Mestrando em História pela UFBA
E-mail: rsanchosilva@gmail.com

Palavras-Chaves: Sertão; criminalidade; Estado.

Keywords: Out-land; crime; State.

A correspondência transcrita foi do Juiz de Direito da Comarca de Urubu na província da Bahia, Pedro Carneiro da Silva, que foi enviada ao presidente da província da Bahia, Antonio de Araújo de Aragão Bulcão. A Comarca de Urubu é próxima à fronteira com a província de Goiás e Minas Gerais, ficando à beira do médio São Francisco. Como não foi encontrado uma data registrada no documento, afirmamos que provavelmente ele está entre os anos de 1879 e 1880, que foi quando Antonio de Araújo de Aragão Bulcão esteve no cargo de Presidente da Província da Bahia.

Para quem está acostumado com as leituras das correspondências dos juizes de Carinhanha, Urubu, Rio das Égoas e outras localidades no sertão de cima, pode até considerar o documento transcrito como mais uma carta tratando do problema com a criminalidade sertaneja e a dificuldade da justiça exercer seu papel de acordo com os interesses do Império. Mas, a diferença fundamental desta é que o missivista deu atenção maior à educação, ou melhor, à falta dela, como o elemento provocador da criminalidade. Para a análise desta correspondência não podemos deixar de fora as considerações de Ilmar Rohloff de Mattos acerca do “Tempo Saquarema”. Mattos nos revela como a elite saquarema forjou o Império e como, ao mesmo tempo, ela se forjava. Para entender um pouco mais o contexto foi necessário abordar um pouco sobre a seca, e, para isso, cruzamos com outra correspondência e os estudos de Graciela Gonçalves acerca das secas no século XIX na Bahia.

Enviado em 25 de julho de 2010
e aprovado em 28 de setembro de
2010

¹ Estudante do mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob orientação da professora Dr^a Lina Maria Brandão de Aras.

Intercalar a leitura de Mattos sobre a elite saquarema com as secas na Bahia durante o século XIX se torna fundamental para entender as palavras escritas pelo juiz Pedro Carneiro. Afinal, ele traz as dificuldades para o exercício de suas funções devido ao grande número de crimes que seria resultado da falta de instrução pública e educação doméstica e religiosa da população sertaneja. O provável ano da correspondência é de ocorrência de seca no sertão, o que dificultava ainda mais as possibilidades de produção de condições de sobrevivência, contribuindo assim para momentos de tensão. Por isso, atribuímos a necessidade de trazer a seca como parte do contexto a ser apresentado. As considerações do juiz Pedro Carneiro, por sua vez, são ricas em detalhes que nos remontam às considerações da oposição entre sertão e o litoral trazida por Mattos na obra “O Tempo Saquarema” (2004).

Apesar de Ilmar Rohloff de Mattos ter apontado o “Tempo Saquarema” do final da regência até os anos 1860 (MATTOS. 2004: 296), a influência da elite forjadora do Império ainda ressoava naquele ano. Mattos também nos ensina que este “Tempo Saquarema” extrapola a própria temporalidade, chegando aos dias atuais (Idem: 300). Assim, também consideramos que parte daquelas concepções ainda se fazia presente na sociedade imperial.

No ano da nossa missiva o sertão baiano também sofria com as secas. Em 05 de janeiro de 1878, o Juiz de Direito de Carinhanha, José Marciano Campos, informou ao presidente de província sobre a chegada de refugiados da seca. Ele pedia agilidade para o deslocamento dos flagelados para a colônia de Jequiçá (Arquivo Público do Estado da Bahia – doravante APEB. Seção Provincial e Colonial. Maço 2341). Segundo Graciela Gonçalves, Em 1878 muitos retirantes foram alojados no Arsenal da Marinha, de onde seriam enviados para novos destinos como a colônia do Jequiçá, ou para trabalhos em fazendas de particulares, quando não fugiam para tentar trabalho em Salvador (2000: 107 - 108).

Os retirantes podiam ser motivos de distúrbios, preocupando, assim, a classe dirigente. Por isso, não podemos deixar de lembrar como o sertão foi cunhado pela elite Saquarema no momento em que forjava o Império. A oposição entre sertão versus litoral fazia parte das considerações saquaremas sobre o que era “bárbaro” e “civilizado”. A agricultura mercantil-escravista do litoral tornou-se o referencial para as considerações da classe senhorial sobre a forma em que ela conduziria a construção do Estado Imperial:

Se a população do “sertão” se distinguiu pela barbárie, a “sociedade do Litoral” caracterizava-se por uma civilização, acreditando-se que tal se devia, em larga medida, aos contatos desta última com as nações civilizadas, das quais distava apenas cinqüenta dias, já o sabemos. Num contraste evidente, a precariedade das comunicações entre o “Sertão” e o Litoral: em meados do século, no momento em que eram construídas as primeiras ferrovia e rodovia na província do Rio de Janeiro e os vapores começavam a ligar de modo regular as capitais provinciais litorâneas à Corte, eram gastos ainda três meses para ir do Rio de Janeiro à capital da província de Goiás e cerca de cinco para atingir a de Mato Grosso; e embora já se utilizassem barcas e outros tipos de embarcações para a navegação fluvial, o lombo das mulas ainda era o meio de transporte mais difundido, para mercadorias e pessoas – penosamente! (MATTOS. 2004: 46)

A correspondência transcrita traz muito dessa oposição do sertão com o litoral nas suas entrelinhas. O missivista explica como as suas obrigações são difíceis de ser executadas graças às limitações impostas à região, devido aos distúrbios. Esses teriam como um dos principais motivos a falta de educação doméstica e religiosa, bem como a instrução primária. Ilmar de Mattos nos lembra que a Instrução primária foi uma preocupação da elite saquarema que acreditava ser um dos instrumentos para a difusão da “Civilização” e o conseqüente estabelecimento da “Ordem” (Idem: 271). O nosso missivista aponta o crime como uma constante na vida dos sertanejos:

Quando um espírito desejoso do progresso de seu país, olha com atenção para o estado de barbaria a que está reduzida a população que habita os sertões e as margens do Rio de São Francisco, e vê como conseqüência deste estado, filho da ignorância resultante da falta de instrução a mais rudimentar, não pode deixar de atribuir logo, ou de reconhecer que a normalidade da vida desses povos outra não é que não a freqüente existência de crimes, de desassossego e de mal estar. E defeito, não se pune aqui a vigésima parte dos crimes cometidos. A justiça é impotente: faltam-lhe os meios; a ignorância a força mais valente das sociedades semi-bárbaras e selvagens, sub-julga, doma e aniquila a partícula centésima da instrução que o acaso deparou ou arremessou nesses centros (APEB. Seção Provincial e Colonial. Maço 2623).

Na citação acima, a justiça tem sua operacionalidade limitada, por causa da própria população, que, com sua “barbárie”, impediria a melhor execução dos trabalhos dos juristas. A falta de trabalho e a ociosidade são causas apontadas no texto que segue.

Esta correspondência é uma oportunidade para notar como os problemas do sertão eram descritos por membros ligados ao sistema jurídico brasileiro, bem como para observar a manifestação das concepções do que era “Civilizado” e como a população sertaneja era descrita na lógica do pensamento da classe dirigente do Império. Enxergamos também os limites do Estado Imperial para oferecer mecanismos para o funcionamento da difusão da “Civilização”², tão desejada pela elite Saquarema. As correspondências dos juizes do sertão baiano não só apresentam as concepções de mundo da classe dirigente como mostram os diversos conflitos que ganhavam palco nos territórios do Império. Revelam ainda de que forma estes viam a aplicação da lei em áreas onde o Estado apresentava dificuldade para impor as concepções ideológicas da classe dominante.

2 Consideramos que a difusão da “Civilização” era a partir das concepções da classe dirigente que através da hierarquização de setores burocráticos os interesses que garantiriam seus privilégios estivessem controlados e vigiados de modo a garantir sua dominação política. Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5ª Edição. Editora Hucitec: São Paulo, 2004.

TRANSCRIÇÃO³

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Provincial e Colonial. Série: Juízes de Urubu (1829 – 1864). Maço 2623.

Juiz de Direito da Comarca de Urubu
Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Na forma do artigo 23 do decreto N° 7001 de 17 de Agosto do ano de 1878, tenho a honra de passar as mãos de Vossa Excelência os mapas que me incumbe organizar e remeter dos crimes e fatos passados, relativos aos mesmos no referido ano (artigos 1° e 25, 2ª parte do citado decreto). Os que faltam deixam de ser remetidas por não haver com que enche-los [*sic*], visto não se terem dado fatos na comarca durante o respectivo ano.

Acompanham também a este os mapas especiais determinados nos §§ 1° e 2° do artigo 11 do citado decreto.

Como preceitua o artigo 180 do Regulamento 120 de 31 de janeiro de 1846, recomendado no artigo 11 do citado decreto, passo a expor o meu juízo sobre as decisões do júri, sobre as causas a que se deve atribuir a frequência dos crimes, e sobre as lacunas e defeitos encontrados nas leis e regulamentos, esforçando-me por motivá-los como permitirem as minhas forças. Tenho para mim que as decisões do júri proferidas neste Termo (onde somente houve reunião deste tribunal o ano próximo passado pelas razões que abaixo darei [*Final da folha 01, retro*] foram juntas e equitativas, por quanto se conformaram com as provas existentes nos autos e razões apresentadas no plenário. Os réus eram realmente, homens de maus instintos e de uma ferocidade não vulgar. Posto que as provas testemunhais não fossem as mais largas e robustas, pela dificuldade que se encontra nessas paragens para ouvir os que melhor sabem dos fatos, que se dão a longas distâncias da sede do Termo, todavia a prova circunstancial, que no dizer dos melhores juristas é a mais poderosa de todas, ressaltava a consciência mais exigente. A causa mais frequente da existência e reprodução dos crimes na comarca é em primeiro lugar a falta de educação doméstica e religiosa e a falta de instrução, quase todos os criminosos são analfabetos, e os que não o são, apenas sabem dificilmente assinar os seus nomes. Quando um espírito desejoso do progresso de seu país, olha com atenção para o estado de barbaria a que está reduzida a população que habita os sertões e as margens do Rio de São Francisco, e vê como consequência [*Final da folha 01, verso*] deste estado, filho da ignorância resultante da falta de instrução a mais rudimentar, não pode deixar de atribuir logo, ou de reconhecer que a normalidade da vida desses povos outra não é que não a frequente existência de crimes, de desassossego e de mal estar. E defeito, não se pune aqui a vigésima parte dos crimes cometidos. A justiça é impotente: faltam-lhe os meios; a ignorância a força mais valente das sociedades semi-bárbaras e selvagens, sub-julga, doma e aniquila a partícula centésima da instrução que o acaso deparou ou arremessou

3 Esta transcrição segue a forma popular de transcrição exigida pela Revista e visa permitir ao público não-especializado em história maior facilidade na leitura de tais documentos. Para tal, foi atualizada a grafia da época.

nesses centros. Os vícios, oriundos do estado das provas ignorantes, abafam o sentimento do dever, desconhecem o grande amor da pátria, ludibriam e escarnecem da dedicação, que impõe o cumprimento penoso das obrigações sociais, e fazem com que não apareça a fraca inteligência do habitante desses lugares senão o círculo [*sic*] de sua aldeia, presa só ao elo de uma administração longínqua que não respeita-se, e apenas teme-se, e a qual constrangidamente se associa. Acresce ao depois a falta de ocupação, e a ociosidade que [*Final da folha 02, retro*] dela resulta. Bem se vê, que com causas tão poderosas como mais não pode ser, o crime tende a crescer, e não se reprimirá senão depois que a instrução estender-se e abranger com sua força prodigiosa esses lugares, onde só reinam as trevas. Os limites deste trabalho não permitem que eu entre em grandes desenvolvimentos. Deixo de tratar dos defeitos e lacunas das leis e regulamentos, porque com relação aos fatos que se deram o ano próximo passado não me recorda de nenhuma, que mereça a pena manifestar, e que não tenha sido submetido as decisões dos tribunal superior: a Relação do Distrito.

Neste termo do Urubu houve durante o ano próximo passado somente duas sessões de Júri. No termo da Macaúbas, não houve nenhuma sessão de júri. Deixaram de haver as outras duas sessões neste termo do Urubu, porque não houve seus presos para serem julgados e não se reuniu o júri na Vila de Macaúbas porque o estado anárquico e extraordinariamente falta de segurança não permitia que se convocasse ali uma [*Final da folha 02, verso*] sessão daquele tribunal, que chama de todos os pontos do termo, grande número de cidadãos para comprá-lo. Além desta razão acresce que também não havia seus presos, com processos preparados para julgamento. O estado anárquico e tumultuário a que chegou o referido termo, foi resultante dos acontecimentos de 23 de março de 1878. Pela mesma razão deixou de haver correição naquele tempo ali, falta esta que se deu também neste termo pelo estado anárquico que acometeu na mesma época, de sorte a mão do poder haver regularidade no serviço público pelas dificuldades que sofreu a população do município.

É o que me cumpre relatar a Vossa Excelência na forma da lei, e em cumprimento de meus deveres.

Reitero a Vossa Excelência meus protestos de respeito e consideração.

Deus Guarde Vossa Excelência. [*Final da folha 03, retro*]

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da Província da Bahia, Antonio de Araujo Aragão Bulcão.

O Juiz de Direito, Pedro Carneiro da Silva [*Final da folha 03, verso*]

Bibliografia:

Fontes:

APEB. Seção Provincial e Colonial. Série: Juízes: Carinhanha (1875 - 1882). Maço 2341.

APEB. Seção Provincial e Colonial. Série: Juízes de Urubu (1829 – 1864). Maço 2623.

Bibliografia secundária:

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX*. Dissertação de mestrado em história no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2000.

MATOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5ª Edição. Editora Hucitec: São Paulo, 2004.